

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

ANAIIS
DO
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

VOL. XIX



1968

1937
BIBLIOTECA
132191

BIBLIOTECA
EXEMPLAR-RESERVA

S U M Á R I O

	Páginas
DULCE CARDOSO LUDOLF — A Casa da Moeda do Rio de Janeiro	5
SÍGRID PÔRTO DE BARROS — Introdução ao Estudo das Armas Defensivas	59
THEREZINHA DE MORAES SARMENTO — Retrato de Silva Jardim	88
GILDA MARINA DE ALMEIDA LOPES — Um “Homem” e Duas Canetas	128
MARIA LAURA RIBEIRO — O Testamento do Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira	140
MARIA ELISA CARRAZZONI — Estágio de Museologia na França	176
GERARDO DE CARVALHO. — Um Sistema de Documentação Didática para o Curso de Museus	198
ANTÔNIO PIMENTEL WINZ — Um Pouco de Poesia	214
Metodologia de Pesquisa	224
MARFA BARBOSA VIANNA — Pátio Epitácio Pessoa: Lição de Nossa História ao Vivo	230
CLÓVIS BORNAY — A Personalidade Marcante de José de Alencar	238

Fotos: João de Oliveira Rocha

A CASA DA MOEDA DO RIO DE JANEIRO

DULCE LUDOLF

Chefe da Seção de Numismática

DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DA NECESSIDADE DA MOEDA METÁLICA. O COMÉRCIO. O MEIO CIRCULANTE ATÉ 1695

O desenvolvimento econômico, as transações entre colonizadores, viajantes e naturais da terra, exigiam para o Brasil um meio circulante estável. No século XVII não era mais possível o escambo, a simples troca de produtos, o dinheiro era uma mercadoria indispensável para a sociedade em formação. Já não bastavam a moeda portuguesa escassa, nem tão pouco a moeda espanhola de prata, esta quase sempre presente na circulação colonial. Tanto uma quanto outra, vinham constantemente sofrendo alterações de valor. Havia necessidade de uma moeda própria, que aqui permanecesse normalmente em giro, sem interrupções decorrentes da chegada ou da saída da frota, ou sofresse os inconvenientes decorrentes de levantamentos e carimbagens que provocavam graves problemas, principalmente em São Paulo, onde ficaram conhecidos como os “motins da moeda”.

Do descobrimento até a última década do século XVII as transações se faziam conforme os recursos disponíveis: moedas propriamente ditas, produtos da terra e da indústria usados como instrumentos de troca e, iniciada a mineração, o ouro sob diversas formas — em pó, em grão ou folhetas, como era obtido nas minas ou então fundido em barras marcadas com as armas reais.

D. Diogo de Menezes e Sequeira, Governador Geral do Brasil, dirigindo-se ao rei em carta datada da Bahia de 22 de abril de 1609, referindo-se às nossas riquezas, diz: “e crea-me V. Magde. que as verdadeiras minas do Brasil são o açúcar e páo brasil, de que V. Magde. tem tanto proveito sem lhe custar de sua fazenda hum so vintem.”

Realmente, o açúcar tornou-se a nossa grande riqueza e, por isso mesmo, o aumento de sua produção levou-o a uma função inesperada, qual seja a de elemento de troca, dada as condições precárias do meio circulante.

Na capitania do Rio de Janeiro, em 1614, o Governador Constantino Menelau determinou . . . “que o açúcar corresse como moeda legal, fixando-lhe os valores por arroba em 1\$000 para os brancos, 640 Rs para os mascavos e 320 Rs para os demais, ordenando que os negociantes o aceitassem obrigatoriamente em pagamento.”

Também com êle eram pagos os impostos à Fazenda Real.

Os valores atribuídos ao açúcar sofreram alterações conforme as oscilações do mercado. Em 1625 houve revisão dos preços que não mais correspondiam aos pagos no mercado de Lisboa. Uma nova tabela oficial é elaborada com os seguintes valores por arroba: branco-800 Réis; mascavo-500 Réis; panelas de mel-200 Réis.

Durante longos anos êsse produto, que marcou um ciclo importantíssimo na nossa vida econômica e social, teve sua função monetária, em decorrência da falta de dinheiro. O próprio povo assim o desejou, é o que se depreende da Carta Régia de 6 de julho de 1677, *mandando informar sobre o pedido dos moradores da Capitania do Rio de Janeiro para que o assucar corresse em lugar de dinheiro pela falta que havia de moedas*. Por volta de 1688 valia o açúcar menos da metade do seu valor real.

Além do açúcar, outros produtos como o fumo e, em menor escala, a aguardente, os couros e as madeiras, eram usados em pagamento, até mesmo das mercadorias vindas de Portugal.

Esta prática não constituia novidade, seu uso fôra normal antes do aparecimento da moeda metálica, e continuou mesmo depois, sempre como recurso na falta de numerário. No Maranhão, por exemplo, até meados do século XVIII, o açúcar também foi moeda junto a outros produtos comuns de troca como o cacau, o cravo, o algodão e o tabaco. (1)

(1) Na América do Norte, no período da colonização, o tabaco era a moeda de Virgínia; os cereais, peixes e peles eram elementos comuns de troca em Massachussetts e em outras colônias da Nova Inglaterra, e usados nos pagamentos de dívidas, impostos e taxas. No México, o sabão e o cacau serviram como moeda.

Nos distritos de mineração o ouro era a moeda da terra, pois o numerário era escasso, e evadia constantemente para o litoral. Nesses distritos mandou a Metrópole que se abrisse *casas de fundição* para onde deveria ser encaminhado e controlado o ouro minerado. Nelas se procedia à pesagem, à dedução do impôsto do quinto devido à coroa e, finalmente, à redução do ouro em barras, estas marcadas com o cunho das armas reais, trazendo a indicação do toque, do pêso e a identidade da casa de fundição.

Até 1695, data da criação da primeira Casa da Moeda do Brasil, existiam as seguinte casas de fundição: São Paulo, Paranaguá, Iguape e Taubaté, esta fundada em 1695. Além das casas de fundição, foram também criadas oficinas de cunho para aplicação de contramarcas nas moedas espanholas. O Alvará de 26 de fevereiro de 1643 (1) que mandava contramarcas com valores maiores as patacas castelhanas em Portugal e no Brasil, evitando a saída das mesmas da circulação, menciona as casas abertas com essa finalidade, na Metrópole e fora do reino, nas conquistas, “nas Cidades do Salvador, na Bahia de todos os Santos, & no Rio de Janeiro, do Estado do Brasil & no Maranhão...”

Cumpre-nos esclarecer que, embora o documento acima faça referência às *casas* de moeda, estas, na verdade, não existiam. A aplicação das contramarcas foi feita em oficinas na Bahia e no Rio de Janeiro, conforme mandava o Alvará, esta última incumbida de contramarcas os *reales* das capitanias do sul. Quanto ao Maranhão nenhuma prova existe que lá houvesse funcionado uma oficina. O silêncio a respeito é absoluto, o que reforça a opinião de que naquele Estado a moeda eram os produtos da terra. Em compensação, São Paulo que deveria enviar suas patacas à oficina do Rio, não o fez temendo os riscos e piratarías do mar, decidindo por marcar lá mesmo suas moedas.

Em resumo, no Brasil funcionaram três oficinas de cunho, a da Bahia e a do Rio de Janeiro, mencionadas no Alvará de 26 de fevereiro de 1643, e a de São Paulo, por iniciativa própria.

Os cunhos para a aplicação das contramarcas foram remetidos pela Casa da Moeda de Lisboa e os destinados ao Rio de Janeiro che-

(1) Aragão, vol II, Doc. 131.

garam em 29 de dezembro de 1644. A respeito transcrevemos palavras do numismata, professor Edgard de Araujo Roméro :

“Aos ateliers então abertos na Bahia, no Rio e em São Paulo, para o levantamento das patacas castelhanas, chamavam muito naturalmente *casa da moeda*, por ser onde esta era recolhida para a opposição da contramarca. Não se deve porém, daí concluir que no Brasil, em 1644, já houvesse casa da moeda propriamente dita. A primeira casa monetária do Brasil só foi criada 50 anos mais tarde, na Bahia, para cunhar as moedas do sistema provincial criado então para a colônia.”

Em 1663 houve nova carimbagem de moedas de ouro e prata em Portugal e no Brasil, aqui executada pelo Alvará e Regimento do vice-rei Conde de Óbidos. O capítulo 4.º dêsse Regimento definiu os locais onde seriam apostas as contramarcas, esclarecendo: *à oficina da cidade da BAHIA deveria ser levado todo o dinheiro de ouro e prata existentes nas Capitánias da Bahia, Sergipe de El Rei, até o Rio S. Francisco, Boupeba, Cairu, Camamú, Ilhéus e Porto Seguro para receber o novo cunho; na casa dos contos da VILA DE OLINDA o mesmo seria feito com as moedas circulantes desde o Rio de S. Francisco, Alagoas, Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande e Ceará; na casa dos contos da cidade de S. SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO seria levado para o mesmo fim o numerário existente nas Capitánias do Espirito Santo, Paraíba, Cabo Frio, Rio de Janeiro e vilas compreendidas nessa jurisdição até o limite com a capitania de S. Vicente; às oficinas desta capitania de S. VICENTE seriam marcadas além das moedas que nela circulavam, as de Santos, S. Paulo, Paranaíba e outros lugares para o sul.*

Nesta fase novas oficinas entram em funcionamento além das do Rio de Janeiro e Bahia, já conhecidas, são as da Vila de Olinda e as de S. Vicente, acima mencionadas.

Excepcionalmente, houve cunhagem de moedas em Pernambuco durante o domínio holandês. Nas capitánias dominadas pelos holandeses — Pernambuco, Itamaracá, Alagoas, Paraíba e Rio Grande, — afluíam florins, soldos e xelins, procedentes das Províncias dos Países Baixos. Mas, essa afluência irregular e irrisória provocou sucessivas cri-

ses, culminando com a emissão de moedas, que foram as primeiras feitas no Brasil. Essa cunhagem improvisada foi mais um recurso extremo de que lançou mão o Alto Conselho, incumbido de gerir as finanças, para satisfazer as dívidas do governo para com os comerciantes livres, por adiantamentos sobre o açúcar e o pau brasil embarcados para a Holanda, e pagar o soldo das tropas.

A primeira emissão foi em 1645, as moedas de ouro tinham valores de XII, VI e III florins e foram cunhadas, não com o ouro das nossas minas, mas com o retirado de um caixote cheio do metal, que viera da Guiné. (1) Uma segunda emissão foi feita no ano seguinte, recorrendo-se novamente ao caixote de ouro (2), e o metal entregue ao moedeiro Pieter Janszoon Bass. As moedas dessas duas emissões são conhecidas pelo nome de *obsidionais*. (3)

Houve ainda uma outra cunhagem de moedas de prata com a data de 1654, em virtude da falta absoluta de dinheiro para liquidar os menores compromissos. Estas moedas, chamadas de necessidade ou emergência, e as obsidionais são todas muito raras.

O meio circulante é misto nesta fase incipiente. Convergem para o mercado moedas portuguesas, espanholas, holandesas e até mesmo francesas, em decorrência dos interesses econômicos, das grandes lutas que marcaram o século para obter o domínio das riquezas e o privilégio do comércio com as colônias americanas. Sem dúvida foram as moedas holandesas as que menor giro tiveram. Quanto às francesas, limitaram-se à França Antártica. Diz Saturnino de Pádua (4):

“... houve a França Antártica, a criação do Almirante Coligny; e na Guanabara, acantonadas as tro-

(1) Em 1637, partiu de Recife uma expedição para Guiné a fim de conquistar o porto de Elmina, o mais importante da Costa do Ouro, sendo a guarnição portuguesa substituída por outra holandesa, sujeita ao comandante militar do Recife. Em Elmina fazia-se o tráfico de escravos de que os holandeses muito necessitavam para o cultivo da cana de açúcar, e da Costa do Ouro ainda obtinham o ouro e o marfim.

(2) Houve grande indignação na Holanda quando lá chegou a notícia do esvaziamento do caixote de ouro que para lá deveria ser enviado, ameaçando os Diretores a alterar a rota dos navios vindos da Guiné, com escala em Recife.

(3) Moedas cunhadas durante um cerco, geralmente de metal baixo, para atender as necessidades do comércio.

(4) Moedas Brasileiras (Guia do Colecionador). 2.^a edição. Rio de Janeiro. 1941.

pas do comando de Villegaignon, foi moeda legal o ouro de Henri II, como nos conta Mr. de Bulez, que, ao deixar o reduto da ilha das Palmeiras, para se instalar em terra com funções de governador, dali trouxe grande soma de cruzados (demi-Henri d'or),...

Nos tempos que precederam à primeira Casa da Moeda houve uma experiência preliminar com as oficinas de fundição e carimbagem sob a orientação lusitana e a cunhagem de moedas pelos invasores holandeses.

Quando se cogitou da fundação da Casa da Moeda, a mineração já tomara grande impulso, fornecendo excelente matéria prima, não havendo razão para que Portugal adiasse a solução tão desejada pelos brasileiros.

A CASA DA MOEDA DO RIO DE JANEIRO E OS FATOS QUE ANTECEDERAM A SUA FUNDAÇÃO. OS DIVERSOS LOCAIS DE FUNCIONAMENTO ATÉ A SUA SEDE DEFINITIVA

O panorama político, social e econômico do Brasil, ao findar o século XVII, nos é dado apreciar através a Representação do governador da Bahia. Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, (1) a sua Majestade El Rei D. Pedro II. Esta Representação, datada de 4 de julho de 1692, sugere ao soberano a cunhagem de 2 milhões, da moeda provincial de ouro e prata, que seriam distribuídas pela Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro e ainda ressaltando a pobreza dêste Estado pede, em nome do povo e no seu, conceda o soberano “se fabriquem mais 40.000 cruzados de moeda miuda.”

(1) Antônio Luiz Gonçalves da Camara Coutinho fôra donatário da Capitania do Espírito Santo, por êle vendida em 1674. Nomeado governador da Bahia, tomou posse a 11 de outubro de 1690, dando início a um bom govêrno, principalmente no que respeita aos problemas econômicos, que foram objeto de sua preocupação e constantes providências. A representação que dirigiu ao Rei D. Pedro II, em 1692, relativamente à penosa situação do Brasil, acha-se o original no British Museu (Ms. Adicionais, n. 15.170).

pas do comando de Villegaignon, foi moeda legal o ouro de Henri II, como nos conta Mr. de Bulez, que, ao deixar o reduto da ilha das Palmeiras, para se instalar em terra com funções de governador, dali trouxe grande soma de cruzados (demi-Henri d'or),...

Nos tempos que precederam à primeira Casa da Moeda houve uma experiência preliminar com as oficinas de fundição e carimbagem sob a orientação lusitana e a cunhagem de moedas pelos invasores holandeses.

Quando se cogitou da fundação da Casa da Moeda, a mineração já tomara grande impulso, fornecendo excelente matéria prima, não havendo razão para que Portugal adiasse a solução tão desejada pelos brasileiros.

A CASA DA MOEDA DO RIO DE JANEIRO E OS FATOS QUE ANTECEDERAM A SUA FUNDAÇÃO. OS DIVERSOS LOCAIS DE FUNCIONAMENTO ATÉ A SUA SEDE DEFINITIVA

O panorama político, social e econômico do Brasil, ao findar o século XVII, nos é dado apreciar através a Representação do governador da Bahia. Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, (1) a sua Majestade El Rei D. Pedro II. Esta Representação, datada de 4 de julho de 1692, sugere ao soberano a cunhagem de 2 milhões, da moeda provincial de ouro e prata, que seriam distribuídas pela Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro e ainda ressaltando a pobreza dêste Estado pede, em nome do povo e no seu, conceda o soberano “se fabriquem mais 40.000 cruzados de moeda miuda.”

(1) Antônio Luiz Gonçalves da Camara Coutinho fôra donatário da Capitania do Espírito Santo, por êle vendida em 1674. Nomeado governador da Bahia, tomou posse a 11 de outubro de 1690, dando início a um bom govêrno, principalmente no que respeita aos problemas econômicos, que foram objeto de sua preocupação e constantes providências. A representação que dirigiu ao Rei D. Pedro II, em 1692, relativamente à penosa situação do Brasil, acha-se o original no British Museu (Ms. Adicionais, n. 15.170).

Apreciemos êsse documento que tece considerações importantes a respeito das alterações do valor extrinseco da moeda, facilitando sua emigração, e ressalta as graves causas e consequências decorrentes da falta de numerário. Tudo isto, a bem dizer, focalizado pelo governador na posição em que se colocou de defensor dêste *Estado*, sugerindo soluções para evitar a ruina iminente.

REPRESENTAÇÃO

Senhor

Considerando eu a miséria e penuria a que todo este estado do Brasil se vay, ou esteja reduzido, me parece não satisfazer a minha obrigação, e ao zelo do serviço de Vossa Magestade, e bem destes Povos, se não representasse, como por este papel faço a Vossa Magestade, a urgente oppressão em que de presente se acha esta e as demais Praças deste Estado, e Juntamente os meyoos que me ocorrem com que unicamente se pode reparar o damno presente, e evitar o futuro, que necessariamente cada vez mais se há de seguir com a total ruina do Estado e consequentemente do real serviço de Vossa Magestade, como já se experimenta.

Toda a oppressão, Senhor, e ruina que se teme, nasce da falta do dinheiro, que he aquelle nervo vital do corpo politico, ou o sangue delle, que derivando-se e correndo pelas veas deste corpo, o anima e lhe dá forças;...

E prossegue:

Na falta, pois, do dinheiro, e com ella a ruina fatal e iminente de tam vastissimo corpo de que vossa Magestade He a alma politica, se introduzio e vay continuando depois que nelle se alterou o valor extrinseco da moeda, reduzindo a que nelle havia, e corria ao mesmo valor intrinseco que tem de peso e corre em Portugal.

As razoens que se expenderão, e propuzerão a Vossa Magestade para decretar esta resolução, e a mandar executar,

não duvido eu que apparecessem politicamente justas, e adequadas aos Ministros de Vossa Magestade, que lá de longe, e especulativamente as ponderaram. Por que razam he que os membros se conformem com a cabeça. Que o accessorio seja o principal. E onde não ha diversidade nas drogas que se comutam, a não haja respectivamente no valor dellas.

Mas a experiencia na praxe mostrou o contrario. Por que tanto que a moeda que corria neste Estado, perdido o valor extrinseco, se igualou, no intrinseco com a moeda corrente nesse Reino, valendo igualmente huma cousa conforme o peso á razão de um tostão cada oitava de prata; se começou a levar de todo este Estado para esse Reino irreparavelmente toda ou quasi toda, com grave damno e ruina, não somente do bem publico, mas ainda do real serviço, e fazenda de Vossa Magestade, e prejuizo do Commercio, sem o qual se não podem sustentar, e economisar Praças tão importantes como estas, em que a fazenda de Vossa Magestade faz tam grandes dispendios com as duas folhas Ecclesiasticas e Secular.

Tres são, Senhor, as causas principais de faltar o dinheiro, e conseguintemente de se hir reduzindo este Estado de Vossa Magestade, em outro tempo florente, e opulento, á miseria presente. A primeira he a grande perda que teve e sentia no abatimento do dinheiro serrilhado, cuja somma, só nesta Cidade da Bahia, passou de novecentos mil cruzados: passando os sellos de valor de 640 e 800 réis ao depois de 100 réis por oitava! E isto em tempo, em que por causa dos maos annos, doenças e inclemencias dos tempos, sam as mortes das fabricas de negros, bois, e cavallos, tantas e tão continuas que se não podem reduzir a numero; ficando por isso assy os que lavram as canas, como os que fazem os assucares impossibilitados á restauração de tudo.

Segunda: porque, como pelo abatimento dos assucares nesse Reino, e gastos dos fretes, comboy, e mais direytos, apenas se tira lá o preço que aqui se dá por elles, tem mais conta aos que trazem fazendas, que sam muitos, levar dinheiro do que assucar. Porque ainda que em cada marco de prata, que val 5.400 réis, percam na Casa da Moeda os 400,

avançam mais em lhes ficar logo esse dinheiro livre para logo negociarem com elle, e não estar esperando pelas descargas, pelas vendas, pelas cobranças, e talvez experimentando as fallencias dellas no dilatado tempo em que hoje se fazem as vendas dos assucares nesse Reino, e na quebra dos homens de negocio. E são estas sommas de dinheiro, que se levaram por este modo, tam consideraveis lá, e sensiveis cá que, feito computo pelos homens de negocio, se achou que na frota do anno passado de 69 só para a Cidade do Porto se levaram desta Bahia em moeda oitenta mil cruzados. A este respeito deve Vossa Magestade ser servido considerar quanto se levaria para Lisboa, e o que se levaria este anno, que me affirmam vay com mais grande excesso ao passado: e a que estado ficará brevemente reduzida huma Praça necessitada a levar cada anno esta sangria.

A terceira causa de se levar a moeda deste Estado para o Reino, he o gasto que lá forçosamente he necessario fazer-se com os negocios politicos e particulares, isto he, de todas as pertençõens de officios, postos e dignidades, assi ecclesiasticas, como seculares; das demandas que lá se remetem por apellação, e da mudança de casas de familias, tanto dos ministros de Vossa Magestade, como daquelles que, vindo pobres a tentar a sua fortuna, acham tão favoravel neste Brasil que se voltão a lograr na Patria os grossos cabedaes de que ella em poucos annos os faz senhores. Nam fallando nos dotes que cada anno vão com as mulheres que se vão a meter Religiosas, e os das que cá se casão com homens que para lá tornão.

Todos estes, ategora, que o valor extrinseco da moeda excedia neste Estado ao desse Reino, fazião estes negocios, levando ou remetendo effeitos, ou letras seguras; mas agora, que não ha quem passe estas, esses effeitos experimentão tanta diminuição e demora, como tenho dito; valendo-lhe o dinheiro lá o mesmo que lá o mandão, ou senão, como meyo mais prompto e infalivel de entrar logo, ou aos seus requerimentos, ou aos seus negocios: E quanta seja a somma de dinheiro que deste modo se leva todos os annos, os negocios, requerimentos, pertençoens, demandas, que lá correm e apparecem, o podem mostrar. Estas, Senhor, as causas que fazem

evidente o levar-se cada anno tanta somma de dinheiro deste Estado do Brasil para Portugal. Os damnos que destas levas se seguem são o fruto principal e importantissimo de eu apresentar a Vossa Magestade este papel, como aquelle que nenhuma cousa tem diante dos olhos mais que o serviço de Deus e de Vossa Magestade, e me parecer não satisfaria a hum, e outro, nem ainda a propria consciencia se as não representasse a Vossa Magestade antes que os damnos, que sempre se anteviram seguissem dellas, acabem de destruir o que já tem começado a arruinar. Sam, pois, os damnos mais sensiveis á conservação deste Estado e ao Real serviço de Vossa Magestade, e interesses de sua Corôa e ao bem publico os que se seguem:

1.º — Que faltando a moeda se abaterão forçosamente de todos os assucares por falta de haver com que comprem, e do mesmo modo succederá aos outros generos de negocio do Brasil.

2.º — Que brevemente deixarão de moer muitos engenhos, que já não podem com os empenhos que têm, e pelo tempo adiante succederá o mesmo a todos, porque não he possivel poderem com os seus gastos.

3.º — Em prova deste: Porque tanto que em Portugal levantou a moeda, levantaram todos os generos (costume sempre usado em semelhantes casos) e se navegão para este Brasil por altissimos preços; assi os generos que precisamente são necessarios para fornecimento dos engenhos, como as fazendas, ainda as que a mesma terra de Portugal produs para o commum sustento. Seja exemplo o cobre que valia a 240 réis a libra, val hoje 360, e a 400, o ferro que valia 3\$000 o quintal, val a 4 e 5\$000, o breu que valia a 2\$000, val 5 e 6\$000; e assi todas as outras cousas. A este respeito se levantaram tambem todos os generos da terra que servem os engenhos. Os caixoens que valião 800 réis, valem 1\$200. A lenha que valia a 2\$000 a tarefa val a 2\$500; os negros que se comprovão a 50\$000 se não tirão a menos de 60\$000. O mesmo excesso corre nos bois, cavallo, carros, telhas, tijolos, e nas soldadas de tantos officiaes. Donde se segue infallivelmente que se o Brasil estava já miseravel, e quasi

perdido, vendendo os assucares a mil e mil e cem réis, valendo todas as cousas de que usa para a fabrica delles, e as fazendas por moderados preços, forçosamente crescendo os preços dos fornecimentos com o sobredito excessó, e abatendo-se por falta de moeda o preço dos assucares, sem duvida não poderão moer os engenhos.

4.º Que não moendo os engenhos, ou a maior parte delles, perderão as Alfandegas de Vossa Magestade hum dos maiores lucros que tem a sua real fazenda.

5.º — Que por falta de moeda não ha de haver, como já não ha, quem arremate os contratos de Vossa Magestade, principalmente o dos assucares; porque para elles são necessarios aos contratadores, alem de dez mil cruzados logo para propinas, e outros dez para gastos, as duas partes da quantia por que se arremata para pagar as folhas os quarteis. E supposto que pelo miseravel estado da terra, tem decaido este contrato de cento e vinte mil cruzados a oitenta, e forçosamente irá diminuindo cada vez mais quem houvera que, faltando a moeda, tome este contrato, sendo necessario esta somma de dinheiros, ainda que se venha a arrematar por 40 ou 50 mil cruzados, como cedo se verá.

6.º — Que sendo necessario só nesta cidade para pagar as folhas eclesiastica e secular 80 mil cruzados, postas as cousas nos termos sobreditos não terá a fazenda real de Vossa Magestade de onde os tire, nem com que os pague, com notavel detrimento do serviço de Deus e de Vossa Magestade, e o mesmo succederá á Camara nos demais contratos dos vinhos, aguardentes e outros com que se paga a infantaria e folha militar, para o qual effeito vão os contratadores dando os quarteis em dinheiro.

Sam estas consequencias poderosas e os damnos que dellas já resultam tam prejudicies ao bem publico e ao Real serviço e fazenda de Vossa Magestade, que não somente ameação a ruina deste Estado, senão que já o arruinão, sendo a Real fazenda a mais prejudicada, nem se podem remediar, senão evitando a causa dellas, que he a falta de moeda:

Esta se conseguirá facil e suavemente, se Vossa Magestade for servido mandar lavrar dois milhões de moeda provincial, assi de prata, como de ouro, para todo o Estado do Brasil. A saber: um milhão para esta praça da Bahia e mais villas e lugares annexos, seiscentos mil cruzados para a de Pernambuco, e quatrocentos mil para o Rio de Janeiro, a qual moeda tenha tanto mais valor extrinseco quanto baste para obrigar a que se não leve do Estado: com prohibição e pena grave posta por Vossa Magestade aos ourives para que desta somma de moeda não lavrem prata ou ouro algum que sirva a outros usos, o que se pode fazer sem dispendio algum da fazenda de Vossa Magestade, antes em beneficio della, repartindo-se as mayorias que se acrescentarem ao valor intrinseco entre os que a lavraram na Casa da Moeda, e os gastos para a fabrica della pelo modo que logo apontarei; e as sobras á Real fazenda de Vossa Magestade.

O meyo que para isto se conseguir mais eficaz e suavemente se me representa, he, que sendo Vossa Magestade servido mandar que estando o dinheiro todo no valor intrinseco de tostão por oitava, aos dois milhões de peso se lhe acrescente na fabrica o valor extrinseco de 20 por 100, a saber 15 para o dono delle, e 5 para o dispendio da fabrica, ficando as sobras para a Real fazenda.

A qual Fabrica e licença de Vossa Magestade para ella não será nem durará mais que enquanto se fabricarem os ditos dois milhões com suas crecenças em moedas de cinco oitavas de peso de prata, que valhão 600 réis impressos no cunho: de duas oitavas e meya, que valhão 300 réis tambem impressos; de duas oitavas, que do mesmo modo valhão 240 réis; de uma oitava, que valha 120 réis; de meya oitava, que valha 60 réis, tudo circulado. E o mesmo se pode e deve obrar nas moedas de ouro, fabricando-as de tres oitavas e de oitava e meya de peso, levando tambem no cunho o valor extrinseco à razão dos mesmos 20 por 100, e todas do mesmo modo circuladas. E fabricada que for a dita somma de dois milhões, ou nas tres praças que nomeei, cada hua com o que se lhe conceder, ou só nesta da Bahia, para dellas se lhes enviar o que della vier e lhe tocar, todo o mais dinheiro que entrar e apparecer em todo o Estado que não fôr

desta nossa fabrica, somente correrá pelo valor intrinseco de tostão a oitava.

Agora, Senhor, prostrada aos Reaes pés de Vossa Magestade, se queixa tambem a pobreza deste Estado, que he muita e grande, tanto mais digna de ser ouvida quanto são as suas vozes mais fracas, e as miserias que padece mais lastimosas; pede ella, e eu em seu nome, ou por beneficio de charidade, ou por indulto de justiça, seja licito, alem da somma sobredita, conceder-lhe Vossa Magestade se fabriquem mais 40.000 cruzados de moeda miuda. A saber os 30.000 em moeda de meyo tostão, dois vintens e hum vintem, quinze mil para esta Bahia, nove mil para Pernambuco, e seis mil para o Rio de Janeiro, e os dez mil cruzados em moeda de cobre de tres até cinco réis: a saber cinco mil cruzados para esta Bahia, tres mil para Pernambuco, e dois mil para o Rio de Janeiro.

A rezam que todos alegam he porque só desta maneira poderão evitar a perda consideravel que se padece na compra dos assucares, digo dos *usuaes* (?) por falta de trocos; sendo obrigado quem lhe basta comprar dez reis ou um vintem da mais infima hortaliça a comprar dois vintens ou dar dois vintens a hum pobre mendigo, aliás ficar este sem esmola, que he o que de ordinario succede. Esta moeda miuda pode e deve ser com proporção fabricada e marcada quanto ao valor intrinseco e extrinseco como a maior, porque sendo o valor intrinseco de meya oitava de prata meyo tostão, e dando-se-lhe (como fica dito) de valor extrinseco mais 20 reis fica de tres vintens, Tendo, pois, a dita meya oitava de prata de peso pelo miudo 36 grãos, que são tres vezes dose, evidentemente se segue poder-se lavrar cada vintem de peso de 12 grãos, cada mocda de meyo tostão de peso de 30 grãos, incluindo-se por esta fórma e, todos estes miudos o valor assi de peso intrinseco, como de acrescentamento extrinseco.

Alem do Estado da Bahia ter este privilegio sempre, e a urgente e quasi extrema necessidade deste Brasil o pedir agora a Vossa Magestade por limitado tempo e para determinada quantia não mais: Bem sei que ha de Vossa Magestade encontrar assi em muitos ministros seus, como em muitos mais

homens de negocio, grandes difficuldades a esta resoluçam, por lhes parecer que com ella se dará algum golpe em seus proprios interesses; mas Vossa Magestade deve considerar com Deus e comsigo se he mais comveniente dar-se algum córte pelos interesses particulares, ou de guardar e deixar ir precipitando-se á ruina hum tão grande Estado, de cujo augmento e melhora depende o bem publico e a restauração da Real fazenda de Vossa Magestade, A cuja Real pessoa Guarde Nosso Senhor, como todos os seus vassallos havemos mister. — Bahia, 4 de Julho de 1692. (1).

Este documento é de grande valor por que não só esboça, com muita exatidão, a situação econômica do Brasil, como sugere medidas saneadoras.

Esta e outras representações, além das sucessivas solicitações dos representantes dos diversos setores da vida pública brasileira, tiveram como consequência a lei de 8 de março de 1694, criando a primeira casa da moeda do Brasil, na cidade do Salvador, Bahia, para onde deveria ser enviado o numerário circulante em todo o Estado do Brasil, a fim de ser transformado em moeda provincial.

Em princípios de 1695, ano em que se cunhavam as primeiras moedas, o Aviso de 2 de fevereiro mandava *que se fizesse remetter para a Bahia a moeda da Capitania do Rio de Janeiro para se reduzir naquella Cidade à nova fórma*. Com essa finalidade foi também expedida a Carta Régia de 22 de dezembro de 1695. Em relação às capitanias do sul, inclusive S. Paulo, ordenou-se o mesmo, devendo todo o numerário ser transportado pelas naus de comboio que se dirigiam à Lisboa e, transformado em moeda provincial, retornaria nas que passassem de volta ao Rio. Houve forte resistência a essa medida, pois receiosos mostravam-se todos de enfrentar os riscos decorrentes de tal remessa.

A CASA DA MOEDA DO RIO DE JANEIRO TEM SUA PRIMEIRA SEDE NA JUNTA DO COMÉRCIO

Opondo-se os moradores do Rio de Janeiro a enviarem suas moedas à Salvador, a Carta Régia de 23 de Janeiro de 1697 esta-

(1) Apud Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vol. LVII 1935. págs. 147 a 153.

belecia a alternativa: ou a Capitania do Rio mandava reduzir seu numerário na Casa da Moeda da Bahia, ou se abritia outra Casa da Moeda na Cidade do Rio de Janeiro, correndo porém as despesas de transporte das máquinas, instalação das oficinas, salário dos operários e vencimento de um desembargador da Relação que se transferiria para o Rio como Superintendente da Casa da Moeda, por conta dos seus moradores. Não houve dúvidas quanto à solução, o último alvitre foi aceito.

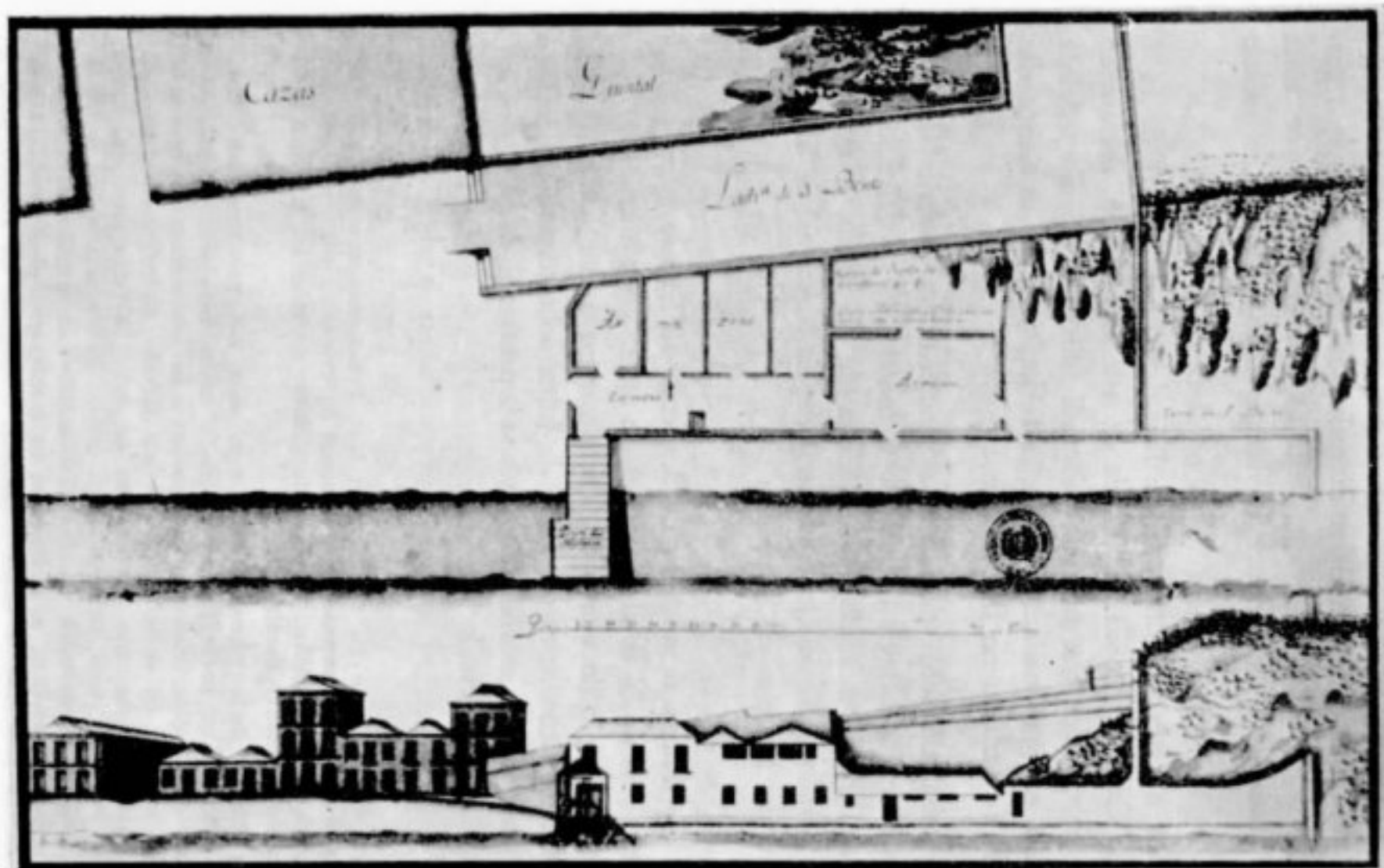
Assim, no ano seguinte, a Carta Régia de 12 de janeiro de 1698 estabelecia Casa da Moeda na Cidade do Rio de Janeiro, declarando quais os empregados que nela serviriam. E um aviso do dia seguinte comunicava ao governador a resolução real. Porém, a mudança das oficinas só se realizou no fim do ano.

A escolha do local para o seu funcionamento recaiu sobre o prédio onde se encontrava a Junta do Comércio, (1) localizado à rua Direita, (2) nas proximidades da ladeira de S. Bento, e que fôra doado ao Estado. Nele funcionou tempos depois o Arsenal de Marinha. A respeito diz Moreira de Azevedo :

“Doara o mosteiro de S. Bento ao Estado, por escritura de 26 de abril de 1696, o terreno que possuía no princípio do morro do Mosteiro para o mar, onde estavam situados os armazens da Junta do commercio; nesse terreno estabeleceu o vice-rei o arsenal de Marinha, e... etc.”

(1) A Junta do Comércio foi fundada em 1649. Funcionou com esse título até 1851, quando foi transformada em Tribunal do Comércio, instalado solemente na presença do Imperador, no Paço da Cidade, do qual foi primeiro presidente José Clemente Pereira.

(2) A rua Direita, hoje Primeiro de Março, data dos primeiros tempos da cidade. Situada na parte plana, paralela à costa, nela foram erguidas as primeiras edificações, desenvolvendo-se a vida administrativa, comercial, religiosa e social da colônia. Cresceu em direção ao primitivo Largo do Carmo, também conhecido por terreiro da Polé, Terreiro do Paço, Largo do Paço, Praça D. Pedro II, hoje Praça Quinze de Novembro. Foi teatro de importantes acontecimentos da época colonial — a chegada dos jesuitas, beneditinos e carmelitas; a luta contra os franceses; o desenvolvimento do comércio; as procissões e festas religiosas; a chegada da Família Real, e muitos outros fatos de significação na vida brasileira.



(Fig. 1) Planta da área próxima à ladeira de S. Bento, antes da construção do Arsenal de Marinha, onde estão assinaladas as Casas da Junta da Comissão, que foi Junta do Comércio, com a anotação: todas estas casas são de pau apique, e então arruinadíssimas.
Reproduzida do livro «As Cidades do Salvador e Rio de Janeiro no Século XVIII — Gilberto Ferrez (Foto: João Rocha)

(Fig. 2) Moedas cunhadas na Casa da Moeda do Rio em 1699.



Valôres de ouro
4,000 — 2.000 e 1.000 réis



Valôres de prata
640 — 320 e 160 Réis.
No valor maior é visível o último
algarismo da data emendado de 8 para 9

Os Armazens da Junta eram casas de “pau a pique”, que por volta de 1748 estavam “arruinadíssimas” conforme textualmente a elas se referiu o engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim (1).

Em “As cidades do SALVADOR E RIO DE JANEIRO no Século XVIII” de Gilberto Ferrez, o capítulo referente à “Alfândega do Rio de Janeiro 1752”, está ilustrado com duas plantas “detalhe do grande panorama de 1760, executado por ordem de Bobadela”... Uma dessas plantas faz referência às Casas da Junta do Comércio. (Fig. 1).

Nessas casas de “pau a pique” foi instalada, em 1698, a primeira Casa da Moeda do Rio de Janeiro, em *caráter provisório*, conforme determinação expressa na Carta Régia de 27 de novembro de 1698: “que o lavor na Casa da Moeda da Capitania do Rio de Janeiro durasse por tempo de um anno, e, findo elle, se fechasse, passando os officiaes da Casa da Moeda para a Capitania de Pernambuco”.

Nos anos de 1699 e 1700 houve cunhagem de moedas de ouro e prata com os mesmos valores intrínseco e extrínseco das lavradas na Bahia. (Fig. 2). Foi observado o Regimento da Casa da Moeda de Lisboa, de 9 de setembro de 1686, com 79 artigos, e que veio acompanhado de uma ordem para que fôsse guardado inviolavelmente na Casa da Moeda. Portugal enviou pessoal capaz para o empreendimento — ensaiador, fundidor, afinador, moldador, serralheiro, branqueador, etc. — e o abridor Joseph Berlique que, embora recomendado pela Casa da Moeda de Lisboa, revelou-se logo incapaz de realizar sua tarefa. As nossas primeiras moedas tiveram um abridor improvisado, foi êle Domingos Ferreira Zambuja que exercia em Salvador o ofício de ourives.

Comenta Yolanda Portugal: (2) “Cronològicamente foi o primeiro abridor e o mestre do primeiro núcleo de gravadores, que

(1) José Fernandes Pinto Alpoim, engenheiro militar, nasceu em Viana do Castelo em 4 de julho de 1700 e morreu no Rio de Janeiro em 1765. Quando em 1738 foi criada a Aula de Artilharia no Rio de Janeiro, veio com a patente de sargento-mor de engenheiro de Terço de Artilharia para ensinar a oficiais e soldados. Em 1750 foi elevado ao posto de mestre-de-campo do Terço de Artilharia. Formou vários especialistas. Projetou o Hospício dos Borbonos, a Casa dos Governadores, depois Paço Real, na atual Praça Quinze, fez o Convento da Ajuda, além de se encarregar das obras finais de melhoramento dos Arcos da Carioca.

(2) Primeiros Abridores de Cunho das Casas de Moedas do Brasil. in Revista Numismática. S. Paulo, Ano X. Ns. 1-4. 1942.

receberam d'ele as primeiras lições e as transmitiram de um para outro."

Seu primeiro auxiliar, Amaro de Barros, também ourives, quando da transferência da Casa da Moeda para o Rio, tornou-se aqui primeiro abridor; acompanhando as oficinas para Pernambuco, voltou novamente para o Rio em 1703, onde exerceu seu ofício até 1739.

O Governador Geral D. João de Lancastro e o Superintendente da Casa da Moeda da Bahia João da Rocha Pita, adotaram para o anverso das moedas provinciais as armas de Portugal e para o reverso, nas de ouro, a Cruz de S. Jorge dentro de quatro arcos e, nas de prata, a Cruz de Cristo sob a esfera armilar. (Fig. 2).

No Rio a cunhagem começou em 17 de março de 1699 sob a Superintendência do Desembargador Miguel de Siqueira Castello Branco e a administração de José Ribeiro Rangel. Em 1703, quando da reabertura, foi o Desembargador José de Siqueira nomeado para a Superintendência da Casa que iria, naquele momento, cunhar somente moedas do sistema nacional português.

Para a instalação da nova oficina monetária foram feitas obras nos Armazens, correndo as despesas por conta da Junta do Comércio, que foi depois indenizada. Orientaram essas obras dois oficiais vindos da Casa da Bahia, em 1698, com a planta das oficinas e as instruções necessárias para sua instalação e bom funcionamento, baseados na experiência da anterior. Este fato está registrado na correspondência dos governadores das duas cidades :

"D. João de Lancastro escreve a Artur de Sá e Menezes dizendo que o Patacho chegado com os paulistas e que vae a Paraiba do Norte, na volta ha de Levar " a fabrica da Casa da Moeda, e os mais officiais dela a essa cidade, que poderá chegar até meado de Novembro: mas para que Vossa Senhoria mais conheça a esses Povos o quanto desejo satisfaze-los na esperança que têm desta casa e lavor da Moeda para a unidade do bem comum, ordenei se embarcassem logo neste Patacho dois officiais da Casa da Moeda desta Cidade, que com umas plantas que mandei fazer assim do que é a Casa da Moeda, como da acomodação do sitio, onde tive por noticias se de-

dicavam para o mesmo efeito (1), para que estes possam neste meio tempo da demora assentar, e erigir o edificio das oficinas dessa casa nova, que Sua Magestade que Deus guarde, manda abrir: e com este meu cuidado, diligencia, e disposição de Vossa Senhoria, fico certo, em que ao tempo que chegar a fabrica não haja outro mais de demora, para se lavrar moeda, que aquele que for preciso, de se assentarem os Engenhos: E terão esses moradores que agradecer a Vossa Senhoria Senhoria o tempo que lhe antecipa o lavor do seu dinheiro, pois é certo, que para se esperar a chegada de toda a fabrica, para ao depois se erigir a casa, ficam diminutos do tempo, que não ha de durar amsi que até outra monção na forma que Sua Magestade, que Deus guarde ordena: E como este negocio seja de seu Real Serviço sei eu que Vossa Senhoria com o seu bom zelo, e boa direção ha de alhanar com os officiais da Camara todas as duvidas para estas despesas (que são sem duvida) para se satisfazerem prontamente, dos rendimentos da senhoria da mesma moeda, que o dito Senhor demitiu de si, a beneficio desses moradores.” (C. de 26 de agôsto de 1698). (2)

Ainda em 1.º de dezembro do mesmo ano de 1698 D. João de Lancastro escreve a Artur de Sá e Menezes :

-
- (1) Há nesta carta uma referência interessante quando o Governador, falando na vinda de dois officiais da Casa da Moeda da Bahia com a planta, diz “da acomodação do sítio, onde tive por noticias se dedicavam para o mesmo efeito”, dando a entender que no local da Junta do Comércio, onde seria instalada a Casa da Moeda do Rio, já houvera officina com a mesma finalidade. Não existe noticia da existência de Casa da Moeda anterior a que se instalou em 1698. Possivelmente, no mesmo local teriam sido applicados os carimbos por ocasião dos levantamentos das moedas espanholas e portugêsas. O fato é que embora a legislação sôbre o assunto mencione “casa da moeda” sabemos que estas não passavam de simples oficinas de contramarcação. Aliás, o Regimento do Conde de Óbidos, a que já nos referimos anteriormente, menciona a Casa dos Contos da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro como o local onde seriam applicadas as contramarcas. Diante da carta de D. João de Lancastro surge a hipótese de terem aquellas oficinas funcionado nos Armazens da Junta do Comércio, razão pela qual já tendo se prestado para êsse mister, seria o local indicado para o estabelecimento da Casa da Moeda. Trata-se, entretanto, de simples hipótese, sem base em documentos officiais.
- (2) História Monetária do Brasil Colonial. Severino Sombra. Pág. 109.

“tudo quanto me for possível farei antecipar a ida dos oficiais, e fabrica da Casa da Moeda, para essa Capitania : onde sei de Vossa Senhoria mostrar o seu costumado zelo, na brevidade com que se ha de edificar a casa, e começar o lavor, assim por particular serviço de Sua Magestade que Deus Guarde, como pela utilidade desses Povos. Para condução da dita fabrica e oficiais mandei fretar este Navio com aprovação e parecer do Superintendente da mesma casa da moeda, Provedor-mor da Fazenda Real, e mais Ministros dela, por preço de 600\$000, cujo pagamento se ha de fazer das despesas da Casa da Moeda dessa cidade: e para a forma que se ha de observar nela, envia o Superintendente desta da Bahia ao Superintendente desta dita cidade, uma instrução, que se ha de guardar inviolavelmente e na dita casa se lavrará a Moeda nova assim na forma, como no peso, igual em tudo á que se fez nesta cidade; o que se entende, não tendo Vossa Senhoria ordem alguma de Sua Magestade, em contrario, porque nesse caso, seguirá Vossa Senhoria a que tiver do dito Senhor. Em 26 de Agosto deste ano escrevi a Vossa Senhoria em companhia dos dois oficiais da Casa da Moeda, que levaram a planta da que se havia de erigir nessa cidade, para que estivesse tudo pronto, quando chegassem, os que haviam de lavrar; e se não perdessem nesta diligencia, um só instante. Na mesma carta avisei a Vossa Senhoria, que Sua Magestade não dava mais tempo de demora, para a dita casa lavrar moeda nessa cidade, que desta Monção á que vem, e que acabado o dito tempo, fosse logo para a Capitania de Pernambuco: o que Vossa Senhoria fará na mesma forma que agora faço daqui, mandando fretar embarcação segura, para conduzir áquela Capitania os officiais e fabrica da dita Casa da Moeda.”

Pelas cartas régias que se sucederam vemos que a Casa da Moeda tranferida para Pernambuco lá permaneceu também por curto espaço de tempo, de fins de 1700 a março de 1702, e antes de sua extinção

já cuidava a coroa do restabelecimento da Casa do Rio, em vista da descoberta de ouro nas "minas gerais".

Em fevereiro de 1701 há ordem no sentido de se fazer casa para a Junta do Comércio, em lugar da que lhe tinha sido tomada pela Casa da Moeda, mas, até o ano seguinte nenhuma providência fôra tomada. Cogitando-se então da volta da oficina monetária para o Rio, o govêrno português pondera "que no caso de servir para fábrica da moeda a casa da Junta do Commercio, se alugasse outra por conta da Fazenda Real para o ministerio da mesma Junta."

Em resumo, como vimos, a Casa da Moeda provisória se instalou nos armazéns adaptados para êsse fim e a Junta, em consequência, ficou apertada dentro da sua própria sede. A transferência da Casa para Pernambuco trouxe-lhe pouco alívio pois, em breve, retornariam as oficinas monetárias ocupando suas primitivas instalações. Em 12 de abril de 1703 cogitava-se novamente da construção de uma casa "para o ministerio da Junta do Commercio", que deveria ser erguida em lugar conveniente e com as mesmas acomodações da que lhe fôra tomada pela Casa da Moeda. Na impossibilidade de se executar imediatamente aquela determinação, foi aprovada em 4 de maio do mesmo ano, a instalação da Junta na casa do governador, declarando-se "não ser também contra o serviço Real que a mesma fosse no Collegio da Companhia", dando-se a êsse respeito várias providências.

Ficava assim o antigo prédio, próximo à ladeira de S. Bento, ao dispor da Casa da Moeda, que nesse ano de 1703 reabria-se para o lavor da moeda não mais provincial, mas de ouro do sistema nacional português. Tudo faz crer, entretanto, que as acomodações não fossem satisfatórias para o desempenho de suas funções pois, no mesmo ano, a Carta Régia de 20 de setembro de 1703 mandava . . . "que se fizesse de novo uma casa para o lavor da moeda com as Officinas necessarias". Em 6 de setembro de 1704 uma outra ordem real mandava que se construísse casa adequada para o cunho da moeda com o dinheiro da senhoriagem. Estas ordens, como muitas outras, não chegaram a ser cumpridas.

Poucas deveriam ser as edificações no Rio setecentista e, em decorrência do desenvolvimento do comércio, da atração pelo ouro que começa a marcar seu poderoso ciclo, sobretudo pelo desdobramento dos serviços administrativos, a coroa enfrentava sérios problemas para a instalação de suas repartições.

A CASA DA MOEDA É TRANSFERIDA PARA DUAS CASAS TÉRREAS, DEFRONTE AO CONVENTO DO CARMO

Em 1706, último do reinado de D. Pedro II, as oficinas deixaram os armazéns da Junta e se instalaram em duas casas pertencentes ao Convento do Carmo, (1) localizadas defronte a êle e ao lado da Cadeia, na rua Direita. A cessão dessas casas dos carmelitas à coroa portugêsa para instalação da Casa da Moeda se deu em virtude do receio que tinham aquêles religiosos que se construísse no Largo do Carmo, aliás velha questão que vinham êles mantendo com os membros da Câmara. Desde 1683, a Várzea do Ó ou do Carmo (atual Praça Quinze) esteve ameaçada de desaparecer, dividida e aforada entre os parentes dos "officiaes da Camara que serviam naquelle anno". Contra isso insurgiram-se os frades carmelitas, alegando entre outras coisas, que iam roubar-lhes a *vista das janelas* do seu Convento. Conseguiram em 1686, três anos depois, uma ordem régia tornando sem efeito aquella divisão, salvando assim o único largo ou roscio que existia na época e que foi o centro da vida colonial.

Mas a luta continuou ainda por muitos anos, não se conformando a Câmara que fêz novas tentativas de se apoderar dos terrenos da Praça do Carmo.

(1) O Convento do Carmo pertencia a Ordem dos Carmelitas ou frades do Monte do Carmelo. Chegados ao Rio por volta de 1590 abrigaram-se alguns frades na ermida da Senhora do Ó, à beira-mar, por onde já haviam passado os frades beneditinos. A ermida lhes foi doada e obtiveram da Câmara um terreno ao lado direito da mesma, onde construíram o convento. Num dia de grande festividade desabou a ermida matando muitos fiéis. No lugar ergueram os carmelitas o seu templo, empregando na construção pedra extraída da Ilha das Enxadas. Naquele tempo eram comuns os donativos às ordens religiosas em troca de bênçãos e officios, e a corporação do Carmo foi enriquecida muitas vêzes por essas doações, tornando-se proprietária de casas térreas e sobrados, além de fazendas de cultura. Em 1611 obtiveram o terreno para a cêrca do convento, construindo mais tarde casas com frente para a rua que recebeu o nome de **Beco do Carmo** e depois **Rua Detraz do Carmo**. No lado da praia, nos terrenos fronteiros ao convento, o recuo do mar permitiu a construção de casas nos limites onde hoje funciona os Correios e Telégrafos, que foi Casa dos Governadores, Paço Real e depois Imperial. Em 1808, com a chegada da família real, o Convento do Carmo transformou-se em dependência do Paço, ao qual foi ligado por um passadiço construído em frente à rua da Misericórdia.

Conta-nos Vieira Fazenda :

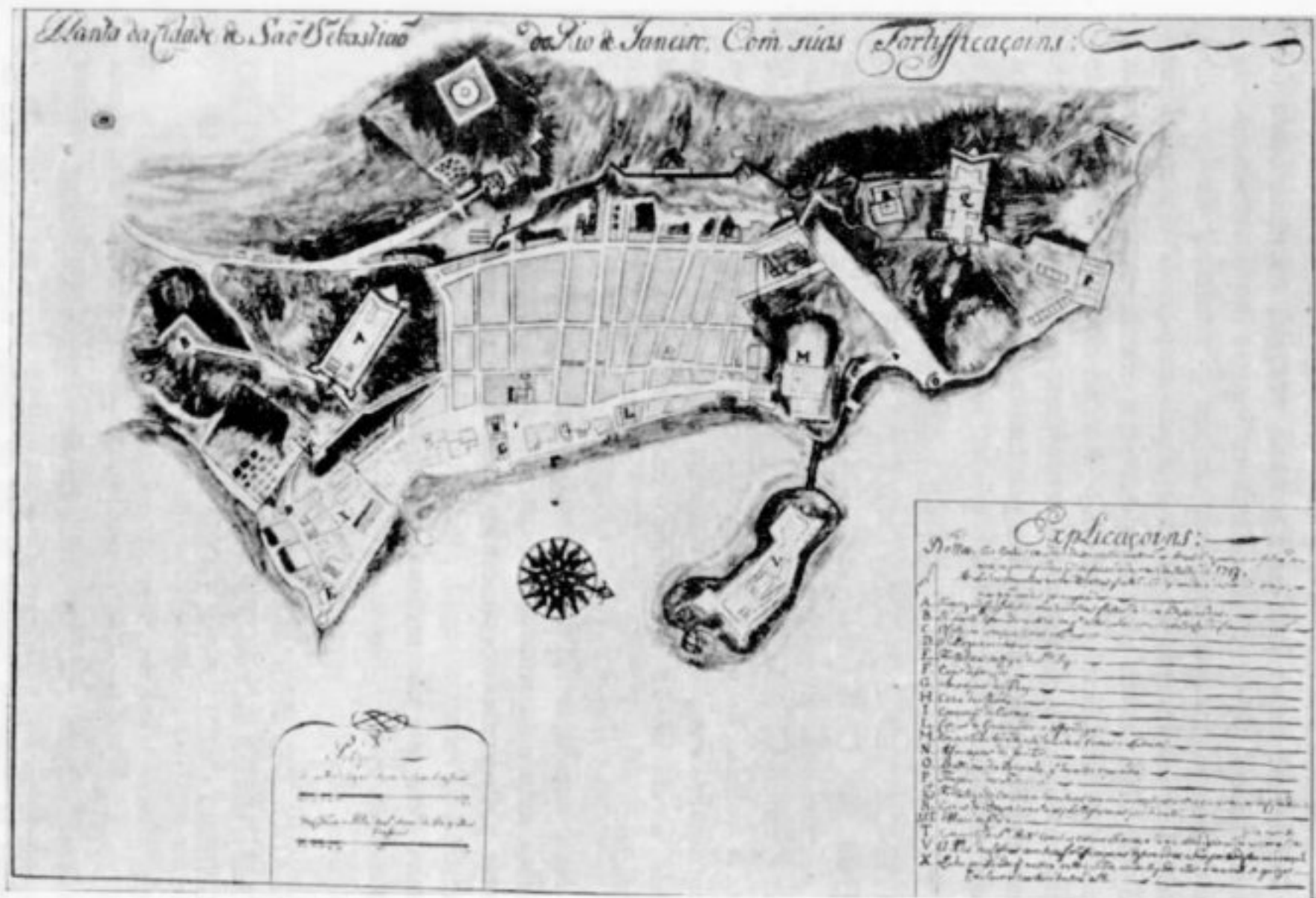
“Apesar, porém, daquellas positivas determinações, em annos posteriores a Camara ainda em detrimento dos frades quiz apoderar-se dos terrenos da praça do Carmo. É o que se depreheende de uma informação dada em 29 de Junho de 1720 pelo governador Ayres de Saldanha e Albuquerque. Este documento extrahido dos livros do Archivo Publico, foi dado em resumo num dos bons artigos da lavra do illustrado sr. Eduardo Peixoto, a proposito de quitandeiras, impresso n’*A Tribuna*.

Eis mais ou menos o que referia Ayres de Saldanha :

“Defronte do Convento do Carmo e principalmente de seu dormitorio se achavam ainda (antes de 1720) um campo devoluto com cem passos em quadra. Pretendendo-se nelle fazer a *Casa da Moeda*, deram os Religiosos uma moradas de casas que tinham para um lado do dito campo, afim de que não lhe ficasse fronteira a construção. Com effeito *se fez a casa da Moeda* pela parte da terra, e nos fundos pela do mar os armazens reaes. Pretendendo novamente os officiaes da Camara fazer no mesmo campo, para a banda do mar, um curral e casa de açougue, e pela de terra casas e quitandas dos negros, ficando a rua com a largura de 30 passos, se lhe oppuzeram os religiosos com o fundamento da graça em que haviam impetrado de Sua Magestade, etc”.

Esse depoimento é duplamente valioso pois não só indica a localização da Casa da Moeda, ou melhor, o local para onde ela se transferiu ao sair de sua sede primitiva, como aponta as razões que determinaram ali sua instalação.

João Massé, engenheiro militar francês, que veio para o Brasil a serviço de Portugal incumbido de planejar a defesa das cidades e dos portos, deixou-nos uma planta do Rio de Janeiro, de 1713, a primeira executada em escala (Fig. 3). Propôs Massé a construção de uma muralha além de outras obras, assinalando nesse traçado da primitiva cidade os edifícios da época, entre os quais destacamos os de maior



(Fig. 3) «Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, Com suas Fortificações.» 1713. Esta planta é da autoria de João Massé. Cópia autenticada do original pertencente ao Arquivo Histórico e Ultramarino de Lisboa. (Reproduzida da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 22), (Foto: João Rocha)

interêsse para êste trabalho: H — *Caza da Moeda*; G — *Armazens del Rey* (local onde mais tarde o engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim construiria a Casa dos Governadores); L — *Casa dos Governadores*, futura Casa dos Contos; N — *Armazens da Junta do Comêrcio*. Representa essa planta para a nossa pesquisa um documento de primeira ordem, pois traz assinalados os lugares de funcionamento da Casa da Moeda nos seus primeiros tempos — Armazens da Junta do Comêrcio, primeira sede em 1699 e depois quando da reabertura em 1703 até 1706; nesta data transferiu-se a oficina monetária para as casas térreas fronteiras ao Convento dos carmelitas, aí permanecendo até a construção da Casa dos Governadores, no antigo local dos Armazens del Rey, onde se instalou por muitos anos, conforme veremos posteriormente.

Encerrando esta parte mencionaremos o TOMBO DOS BENS PERTENCENTES AO CONVENTO DE NOSSA SENHORA DO CARMO, NA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO. ⁽¹⁾ Solicitaram os carmelitas ao govêrno real fossem seus bens medidos, demarcados e tombados pelo Ouvidor Geral da Capitania ou pelo Juiz de Fora. A solicitação vinha enriquecida dos títulos de propriedade e de outros diplomas, todos em traslados tirados por tabeliães. D. João V pelo alvará de 29 de outubro de 1709 manda atender à justa solicitação.

Na leitura dêsse TOMBO nossa atenção foi despertada para duas certidões, uma de arrematação e outra de avaliação, referindo-se ambas às casas pertencentes ao convento, onde funcionava a casa da moeda e que transcrevemos a seguir para que melhor possam ser apreciadas, inclusive pelo que nos revelam de curioso sôbre fatos e costumes da época.

TRELADO DE AREMATAÇÃO DAS CAZAS TERREAS QUE ESTAM JUNTO AO ASOGUE DEFRONTE DO CONUENTO DO CARMO ONDE ESTA HOJE A CAZA DA MOEDA. 1619.

Francisco Cabral de Tauora Juiz dos orfãos com alçada por el Rey nosso Senhor en esta cidade de Sam Sebastiam

(1) Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vol. LVII. 1935. Rio de Janeiro, 1939.

do Rio de Janeiro e sua capitania esetera. Faço saber aos que esta minha carta de aRendamento digo aRematação for amostrada e o conhecimento della com direito pertencer en como en este juizo dos orfãos se fes inuentario dos bens que ficaram por morte e falecim.^{to} de Domingos Ferreira de Brito Alferes que foi da fortaleza Sancta Cruz desta barra o qual se comesou en os tres do mes de feuereiro do prezente anno e no qual se escreueram todos os bens que ficaram do defunto e seus erdeiros e por as contias das diuidas que o defunto devia conforme ao que elle declara en seu testamento ser mayor que a Receita dos bens que por seu falecimento se acharam não auue de que fazer partilha entre seus erdeiros seus filhos e de sua mulher Maria Fragoza primeiro defunta que elle entre os mais bens que no dito inuentario se escreuerão foi huã morada de cazas terreiras com seus quintal citas nesta cidade defronte do asogue della as coais são foreiras ao conuento de Nossa Sr.^a do Carmo digo de Nossa Sr.^a do monte do Carmo a quem se paga de penção en cada hum anno mil e duzentos Reis e por os moues não bastarem para o pagamento das diuidas a Requerimento dos aqueredores mandey em pregam a dita morada de cazas e suas benfeitorias para pagam^{to} das diuidas as coais andaram em pregam os dias e termo da ordenação pellas ruas e lugares publicos por manael Fernandes porteiro desta cidade en as coais se fizeram lanços de que se fizeram termos de preço que en ellas se lançaua e fazendo Bertolameu Vas hum dos aqueredores lanço de sincoenta mil Reis por parte do dito Conuento direito sensorio foi feito outro lança de sincoenta e dous mil Reis e andando no dito lanço por alguns dias o dito Bertholomeu Vas fez outro de sincoenta digo de sincoenta e sinco mil Reis no qual andando o dito porteiro muitos dias não ouue quem mais lançasse que o dito Bertholomeu Vas E estando os ditos autos en estes termos foi a elles junto ao aforamento que o mesmo conuento tinha feito dos ditos chaos ao defunto que he o que Segue.//. Saibam quantos este publico instrumento de escritura de aforamento por tempo de dous noue annos uirem en que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jezu Christo de mil e seis centos e dezaseis annos en os quinze dias do mes de outubro do dito

anno nesta cidade de Sam Sebastiam do Rio de Janeiro fui eu tabaliam ao diante nomeado ao conuento de Nossa Sr.^a do monte do Carmo sito en esta cidade e sendo la em prezença de min tabaliam e das festemunhas que a todo foram presentes apparecerão os Religiozos do dito conuento a saber o Reuerendo P.^e Prior Frey Diogo do Rozario e os mais Religiozos abaixo asinados e logo por elles foi d.^o que elles aforauão como de feito aforauão por tempo de dous noue annos proxinos segyintes a Domingos Ferreira de Brito com sinco braças de acham de testada a face da Rua e de quintal ametade do que se achar digo do que achar fazendosse fazendose outra Rua da banda do muro as coais braças se come-saram de medir do marco que esta por sima iunto do quintal de Ruy Vas por preço e quantia de mil e duzentos Reis cada hum anno com condição que indose elle dito digo elle aforante desta terra para outra ou acabandose o tempo do foral que são dous noue annos lhe pagaram elles ditos Padres e conuento todas as benfeitorias conforme ao tempo en que foram feitas as coais serão aualiadas por dous homens louuados de parte a parte com declaração que querendo o conuento fazer cazas em os demais chãos por sua conta para inteirar a Rua toda que lhe não more ninguem nella senão de sua mão querendolhe o dito conuento tomar as cazas a elle dito Domingos Ferreira de Brito o podera fazer pagandolhe as suas benfeitorias como dito he con tal declaração que o dito conuento o não podera lansar fora, digo que o dito conuento lhe não leuara foro enquanto não morar nas ditas cazas saluo pasando de hum anno con tal condição que o dito conuento o não podera lansar fora nen tomar suas cazas senão como a Rua toda for acabada de sua própria parte en fee do qual asim o outrogaram elle dito Domingos Ferreira de Brito aceitou esta dita escritura en todo e por todo como se nella contem para o q' os ditos outorgantes se obrigaram por suas pessoas e bens moueis e de Rais auidos e por auer a tudo ter e manter goarda como se nesta dita escritura contem para o que se desaforauão de Juis de seu foro e de toda a Lei e liberdade que ora tenham e ao diante alcansar possam porque de nada queriam uzar senão com effeito comprir esta escritura a pe de juizo e logo foi acei-

tada esta dita escritura por todo o dito conuento a som da
campa tangida e eu tabaliam fui as pouzadas de Domingos
Ferreira de Brito e pela senhora sua mulher foi dado con-
sentimento nesta dita escritura como se nella contem e Rogou
a Belchior da Costa que por ella asinase por ser melhor e
não saber asinar estando a todo por testemunhas Bastiam
Fagundes e Francisco damorim pessoas de mim tabaliam Re-
conhecidas que sam as proprias que aquisinarão com os ou-
torgantes Antonio dandrada tabaliam das notas o escreui a
qual escritura de aforamento consta ser asinada na propria
nota por todas as partes como todo della consta a qual junta
aos ditos he fui a Ruadireita desta cidade como consta dos
autos e porteiro para auermos de arrematar as ditas cazas en
leyam (sic) publico e com o lecenceado Gaspar Martins
curador dos Orfãos pertencem pella maneira seguinte.//
Anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil
e seis centos e dezanoue anos aos dous dias do mes de se-
tembre do dito anno nesta cidade de Sam Sebastiam Rio de
Janciro en a Rua direita della junto da porta do mosteiro de
Nossa Senhora do monte do Carmo aonda foi o juiz dos
Orfãos Francisco Cabral de Tauora comigo escriuão e Manoel
Fernandes porteiro desta cidade p.^a se auer de aRematar as
cazas atras declaradas dedecalradas (sic) e logo o dito por-
teiro tomou hum ramo uerde en suas mãos dizendo que sin-
coenta e sinco mil Reis lhe dauam pellas cazas que ficarão
por falecim.^{to} de Domingos Ferreira de Brito junto ao asou-
gue desta cidade com seu quintal e demarcaçõis declaradas en
a carta de aforamento atras os coais lhe daua em pas e en
saluo forros para a fazenda e orfãos que se ouuesse quem por
elles mais desse se uiesse a elle que lhe receberia seu lanço
e andando assim com ellas em pregam pellas Ruas publicas
desta cidade de huã para outra banda se ueyo aonde elle Juis
estaua sem auer quem mais en ellas quizesse lansar e logo
elle Juis mandou ao dito porteiro tornasse pellas Ruas afron-
tando com o dito lanço e logo pelo dito porteiro foi lançado
pregam que sincoenta e sinco mil Reis lhe dauão pelas ditas
cazas que afronta fazia que mais não achaua que quem qui-
zesse mais lançar se uiesse a elle que lhe Receberia o lanço
porque logo se auiam de aRematar q' que (sic) lhe daua

huã e duas e outras mais pequenina que afronta fazia que mais não achaua que quem mais quizesse lançar se uiesse a elle que lhe Receberia o lanço e andando assim com este lanço em pregam por grande espaço de tempo tornou a elle Juis sem auer quem mais en ella lançasse e logo elle Juis mandou ao dito porteiro tornasse afrontar com o dito lanço para se auerem de aRematar as ditas cazas pello que logo o dito porteiro tornou com o Ramo na mão em pregam en alta uox dizendo que quem mais quizesse lançar en as cazas que forão do Alferes Domingos Ferreira de Brito defunto que estauão junto aos asougues desta cidade de sincoenta e sinco mil Reis se uiesse a elle que lhe Receberia seu lanço que lhe daua huã e duas e outra mais pequenina e tornando o dito porteiro ao dito digo aonde o dito juis estaua sem auer quem mayor lanço fizesse estando presente o Padre Frei Angelo dasurreição Padre da ordê e conuento de Nossa Snr.^a do monte do Carmo pello qual foi dito a elle Juis q' visto como não auia mayor lançador e quem mais desse que os ditos sincoenta e sinco mil Reis elle lhe Requeria en nome do dito conuento como direito sensorio que lhas Rematasse no dito preço para o conuento o que todo uisto por elle Juis e não auer mais lançador Rematou as ditas cazas ao dito conuento com o dito porteiro ao dito padre Frei Angelo dasurreição o qual dito porteiro lhe deu e lhe meteu na mão e lhe ouue as ditas cazas por aRematadas no dito preso e lhe mandou desse logo fiador a dita quantia a entregar todas as uezes que por elle Juis lhe fosse mandado o qual logo assim apresentou por seu fiador e principal pagador da dita quantia a Balthezar damorim morador nesta cid.^e pelo qual foi dito que elle de sua liure uontade ficavapoe fiador e principal pagador da dita quantia dos ditos sincoenta e sinco mil Reis pelo dito conuento e Padres de Nossa Snr.^a do conte do Carmo e se obrigou a todo a entregar e dar a elle Juis todas as uezes que lhe for mandado para que outrosi se obrigaua como fiel depuzitario a todo entregar sem para isso os ditos Padres serem ciatados nen demandados porque elle se constituia por principal deuedor e todo daria e entregaria como dinheiro da fazenda de Sua Magestade e depozito que della se aja feito com todas as custas perdas e danos que sobre

esta aRecadação se fizerem para o que se obrigou a Responder en este juizo dos orfãos e Renunciou juis de seu foro e todas as leis e liberdades que en seu fauor razão porque de nada quer uzar senão todo dar e pagar a pee de juizo o que todo elle juis aceitou en nome dos orfãos estando a todo presente o lecenceado Gaspar Martins daMaral seu curador declarando o dito Padre que nesta quantia entrauão doze mil Reis que o defunto lhe deuia e elle juis todo aceitou e o asinaram com testemunhas presentes declaro que deram por seu fiador na forma e condiçoins asima declaradas a Miguel Ayres Maldonado morador nesta cidade o qual aceitou esta fiança. . . na forma que dito he que todo lhe foi declarado elle dito digo e lido o que o Juis aceitou segundo o que todo atuei e tam comprida e largamente se contem en a dita aRematação e fiança aonde Esinei com o curador fiador e o dito Padre com testemunhas que tambem asinaram pello que sendome pedido a prezente minha sentença de carta de aRematação das ditas cartas (sic) por parte do conuento para dellas tomarem a posse lhe mandei pasar por min assinada pella qual mando que todo o nella conteudo e declarado se cumpra e goarde como en ella se contem pella qual mando ao escriuão que a passou ou outro qualquer official de iustiça que para isto poder tenha que sendolhe Requerido de a posse aos ditos Padres lha dem na forma que Sua Magestade ordena por suas ordenaçõins pasandolhe os estrumentos de judice nas costas della domo dito he comprio asi dada en esta cidade de São sebastiam do Reio de Janeiro Bento Pereira escriuão dos orfãos a fes en os tres dias do mes de setembro de mil e seis centos e dezanove annos.//. Valha sem cello ex cauza Cabral.//. Francisco Cabral de Tauora.//. Auto de posse.//. — Anno de nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e scis centos e dezanoue annos aos dias do mes de setembro do dito anno nesta cidade de Sam Sebastiam do Rio de Janeiro en as cazas conteudas nesta carta de Rematação aonde Eu escriuão fui com o Padre Frey Angelo da Resurreição como procurador do conuento de Nossa Senhora do Monte do Carmo para lhe dar a posse destas cazas e logo o dito Padre entrou nas ditas cazas e en sua

mão tomou pedra terra telha erua e Ramos do quintal dellas abrindo e fexando as portas e de sua mão deu as chaues dellas a Joam chanches que ora en ellas uiue por seu aluguel e nellas ficou de sua mão e cón estas solenidade e com todas as mais que en direito posso por Rezam de meu officio lhe dei a dita posse Real autual ciuel e natural en fee do qual asinei com o dito Padre Frey Angelo da Ressurreição e com t.^{as} Gaspar Rodrigues e o dito Joam Chanches que todos com elle asinarão Bento Pereira escriuão dos orfãos o escreuí.//. Fr. Angelo da Ressurreição Gaspar Rodrigues.//. João Chanches.//. Bento Pereira.//. O qual treslado de carta de aRematação Eu Raphael deCarualho fiz tresladar da propria e uay na uerd.^e sem couza que duuida faça e a corri e concertei com official comigo abaixo asinado e a dita propria me Reporto a qual tornei ao Reuerendo P.^e Prior Frey Ignacio de Souza Rio de Janeiro coatro de Abril de seis centos e uinte. Raphael de Carualho.//. Concertado por mim escriuão Raphael de Carualho.//. E comigo escriuão Pedro da Costa.//. Fr. Ignacio de Souza Prior.

1620

L.T.

B

Essas casas pertenciam, como vimos, a Domingos Ferreira de Brito, Alferes da Fortaleza de Santa Cruz, e após sua morte, em 1619, foram vendidas em hasta pública, sendo o arrematante Frei Angelo da Ressurreição, padre da Ordem e Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo, que por elas ofereceu a quantia de 55 mil reis.

Um aspecto muito interessante do documento é a descrição, ou melhor, o processamento do leilão público em que o *porteiro da cidade*, *empunhando um ramo verde*, apregoava em altas vozes pelas ruas, por

muitos dias, . . . “quem mais quizesse lançar en cazas que forão do Alferes Domingos Ferreira de Brito defunto que estauam junto aos asougues desta cidade de sincoenta e sinco mil Reis se uiesse a elle que lhe Receberia seu lanço” . . .

Arrematadas as casas pelo Convento, o Juiz mandou que o porteiro entregasse o *ramo verde* nas mãos do arrematante, Frei Angelo da Ressurreição, simbolizando a posse das mesmas.

Focalizemos agora a segunda certidão, referente a uma avaliação; em que são requerentes os reverendos padres de Nossa Senhora do Monte do Carmo:

TRESLADO DA CERTIDÃO E JUSTIFICAÇÃO QUE SE FES NA AUALIAÇÃO DAS CAZAS TERREAS DEFRONTE DO CONV.^{TO} ONDE HOJE HÉ A CAZA DA MOEDA. 1706.

Francisco Prr^a Loureiro Juis do officio de Pedreiro este prezente anno de mil e sete centos e seis e Manoel Tauares escriuão do dito officio E Manoel delgado Juiz do officio de carpinteiro e Gonçallo paicheque escriuão do dito officio certificamos em como o Requerimento dos Reuerendos padres de Nossa Senhora do monte do carmo o M.R.P.P.^{al} Fr. Francisco Serram e o mt.^o Reuerendo padre Prior Fr. Miguel de Azeredo e o muito Reuerendo P^{ad}re Fr. Saluador da Emcarnação fomos alualiar duas moradas de casas terreas de pedra e cal sitasna rua direita junto da cadea e defronte do conuento dos ditos Religiozos de Nossa Senhora do Monte do Carmo as quais cazas uimos e aualiamos na forma em q' estam asim de pedreiro como de carpinteiro e tudo o mais quepertence ao dito officio de Pedreiro e carpinteiro en coatro contos e coatro centos mil reis e asim o Juramos aos Sanctos Evangelhos E por nos ser pedida a prezente a passamos por nos assignada. Rio de Janeiro dezanoue de Mar-

co de mil e sete centos e seis.//. Francisco Pereira.//. Manoel delgado.//. Manoel Tauares.//. Goncallo Pacheco.//.//. Justificação do Ouvidor Geral.//. O Douctor Joam da costa de Afoncequa Do dezembargo de Sua Magestade que Deos goarde seu uuidor geral com alcada no ciuel e no crime e nesta cidade de Sam Sebastiam do Rio de Janeiro e seu termo corregedor da comarca e juis das justificações &.^a Aos que esta prezente certidão de justificação uirem faço saber que a mim me constou por féé do Escriuão do meu cargo que esta sobescreueo serem as firmas da certidão asima e atras de franciço pereira Lourinho e Manoel Tauares e Manoel delgado e Goncallo Pacheco nella conteudos o que hei por Reconhecido e Justificado dado nesta dita cidade aos oue dias do Mes de Abril de Mil e sete centos e seis annos e eu Manoel de uasconcello a fis escrever.//. João da costa da fONSEÇA.//. o qual treslado da dita Justificação e certidão eu sobredito Manoel de uasconcellos escriuão da ouuidoria geral e correição fis tresladar da propria que me apresentou o P.^e Fr. Salvador da Emcarnação que a tornou a Receber e uay na uerdade sem couza que duuida faça porque a conferi concertei sobescreui e asinei nesta dita cidade en os noue dias do mes de Abril sete centos e seis anos.//. Manoel de uasconcellos.//. Concertado por mim escriuão com a propria.//. Manoel de uasconcellos.//.

A certidão datada de 9 de abril de 1706 confirma a época em que a Casa da Moeda deixou sua primeira sede para se instalar nas casas defronte ao Carmo. A nosso ver, a avaliação de que trata a certidão acima visava uma base legal para entendimentos com a coroa portuguesa, pois um ano depois, em 16 de março de 1707, D. João V ordenou fosse informado o requerimento em que o Prior do Convento Frei Miguel d'Azeredo (um dos que requerera a avaliação) solicitava pagamento das casas que cedera para a fundação da Casa da

Moeda. Sòmente em 20 de outubro de 1733 seria atendida essa solicitação.

Como ocorrera aos Armazens da Junta, estas casas sofreram também reparos para se adaptarem às suas novas funções. De Lisboa vieram portais e grades de ferro que completaram as obras, dando ao prédio maior segurança.

Com o correr dos anos novas obras deveriam ter sido feitas, conforme se vê da Carta Régia de 29 de outubro de 1753 que mandava realizar os “reparos necessarios” no edifício da moeda, que há 27 anos vinha funcionando nas casas defronte ao Convento do Carmo.

Embora o govêrno portuguez logo de início se preocupasse com a construção de uma sede própria para a Casa da Moeda, expedindo ordens reiteradas nesse sentido, isto só iria ocorrer no Brasil independente, durante o reinado de D. Pedro II. Nesse meio tempo, ela passaria em 1743 para a Casa dos Governadores e desta, em 1814, para o antigo Museu de História Natural, também conhecido por Casa dos Pássaros, de onde saiu afinal para a sede definitiva.

No primeiro período de funcionamento *efetivo*, de 1703 a 1707, reinado de D. Pedro II, as oficinas cunharam sòmente moedas do sistema nacional. Com D. João V (1706-1750), época em que a mineração atingiu o auge, vemos as casas de moeda se multiplicarem com a reabertura da Casa da Bahia e a criação de outra em Minas Gerais, tôdas com o objetivo de transformar o precioso metal em moedas sonantes do sistema nacional. São dessa época as série dos dobrões e escudos. No reinado seguinte, de D. José I (1750-1777), o ouro passa também a ser amoedado em espécimes do sistema provincial.

Vencendo as vicissitudes a Casa do Rio trabalhou bastante desde os seus primeiros anos. Dela saíram oficiais e material para a Casa de Minas Gerais, cujo provedor Engênio Gomes Freire de Andrade vinha com poderes irrestritos de escolher empregados e transportar instrumentos.

Ainda na fase inicial um fato importante abalou profundamente os recursos financeiros da colônia, cabendo à Casa da Moeda do Rio a maior parte da responsabilidade na solução final. Trata-se da invasão francesa ocorrida em 1711, sob a chefia de Duguay Trouin.

No ano anterior aqui estivera uma expedição sob o comando de Duclerc. A vitória portuguesa culminou com a prisão do chefe e de seus comandados; os oficiais foram aprisionados no Colégio dos Jesuitas e os soldados distribuídos pela Cadeia, prisão da Casa da Moeda e Conventos.

A invasão de Duguay Trouin, embora esperada, deu a vitória aos invasores. Estes, depois de saquearem a cidade já danificada pelo incêndio de diversos prédios, em consequência do intenso bombardeio, propuseram ao governador Francisco de Castro o pagamento de elevada soma para o resgate da mesma. A respeito ouçamos o escritor Tasso da Silveira: (1)

“4 — Não foi por seiscentos mil apenas, mas sim por seiscentos e dez mil cruzados que se resgatou a cidade, tendo rendido, aliás, seiscentos e dezesseis mil a subscrição feita para êste fim, como nos informa o Livro de Registro n.º 1 da Casa da Moeda, que na lista aparece como a maior sacrificada, pois subscreveu 275.194 cruzados, ou seja, quasi 50% do preço do resgate.”

A vultosa contribuição da Casa da Moeda foi paga da maneira que se segue: . . . “doze contos seiscentos e cinquenta mil reis em dinheiro e duzentos e quatro marcos em moedas de ouro por cunhar e sete arrobas e dez libras e corenta e oito oitavas em barras de ouro ligadas em liga, e mais uma borracha de ouro em pó com quatro mil e trezentas e seis oitavas.” Êste ouro em pó pertencia, como diz o documento, “. . . aos defuntos e ausentes da Camara”.

(1) A História da Casa da Moeda. Cap. III, in revista “Casa da Moeda”, Ano 1, N.º 3, Maio-Junho de 1947.

Ainda na fase inicial um fato importante abalou profundamente os recursos financeiros da colônia, cabendo à Casa da Moeda do Rio a maior parte da responsabilidade na solução final. Trata-se da invasão francesa ocorrida em 1711, sob a chefia de Duguay Trouin.

No ano anterior aqui estivera uma expedição sob o comando de Duclerc. A vitória portuguesa culminou com a prisão do chefe e de seus comandados; os oficiais foram aprisionados no Colégio dos Jesuitas e os soldados distribuídos pela Cadeia, prisão da Casa da Moeda e Conventos.

A invasão de Duguay Trouin, embora esperada, deu a vitória aos invasores. Estes, depois de saquearem a cidade já danificada pelo incêndio de diversos prédios, em consequência do intenso bombardeio, propuseram ao governador Francisco de Castro o pagamento de elevada soma para o resgate da mesma. A respeito ouçamos o escritor Tasso da Silveira: (1)

“4 — Não foi por seiscentos mil apenas, mas sim por seiscentos e dez mil cruzados que se resgatou a cidade, tendo rendido, aliás, seiscentos e dezesseis mil a subscrição feita para êste fim, como nos informa o Livro de Registro n.º 1 da Casa da Moeda, que na lista aparece como a maior sacrificada, pois subscreveu 275.194 cruzados, ou seja, quasi 50% do preço do resgate.”

A vultosa contribuição da Casa da Moeda foi paga da maneira que se segue: . . . “doze contos seiscentos e cinquenta mil reis em dinheiro e duzentos e quatro marcos em moedas de ouro por cunhar e sete arrobas e dez libras e corenta e oito oitavas em barras de ouro ligadas em liga, e mais uma borracha de ouro em pó com quatro mil e trezentas e seis oitavas.” Êste ouro em pó pertencia, como diz o documento, “. . . aos defuntos e ausentes da Camara”.

(1) A História da Casa da Moeda. Cap. III, in revista “Casa da Moeda”, Ano 1, N.º 3, Maio-Junho de 1947.

Não obstante, as quantias tôdas consignadas na lista eram dadas apenas por empréstimo, a ser mais tarde resgatado por meio de impostos lançados sôbre a população e o comércio. O que não impediu que os tesoureiros da Casa da Moeda, Diogo Barbosa Leitão e Tobias Luge, em presença do Governador da Cidade, lançassem formal protesto contra a violenta ordem de entregar "todo o Cofre da Casa", exigindo quitação do ato, que lhes foi passada imediatamente pelo Governador.

Além do pesado resgate, sofreu a casa dano e depredações em suas instalações, prejudicando as oficinas e inutilizando o material existente. Não podiam ser mais desastrosas as conseqüências da invasão de 1711. De Lisboa foi remetido, no ano seguinte, o material necessário para o prosseguimento da cunhagem, interrompida por alguns meses. Essa crise coincidiu com a baixa de pessoal habilitado desviado para as Minas, havendo ordem real no sentido de que a milícia suprisse as faltas.

Encerrando êste capítulo queremos ressaltar que nenhuma referência encontramos a respeito das instalações da primitiva Casa da Moeda, seu aspecto exterior, suas acomodações. Pelas certidões transcritas anteriormente ficamos sabendo que se tratavam de casas térreas de pedra e cal. Além das oficinas havia uma prisão onde em 1710 estiveram prêsos soldados franceses, conforme vimos anteriormente e, em 1717, foi encarcerado o Tesoureiro Diogo Barbosa Leitão, processado e condenado por haver abandonado a cidade na mão do inimigo vitorioso Duguay Trouin.

As oficinas, em 1734, foram visitadas oficialmente pelo Governador Geral da Capitania, Gomes Freire de Andrade, que se fazia acompanhar do fidalgo da Casa de Sua Magestade, Martinho Mendonça de Pina e de Proença, enviado ao Brasil para inspecionar os serviços reais. Verificando-se na ocasião a precariedade de suas instalações e a impossibilidade de expansão conforme exigia a necessidade, pois, além do labor da prata, depois de 1735 concentrou-se no Rio a cunhagem da moeda de ouro, com o fechamento da Casa de Minas.

A CASA DOS GOVERNADORES TAMBÉM FOI CASA DA MOEDA

A Casa dos Governadores, depois Paço Real, foi a terceira sede da Casa da Moeda. Conta-nos Moreira de Azevedo que os primeiros governadores desta histórica cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro não tiveram residência própria, fixando-se onde “mais cômodo e conveniente lhes parecesse”. Para assim agir eram protegidos pelo direito das *aposentadorias* que lhes permitia escolher e se apossar da residência que mais lhe agradasse, e o infeliz proprietário que sofresse as duras penas de uma mudança repentina e extremamente incômoda. (1) À Câmara era desvantajoso o pagamento de aluguel pois ficava diminuída com isso grande parte de sua renda.

Procurando acabar com êsse incrível sistema e visando dar aos governadores morada decente e confortável, em 7 de agosto de 1678, a Câmara do Rio de Janeiro, solicitou do govêrno português a aquisição de uma casa para êsse fim. Vinte annos se passaram, sòmente em 1698 ordenou a coroa a compra do prédio pertencente ao Provedor Pedro de Souza Pereira, (2) o melhor que havia na cidade, muito bem situado à rua Direita, e que deveria passar por melhorias que o tornassem digno de sua nova finalidade. Infelizmente, em 1710, quando da invasão francesa, o armazém de pólvora localizado na provedoria, ao lado da Alfândega e da Casa dos Governadores, incendiou-se e o fogo propagando-se ràpidamente, causou grandes prejuízos.

A Carta Régia de 20 de fevereiro de 1711 recomendava “o maior zêlo na reedificação das Casas dos Contos, da Alfândega, Armazém

(1) A chegada da família real agravou a situação, pois as iniciais P R (Príncipe Regente) apostas a uma propriedade significava a perda da mesma pelo proprietário. Essa lei das *aposentadorias* perdurou até 1818, quando D. João VI a derogou.

A propósito comenta Vieira Fazenda: “Livraram-se de tão triste sorte os proprietários que viviam em casas modestas ou de mesquinha apparencia. Quem porém, era dono de qualquer sobrado não se furtava ao vexame de ver seus prédios tomados por qualquer fidalgo, gente do Paço, desembargador, militar, empregado civil e até criado.” E mais adiante: “O legitimo dono era obrigado a despejar o proprio domicilio, construido á sua custa ou herdado de seus antepassados. E ai do que recalcitrasse; iria para a cadeia arrepende-se de sua desobediencia.”

(2) O Provedor da Fazenda Pedro de Souza Pereira foi assassinado no exercício de sua função de administrador das minas. Homem de fortuna, morreu solteiro, sem descendentes.

de Armas e Casa do Governo do Rio de Janeiro, que tinham ardido por ocasião da entrada dos inimigos na Praça. . .” Os edifícios incendiados foram reconstruídos por Francisco de Castro Moraes.

Nessa primeira residência oficial viveu Gomes Freire de Andrade pelo espaço de dez anos, porém, não a considerando digna da primeira autoridade da colônia, em 1743 determinou a construção, no largo do Carmo, de uma nova casa, que seria depois o Paço Real. A nova residência foi levantada no local dos antigos Armazens del Rey, assinalado na Planta da Cidade de João Massé (Fig. 3), nela residindo Gomes Freire de Andrade durante 19 anos, até a sua morte. Na nova sede governamental foi instalada a Casa da Moeda.

Quando o Conde de Rezende acrescentou um segundo andar ao edifício ficou este assim ocupado, segundo nos informa Moteira de Azevedo: (1)

“Occupavão os vice-reis a galeria superior do lado da praça; em parte deste mesmo lado trabalhava o Tribunal da Relação, e no pavimento terreo estava a casa da moeda, residindo o provedor no quarto do canto da face oposta.”

Vivaldo Coaracy (2) esclarece mais :

“ . . . a Casa da Moeda esteve até à chegada da família real instalada no pavimento térreo do palácio dos Vice-Reis, na face voltada para o Convento do Carmo. Para melhor acomodação da Côrte, foi dali removida.”

Essa remoção, entretanto, como veremos mais adiante, não foi imediata, ela se verificou seis anos após a chegada dos soberanos portugueses.

Por determinação do Vice-Rei D. Luiz de Almeida Portugal, 2.º Marquês de Lavradio, foi recolhido à Casa da Moeda o *cofre público* que era até então guardado, por incrível que pareça, na casa de um tesoureiro particular chamado depositário, o que tornava fácil o desvio dos dinheiros públicos.

(1) O Rio de Janeiro.

(2) Memórias da Cidade do Rio de Janeiro.

A chegada da família real em 1808 alterou profundamente a situação da colônia. O Vice-Rei Conde dos Arcos transferiu-se para uma casa no campo de Sant'Ana e a residência dos governadores, melhor mobiliada e decorada, transformou-se no Paço Real. Por essa ocasião dois passadiços foram erguidos, um que existiu até 1832, ligava o Paço à Cadeia Velha, sendo os prêsoes removidos para o antigo Aljube; outro, do lado fronteiro ao Convento do Carmo, ligava diretamente os dois prédios, mudando-se os carmelitas para o Hospício dos Barbonos na rua hoje conhecida por Evaristo da Veiga. Este passadiço repousava sobre três arcos que comunicavam a Praça do Carmo com a Rua da Misericórdia e foi muito bem fixado por Thomas Ender (1) em uma de suas belíssimas gravuras do Rio antigo.

O Paço Real, depois Imperial, foi reservado às solenidades e recepções, fixando os soberanos residência no Palácio da Quinta da Boa Vista. Com a proclamação da República, esse prédio, dos mais antigos do Rio de Janeiro, tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foi transformado em Repartição Geral dos Correios e Telégrafos.

Registravam-se mudanças e mais mudanças na vida social e administrativa da cidade, a Casa da Moeda, porém permanecia no mesmo local, ocupando parte do pavimento térreo do Paço até 1814, data em que se transferiu para o edifício do Real Erário, à rua do Sacramento, hoje conhecida por Avenida Passos. (2)

DE CASA DOS PÁSSAROS À CASA DA MOEDA

O Real Erário funcionava a princípio na antiga Casa dos Contos na rua Direita. Com a chegada da côrte houve necessidade de ampliar

(1) Thomas Ender chegou ao Brasil em 1817 no séquito que acompanhou a Arquiduquesa D. Leopoldina. Desenhista e aquarelista de valor deixou excelente obra de sua passagem pelo Brasil.

(2) A Av. Passos teve diversos nomes: Rua da Casa dos Pássaros, Rua do Real Erário, Rua do Erário, Rua da Moeda. Em 1817 passou a ser chamada Rua do Sacramento por estar nela situada a Igreja do mesmo nome. Quando em 1903 o prefeito Pereira Passos realizava sua obra de urbanização do Rio, uma das atingidas foi a Rua do Sacramento que foi alargada e prolongada até a Rua Marechal Floriano. Inaugurada a 27 de junho de 1903 o povo a batizou com o nome de Av. Passos.

suas instalações, sendo então transferido para a "Casa dos Pássaros".

(1) A propósito informa Vivaldo Coroacy :

"Muito aumentada, foi a Casa dos Pássaros transformada em sede do Erário. Foi o prédio que, durante mais de um século, sob o Reino, o Império e a República, chegou aos nossos dias como Tesouro Nacional, onde estava localizado o Ministério da Fazenda. Ficava situado na rua do Sacramento, depois Avenida Passos, ocupando praticamente um quarteirão inteiro. Com a mudança do ministério para o imponente edifício da Esplanada do Castelo, foi o velho Tesouro demolido, na administração do Prefeito Henrique Dodsworth."

Desde 1810, sob a direção do arquiteto real Manuel da Costa, vinham se processando as obras de melhoramento do edifício que iria abrigar não só o Real Erário mas também a Casa da Moeda e a Tesouraria Geral das Tropas.

O prédio dominava um quarteirão limitado por duas ruas e duas travessas. A fachada principal dava para a Rua do Sacramento e a outra para a Rua Lêdo, antiga de S. Jorge, o lado direito para a Travessa das Belas Artes, onde mais tarde se edificou a Academia de Belas Artes, e o lado esquerdo, ocupado pelas oficinas monetárias, dava para a Travessa ou Bêco do Tesouro, também conhecido por Bêco da Moeda.

A Provedoria, instalada no primeiro pavimento, possuía mobiliário de jacarandá e um quadro a óleo da Senhora de Sant'Ana, padroeira dos moedeiros, da autoria do pintor Manoel Dias de Oliveira.

Embora desfrutando de melhores condições, não estava ainda a Casa da Moeda satisfatoriamente instalada, uma vez que dividia com outras repartições as dependências do edifício. A falta de espaço

(1) No vice-reinado de D. Luiz de Vasconcelos foi digno de especial registro a criação de um museu de história natural, com a finalidade de reunir espécimes da fauna brasileira. A existência de grande quantidade de aves habilmente empalhadas deu-lhe a denominação de "Casa dos Pássaros". No antigo Campo de São Domingos próximo à Igreja da Lampadosa foi construída a sede que preservou essa coleção, núcleo original do Museu Nacional. Com a instalação do Real Erário na "Casa dos Pássaros" a coleção foi transferida para uma casa adquirida para esse fim no Campo de Sant'Ana.

impedia não só a expansão e o melhor rendimento de suas oficinas, como tornou-se uma grave ameaça, ocorrendo dois incêndios, o primeiro em 10 de agosto de 1825 e o outro, onze anos mais tarde, em 1.º de outubro de 1836. Foi êste o de, mais graves conseqüências sendo preciso retirar com a maior presteza papéis de importância e outros valôres, que foram depositados provisoriamente na Igreja do Sacramento.

Acontecimentos tão desastrosos levaram como sempre o govêrno a pensar na construção de uma sede própria. Foi o Visconde de Itaboraá, Ministro da Fazenda o realizador da velha idéia, apresentando à Assembléia Legislativa, em 1853, o projeto e o orçamento para a sua construção, e que foram aprovados no ano seguinte.

Finalmente tornava-se realidade o plano de um século, período em que a Casa da Moeda se deslocou para diferentes pontos, e cuja trajetória traçamos neste estudo.

Os trabalhos de cunhagem e outros realizados nas oficinas da Rua do Sacramento foram da mais alta expressão para a numismática brasileira.

Entre êles se incluem moedas de grande valor do Brasil Reino Unido e do Brasil Império, destacando a série especial de 1816; a raríssima "Peça da Coroação" de D. Pedro I, obra do gravador Zeferino Ferrez, da qual se tem notícia da cunhagem de apenas 64 exemplares; a série de moedas de ouro de D. Pedro II com o seu retrato em diferentes fases, mostrando desde a cabeça infantil até o perfil venerável do soberano em avançada idade. Na medalhística sua importância não foi menor. Apresentamos aqui a reprodução de três trabalhos dessa fase — a primeira medalha cunhada no Rio de Janeiro, obra do mestre de gravura Zeferino Ferrez (Fig. 4) com a efígie de D. João VI; a medalha comemorativa da visita das Princesas Imperiais D. Isabel e D. Leopoldina à Casa da Moeda (Fig. 5), em 1856, vendo-se no anverso os bustos conjugados das duas jovens princesas; e destacamos uma terceira peça não só por sua significação histórica mas também muito especialmente pelo que ela representa para êste trabalho, trata-se da medalha comemorativa do lançamento da pedra fundamental do edifício da Casa da Moeda (Fig. 6) vendo-se a bela efígie de D. Pedro II, em cujo reinado ela se erigiu.

Entre outras realizações se incluem trabalhos filatélicos, entre os quais os famosos "olhos de boi" e também atendimento a enco-



(Fig. 4) Primeira medalha cunhada no Rio de Janeiro obra do gravador Zeferino Ferrez, 1820. Cobre, 50 milímetros.



(Fig. 5) Pequena medalha comemorativa da visita das Princesas D. Isabel e D. Leopoldina à Casa da Moeda. 1856. Gravador Cristiano Luster. Prata 29 milímetros.



(Fig. 6) Medalha comemorativa do lançamento da pedra fundamental do edifício da casa da Moeda, 1858, Gravador Cristiano Luster. 60 milímetros

mendas de condecorações da Tôrre e Espada, de sinetes em prata ou em bronze, de sêlos com as armas reais e, ainda mais, botões e abotoaduras de ouro para fardas, barrinhas de ouro encomendadas vez por outra pelo Príncipe Regente para presentear súditos estrangeiros. Da Casa da Moeda saiu, por ordem real, ouro para douração de objetos no Arsenal Real do Exército e também para a confecção de joias pelo ourives da casa real.

Esta fase é marcada sobretudo por um desdobramento muito grande das atividades da Casa da Moeda.

A CASA DA MOEDA EM SUA SEDE DEFINITIVA NA PRAÇA DA REPÚBLICA

Em 16 de março de 1858, aprovado o projeto do arquiteto Teodoro de Oliveira, (1) ficava decidida a construção do Palácio da Moeda. A 3 de julho do mesmo ano era assinado o contrato das obras, orçado em 980:000\$000, estando previsto o prazo de 3 anos e meio para sua execução. Houve a 2 de dezembro o lançamento da pedra fundamental, constando do auto da fundação o autógrafo do Ministro da Fazenda, Bernardo de Souza Franco, mais tarde Visconde de Souza Franco, de representantes do govêrno, notadamente do Provedor Cândido de Azeredo Coutinho e outros. Êsse auto, juntamente com moedas correntes de ouro e prata e três medalhas comemorativas, foi guardado em uma caixa de madeira, dentro de outra de zinco e fechado na pedra fundamental. Sob vivas ao Imperador e ao Ministro, jogou êste a primeira pá de argamassa, concretizando o ato.

A construção pròpriamente teve início em 1859, mas no seu final surgiram questões de ordem técnica ligadas a obras indispensáveis à finalidade do prédio e o govêrno imperial, em 1863 viu-se obrigado a encampar o contrato para abreviar o seu término.

Situado na Praça da República, antigo Campo de Sant'Ana, para onde tem voltada sua fachada principal, é um prédio cujas linhas obedecem ao estilo néo-clássico, ocupando grande área fechada por um gradil de ferro. (Fig. 7)

(1) Argeu Guimarães cita como arquiteto do edifício da Casa da Moeda, um discípulo de Grandjean de Montigny, José Maria Jacintho Rebello (1821-1872) a quem atribui também os projetos da Santa Casa de Misericórdia e do Palácio do Itamarati.

Adolfo Morales de los Ríos, porém, dá como autor do projeto da Casa da Moeda o arquiteto Teodoro de Oliveira.



(Fig. 7) Vista da fachada principal da atual Casa da Moeda, na Praça da República



(Fig. 8) Medalha comemorativa da Visita do Presidente Rodrigues Alves à Casa da Moeda, 1906, Prata, 57 milímetros.

Foi inaugurado em 19 de outubro de 1866, não como Palácio da Moeda, mas como sede da 2.^a Exposição Nacional da Indústria. Compareceram ao ato os soberanos e as mais altas personalidades da época. D. Pedro II visitou várias vezes a mostra e esteve presente ao encerramento em 16 de dezembro.

A mudança definitiva da Casa da Moeda para a sua nova sede só se deu dois anos mais tarde, ou seja, em 13 de setembro de 1868, e lá permanece até os nossos dias.

Atualmente passa a mesma por grandes transformações, ergue-se um novo edifício nos fundos da sede, pois esta, como tôdas as outras que a precederam, já não mais atende às suas finalidades. Mas, o antigo Palácio da Moeda, que no ano vindouro completará um século de atividades será preservado, pois trata-se de um próprio tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Desde o tombamento acham-se no Patrimônio, no Ministério da Educação e Cultura, aliás Palácio da Cultura, designação que lhe foi dada desde a mudança da capital federal para Brasília, tôda a documentação relativa aos contratos, obras, etc.

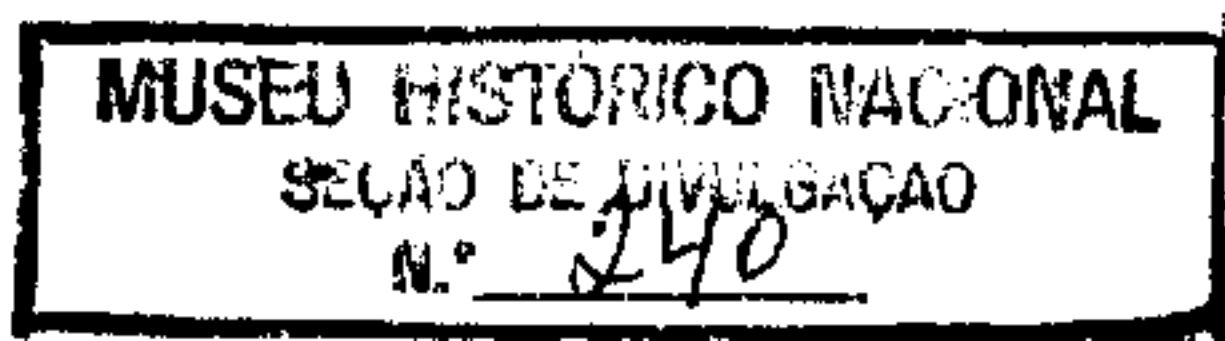
Funciona em Bomsucesso uma dependência da Casa da Moeda com oficinas de fundição e laminação.

Conta a repartição com uma biblioteca, para uso exclusivamente dos seus técnicos, onde são encontrados livros especializados, alguns de grande raridade. E um museu que guarda e conserva exemplares cunhados desde os tempos coloniais, bem como cunhos e matrizes de moedas e medalhas.

Para a formação de técnicos mantém a "Escola de Formação, Seleção e Aperfeiçoamento do Pessoal" que confere diploma de conclusão de curso nos níveis médio e superior, indispensável ao ingresso nos quadros técnicos da autarquia. Este curso é da maior importância, pois assegura elementos capazes, altamente especializados.

DOS REGIMENTOS E ALGUMAS DE SUAS DISPOSIÇÕES

O primeiro Regimento da Casa da Moeda foi o mesmo da Casa de Lisboa, datado de 9 de setembro de 1686 e vigorou até 1834. Neste ano o Decreto de 31 de março modificou alguns de seus artigos ocorrendo o mesmo nos anos de 1840 e 1860. Em 1874 o Decreto de 31 de janeiro dá novo Regulamento à Casa da Moeda.



Nos anos de 1904, 1911, 1932, 1934, 1950 e 1951 novas alterações foram feitas. Atualmente a Casa da Moeda é uma autarquia.

A Lei n.º 4.510 de 1.º de dezembro de 1964 em seu artigo 1.º transformou a Casa da Moeda “em autarquia, com personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa, técnica e financeira.” Tem seu fóro no Distrito Federal, estando vinculada ao Ministério da Fazenda. É de sua competência fabricar o papel moeda nacional e cunhar moedas divisionárias de liga metálica para o trôco, fixando suas características técnicas e artísticas; analisar metais; fabricar, com exclusividade, os selos postais ordinários ou comemorativos; emitir fórmulas para pagamento de impostos, emolumentos e taxas; proceder a exame sôbre a legitimidade ou falsificação de valôres impressos e amoedados.

SANT'ANA, PADROEIRA DOS MOEDEIROS

O culto de Sant'Ana começou na Capela de São Domingos, uma das mais antigas do Rio colonial. Os moedeiros e oficiais da Casa da Moeda desde os primeiros tempos de sua existência colocaram-se sob a proteção de Sant'Ana, a quem erigiram um altar na Igreja da Candelária. Promoviam anualmente as festas da padroeira, contribuindo por um sistema de rateio para a manutenção do altar e a realização das festividades.

O Regimento de 1686 faz referência à Confraria de Sant'Ana, da qual faziam parte, diz textualmente, moedeiros e oficiais.

Em 1731 os moedeiros dirigiram um apêlo ao Provedor José da Costa Mattos alegando “que sendo costume antiquissimo venerar annualmente a Senhora Sant'Ana colocada em a Freguezia de N. Sra. da Candelária, desta Cidade, à custa de todos os Moedeiros e Officiaes desta Casa, se alterou no anno presente o dito estilo excluindo-se os Officiaes da Casa de que *pro rata lhes cabia*, augmentando-se por essa causa o que devião e costumavão pagar os moedeiros”. Requeriam ao Provedor mandat incluir os oficiais no rateio. Consultado o Regimento através do Escrivão da Receita e Despesa e após debates, requerimentos despachos os oficiais ficaram fora do rateio.

Desde D. João IV os moedeiros e demais empregados se grupavam formando uma Companhia Militar de Privilegiados da Côrte.

Com o correr do tempo transformou-se numa corporação não mais composta de empregados, mas de negociantes que gozavam de incriveis privilégios. O trabalho desses negociantes era visitar navios portugueses que traziam ouro, transportá-lo para a Casa da Moeda onde era pago o impôsto de entrada de 1%, e ainda contar todo o dinheiro que era cunhado. Nomeados a princípio pelo Conservador do Cabido, mais tarde por alvará de D. João V, passaram a ser pelo Provedor da Casa que, em solene cerimônia, colocava o capacete na cabeça do moedeiro e com o espadim lhe dava duas cutiladas.

Ser moedeiro não significava ser funcionário da Casa, mas o título valia pelos privilégios e regalias de que gozavam o seu portador e sua família, em tudo semelhantes aos da Casa da Moeda de Lisboa. Embora no Regimento lhe fossem atribuídas funções (tiradores, fieiros, cunhadores, contadores, etc.), não eram mencionadas as remunerações correspondentes, concluindo-se que as mesmas não eram exercidas, mesmo porque nada mais eram os moedeiros do que ricos negociantes, ávidos de regalias inclusive a de isenção de impostos, que lhes era concedida.

Reconhecida a nenhuma necessidade desses funcionários o Provedor da Casa da Moeda de Lisboa propôs sua extinção o que se concretizou pelo Decreto de 3 de agosto de 1824. No Brasil, entretanto, somente o Regulamento de 1834 extinguiu aquêle cargo. Com a extinção da corporação dos moedeiros desapareceu a devoção a Sant'Ana.

Em 1930, um século depois, recomeçou o culto àquela Santa, agora como Padroeira da Casa da Moeda, realizando-se a festividade anualmente no dia 26 de julho.

Quando a Casa da Moeda se instalou na Rua do Sacramento, Moreira de Azevedo informa que a Provedoria, instalada no primeiro pavimento, tinha móveis de jacarandá e uma imagem de Sant'Ana, pintura a óleo de Manoel Dias de Oliveira. Esclarece que a mesma foi retocada por outro pintor, conservando do original apenas a linha da composição.

Manoel Dias de Oliveira, Leandro Joaquim e José Leandro de Carvalho foram os nomes mais importantes da pintura colonial à época da missão artística francesa.

Nasceu Manoel Dias na Vila de Sant'Ana de Macacu, transferindo-se para o Rio com intenção de aprender torêutica com Mestre

Valentim, dizem uns, e ourivesaria, afirmam outros. O fato é que encantou-se com as pinturas de José Leandro de Carvalho, enveredando-se para essa arte, cujos estudos iniciou no Rio de Janeiro indo depois completá-los no Pôrto e em seguida em Lisboa. Auxiliado pelo famoso Pina Manique matriculou-se na Régia Academia de Portugal em Roma, donde lhe veio o apelido de o *romano*.

Voltando ao Rio foi nomeado professor oficial de desenho e pintura, cargo que exerceu de 1800 a 1822. Pintou retratos, paisagens, flôres e fêz várias decorações de monumentos erguidos para a chegada de D. João VI. Possuía excelentes qualidades e amava sobretudo a sua arte, procurando introduzir aqui o que de mais moderno se fazia na Europa. Entretanto, sofreu incompreensões, falecendo em 1837, isolado de todos.

Informa Adolfo Morales de los Rios Filho que a imagem de Sant'Ana de sua autoria existia na Casa da Moeda atual, de onde foi retirada por ordem do Diretor Dr. Enes de Souza. Se assim foi, o fato pode ter ocorrido por volta de 1889 ou 1900 quando foi o Dr. Enes nomeado Diretor interino, ou então no período de 1913 a 1916 quando exerceu efetivamente aquela direção.

Pelas informações que obtive da própria Casa da Moeda e através da notícia dada por Roque Pinheiro em seu trabalho sôbre "O salão nobre da Casa da Moeda", há uma imagem de Sant'Ana que data do século XVII e que foi adquirida pelo Cel. Zeno M. de S. Zielinsky (1944-1946) quando Diretor da Casa. Embora não sendo católico, encantou-se por essa imagem que viu em Salvador, Bahia oferecendo-a à Casa da Moeda.

Atualmente, existem em sua sede aquela imagem e, desde 1941, uma escultura representando a Santa, junto às escadarias do saguão de entrada, obra dos gravadores da casa, Adolfo Augusto Hungerbülher e Virgílio Francisco da Silva Filho.

BIBLIOGRAFIA

- AGACHE, Alfred — *Cidade do Rio de Janeiro*. Foyer Brésilien. Paris.
- ARAGÃO, A. C. Teixeira de — *Descrição Geral e Histórica das Moedas cunhadas em nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*. 3 vols. Lisboa. Imprensa Nacional. 1874.
- AZEREDO COUTINHO, Cândido — *Apreciação do medalheiro da Casa da Moeda*. Rio de Janeiro. 1862.

- BRASIL, Gerson — *História das ruas do Rio*. Rio de Janeiro. 1965. 4.^a ed.
- DUNLOP, C. J. — *Rio Antigo*. Rio de Janeiro. 1960. 3 Vols.
- ENDER, Thomas — *O velho Rio de Janeiro através das gravuras de Thomas Ender*. Texto e legendas por Gilberto Ferrez. Ed. Melhoramentos.
- FERREZ, Gilberto — *Um panorama do Rio de Janeiro de 1775*. Separata da Revista do Instituto Hist. e Geog. Bras. Vol. 233. Out.^o-Dez.^o 1956. Brasil. 1957.
- *As cidades do Salvador e Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro, 1963.
- GUIMARÃES, Argeu — *História das Artes Plásticas no Brasil*. Rio de Janeiro.
- MARQUES DOS SANTOS, Francisco — *A casa da moeda do Rio de Janeiro no tempo de D. João VI*. Revista Numismática. São Paulo. Anno IV. Ns. 3-4. 1936.
- MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo — *Grandjean de Montigny e a evolução da arte brasileira*. Rio de Janeiro.
- MOREIRA DE AZEVEDO — *O Rio de Janeiro*. 1877. 2 vols.
- NORONHA SANTOS — *As freguezias do Rio Antigo*. Introdução, notas e bibliografia de Paulo Berger. Ed. O Cruzeiro.
- PÁDUA, Saturnino de — *Moedas brasileiras*. Rio de Janeiro. 1941. 2.^a ed.
- PORTUGAL, Yolanda Marcondes — *Primeiros abridores de cunho das Casas de Moedas do Brasil*. Rev. Numismática. São Paulo. Ano X. Ns. 1-4. 1942.
- ROQUE PINHEIRO — *O Salão nobre da Casa da Moeda*. Rev. da "Casa da Moeda." Ano II. n.^o 7. jan.^o-fev.^o 1948.
- SILVA LISBOA, Balthazar — *Anais do Rio de Janeiro*. Tomo I. Pref. do Distrito Federal. 1941.
- SOMBRA, Severino — *História Monetária do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro. 1938.
- TASSO DA SILVEIRA — *A História da Casa da Moeda*. Rev. da "Casa da Moeda". Do n.^o 1 ao n.^o 24. 1947/1950.
- VIEIRA FAZENDA, José — *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro*. Rev. do Instituto Hist. e Geog. Bras. Tomo 86. Vol. 140. Rio de Janeiro. 1921.
- VIVALDO COARACY — *O Rio de Janeiro no Século 17*. (Col. Docs. Brasileiros). José Olímpio Editôra. 1944.
- WILLINGTON, Renato Vieira — *Sant'Ana Padroeira dos Moedeiros*. Rev. Numismática. São Paulo. Ano XI. Ns. 1-4. 1943.
- *Anais da Biblioteca Nacional*. Vol. LVIII.

- Archivo Nacional — Volume XX — Comemorativo da Independência. Rio de Janeiro. 1922.
- Archivo Nacional. Catálogo das Cartas Régias, Provisões, Alvarás, Avisos, Portarias, etc., de 1662 a 1821, existentes no Archivo Nacional.
- Kosmos. Anno I. N.º 10. Outubro. 1904.

As moedas e medalhas reproduzidas neste trabalho, pertencem à coleção do Museu Histórico Nacional.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DAS ARMAS DEFENSIVAS

SÍGRID PÔRTO DE BARROS

ORIGEM, DESENVOLVIMENTO, PRINCIPAIS TIPOS E SUAS CARACTERÍSTICAS :

1. *Origem :*

O homem primitivo cedo percebeu o quanto era débil, em relação ao meio hostil e à fauna gigantesca, que o cercava; para enfrentar a luta pela sobrevivência. Sua imensa vulnerabilidade lhe deu a dimensão da necessidade que tinha de buscar artifícios que compensassem, de alguma forma, a sua inferioridade física. Utilizou primeiro, seus membros superiores como meio de ataque, lançando pedras com as mãos e dando o impulso com os braços, para tornar mais largo o arremêso. Por outro lado, à agilidade de suas pernas deveu seus primeiros instantes de defesa, permitindo que saltos o aproximassem ou afastassem, rapidamente, da presa ou do inimigo. Segundo as contingências, foi se impondo ao meio, do qual adotou galhos, como varapaus (precursores das lanças), pedras roladas, primeiro como armas de arremêso, e depois adaptadas à pedaços de madeira e já transformadas, em primitivos machados de pedra, antepassados de tôdas as armas de haste.

Amostragens resultantes de pesquisas arqueológicas, nos dão um material variado, que vai desde a ponta de sílex lascado, à outros exemplares de pedra polida, de bronze e de ferro.

Mas, a dura vivência em seu meio, fêz com que o homem primitivo chegasse à observações, que geraram nêle a inspiração criadora de seus primeiros meios defensivos. Se via nas águas os peixes protegidos por uma espécie de armadura de escamas, via também quelônios e crustáceos com pesadas carapaças protetoras, o que logo,

evidentemente, lhe permitiu uma fácil correlação entre uma proteção artificial do corpo, e uma possibilidade maior de sobreviver à ferimentos, que antes o tornavam tão vulnerável.

O acúmulo de experiências dá o conhecimento. Ora, se primeiro, o homem agasalhou o corpo com uma pele de animal; mais tarde por qualquer circunstância, chegou também a envolver um dos braços noutra pele, e assim se sentiu melhor defendido contra o ataque das feras ou os arranhões dos espinhos. Lógicamente, daí foi rápida a evolução para o *escudo*, que uma vez empunhado, podia ser afastado ou aproximado dos pontos mais vulneráveis, como a cabeça e o peito. Em sua confecção foram entrando, além das peles de animais, cascas e lascas de madeira, depois lâminas de metal e fibras tecidas emolduradas em madeira; sempre tendo acrescentada à sua parte interna, uma alça com função de empunhadura. Assim, enquanto protegia-se com a esquerda, deixava livre a direita, para pegar a arma ofensiva e lutar.

Quanto à proteção do crânio, a observação dos documentos encontrados, evidencia que os primeiros capacetes datam, exclusivamente, da Idade do Bronze.

Obviamente, todos esses raciocínios *nos afastam* de qualquer possibilidade de *situar a origem da arma ofensiva numa fase, cronologicamente, posterior à da arma defensiva*. Embora sintamos que o ataque é um reflexo conseqüente à auto-defesa; vemos que um sistema defensivo só pode ser obtido, dada a elaboração que exige, depois de um estágio cultural mais avançado. Mesmo assim, chegamos à *proto-história, com o homem defendido apenas, pelo escudo e pelo capacete*.

2. Desenvolvimento :

Já os tempos históricos, através da documentação dos gravados e das pinturas murais, nos mostram guerreiros, com capacetes mais elaborados, com o tronco envolvido em couraças p.d., ou em corpetes de tecido alcochoado ou mesmo enfaixados em tiras de couro, com reforços de pregaria; perneiras e braçadeiras ajustadas aos membros por atacadores de cordões.

Aos poucos, as túnicas de couro e de malhas metálicas, foram sendo reforçadas por placas ou sôlhas (as primeiras de couro e as

posteriores de metal), que eram acrescentadas às vestes exatamente, para proteger os pontos mais vulneráveis do corpo do guerreiro. Já no fim do século XIV, encontra tôdas estas peças ligadas ou articuladas, entre si, o que veio a constituir a armadura completa. Por seu turno, já a obra do armeiro, não se restringia mais a assegurar a proteção do combatente, do alto da cabeça à ponta dos pés, e sim buscava introduzir elementos de fino labor e elaborada composição de formas variadas. As armaduras do século XV, são inegavelmente, decorativas, mas antes de tudo, são um invólucro inibitório dos movimentos, a tal ponto, de ao se dar o caso, comum, de cair um cavaleiro de seu cavalo de batalha, o que lhe restava era ser a vítima inerte, da peonagem inimiga, que de adaga em punho, ferozmente, buscava as frinchas das couraças, e ultimava o cavaleiro "indefeso" dentro de sua carapaça. O valiosíssimo despojo (as armaduras valiam fortunas) era imediatamente, passado às ávidas mãos dos mercadores que seguiam de perto, a retaguarda das tropas.

Porém, o ciclo das clássicas armas defensivas, se fechou quando a pólvora foi adaptada às armas, dando origem, às chamadas "armas de fogo." Ora, o arnés embora espesso, era vulnerabilíssimo aos projéteis de fogo. Com o progresso das novas armas, foi a armadura se reduzindo às couraças de peito e dôrsõ, que acabaram ficando restritas apenas, às tropas de couraceiros, até o século XIX; o gorjal passou a ser uma espécie de sobrevivência, em uniformes regulamentares; e capacetes metálicos ou de couro com reforços, adornados com penachos coloridos, são mais um traço decorativo, do que defensivo no traje militar. E nos modernos exércitos, a defesa do soldado se restringe aos capacetes, de feição, quase idêntica, em tropas de todos os países. A 1.^a Guerra Mundial, trouxe o uso defensivo, da máscara contra gases, mas cêdo foi abandonado, pelo próprio soldado, à despeito dos regulamentos, por considerarem-na, como cerceadora dos movimentos e da visão. Embora com isto, corressem o risco de pôr em jôgo a própria vida.

E hoje, após milênios de civilização, vemos as tropas fardando em tecidos variados, conforme com o clima onde se dá o aquattelamento, e conservando como defesa do crânio — o capacete, cujo formato é uma forte reminiscência do casco primitivo.

E paradoxalmente, vemos que todo o moderno sistema defensivo, repousa em formas de ataque; como bases de teleguiados que podem ser disparados, apenas, através dos comandos de painéis de

instrumentos. E perguntamos, embora seja a bomba de hidrogênio uma força de ataque, não é também uma expressão de defesa para a Nação que a possui?

3. Principais Tipos de Armas Defensivas, suas Características :

CAPACETE: Os primeiros modelos, na Antiguidade tinham cascos de couro guarnecidos de metal, passando depois a ser totalmente de bronze e por fim de ferro. Inicialmente, protegiam, somente, o crânio, mas com o tempo foram recebendo acréscimos para a proteção da face, nuca, orelhas, nariz e queixo. Na sua parte superior, levantaram-se reforços. O capacete completo possui: *casco, pala, orelheiras, cobre-nuca, baveira, jugular e cimeira*. Sendo que assim podemos definir, cada uma destas peças.

CASCO : Parte do capacete que cobre a caixa craniana, é também conhecida, como: *Copa* ou *Timbre*.

PALA : Parte fixa do capacete que protege a testa e os olhos.

ORELHEIRAS : Placas metálicas, com ou sem furos, articuladas às partes laterais do capacete, para a defesa das orelhas do soldado.

COBRE-NUCA : Parte do capacete, em lâminas metálicas articuladas, destinada a atenuar os golpes desferidos contra a nuca do combatente.

BAVEIRA : Tira de ferro articulada ao capacete para a proteção do queixo, e da barba, porém que também servia para atenuar o peso da viseira, afixando e tornando menos incômoda ao uso; é também chamada de *Babeira*.

JUGULAR : Peça do capacete que serve para prendê-lo sob o queixo e proteger a garganta.

CIMEIRA : Refôrço da parte superior do capacete. Podia ser simples ou ornamentada.

Na Antiguidade, distinguimos os seguintes formatos de capacetes, entre os diferentes povos :

CALOTA EGÍPCIA : Simples cobertura de couro, apresentando guarnições e reforços de metal; somente os Faraós usavam cascos inteiramente metálicos.

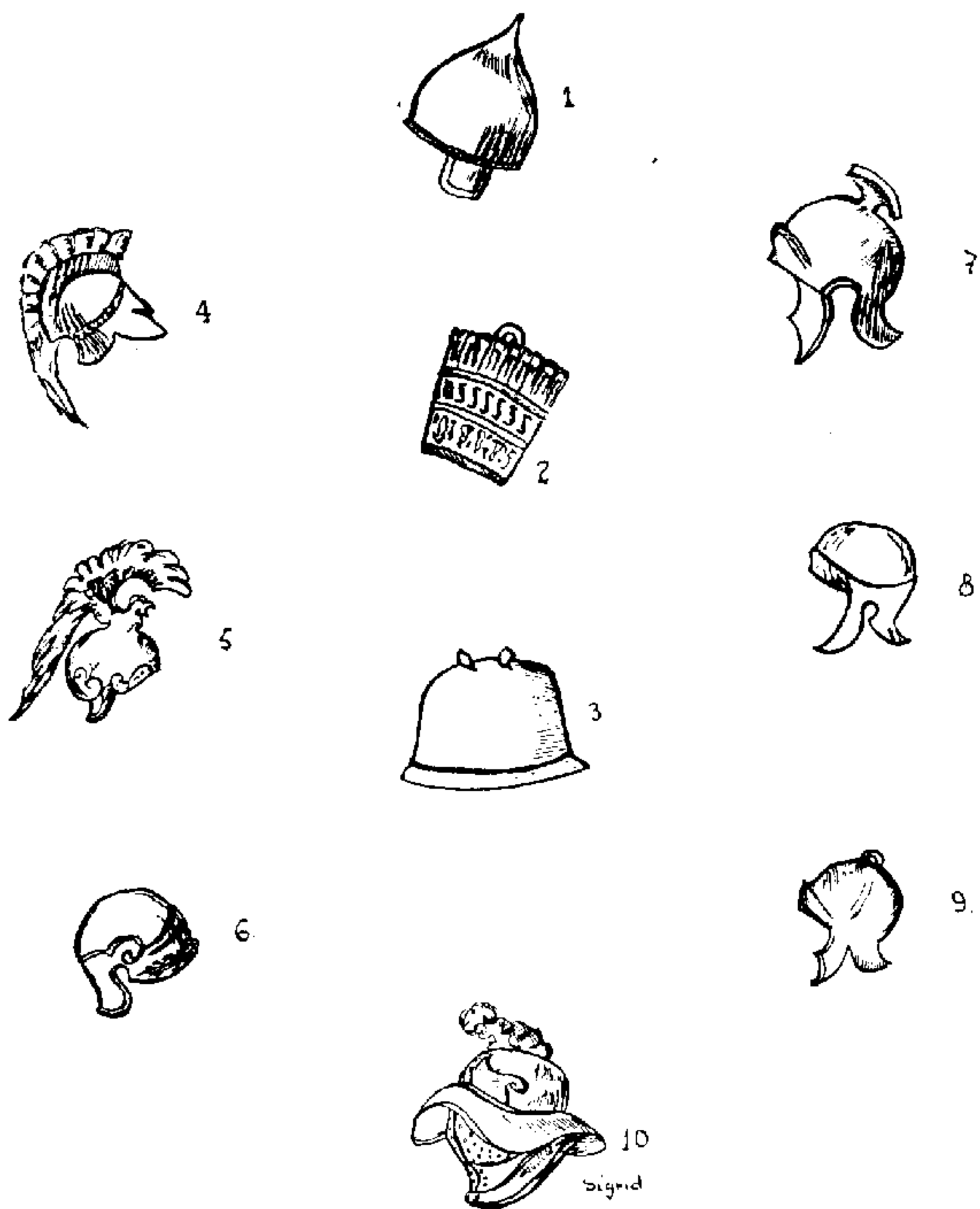
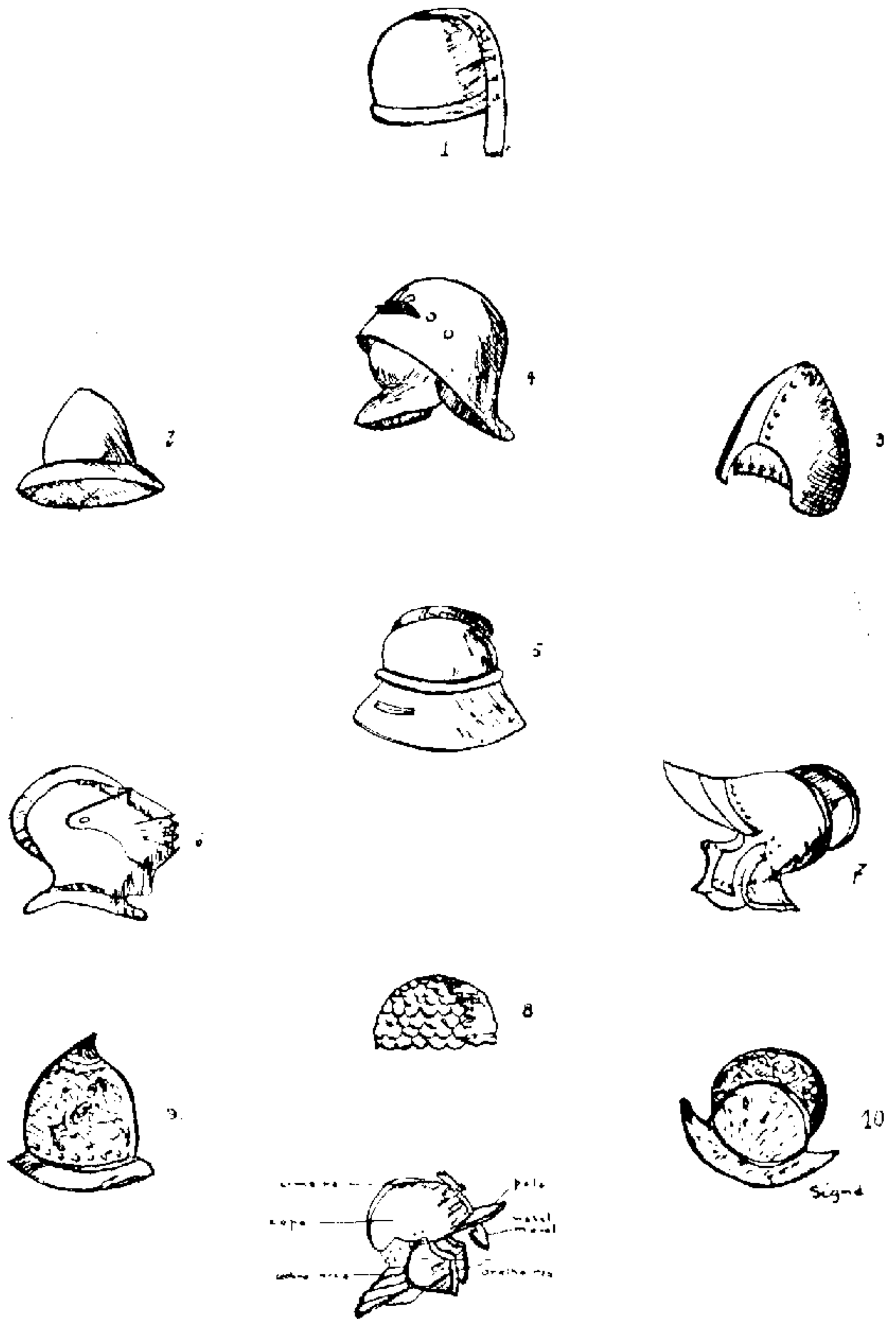


Fig. 1:

1. Casco de bronze, cavalaria Assíria. VII séc. A.C.
2. Casco de guerra, metal. De um rei Persa.
3. Casco de bronze. Etrusco. (1ª fase).
4. Capacete grego, formato clássico.
5. Idem, cimeira metálica com guarnição de crina.
6. Idem, com cobre-nuca. Bronze, fase da decadência.
7. Casco com cimeira, de Legionário romano.
- 8 e 9. Cascos de Hastários romanos.
10. Capacete de gladiador. romano.



1. Casco de ferro, com nasel fixo, do século XI.
2. Chapéu de armas. Séc. XII.
3. Grande bacinete, com tachas para prender a malha, que substitui o cobre-nuca e a viseira. 2º met, do séc. XIII.
4. Celada-elmo de torneio. Século XIV.
5. Celada. Séc. XV.
6. Elmo. 2º met. do séc. XV
7. Borgonhesa, séc. XVI.
8. Calota de armas (escamas imbricadas), séc. XVI
9. Capacete (cinzelado e desmaquinado), séc. XVI.
10. Morrião de Infantaria, séc. XVI.
11. Borgonhesa-calota, séc. XVII.

MITRA ASSÍRIA : Capacete em formá de cone truncado, em metal ou couro. Como é observado em reproduções de gravados e relêvos, os guerreiros mesopotâmicos têm quase como uma constante, o uso dêste tipo de capacete, comuns aos persas, medos e babilônios, sendo também usado pela cavalaria pesada, um casco metálico, ligado à couraça, por meio de uma gola de malha.

CAPACETE GREGO : Seu formato variou, de acôrdo com a época e com o local a que chegou a estender-se a colonização helênica, tendo ficado famosos os tipos — *Frígio* e *Beócio*. Os mais comuns, estão nitidamente reproduzidos nos motivos ornamentais dos vasos de cerâmica. De bronze, com larga cimeira ornamentada, por vêzes com crina de cavalo. Com cobre-nuca, pala em bico, que por apresentar duas frestas para os olhos, podia ser puxada para a frente, em defesa do rosto; êste, aliás, o modêlo básico, que chegou aos tempos modernos, apenas com pequenas modificações.

CASCO ROMANO : O capacete de uso nas tropas romanas, sempre foi mais simples do que o original grego. Comumente, apresentava cimeira central ornamentada, tinha cobre-nuca e não apresentava pala. Sendo denominações conhecidas, a *Galea*, casco de couro, guarnecido de placas metálicas, e o *Cassis*, capacete com cobre-nuca e jugulares. Os gladiadores e os catafratários usavam um pesado capacete com cimeira, uma espécie de aba, formada pela união da pala ao que seria o cobre-nuca, ficando o rosto inteiramente protegido por uma viseira imóvel, crivada de orifícios, sendo curioso observar, que êste feitio voltará a ser usado cêrca do século XVI. Quanto aos Hastários, eram fâcilmente identificáveis, pelo porte de seu cascos de ferro ou de couro, encimado por um penacho de três plumas vermelhas e pretas.

Alguns Tipos de Capacetes dos Chamados Povos Bárbaros :

GAULESES : Em guerras com os romanos, dêles adotaram um tipo de casco simples, a que os chefes passaram a usar, acrescentando como motivos ornamentais : chifres de cabra ou de touro, asas de pássaros postos nas partes laterais.

Já os povos das *Ilhas Baleares*, se tornaram conhecidos pelo emprêgo das fundas, como arma de arremêso. E a curiosidade que nos

chegara à observação, quanto aos hábitos de proteção dêsses povos, foi o terem adotado as próprias fundas, enroladas em volta do crânio, à guisa de casco. Bem mais tarde, usaram também cascos de couro com adôrnos de plumas.

CELTIBÉRICOS : Adotaram um modelo de bronze enfeitado com plumas, geralmente encarnadas.

LUSITANOS : São descritos por Estrabão, usando uma espécie de casco protetor do crânio, formado por cordas tecidas.

*Alguns Tipos de Capacetes e Coberturas Usados
nos Templos Medievais Europeus :*

CERVILHEIRA : Coifa de ferro usada pelos cavaleiros, tanto por baixo do capuz de malha, como por cima. Em ambos os casos era sempre posta sôbre uma proteção estofada. Seu uso generalizou-se à partir do século XII.

CAPELINA : Tipo de capacete de forma achatada, variante da cervilheira, encontrado entre os séculos XII e XIII.

ALMOFREIXA : Denominação de uma variante da Capelina.

ELMO : Os primeiros afetavam formas simples (século XII), mas aos poucos passam a ter forma cilíndrica e a cobrir todo o rosto e cabeça, abrindo de lado, ou para trás. Muito largo, repousava sôbre os ombros e buscava, o seu uso, a livrar o crânio do impacto do choque dos golpes das pesadas armas de ataque, de então. Existiram modelos pesadíssimos e semelhantes à uma panela, passando depois a ter formas variadíssimas. Já em meados do século XIII, apresentam uma grade fixa ou postigo perfurado, para a proteção do rosto; são então mais leves. No século XIV foi sendo alongado na altura, afinando para cima, mas sem viseira móvel; após a metade do século passa a ser mais usado em justas e torneios, dando lugar, para as lutas guerreiras, ao bacinete. O combatente sempre o trazia, quando em marchas ou fora de combate, prêso ao arção da sela.

ELMO DE TORNEIO : Protegia a cabeça dos contendores de Justas e Torneios. Bem maior e mais pesado do que os primitivos elmos de combate; chegando a ter 50 cms. de altura e a pesar de 9 a 10 quilos. Era guardado por um escudeiro até o instante do combate, sendo apenas colocado na hora da carga. Foi usado através dos

séculos XIV, XV e XVI. É comum também, encontrarmos a expressão, *Elmo de Justa*.

ELMO DE CIMEIRA : Capacete fechado na frente, mas que permitia ao cavaleiro ver, através de uma grade fixa ou um postigo perfurado, por onde também, passava o ar necessário à respiração normal. Encimado pelo timbre heráldico do possuidor, o que muitas vezes, deu ao possuidor, segundo as crônicas coêvas, um ar fantástico e extravagante. Foram usados na Alemanha, à partir do século XII e posteriormente na Inglaterra, Áustria, Suíça, isto até o século XV. São também conhecidos, como: *Elmo Heráldico*.

ELMETE : Um tipo híbrido da celada e do elmo antigo, que apareceu no último quartel do século XV e passou a ser o capacete do cavaleiro até o século XVII.

BACINETE : Capacete de copa ovóide, lembrando mais uma pequena bacia, aderida ao crânio, como uma calota. Foi adotada pela Infantaria sendo usado por cima da cota de malhas. Já no século XIV, aumentou de tamanho, assemelhando-se mais a um elmo, sendo também acrescentada uma viseira móvel. Deixou de ter uso corrente no século XV.

BACINETE DE CAMAL : Capacete com a copa em forma de ogiva, ao qual era adaptado o uso de um cabeção de malhas. Adotado primeiro pelos Senhores, posteriormente pelos peões. Surgiu em fins do século XIV.

CHAPÉU DE ARMAS : Capacete de metal, cuja forma básica lembrava a do chapéu comum de uso masculino. Com abas, variou apenas, no tocante ao feitio da copa, que foi inicialmente achatada, depois em forma de pirâmide; de alto cone truncado com abas levantadas em torno da copa; além de serem conhecidos modelos de casco ogival, com aba caída. Surgiu no século XII, continuou em uso, através dos três séculos imediatos e caiu em desuso no século XV, quando veio a ser substituído pela *Celada*; contudo seu feitio voltou a ser adotado, com pequenas modificações, à partir do século XVII, com o nome de *Morrião*, na Espanha. O Chapéu de ferro é também denominado, por alguns autores de *Chapéu de Armas*.

CELADA : Capacete, cuja copa se alongava na parte posterior, formando uma espécie de cobre-nuca inteiriça. Ficava bem enterrado na cabeça, e tinha na altura dos olhos duas aberturas horizontais.

Esta parte da cobertura, foi mais tarde substituída por uma viseira. Tendo surgido no século XV, caiu em desuso no segundo quartel do século XVI. Sua denominação, vem do italiano “celata”.

BORGONHESA : Capacete de ferró, de copa oval, dotado de cimeira que acompanhava todo o diâmetro do casco; com pala, orelheiras e cobre-nuca laminado. Para resguardar a face, apresentava uma grade ou um nasei, fixo ou móvel, por vêzes — uma estreita baveira. Começou a ser usado na Borgonha, no final do século XV, sendo utilizado até o século XVII. De uso dos Piqueiros. São conhecidas as formas: *Borguinbona* e *Borguinbota*. Durante a 1.^a Guerra Mundial, os soldados francêses adotaram um capacete, que era também chamada de *Borgonbesa*.

BARBUDA : Tipo de capacete conhecido em Portugal durante o século XIV, dotado de viseira móvel, que quando baixada, configurava o focinho de um lobo.

CALOTA : Casco de ferro que servia para guarnecer e reforçar o fundo dos chapéus de armas, usado durante os séculos XVII e XVIII.

CALOTA DE ARMAS : Calota de ferro que apresentava, viseira e nasei móvel, além de cobre-nuca em malha de metal. Em uso durante o século XVII.

MORRIÃO : Capacete de ferro, de copa oval encimada por larga cimeira que podia, chegar a ter, a metade da dimensão da altura do casco. Não tinha viseira, cobre-nuca ou gorgeira. As abas se erguiam em ponta na frente e na nuca, lembrando a figura de um crescente, quando vistas, de perfil. Surgiu, pela primeira vez na Espanha, em fins do século XVI, sendo inicialmente, adotado pela Infantaria e posteriormente, por algumas tropas a cavalo, em especial pelas que se equipavam com armas de fogo; por facilitar êste movimento da aba, a ação de fazer pontaria. Para o castigo de soldados indisciplinados, existia, um tipo de morrião pesado, cujo uso era impôsto como penalidade.

CABACETE : Variedade de morrião, ovóide, com um vérdugo bem marcado e caracterizado por ter uma aresta rematada em ponta aguda, que aumentava a proteção da parte frontal da cobertura, arrematado por estreita aba ou virola horizontal. Usado pelos piqueiros e chuceiros no século XVII.

CAPACETE À ANTIGA : Capacete de inspiração grego-romana, comum na Renascença, e que se caracterizava pela farta distribuição em tôda a copa, de motivos decorativos, alegóricos e mitológicos, gravados ou em relêvo.

NASEL : Parte do capacete para a proteção do nariz, Desde o século X, as copas dos capacetes desciam na parte dianteira, numa espécie de apêndice vertical, que chegava até a ponta do nariz, era o denominado *Nasel Fixo*. Com a evolução das armas defensivas, o nasel passou a ser: *Móvel*, ou seja, confeccionado numa peça articulada por um pino colocado na copa e que atravessava uma abertura existente na pala. Com pequenas variações é encontrado até o século XVII. É também chamado de *Nasal*.

WISEIRA : Protegia a testa e os olhos, ficando articulada ao capacete, por meio de parafusos, distinguia-se da :

PALA : Parte defensiva fixa (como já foi definida), que differia da viseira, que era móvel.

Armas defensivas de mão :

ESCUDO : Arma defensiva usada enfiada no braço ou no punho. Todos os povos, praticamente, o usaram em seu primeiro estágio cultural. De couro, casca de árvore, aos poucos o material que foi sendo empregado em sua confecção passou a receber reforços de metal : bronze ou ferro. Seu feitio variou do redondo, quadrado ao formato oblongo ou fantasia, isto até o século X, quando começa a ter feição triangular, bem grande e sempre convexo, podendo alguns cobrir o soldado da cabeça aos pés. Já em meados do século XIII, novamente o escudo reduz-se de tamanho, e é dependurado ao pescoço, por meio de correias e fivelas, protegendo o peito contra as setas e os virotes.

ESCUDO MESOPOTÂMICO : Cenas de combate descritas nos relevos e gravados nos mostram guerreiros armados com uma rodela, tendo ao centro um umbigo, ou pua.

ESCUDO PERSA : Além das rodelas, os ladrilhos e relevos mostram soldados armados defensivamente com um longo escudo, quadrado em sua porção inferior e arredondado ao alto, quase que cobrindo, inteiramente o corpo do guerreiro, neste caso o escudo sempre era dotado de uma espécie de elevação, que servia de apoio à peça. Os combatentes sempre são representados, vestindo uma longo túnica.

ESCUDO EGÍPCIO : Os Faraós eram armados com um grande escudo, alongado que lembra uma “stela”, uma pequena fenestração permitia a visão para fazer pontaria. Nos carros de combate, equipados com dois guerreiros, um deles ia armado com o arco, e o outro que conduzia o carro, se protegia com um pequeno escudo de forma oval ou redonda.

ESCUDO ETRUSCO : Exemplares descobertos pelos arqueólogos evidenciam três fases e portanto três diferentes tipos: A) os de influência asiático-fenícia, são redondos, tem 40 a 80 cm e são repuxados e cinzelados, em bronze. B) os que datam do fim da Guerra de Tróia e são idênticos, em feitio, aos usados pelos gregos. C) finalmente os que sofreram a influência dos romanos.

Escudos Gregos

ÉGIDE : Escudo de forma semi-lunar.

PELTA : Escudo que teve a princípio, um formato redondo, passando com o correr dos tempos a ter feição ovalada; apresentava uma orla de bronze, umbigo e levava emblemas ou divisas. Quanto aos escudos gregos, é curioso observar que tinham em geral na parte interna, duas alças, ou pontos de apoio: sendo uma junto à borda, para ser empunhada pela mão; e a segunda alça maior, servia para que o soldado pendurasse o escudo sobre o dorso, quando caminhava pelas estradas, fora dos instantes de combate.

ESCUDOS ROMANOS : O feitio, mais comumente adotado foi o do *escudo em telha*, de uso nas Legiões. Devendo ficar assinalado, que estes escudos possuíam beiras que podiam, facilmente, ser adotados numa junção, uns com outros, semelhantes, formando o que era denominado de *Tortuga*. Esta carapaça, assim formada, pelos dois escudos, permitia que os soldados se aproximassem ao máximo, dos pés das fortificações inimigas para o ataque.

Além dos escudos de forma hexagonal, oval ou redonda, também existiu: o *Scutum*: retangular e convexo, de madeira, grande, chegando até a medir cerca de 1,20 x 0,60 cm. Usado pelos soldados da 1.^a linha: Hastários e pelos de 2.^a linha: os Príncipes, nas Legiões Romanas. O tipo alongado e ovalado, pequeno e leve era conhecido como: *Parma*, e tanto usando pela cavalaria, como pelas tropas ligeiras

de infantaria; e nos combates entre gladiadores. Media no máximo, 90 cm.

Povos Bárbaros :

Um tipo de escudo, merece destaque, aquêle que foi encontrado entre os *Gauleses*, feito de vime e recoberto com couro ou placas reunidas, coroado ao centro, por motivo ornamental, que tanto podia ser uma máscara de bronze repuxado, como um florão ou cabeça de animal.

Idade Média

BROQUEL : Grande escudo de formato redondo, revestido de metal, madeira ou pele, com finas decorações. Por vêzes, já trazia embutido, um guante, e em outros exemplares existiu uma fresta de dupla utilidade: funcionava como um visor simples ou servia para permitir o manejo da espada.

RODELA : Pequeno escudo de uso da Infantaria, levado na mão.

UMBIGO : Pua aguçada e aparafusada ao centro externo do escudo, desde a Idade do Ferro.

RODILIÚLA : Rodela de pequeno formato que podia também ser empregada durante combates e ações noturnas, por ser dotada de uma pequena lanterna, em sua parte central. Surgiu no século XV, na Alemanha.

PEQUENO ESCUDO : Escudo surgido durante o século XIII na França, de formato amendoado, mais largo do que alto.

TARJA : Escudo de feição básica, retangular. Bordos recortados e corpo trilobado ou ondulado. Confeccionado em madeira ou metal, por vêzes revestido de pele. Empregado, preferencialmente no aprendizado de lutas ou nos torneios e justas, a partir do século XIV.

PEQUENA TARJA : Tarja de proporções reduzidas, tendo as menores, cêrca de vinte centímetros de diâmetro. A superfície do escudo apresentava pinturas ou gravados e os bordos tinham aberturas laterais em forma de meia-lua. Em uso, desde o fim do século XV até o século XVI.

PAVÊS : Escudo de forma elíptica e de grande tamanho.

PAVÊS DE ASSALTO : Pavês de grandes proporções, lembrando com suas duas fôlhas articuladas um biombo. As fôlhas eram retas na base e recortadas no alto. Fixado ao solo, por meio de duas aguçadas. O pavês de assalto foi empregado durante os séculos XIV e XV, pelos homens de armas nos assédios às praças e cidadelas.

GRANDE PAVÊS : Enorme escudo de madeira, com reforços de ferro em sua porção interna, empregado pelos besteiros como abrigo, enquanto armavam a besta; semelhante ao pavês de assalto, diferindo pela existência, a partir do século XVI, de duas frinchas, através das quais, fazia o atirador pontaria e atirava; usado tanto pelos homens de armas, como pela cavalaria.

ADARGA : Escudo de formato oval e perfil convexo, confeccionado em couro. Teve largo uso na Península Ibérica, por influência mourisca (adargueiro é a denominação dada indiferentemente ao fabricante de adargas, como ao soldado armado com êste tipo de escudo).

* * *

Armas defensivas do corpo

EGITO : Os murais e gravados nos mostram os Faraós com o tórax protegido por uma túnica de pele de crocodilo, ou vestindo um camisote de couro, recoberto por placas de bronze, ou uma simples lóriga de tiras de couro entrecruzadas; quanto aos soldados vestiam couraças singelas de couro.

MESOPOTÂMIA : Os reis e guerreiros assírio-babilônios usavam um colete alcochado, que posteriormente veio a ser recoberto por placas de ferro (por vêzes até primorosamente gravados); acrescentavam para maior proteção: perneiras ligadas às pernas por atacadores, além das sandálias; já os persas só adotaram armas defensivas, após o govêrno de Ciro.

JUDEUS : Tôda a antiguidade bíblica nos mostra o povo Israelita em lutas constantes pela manutenção territorial ou de conquistas. Nestes casos armavam-se, ocasionalmente com peças das culturas com as quais entravam em contato. Não se podendo afirmar a existência de qualquer tipo de arma especificamente judaica.

GRÉCIA : Os gregos aperfeiçoaram o fabrico da couraça de ferro ou de couro, usando-as em duas peças articuladas : o peito e o espaldar. O ventre ficava protegido por meio de um prolongamento de uma ou duas camadas de lâminas metálicas. Através de estátuas e figuras, são conhecidas couraças laminadas ou compostas pela superposição de anéis metálicos. Usaram ombreiras ou espaldeiras, perneiras e botas ferradas. A cavalaria pesada usava além do capacete característico, uma armadura formada por escamas de metal, superpostas.

ROMA : As armas defensivas usadas pelas tropas romanas, variaram segundo a época histórica e o tipo da tropa, assim, os *Velites*, jovens soldados da Infantaria Ligeira (de 17 e 18 anos), usavam como meio defensivo, apenas um avental formado por correias e placas metálicas; enquanto os *Hastários* levavam, além da couraça, caneleiras e botinas (*Ocreae*); e os soldados de 1.^a e de 2.^a linhas, portavam uma couraça de bronze, formada por lâminas imbricadas, a lóriga. Outras tropas vestiam corpetes de malha metálica, cosida sôbre tecido, ou simples coletes de couro, abotoados nas costas, por meio de colchetes. Porém bem melhor do que a do *Hastário*, era a couraça do *Centurião*, cujos corseletes com espaldeiras aderiam bem ao corpo, cobrindo até aos quadris, e tinham o peito ornamentado com numerosas recompensas militares em prata, as *Phaleres*.

Povos Bárbaros

GAULESES : A princípio, desdenhavam qualquer medida defensiva; mas após as invasões romanas adotaram a couraça, de tipo greco-romano, confeccionada em duas peças de ferro ou de bronze, além de um tipo mais raro, uma espécie de colete de grosso tecido de malha.

IBÉRICOS : Apenas protegiam o corpo com uma espécie de tonelete, prêso à cintura por meio de um cinturão de couro; sendo feita alusão na obra de Estrabão, ao uso pelos Lusitanos de uma espécie de cota confeccionada em linho, cânhamo ou algodão, além de perneiras. Outra *curiosidade*, a que gostaríamos de aludir, é a um tipo primitivo de braçal, usado pelos *dinamarqueses*, feito em ferro e espiralado, envolvendo todo o antebraço, numa altura de cêrca de 30 cm.

LÓRIGA : Usada na Antiguidade pelos Romanos, reapareceu nos tempos medievais, tendo um capuz cingindo a cabeça e o pescoço, mangas compridas e bragas do mesmo tecido do corpete ou seja tecido recoberto de tiras de couro cruzadas (loros) ou lâminas, anéis e escamas. Surgiu na Europa entre os séculos VIII e IX. Foi a armadura privilegiada do Fidalgo; embora apresentasse pouca resistência às armas de arremêso, resistisse melhor ao impacto das armas de haste e fôsse excelente proteção contra as cutiladas das armas brancas (graúdas e miúdas). Os povos no norte-europeu, usaram mais as lórigas recobertas de escamas metálicas (*Lórigas de Escamas*); sendo também encontradas as *Lórigas Aneladas*, ou seja aquelas em que os anéis de ferro eram dispostos aos pares ou superpostos sôbre uma tela grossa e estofada. Já a *loriga imbricada* ou *taxonada* recebia entre as tiras de couro, como refôrço, taxas de grande cabeça, semi-esférica. A denominação passa a ser *Loriga Bardada*, se o refôrço aparafusado às tiras, tem a forma de losangos. Os peões usaram lórigas de couro até o século XIV.

LORIGÃO : Vestimenta de maior comprimento do que a loriga, tecida em malhas de ferro, encadeadas umas às outras; surgiu na Alemanha durante o primeiro quartel do século XII. Daí difundindo-se para o centro e o sul europeu. Caiu em desuso pela introdução da armadura completa. Correspondem às *Cotas de Malhas, Completas*.

SÔLHAS : Durante o século XIII, os guerreiros do norte da Europa começaram a reforçar suas vestes de couro com placas duras, inicialmente de sola e mais tarde de metal, com a finalidade de proteger os pontos do corpo, mais visados pelos golpes do inimigo. Assim surgiram as *Pratas* ou *Sólhas*. No século seguinte estas placas começaram a ser trabalhadas artisticamente, e já apresentavam elegantes contornos. Por extensão, uma armadura cujo corpo era totalmente guarnecido de lâminas de aço, era conhecida como : *Corpo de Sólha*.

CAMISOTE : Lorigão comprido até às canelas, usado a partir de meados do século XIII até o seguinte.

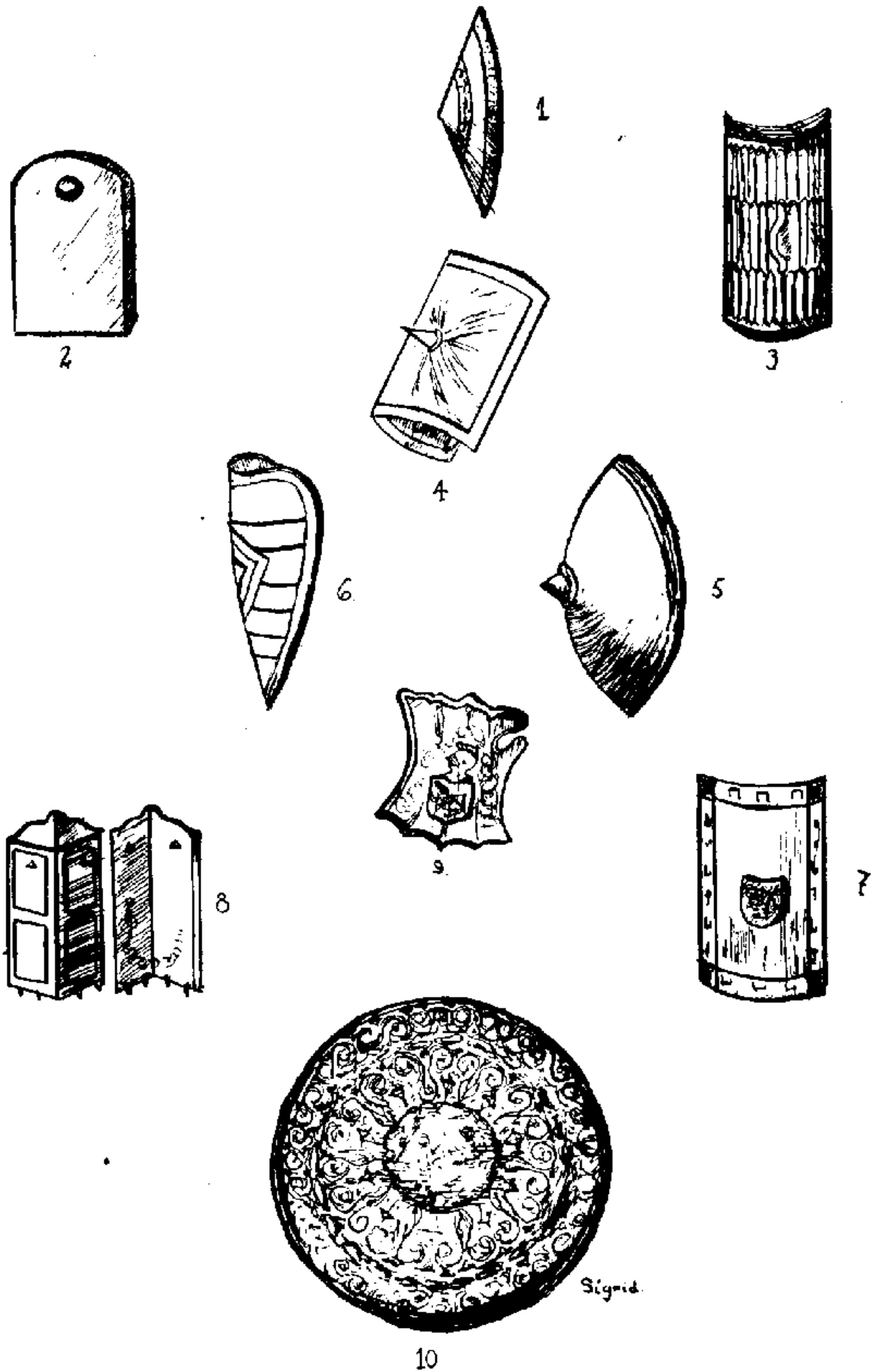


Fig. 3.

1. Rodela babilônica, bronze (perfil).
2. Escudo egípcio, com visor perfurado.
3. Pavês assírio.
4. Escudo com umbigo, séc. VIII.
5. Rodela com umbigo do séc. VIII ao XII.
6. Escudo convexo. Séc. XII,
7. Tarja, fins do séc. XIV.
8. Pavês de assalto, séc. XV (Anv. e rev.)
9. Tarja ondulada (madeira e couro) final do séc. XV.
10. Rodela, fins do séc. XVI.

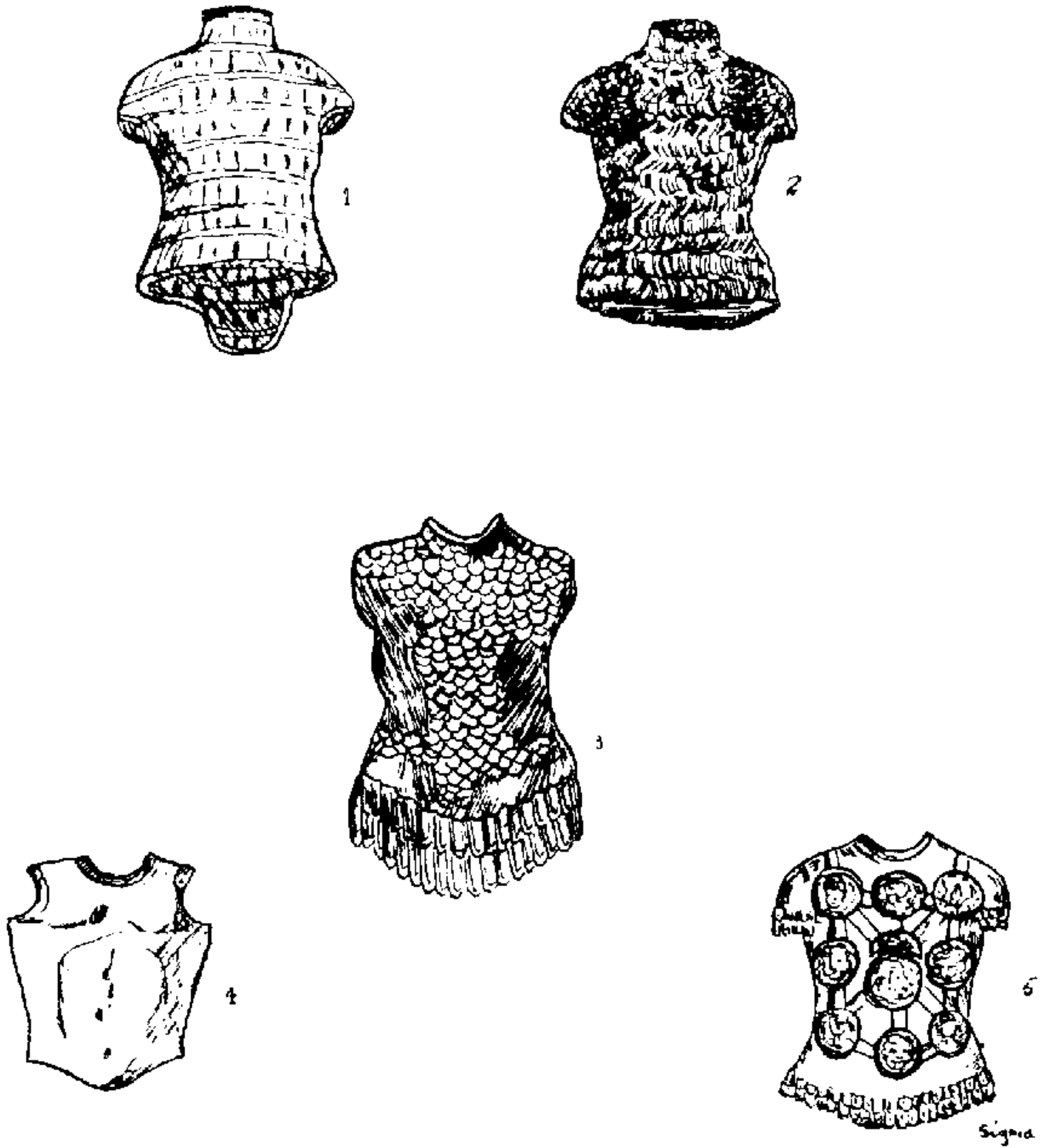


Fig. 4

1. Cota de armas com guarda-rins, da cavalaria assíria (lâminas de metal, cosidas sôbre pele);
2. Cota de armas em malha metálica. Egípcia.
3. Cota de armas, em escamas. Grega.
4. Peitoral de couraça, inteiriço. Etrusco.
5. Couraça de Centurião romano.

JAQUE : Cota curta, usada em substituição ao camisote. Defendia muito escassamente o peito, as costas e os ombros dos arqueiros. Data do século XIV na Inglaterra, durando seu uso um século, mais ou menos.

SÔBRE-COTA : Espécie de túnica usada por cima do arnês. Não tinha mangas e caía aberta da cintura para baixo, na parte da frente. Nela os nobres mandavam bordar ou pintar seus braços, tanto em sua superfície total como no peito da vestimenta. Usada através do século XIV. Foi conhecida indiferentemente, como *Surrão* ou *Laurel*.

JÓRNEA : Sôbre-cota solta da cintura para baixo, com aberturas laterais. Em sua confecção entraram tecidos muito variados, que podiam ir do algodão, à sêda, ao veludo, às telas de Veneza e Flandres. Por vêzes, os bordos eram denteados ou o tecido era recamado de ouro. Conhecida a partir do século XV, foi contudo menos usada que o *Jaque*.

CAMBAS : Sôbre-cota alcochoada para proteção do peito do guerreiro contra os golpes das armas brancas. Posta por sôbre a lóriga, ou mesmo sem ela. Os modelos conhecidos, são em geral brasonados no peito. São ainda conhecidas, entre outras formas: *Cambais*.

ARNÊS : Veste ou conjunto metálico para proteção do corpo do guerreiro antigo, é também chamado de *Armadura Completa*. Resultou da combinação de várias peças, adicionadas à cota de malhas. Completou-se em fins do século XV; porém já em meados do século seguinte atingia a um preço elevadíssimo, em razão da riqueza da ornamentação que apresentava, tudo isto o tornava uma exclusividade dos Senhores. Teve mais aceitação no norte europeu, do que em outras regiões, por questões climáticas. Com a aceitação do uso das armas de fogo, ficou o arnês, cada vez mais espêsso, a ponto de se tornar insuportável. A armadura completa compreende: o *Elmo*, o *Gorjal*, a *Couraça* (e seus acessórios complementares), as *Espaldeiras*, os *Braçais*, a *Cotoveleira*, o *Guante* ou a *Manopla*, o *Barbote*, a *Faldra*, o *Saio*, as *Escarcelas*, o *Coxote*, a *Joelheira*, a *Grêva* e o *Sapato de Ferro*. Vejamos, rapidamente, cada uma destas peças :

1 — **ELMO** : Já descrito, quando nos ocupamos dos capacetes.

2 — **GORJAL** : Espécie de cabeção, curto, que rodeava o pescoço da armadura e assentava sôbre o peito, costas e parte dos ombros. Teve como origem o barbote. No gorjal se apoiava, todo o

pêso das demais peças do arnês. É também citado como *gorgeira* ou *gorgelim*.

3 — **COURAÇA** : Dela se originaram tôdas as demais peças defensivas do corpo, é antiquíssima. Também sofreu profundamente as conseqüências da introdução das armas de fogo, se tornando cada vez mais espessa, à proporção que se generalizava o uso das armas de fogo. Seu tamanho foi sendo reduzido, passando a ter um aspecto desproporcionado, em relação ao conjunto do arnês. A superfície da peça, foi sendo invadida por motivos decorativos, com ornatos, embutidos, gravados e trabalhos em relêvo, ficando o trabalho do armeiro eclipsado pelo do artista gravador e escultor. Só é encontrada no decorrer do século XVIII, como arma característica dos corpos de Couraceiros a cavalo. O couraça compreende : a *Couraça do Peito* ou *Peitoral*, que servia para a defesa da parte anterior do tórax do soldado, e ficava articulada, por meio de correias e fivelas, à *Couraça de Dôrso* (Espaldar ou Dôrso, simplesmente), parte defensiva das costas.

4 — **ESPALDEIRAS** : Placas de ferro acrescentadas à couraça, para a defesa dos ombros e espáduas. Nelas, os Frades traziam pintada a cruz, simbólica da Ordem militante, à que pertenciam. Começaram a ser usadas no século XV, porém logo caíram em desuso, por serem pouco sólidas e bastante incômodas.

5 — **BRAÇAL** : Peça metálica para a defesa do braço, compreendendo o canhão do braço e do antebraço, ligados pela *Cotoveleira*. Podia ser *duplo*, ou seja, constituído de duas peças articuladas por meio de dobradiças exteriores e afiveladas; estendia-se do cotovelo ao pulso, já sendo conhecido desde o século XIII. Ao braçal de espaldeira, muito desenvolvida, dava-se o nome de *Bafurneira*.

Por outro lado a *Cotoveleira* se afigurava à uma rodela metálica, articulada, às duas partes dos braços, para a proteção do cotovelo — seu formato variou muito, sendo mais arendondada no século XV, posteriormente espatulada e até facetada artisticamente; já no século XVI apresentava tamanho bem reduzido.

As mãos dos combatentes, também mereceram atenção, e para elas foram fabricadas luvas de tipo especial, o

6 — **GUANTE** : Luva de couro, recoberta de lâminas metálicas articuladas. Inicialmente, no século XIV tinha as falanges separadas, e só posteriormente, vieram a ser feitas numa peça inteiriça: a

Manopla: surgida no século XV. As armas de fogo mostram a necessidade da adoção de luvas de couro, com todos os dedos separados, para melhor manejo de armas, como a pistola (século XVI); e já no século XVII, recebem algumas escamas metálicas cosidas à de pele de gamo.

Ainda no peito da couraça, não devemos deixar de falar, numa peça, muito comum nos desenhos e gravuras do século XVI, trata-se de uma haste ou gancho curvo, de ferro, de quatro faces, que ficava fixado a um espigão prêso à couraça, sempre do lado direito, e voltado para fora, no sentido do braço direito do combatente. Servia ao cavaleiro para apoio da lança, durante o torneio, seu nome é: *Fulcro*, *Riste* ou *Rustra*. Daí ter se generalizado a expressão *inristar a lança*, por *em riste*, ou seja: a colocação da lança no riste, durante a carga de um torneio.

Ainda no tocante à proteção do peito do guerreiro, devemos falar do: *Barbote* — peça metálica que contornava a barba e se prolongava pelo pescoço, em lâmina larga, assegurando ao peito, uma ampla defesa; e do *Manto de Armas*: Espécie de escudo fixo, sobrepôsto ao peito de aço da couraça, visando proteger mais, o ombro esquerdo e o braço das armaduras de torneio. Alguns, se prolongavam num barbote.

7 — FALDRA: Ficava prêsa à parte inferior do peitoral, e descia em chapas horizontais articuladas. Servia para a defesa do ventre, chegando, às vêzes até o meio da coxa. De ferro ou aço, se completava com o guarda-rins, (é também chamado de Falda ou Fralda).

8 — SAIO: Peça inteiriça, servindo para a defesa do ventre e dos quadris, articulada à faldra e à escarcela, nas armaduras para combates a pé. É ainda conhecido o saio de malhas ou *Alparta*, formado por uma série de anéis metálicos, entretecidos, que esteve em uso desde o século XV.

9 — ESCARCELAS: Peças de formato oblongo, articuladas por meio de fivelas e prêsas, verticalmente, da cintura até os joelhos, à frente da faldra. Era mais um complemento da defesa da coxa. Eram usadas em geral, sôbre o alpartaz.

A todo êste conjunto de peças defensivas do abdômem, na armadura, dava-se o nome, no decorrer do século XVI, de *Brafoneira*, *Guarda-Ventre* ou *Guarda-Rins*.

10 — COXOTE : Podia ser confeccionado numa só peça ou formado de múltiplas lâminas articuladas. Começou a ser usado, a partir do século XIII, chegando até o XV, muito aperfeiçoado. Os exemplares mais conhecidos, são compostos, por duas peças articuladas.

11 — JOELHEIRA : Par de chapas de ferro, acrescentadas à armadura para a proteção dos joelhos. Formato arredondado, ficando ligada ao coxote; esteve em uso desde o século XIII, evoluindo sempre em feição artística.

12 — GRÊVA : Espécie de polaina de ferro, protegendo a perna do cavaleiro do joelho ao tornozelo, que no século XV ficava totalmente coberto pela parte inferior da grêva. São também denominados de: *Caneleiras*, sendo citadas ainda as *Caneleiras Duplas*, muito perigosas, em caso de ferimentos por arma de fogo, de vez que tornavam penosíssimos os ferimentos causados pela inserção dos estilhaços de metal, nas pernas do combatente. Em fins do século XVI, já estavam em total desuso.

13 — SAPATO DE FERRO : Os armeiros também se preocuparam com a defesa do pé do cavaleiro, criando um tipo de sapato recoberto por lâminas de ferro, articuladas umas às outras. Os primeiros modelos do século XIII, tinham forma piramidal e ponta aguda, em meados do século XV apresentavam perfil ondulado e bico extremamente longo. Daí, até o final do mesmo século, afetam uma ponta de lança, e já no seguinte têm o bico achatado e lembram mais uma pantufa, sendo denominados na Alemanha (1530-1580) de *Pé de Urso*; depois foi completamente abolido.

Não podemos deixar de citar um tipo particular de armadura, célebre no período de transição do estilo gótico para o do Renascimento, trata-se da famosa *Maximiliana* (denominação devida a ter sido a primeira criada por Mestre *Albrecht*, especialmente para o Imperador Maximiliano). Constituía um conjunto harmonioso, dotado de original decoração em estrias caneladas, nas espaldeiras, cotoveleiras, que eram de aço; sendo confeccionadas em ferro as escarcelas, os sapatos, e até em alguns casos, os toneletes. A raridade consistia, em não ter qualquer solução de continuidade nas juntas das peças; resultando deste fato o serem consideradas como perfeita arma defensiva, embora pesasse até 24 kg!

Outro tipo particular, a que gostaríamos de fazer alusão, é a *Brigantina*, também denominada *Brigandina* ou ainda *Laudel*, espécie de couraça dotada de abas curtas e reforçada com espaldeiras. O corpe-

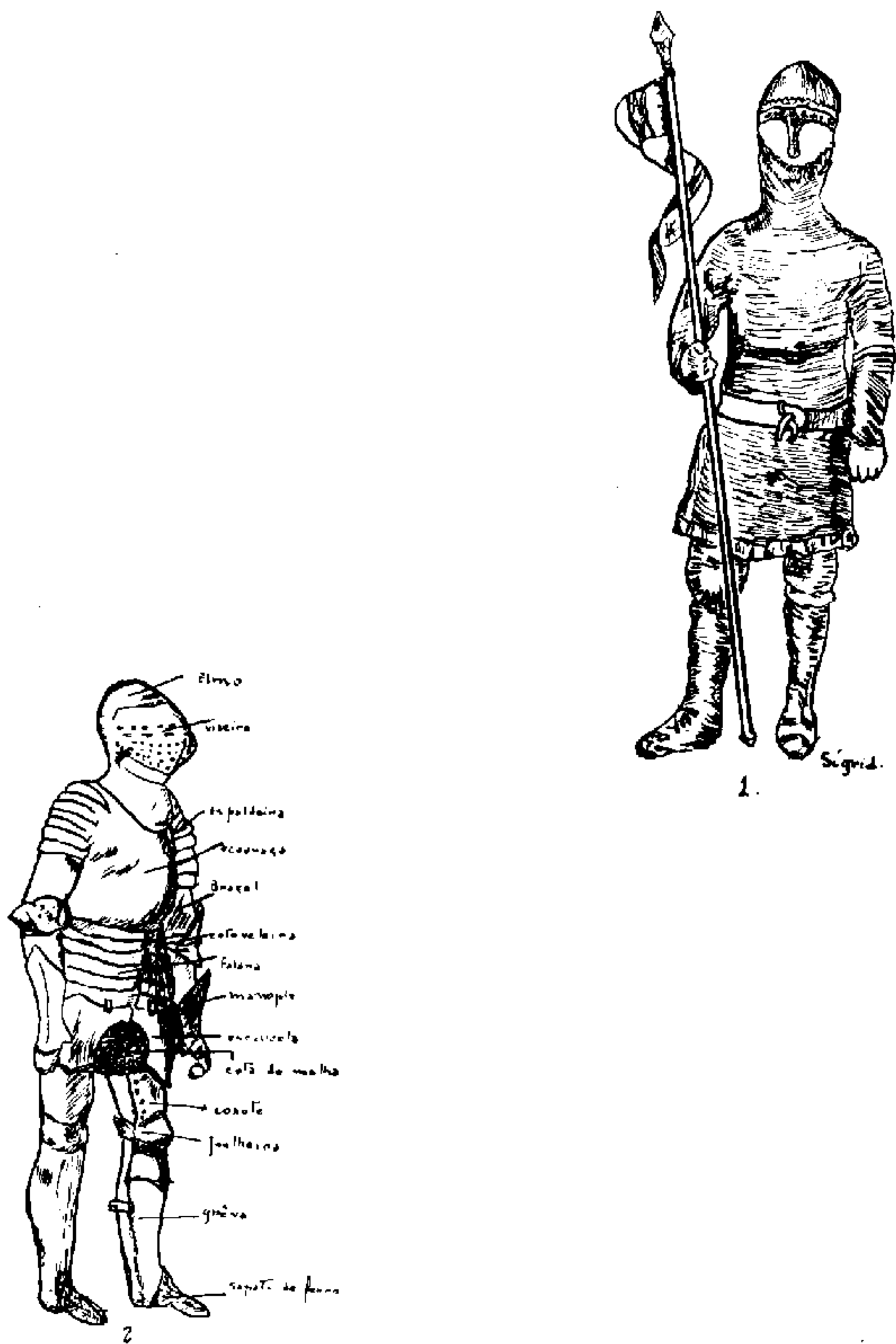


Fig. 5

1. Lóriga, século XI (capacete de camal com nasei fixo).
2. Armadura completa, de aço. Séc. XV.

te da peça ficava totalmente recoberto por pequenas escamas sobrepostas, de contôrno trilobado, cosidas a um fino estofo alcochoado, por meio de valiosos botões aparafusados. A parte metálica ficava junto ao tórax e a parte do tecido, voltava-se para o exterior. Foi uma peça de uso essencialmente da nobreza italiana, a partir do século XV, sendo usada no seguinte, com calções de malha metálica, a que eram acrescentadas joelheiras, (não devem ser confundidas com as *Bragas*, também em malha metálica, porém calças para serem usadas com a lóriga, comuns entre os séculos VIII e XI).

Observe-se que a revolução causada na Armaria pela introdução da arma de fogo, trouxe profundas alterações em todos os gêneros de peças defensivas, o que deu lugar à introdução de novos tipos, mais funcionais, mais ligeiros e próprios às conquistas ultramarinas, onde também as condições climáticas, iam impor novos requisitos à indumentária militar. Um dos tipos simplificados, foi o denominado: *Corselete*, *Meia-Armadura* ou *Cossolete*: de uso generalizado na Península Ibérica e na Itália, de fins do século XVI ao XVII, e que era composto de uma couraça leve de peito e dôrso, braçais; e prêsã à cintura — uma peça inteiriça, resultante da ligação da faldra e da escarcela. Os membros inferiores ficavam protegidos por botas de pele de gamo, de cano alto, que substituíam às grêvas primitivas. Por vêzes, acrescentavam um saio de malhas.

Por outro lado, um tipo particular de armadura de aço polido, foi criado para os *Torneios*, ou lutas especialmente organizadas e regulamentadas, no norte-europeu, depois de fins do século XII; nas quais contendores armados de lanças especiais ou clavas se entrechocavam até o século XVI. A curiosidade dêste tipo de luta consistia em que os combatentes, mesmo em caso de serem desmontados, podiam continuar a peleja, a pé. As *Armaduras de Torneio* eram marcadas por um enorme e pesadíssimo elmo de viseira fixa, que ficava aparafusado no espaldar, um fulcro prêsã ao peitoral, um manto de armas e uma falsa caneleira, muito grossa e sobreposta à grêva, para aumentar a defesa das pernas, em caso de choque com os barrotes da teia, que fechava a arena ou o corredor, pelo qual galopavam os contendores, até se encontrarem frente à frente. Deduz-se, òbviamente, que o pesado elmo, só era colocado bem próximo ao comêço da luta, sendo transportado até então, pelo escudeiro, que também guardava a lança. Êstes conjuntos de torneio assumiram proporções extravagantes

no século XVI, chegando a pesar mais de 25 kg. Cairam em desuso entre 1550 e 1560.

Para as *Justas* existiam as *Sobre-cotas de Justa*, que apresentavam aberturas laterais denteadas e rebordadas à ouro, com o braço do possuidor; e eram usadas com o elmo heráldico (já descrito entre os capacetes) adornado com plumas, à semelhança de paquifes.

Armas defensivas do cavalo

Na Antiguidade, também os animais necessários às batalhas receberam peças que visavam aumentar a resistência aos ataques. São conhecidas peças neste gênero, bem características das civilizações assíria, babilônica, persa, etrusca e grega. Foi, porém no decorrer da Idade Média com o aperfeiçoamento da armadura defensiva do cavaleiro, que foi atingido um melhor grau de perfeição da proteção da montaria, conseqüência lógica das numerosas porções defensivas do combatente. A partir do século XIII, o cavalo foi sendo defendido por coberturas de couro, reforçadas ou não, por escamas de ferro ou malhas de metal. Mas em fins da Idade Média vai surgir uma verdadeira armadura, que defendia o animal e lhe dava o nome de *Cavalo de Batalha*, e que só era montado no próprio local do combate; nunca servindo para o transporte do contendor. Foi ainda, a montaria, equipada com a *sela de guerra* ou *sela de Brabante*, que depois do século XV, era usada para aumentar a altura do cavaleiro, facilitando o manejo das armas, por sobre a cabeça do cavalo; além de arreios ajaezados metal, pregaria e torçais de aço. Com as armas de fogo, a pesada carapaça, também perdeu sua função, ficando apenas para a defesa do corcel, o *caparazão de couro*, a *pescoceira* e a *testeira simples* ou *rostrada*.

Principais peças da armadura do cavalo

1 — TESTEIRA: Máscara de ferro para a defesa do focinho do cavalo, com guardas para as orelhas e aberturas para os olhos. Já conhecida pelos etruscos e gregos na Antiguidade, contudo seu uso só se generalizou na Europa em fins do século XIV e começo do XV. Existiram também as *testeiras rostradas*, assim chamadas por serem dotadas de uma pua aguçada que fazia com que o cavalo cabeceando,

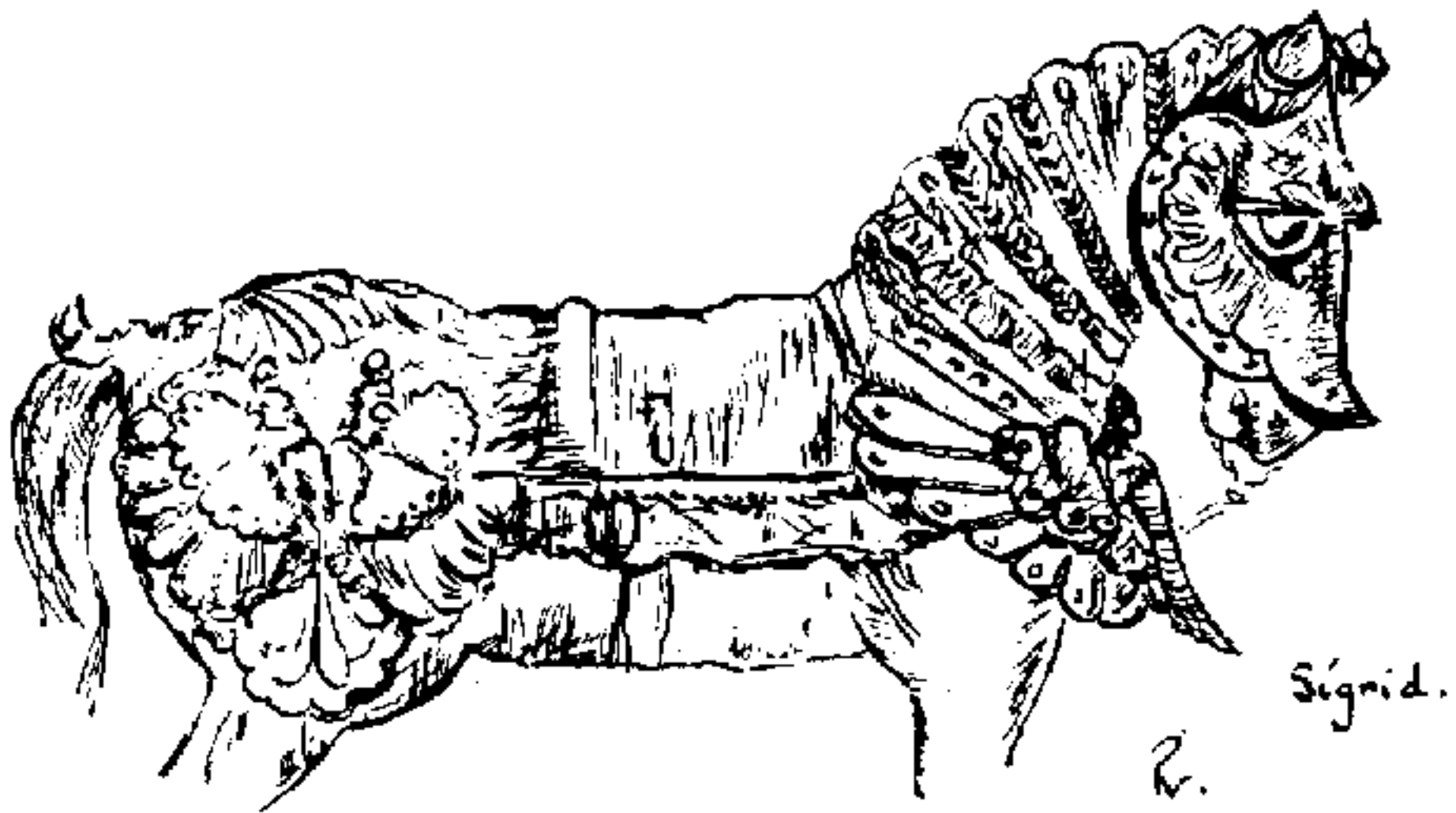
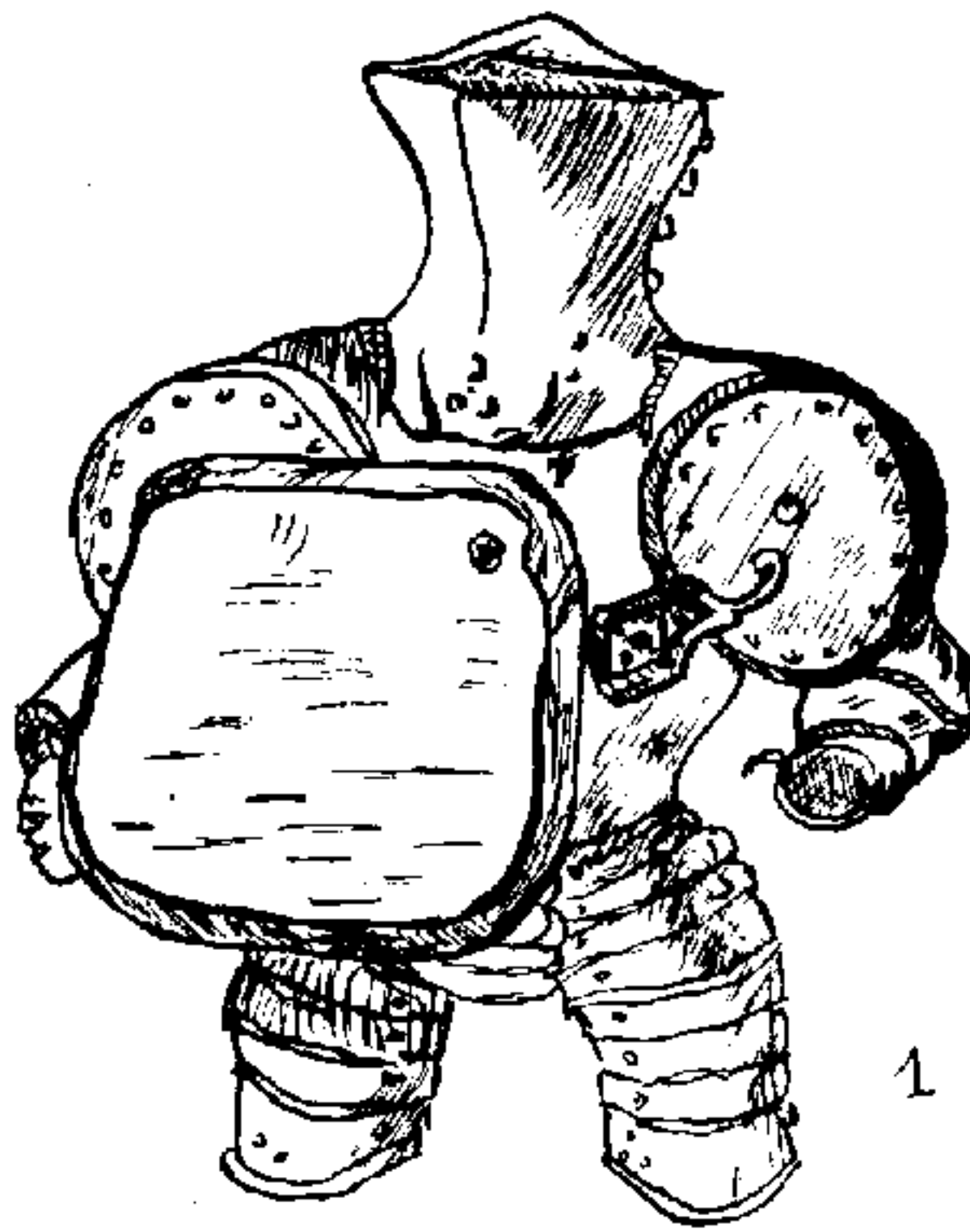


Fig. 6

1. Armadura gótica de torneio da 2ª met. do séc. XV (note-se as grandes rodelas e o manto de armas).
2. Armadura do cavalo. Fim do século XV.

também pudesse ferir o cavaleiro inimigo ou a sua montada, eram comumente chamadas de *Unicórnio*; além das *Testeiras com Viseira*, que apresentavam uma pala sôbre os orifícios dos olhos, e a *Testeira-môcha*, sem guardas para as orelhas. Mas nenhuma destas peças pode ser confundida com a *Focinheira*, que é uma peça de ferro, gradeada, acrescentada à testeira para a proteção do focinho do cavalo, *durante os torneios*.

2 — *Barda* ou *Pescoceira*: Protegia o pescoço do animal, confeccionada em placas articuladas ou em malha metálica, ou até em peças inteiriças. Na Antiguidade foi usada pelos povos mesopotâmicos, unida a um caparazão de tecido. O século XV D.C. a encontrou reimplantada na defesa do cavalo, e bastante aperfeiçoada, na Europa.

3 — PEITORAL ou PEITORIL: Protegia a porção dianteira do cavalo, ficando prêso abaixo do pescoço.

4 — TONELETE ou BARDÃO: Protegia tôda a anca. De ferro, tendo por vêzes um prolongamento em lâminas para a defesa da cauda, o *Guarda-cauda*.

5 — ILHAL: Protegia os flancos. Composto de peças sôltas, semelhantes às escarcelas da armadura do homem. Completavam um pesado peitoral de ferro.

6 — XAIREL: Cobertura de malhas que cobria todo o animal. Posta por baixo do selim.

7 — Caparazão: Cobertura do cavalo, em couro ou em tecido ricamente bordado. Usado desde a Antiguidade na região mesopotâmica juntamente com a barda.

8 — GRÊVA: Defendia as canclas. Embora feita em peças de metal articuladas, tolhia muito mais os movimentos, do que chegava a defender o animal. Seu uso consistiu por certo, mais num requinte, do que num meio de garantia de integridade do animal. São conhecidos exemplares alemães, usados durante a Idade Média e a Renascença.

9 — COXOTE: Defendia a coxa do animal, ficando articulado à caneleira.

10 — ESCUDETE: Porção da armadura do cavalo posta sôbre as ancas traseiras, em uso entre os séculos XV e XVI.

11 — TELIZ: Capa de proteção, espécie de loregão usado pelos cavalciros. Confeccionado em tecido estofado, reforçado com

fina pregaria ou ainda entretecido com tiras de couro. Era sempre complementado pela testeira.

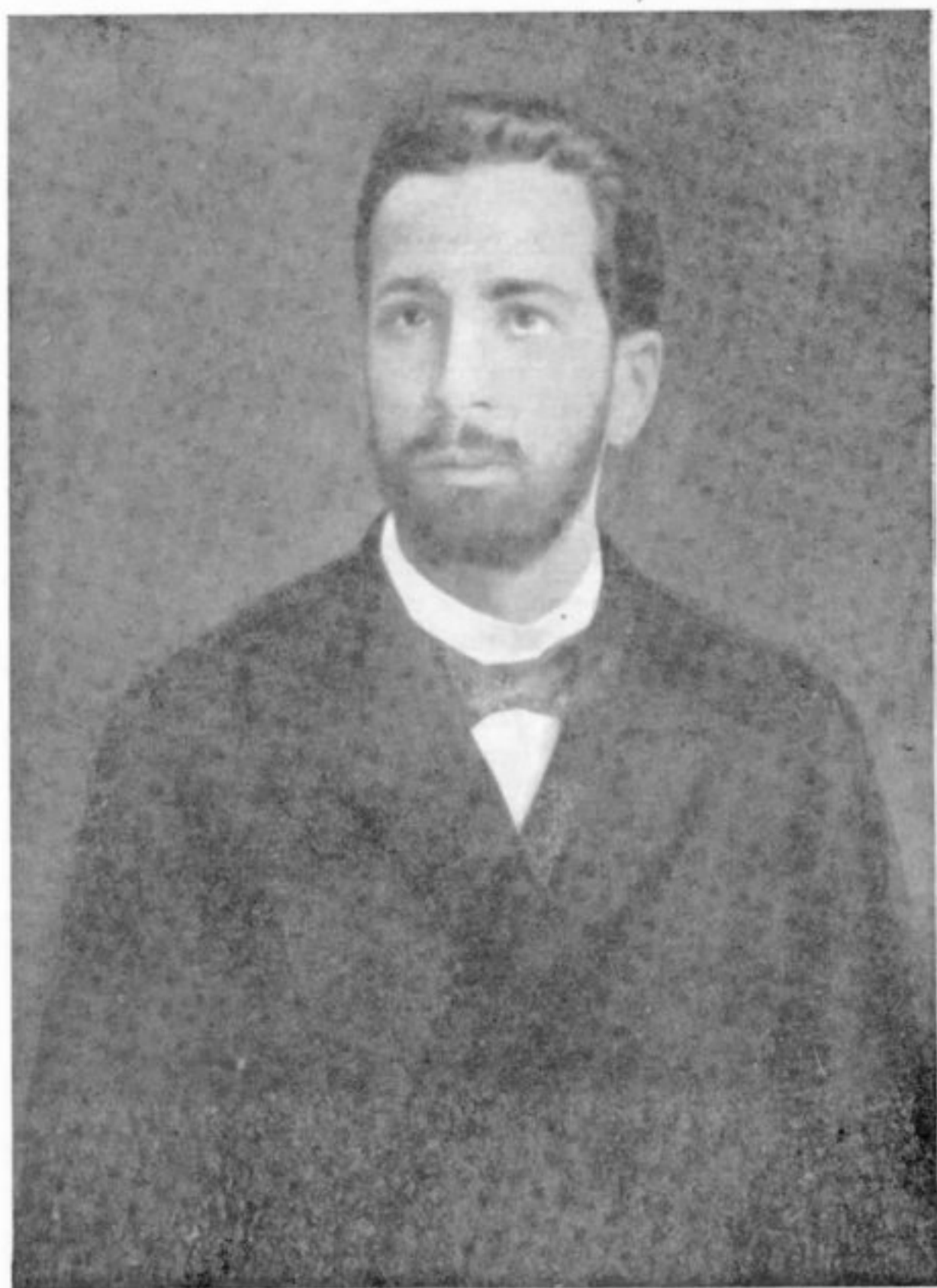
12 — ATAFAES : Arreios reforçados com cadeias de ferro ou de aço que também constituíam uma espécie de recurso defensivo da montaria.

FINALMENTE :

O que foi relacionado, é apenas uma síntese do muito que há, esparso, sobre o assunto. É também uma tentativa de iniciar um levantamento sistemático de definições de tipos de armas, suas características e variantes, através dos tempos. Contudo, o maior problema que tivemos de enfrentar, consistiu em termos constatado que autores modernos, em geral, copiam resumidamente, e até muitas vezes deturpam os estudos mais antigos. Assim mesmo, obras européias editadas em 1885, trazem sinais evidentes de autores de contextos de 1877 e de 1869, épocas em que se iniciou com grande seriedade a pesquisa sobre os fundamentos da Armaria, fugindo à literatura galante e de pura epopéia. Dificuldades ainda maiores existem, em poder-se harmonizar informes contidos nas Enciclopédias e Dicionários. Enfim, cotejando dados e eliminando discrepâncias, pelo conhecimento direto de algumas peças, chegamos à esta enumeração, que esperamos, venha a servir de ponto de partida, à pesquisas mais aprofundadas.

SÍGRID PÔRTO DE BARROS

Conservador de Museu
Chefe da Seção de História



Antônio da Silva Jardim

“RETRATO DE SILVA JARDIM”

THEREZINHA DE MORAES SARMENTO

Conservadora de Museu

Chefe da Seção de Arte Retrospectiva do M.H.N.

Dentre as peças que estavam no Palácio do Catete, quando palácio governamental, que passaram ao acervo do Museu da República ao transformar-se, em 1960, o cérebro político da nação em elemento difusor de cultura, encontra-se um retrato de Silva Jardim pintado por Décio Villares. (1)

Óleo sôbre tela, medindo 85,3 cms x 64,3 cms. Busto quase de frente, cabeça ligeiramente voltada à esquerda. Cabelos lisos, penteados para trás, bigodes e barbas castanho claro. Olhos castanho claro, sobrancelhas grossas, cenho um pouco franzido, nariz afilado, bôca polpuda cerrada. Sobrecasaca escura, camisa branca de colarinho alto. Gravata vermelho escuro, de laço. Fundo vermelho escuro. No canto inferior esquerdo — Décio Villares/1929 — em vermelho vivo.

Sendo datado de 1929, portanto feito anos após o falecimento de Silva Jardim, é provável que houvesse sido encomendado à Décio

(1) Décio Villares nasceu a primeiro de dezembro de 1851, no Rio de Janeiro. Matriculou-se na Imperial Academia de Belas Artes em 1868 e, após frequentá-la por quatro anos, seguiu para a Europa em 1872. Em Florença estudou com Pedro Américo e, em Paris, com Cabanel, absorvendo a arte francesa acadêmica, o que traduzirá em suas obras.

No “salão” de 1874 expõe o quadro “Paulo e Virginia”, sendo acolhido pela crítica com simpatia.

Volta ao Brasil em 1881, após nove anos de Europa.

Artista brasileiro dos mais conceituados de sua época fez retratos, principalmente os de mulher, abordando também assuntos bíblicos. Dotado de grande talento, sua pintura caracteriza-se pelo traço leve, côres suaves e sensibilidade poética.

Adepto do Positivismo, tem várias obras no “Templo da Humanidade”, na rua Benjamim Constant.

Além de homem de cultura, foi o grande pintor da república, havendo feito o desenho da atual bandeira brasileira. Fêz também algumas esculturas.

Faleceu a 29 de junho de 1931, no Rio de Janeiro, deixando inacabada uma grande alegoria — “A epopéia africana no Brasil”.

Villares. Não nos foi possível encontrar documentos que esclareçam se realmente foi feito por encomenda, quem a fez, porque foi este retrato pintado tantos anos após a morte de Silva Jardim, e, a quem ou a que foi destinado. O fato é que se encontrava no Palácio do Catete e passou ao acervo do Museu da República, juntamente com outras peças que pertenciam à Presidência da República e que ficaram no palácio, ao transferir-se a capital do país para Brasília.

Antônio da Silva Jardim nasceu às quatro horas da manhã do dia dezoito de agosto de 1860, em casa de seu avô materno, em Capivary de Cima (lugar que tem agora o seu nome), município de Capivary, comarca de Rio Bonito, no Estado do Rio, indo um ano após morar no sítio da "Sapucaia", propriedade de seus pais — Gabriel da Silva Jardim e Felismina Leopoldina de Mendonça Jardim, pequenos lavradores na então Província do Rio de Janeiro. Neto pelo lado paterno de Antônio da Silva Jardim, cujo nome recebeu, e de Luciana Maria Cêa, e pelo materno de Leandro Freire Ribeiro de Mendonça e de Lauriana Leopoldina do Amor Divino, teve os seguintes irmãos : Carlos, Maria Amélia, Pedro, Egydio, Cesar, Jayme, Hermezinda e Gabriel.

Foi Antônio da Silva Jardim batizado em fevereiro de 1861, pelo padre Egydio Antônio Vieira, vigário da freguesia da Boa Esperança do Rio Bonito.

Em 1865 seu pai, por instância de amigos, funda uma escola particular e é ali que Antônio aprende suas primeiras letras.

A vinte e três de abril de 1873 seguia para Niterói, aos cuidados de Honório e Felisberto de Carvalho, matriculando-se no colégio Silva Pontes. Nesse ano teve varíola, cujos sinais no rosto o acompanharam sempre. Em 1874 matricula-se no Mosteiro de São Bento, onde cursou as aulas de português, latim, francês e geografia.

De Niterói vem para o Rio, morando em companhia de Raymundo Corrêa, Francisco Pessanha, Pereira Franco e Libório Seabra. Nessa época, com os colegas de pensão e mais Valentim Magalhães e Clóvis Beviláqua, colaborou num jornal de Quiçamã, "A Nova Aurora". Data dessa época a sua estréia jornalística no "Labarum Literário", fôlha redigida pelos alunos do São Bento, de que era redator-chefe. Seu primeiro artigo foi sobre Tiradentes, o que denuncia desde cedo as tendências do seu espírito. Voltou ao assunto diversas vezes, em várias oportunidades. O mártir da Inconfidência tornou-se-lhe verda-

deira obsessão. Durante a propaganda republicana chamava-o “correligionário”. Mais tarde, a denominação que dá ao primeiro panfleto crítico é uma reminiscência desta época.

Em 1875 fêz na instrução pública os exames de português, francês e geografia, sendo aprovado plenamente nos dois últimos e com distinção no primeiro.

Devido à dificuldades financeiras de seu pai, tenta empregar-se no comércio mas não o consegue. Constante Jardim, seu primo, sabendo das dificuldades em que se encontrava levou-o para sua casa, em Santa Teresa, e ali morava Silva Jardim em outubro de 1876. Tentou novamente o comércio e, desta vez, conseguiu emprêgo no escritório de uma casa da rua Visconde de Inhaúma. Trabalhava há dois meses quando Mr. Jasper Harben, que o conhecia do mosteiro de São Bento, o convidou para colaborar num trabalho sôbre língua inglêsa. Faz, em 1876, os exames de inglês, aritmética e retórica. Posteriormente faz exame de história, na côrte, sendo aprovado plenamente.

Em 1878, vai com Raymundo Corrêa, para São Paulo, onde requer exame de geometria e é aprovado perante a banca do curso anexo da Academia de Ciências Jurídicas e Sociais de São Paulo. Matriculou-se na Academia a primeiro de abril de 1879, residindo à rua São José n.º 1, juntamente com Raymundo Corrêa. Ali escreve seus primeiros ensaios para a imprensa paulista: “Idéias de moço”, em colaboração com Valentim Magalhães, onde se lê um conto — “O grito na treva”. Escreveu ainda “A gente do mosteiro”, onde referia-se aos estudantes da Faculdade instalada no velho prédio do mosteiro de São Francisco. Escreveu também para a “Tribuna”, folhetins literários, críticas, etc. Isto quando fazia o primeiro ano de Direito.

Por intermédio de Teófilo Dias, que mais tarde casa-se com a filha mais velha de Martim Francisco, aproxima-se da família Andrada e apaixona-se por Ana Margarida, filha do Conselheiro Martim Francisco de Andrada e neta de José Bonifácio.

Teófilo Dias, por inveja, espalha infâmias sôbre Silva Jardim que resolvê processá-lo, mas não o faz por pena. Teófilo, apesar disso, não conseguiu o seu intento, que era afastar Jardim da casa do Conselheiro. Silva Jardim aborreceu-se tanto que pensou em concluir o curso de Direito em Pernambuco, sendo dissuadido dêste intento por seus amigos: Assis Brasil, Júlio de Castilhos, Homero Batista, Pereira da Costa, Antônio Mercado, Vitorino Monteiro e Alcides

Meira — gaúchos, residentes numa república à rua da Palha n.º 7; Magalhães Castro, Valentim Magalhães — fluminenses; e o grupo mineiro, com Afonso Celso à frente.

A privança com o filho de Martim Francisco — Martim Francisco Bueno de Andrade, aguçou em Jardim as qualidades de análise e combatividade que lhe eram inatas. Por carta de 10 de outubro de 1881, dirigida a seu pai, vê-se o grau de relações que a esse tempo já tinha com a família do Conselheiro Martim Francisco.

“Papae

Quanto á sua pretensão nessa Província, com um única pessoa poderia falar a respeito e essa era o Conselheiro Martim Francisco. Mas o Conselheiro, antes de tudo não está aqui e sim na côrte, servindo no Conselho de Estado. Lembrei-me de ir até á côrte encontrar-me com Vm., apresentá-lo ao Conselheiro e ver-mos o que era possível fazer. Ví logo a impraticabilidade de tal idéia pelas seguintes razões

... 4.º — Ligado á família Martim Francisco pelos laços de uma amizade que generosamente me dispensa e que gratamente eu retribuo, vejo-me numa posição difícil em tudo que respeita o negócio em que dela tenha dependência. Assim é que até hoje não tenho recebido dessa digna família sinão provas de estima. Nunca porém, solicitei-lhe favores: apenas no meu segundo ano, como Vm. sabe, a Exma. Da. Benvinda, senhora do Conselheiro, ofereceu-me carta de apresentação para o Dr. Inglês de Souza, redator da “Tribuna Liberal”, a fim de empregar-me nessa folha. O meu emprego na Escola Normal é devido ao Dr. Inglês de Souza e a mais ninguém. Tenho razões particulares, que rogo-lhe não leve a mal, para não pedir nada a essa familia. Mesmo porquê é possível que tenha não longe de colocar-me em situação difícil perante ela, situação para a qual preciso ter-me antecipado por independência de caráter a toda prova, por um desinterêsse e uma abnegação sem limite; e preferia o maior dos sacrificios á vergonha da suspeita de que a minha amizade era interessada, filha da posição social dessa familia. No momento em que tal supuzessem, eu não cruzaria mais umbrais da casa dessa gente, e para que tal nunca aconteça é mister que eu dê provas do meu desinterêsse. Prefiro serví-los a fazer-me servir por êles. . . .”

A 15 de novembro de 1881 fundava-se o “Centro Positivista de São Paulo”, filiado ao do Rio de Janeiro, sob o patrocínio de Miguel

Lemos, que ali compareceu secretariado por Generino dos Santos. Por essa ocasião, quando cursava o quarto ano de Direito, Silva Jardim entra para o Centro Positivista, assimilando os ensinamentos de Augusto Comte e firmando as idéias republicanas, apesar de conviver com Inglês de Souza e Martim Francisco, monarquistas liberais exaltados. Positivista, manteve assídua correspondência com Miguel Lemos, apesar de mais tarde repelir a ortodoxia positivista.

As viagens feitas a São Paulo, em 1881 por Miguel Lemos e, em 1883, por Teixeira Mendes, para o mister da propaganda positivista, deram a Silva Jardim a concepção de evangelização de uma idéia por meio da palavra falada.

Após a sua nomeação definitiva para a Escola Normal, e já cursando o último ano de Direito, Silva Jardim faz ao Conselheiro Martim Francisco o pedido de casamento com sua filha Guida. A primeiro de dezembro de 1882, forma-se Silva Jardim em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo. Em março de 1883 recebeu resposta favorável ao pedido de casamento, realizando-se a cerimônia a primeiro de maio do mesmo ano, na igreja de Santa Cecília, pela liturgia católica, apesar de já ser então seguidor do positivismo.

Em breve passa a reger a cadeira de português da Escola Normal de São Paulo.

A 31 de janeiro de 1884 nasce o primeiro filho de Silva Jardim, ao qual deu o seu nome -- Antônio.

À medida que a advocacia escasseava, Silva Jardim entregava-se ao ensino. Em 1884, elabora programas para o ensino nos diversos cursos que realizava. Fundou com o Dr. João Köpke um estabelecimento de ensino primário, à rua da Conceição n.º 44, sob a denominação de "Escola Primária Neutralidade", onde afluíram os filhos das melhores famílias.

Em 1886 perde Silva Jardim seu sogro e uma filha — Clotilde. Seu cunhado, Martim Francisco Filho, o convida para sócio no escritório de advocacia em Santos. Abandona Silva Jardim a Escola Normal e outros estabelecimentos onde lecionava, como o de João Köpke, transferindo-se para Santos em 1887.

Foi por ocasião de um banquete em honra do republicano Quintino Bocayuva que, Antonio da Silva Jardim, aparecendo no cenário político da época, constata o papel que lhe estava reservado e que o

iria absorver até o fim da vida. O seu comparecimento à este banquete valeu-lhe o rompimento com o chefe do positivismo no Brasil, que não apoiava determinados contactos.

As idéias republicanas no Brasil já se haviam manifestado desde os tempos coloniais e desenvolveram-se com o passar dos anos, mas o movimento republicano, que culminou com a queda da monarquia em 1889, começou oficialmente na cidade do Rio de Janeiro, em 1870, com a Fundação do Clube Republicano a 3 de novembro e a publicação de um Manifesto a 3 de dezembro, dia em que "A República", órgão oficial do Clube, apareceu. Como principais redatores foram escolhidos Miguel Vieira Ferreira, Flávio Farnese, Aristides da Silveira Lobo, Lafayctte Rodrigues Pereira e Francisco Rangel

O Manifesto de 1870 anunciava princípios tais como : soberania do povo, democracia, govêrno representativo e responsável, federalismo e abolição de privilégios. Nos ítems ali contidos, a maior novidade era o Republicanismo. Não se fazia menção direta aos direitos civis. Condenavam apenas as falhas da monarquia. O terceiro ponto em que se empenhava o Manifesto de 1870, era a opposição à revolução. Era o que o bom senso ditava pois que, na época, o punhado de membros do Clube Republicano de 1870 difficilmente poderia ter organizado uma revolta. Adotaram portanto a política de promover a idéia da república por meio de uma participação na vida monárquica. Em teoria esperava-se que o Partido Republicano chegaria a incluir a maioria no eleitorado, tornando assim possível ao Parlamento proclamar a República pacífica e legalmente. Ao promover essa política o Partido Republicano esforçou-se ao máximo para garantir aos brasileiros que não usaria de violência para atingir os seus fins.

Iniciada a propaganda da república as novas idéias transmitidas por Lopes Trovão, Quintino Bocayuva, Saldanha Marinho, Ubaldino do Amaral, Sampaio Ferraz, Francisco Glicério, Nilo Peçanha, Alberto Torres, Campos Sales, Prudente de Moraes, Rangel Pestana, Assis Brasil e José do Patrocínio, penetraram em todas as classes, tornando cada vez maior o número de seguidores.

O Partido Republicano surgiu portanto do primeiro Clube Republicano do Rio de Janeiro que, com a publicação do Manifesto de 1870, foi o responsável pelo movimento republicano nas províncias. Formado o Partido Republicano de São Paulo, este rejeita igual-

mente o uso da violência, conforme tornou claro o seu primeiro comunicado, distribuído a 18 de janeiro de 1872.

Após os primeiros anos de propaganda, especialmente em São Paulo, a partir de 1873, os vários Clubes Republicanos Provinciais, assumiram uma condição de independência, embora mantendo ainda relações uns com os outros e com o grupo de que se originaram, no Rio de Janeiro. Cada Partido Republicano Provincial tornou-se uma unidade, que não era sujeita a nenhum outro corpo. Na prática isso nem sempre se dava. Devido ao seu rápido crescimento e progresso contínuo, o Partido de São Paulo assumiu a direção das organizações irmãs, nas províncias vizinhas, e essa influência se fazia sentir, embora não fosse legítima nem reconhecida, pelo menos enquanto os Clubes fossem constituídos apenas nominalmente. À medida que corria o tempo, foi surgindo o desejo de unificação. Isto sente-se em grau acentuado no Rio de Janeiro, onde os republicanos fizeram várias tentativas para formar um Partido Nacional. A 10 de agosto de 1873 a direção do Partido, no Rio de Janeiro, acentuou que embora a revolução fôsse um direito, era extremamente perigoso não devendo ser exercido senão ao atingir-se o auge do desespero.

Em janeiro de 1875 fundava-se o Clube Republicano Federal, tendo como secretário Pompílio de Albuquerque, para substituir o extinto Clube de 1870. Os membros do novo Clube deram sua adesão ao Manifesto de 1870, prometendo fidelidade ao Partido. Em fevereiro do mesmo ano, a nova organização hipotecou, em nota, o seu apoio ao órgão "A República".

Em julho de 1875 apareceu um semanário republicano — "O Brasil Americano"; em setembro de 1876 surgia "A Lanterna", jornal revolucionário editado por Alberto de Carvalho; ambos de pouca duração. Em julho de 1877 apareceu outro jornal republicano, "O Amigo do Povo", que teve o seu nome mudado para "A República", a 22 de julho, ao sair o sexto número, quando reimprimiu o Manifesto de 1870. Quintino Bocayuva foi a força propulsora atrás do primeiro jornal e Aristides Lobo atrás do segundo.

Nos anos de 1877/1878 o Partido Republicano, especialmente no Rio de Janeiro, atingiu o ponto mais baixo de sua história; em parte porquê perdera alguns dos seus membros mais importantes, tais como Cristiano B. Ottoni e Lafayette Rodrigues Pereira, os quais tornaram a ingressar no Partido Liberal. Tentando deter essas deserções,

os republicanos mais radicais, tendo à frente Aristides Lobo, assinaram, em 1877, dois "Termos de Compromisso e Adesão"; um a 20 de setembro e outro a 27 de outubro, nos quais hipotecavam seu apoio ao Manifesto de 1870. Contribuição importante para a imprensa republicana foi a "Revista Federal", publicada pelo Clube do Sul, aparecida a 30 de maio de 1886, sob a direção de Álvaro Chaves, Paula Mainwald e Romaguera Corrêa. Publicando artigos de chefes republicanos e informações das províncias, foi o melhor instrumento com que o Partido contou em 1886/1887.

Vários outros jornais, opondo-se abertamente à monarquia, tiveram grande projeção em 1886: no Rio de Janeiro, "O Paíz", dirigido por Quintino Bocayuva, e a "Gazeta Nacional", à cuja frente se achava Almeida Pernambuco. Em São Paulo, a "Província", onde escrevia Rangel Pestana, e o "Diário Popular", de José Maria Lisboa, onde Américo de Campos vibrava golpes com sua pena, ambos na capital, e a "Gazeta de Campinas", unidos pelo mesmo ideal. No Rio Grande do Sul a "Federação", de Porto Alegre, sob a direção de Julio de Castilhos. No Pará, a "Província do Pará", de uma democracia ultra república, e "O Norte", redigido por Maciel Pinheiro, chefe do Partido Republicano de Pernambuco.

Em 1886, o Partido Republicano despertou um pouco da sua letargia. Em junho desse ano empreendeu-se nova tentativa de organização, fundando-se um Comitê Executivo e uma Assembléa Constitucional. O Partido Central enviou um apelo às províncias em favor da unidade e pediu um Congresso Nacional a realizar-se em junho de 1887, ao qual compareceriam delegados de todas as províncias e da cidade do Rio de Janeiro. O convite foi aceito por várias províncias e seus representantes reuniram-se para as sessões que começaram a 30 de junho e terminaram a 5 de julho. Durante estes dias o Congresso elegeu um Conselho Federal, redigiu uma Constituição e preparou um Manifesto. O Manifesto acusava a monarquia de ser a causa de todos os males do Brasil, declarando que a República traria o sufrágio universal, liberdade de imprensa, liberdade de associação, proteção da propriedade privada, sistema de júri, abolição das classes privilegiadas, títulos e condecorações, promoveria obras públicas e um sistema judiciário independente.

Depois do Congresso de 1887 Aristides Lobo escreveu que o Partido seria o mais forte do país, se pudesse unir os vários tipos de republicanos.

Em fins de 1887 a Câmara Municipal de São Borja, no Rio Grande do Sul, num gesto de audácia e civismo faz uma indicação à Assembléia Provincial, para que esta por sua vez se dirigisse à Assembléia Geral, no sentido de ser promovido um plebiscito em que se consultasse a nação sôbre se devia ou não admitir o Terceiro Reinado, “com uma princesa fanática casada com um príncipe estrangeiro, que seria de fato o nosso governante”. O govêrno, considerando “ilegal e insólita” a atitude dos vereadores de São Borja, mandou suspendê-los e processá-los.

O brado de São Borja repercutiu na Câmara dos Deputados do Rio Grande do Sul e na de São Paulo, que defendeu a atitude dos vereadores gaúchos e protestou contra a destituição do mandato de seus membros, feita pelo govêrno imperial.

Isto ocasionou o aparecimento de Antonio da Silva Jardim para a missão que êle a si próprio impôs — a de propagandista da república. Faz em Santos, a 20 de janeiro de 1888, no “Teatro Guarani” completamente lotado, a sua primeira grande conferência — “Pátria em Perigo”, a convite do radical republicano Francisco Lobo na qual, apoiando a Câmara Municipal de São Borja e protestando contra o ato do govêrno, analisou a situação do país com o calor dos seus grandes entusiasmos, não deixando de denunciar os propósitos do Terceiro Reinado que “eram guerreiros em relação à Argentina”. Revelou-se, Silva Jardim, orador eloquente, cheio de chama, ao mesmo tempo que político hábil a conduzir e a entusiasmar as massas. Disse êle : “Sou uma convicção que fala, que expõe, que discute, que reclama, que protesta, que reagirá se preciso fôr”. Ainda nêste comício, Jardim declarou que “o próprio caráter da princesa, tímido e fraco, faria dela uma má imperatriz”. Subestimou também as suas convicções religiosas.

Pouco depois, corre pelo país a notícia de que Pedro II estava moribundo em Cannes e precisava tornar simpática a sucessão, que se afigurava imediata, na pessoa de Isabel. Para isso pensavam na libertação do elemento servil, atingindo a propaganda em favor da abolição da escravatura o seu auge e estando próximo o triunfo dos abolicionistas.

Os republicanos de Limeira, contagiados pelo entusiasmo causado por Silva Jardim em Santos, o convidam para realizar uma conferência naquela cidade. Apesar dos republicanos de São Paulo, che-

fiados por Rangel Pestana, e talvez por influência do grupo de Campos Sales, não aprovarem a sua ida à Limeira, Silva Jardim foi, e o sucesso da conferência o obrigou a ir a Campinas onde, no "Teatro São Carlos", o ouviram duas mil pessoas, inclusive o chefe de polícia, compadre do Conde d'Eu. Em Campinas, Jardim articulava-se com Francisco Glicério, homem de largo prestígio e popularidade na sua terra natal que se alçaria, anos depois, à chefia da política nacional.

Regressando Jardim à Santos estoura no Rio de Janeiro o caso Leite Lobo, motivado pela prisão e espancamento de um capitão tenente reformado da marinha, renascendo a "questão militar". Estando fundeado no porto de Santos o couraçado "Bahia", Jardim consegue promover novo comício de protesto, na noite de 5 de março, com a presença dos oficiais do navio. O sucesso foi grande e repercutiu nos jornais do Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul e outras províncias.

Ainda em março os republicanos de Santos, conduzidos por Silva Jardim, anunciaram seu apoio aos militares e os convidaram a auxiliar a causa republicana.

A 7 de abril, data da abdicação de D. Pedro I, Jardim faz na capital paulista, no clube republicano, notável conferência presidida por Prudente de Moraes, achando-se presentes na ocasião Rangel Pestana, Campos Sales, Bernardino de Campos e Bueno de Andrada, entre outros.

O ministro do império João Alfredo, compreendendo a situação complicada ainda mais pela questão militar e fermentada pela mocidade das escolas, principalmente a Escola Militar, levou à princesa Isabel a notícia de um projeto do senador Antonio Prado, redigido em cinco artigos, de abolição relativa, pois que o liberto ficaria adstrito ao solo. O trono até então obstinado cedeu, decretando a princesa, a treze de maio, a abolição imediata e sem restrições. Isto fez com que Francisco Glicério escrevesse à Silva Jardim — "Vai-se fazer a abolição, mas o trono queimar-se-há na fogueira do Rio e de Minas".

Em 1888, após a abolição da escravidão, foi alcançado o maior progresso do Partido Republicano. Além da emoção que dominava o país, numerosos senhores de escravos, sentindo-se feridos nos seus interesses, aderiram ao Partido. O impulso revolucionário que a pro-

paganda abolicionista dera ao país, devia ser aproveitado em favor da república para que esta se tornasse uma aspiração nacional.

Ante a possibilidade da morte do imperador, agora enfêrmo, com a popularidade que a princesa Isabel conquistara devido ao seu apoio franco à Abolição, irritados talvez com os prejuízos sofridos pelos fazendeiros republicanos, em consequência da emancipação dos escravos, o Partido definiu sua atitude para com o futuro reinado num longo Manifesto de 24 de maio, o qual dizia em parte: "O Partido Republicano, pelos seus representantes reunidos em congresso, para tornar eficaz êsse trabalho de integração das fôrças revolucionárias resolveu:

I — Combater o Terceiro Reinado em todos os terrenos em que as circunstâncias o coloque.

II — Entrar em ação mais vigorosa, combinando para levá-la a efeito talentos, atividades, recursos pecuniários, simpatias populares, influência da tribuna, da imprensa e comícios e levando o exemplo, o auxílio e proteção a todos os pontos onde a sua ação possa e deva chegar.

III — Investir a autoridade diretora do Partido de plenos poderes para condenar os meios de ação e imprimir na vida do Partido mais vigor, mais animação, mais entusiasmo por maior concurso de todas as classes sociais".

Opondo-se à princesa Isabel, revolucionário nas suas palavras, sente-se no Manifesto a influência de Rangel Pestana e Silva Jardim, os principais representantes do republicanismo revolucionário.

Foi neste congresso em São Paulo, que Silva Jardim concluiu seu discurso com estas palavras: "O momento mais oportuno para a instituição da república no Brasil, é o mais adequado para a sua instituição sem grande abalo social; a nação inteira está mesmo à espera de um novo estado de coisas, sente-se na véspera de uma reorganização. O Partido Conservador invade o terreno das reformas liberais, o Partido Liberal ancora a bandeira da Federação, que bandeira arvoraremos nós. Certo que o da república imediata, e pois a da revolução. Estejamos senhores á altura do momento histórico, sejamos políticos hábeis, façamos a revolução para fazer a república, para fazer a ordem e o progresso da pátria. O perigo em que ela se acha, de perder o regimem da liberdade e de trabalho, pela opressão clerical e pela guerra, deve animar o nosso patriotismo para a luta

vitoriosa ou para o martírio. Só nos resta o segundo meio de reformar de baixo para o alto, a reforma pela Revolução.

Quanto à mim, senhores, para juntar a palavra à resolução; vos direi que estou ao vosso dispor, quer para morrer no combate, balbuciando as esperanças de futuro, quer para no dia do triunfo entoar as aclamações da vitória”.

Prosseguindo na propaganda republicana estava Silva Jardim em Santos quando recebeu, a 2 de julho de 1888, um telegrama de Rio Claro convidando-o para ir aquela cidade fazer uma conferência.

Jardim havia posto suas coisas em ordem regulando as contas com seu cunhado e sócio, o qual encarregava-se de certo negócio de que recebera por conta de maior quantia 1:000\$000 réis. Embora as condições de ajuste fossem outras, tomou de 500\$000 e deus-os à Silva Jardim, levando em consideração o seu auxílio. Êsse, que já estava super excitado, ao receber aquela quantia só se lembrava da pátria: “Com êste dinheiro vou derrubar a monarquia”, exclamou.

Em Rio Claro, foi recebido pelo cearense Lucas do Prado, presidente do Clube local, o mesmo que lhe telegrafara para Santos. Disse aí Silva Jardim: “O que é preciso é consolidar a Abolição desviando a indignação contra a princesa e contra o trono e de um projeto de indenização para a aspiração à República: é isto que é preciso proclamar e instituir”.

Feita a conferência em Rio Claro, seguiu para Limeira e daí para São Carlos do Pinhal, onde chegou no dia 6, encontrando seu velho companheiro de lides acadêmicas, Dr. Egas de Andrade. Dia 7 estava em Campinas; a 8 em São Paulo, onde descansou e conferenciou com Rangel Pestana e outros correligionários, dando conta dos sucessos obtidos. Rangel já se habituara à êste modo de fazer propaganda e dissera no congresso de São Paulo: “Silva Jardim é a organização moral mais integrada, a dedicação mais sincera, o orador mais pronunciado pela vitória da idéia que de todo o dominou, a audácia mais requintada em afrontar as iras do preconceito, e o espírito mais afeito à propaganda, de todos quantos nela tomaram parte em sua segunda fase. Espírito rebelde, intransigente, autoritário e insubordinado, pôs à causa da República toda a sua atividade, todo o seu concurso. Pouco afeito às dificuldades da organização, para que não se sentia com as condições precisas, era, entretanto, um homem feito e talhado para a propaganda. Podemos mesmo dizer — dela é a fi-



É capaz até de sacrificar
a sua popularidade... Livra!...

gura mais proeminente”. Considerava ainda Jardim — “O homem da revolução, onde quer que apareça”. De outra feita Rangel exclamou “que lhe dessem dez Silva Jardim e êle faria a República amanhã”.

Continuando na sua excursão de propáganda republicana, dia 9 de julho, estava Silva Jardim em Jacareí; 10, em Pindamonhangaba; 11, Taubaté; 12, Guaratinguetá; 13, Lorena; 14, Rezende (penetrando na província do Rio justamente no dia do aniversário da queda da Bastilha); 15, Barra Mansa; 16, Piraí; 17, Vassouras; 18, Valença; 19, Paraíba do Sul; 21, Petrópolis; 22, Rio de Janeiro, onde descansou alguns dias. Depois, Friburgo, Cantagalo, São Fidélis, Campos, Macaé, Barra de São João, Capivarí (sua terra natal), Rio Bonito, Itaboraí e Niterói. Vinte e sete cidades visitadas em menos de um mês, em pleno ano de 1888, quando o trono ainda contava com grande parte da opinião pública, devido à Abolição.

A propaganda tomando vulto, começa a incomodar e irritar o govêrno. Em Paraíba do Sul, quando falava, é a casa apedrejada pelos monarquistas. Em cada cidade que visitava, deixava Jardim o grão da revolta levedando o ambiente já saturado. Foi uma excursão triunfal. São Paulo recebeu-o com entusiasmo e sua província natal se o acolheu hostilmente em Paraíba do Sul e Vassouras, onde os monarquistas açularam os libertos a ponto dêstes alvejarem-no com arma de fogo, fez côro com São Paulo no ardor com que escutava a eloquência daquele que opondo-se aos métodos políticos ordeiros e cautelosos dos republicanos, que tinham Quintino Bocayuva como chefe, foi o propulsor da campanha revolucionária dos comícios populares

Dizia Virgílio Cardoso: “Silva Jardim, abnegado, soberbo, grandioso, em constantes excursões, deixava sempre por onde passava o germem revolucionário.”

Silva Jardim, procurando o mais possível atrair sôbre si a atenção pública, ousou fazer uma conferência na chegada de Pedro II da Europa. Pronuncia, a 12 de agôsto de 1888, sua primeira conferência no Rio de Janeiro, no salão da Sociedade Francesa de Ginástica, à travessa da Barreira. Observou que: “O reinado de Isabel seria de certo modo uma continuação da desordem administrativa, da orgia financeira e da corrupção política que caracterizaram o reinado de Pedro II. Seria também marcado pela opressão militar, a influência do dinheiro e a opressão clerical”.

Jardim crescera rápida e fulgurantemente. Era agora a maior força republicana no país. Resolve mudar-se para o Rio de Janeiro, onde o movimento republicano foi importante, porquanto havia sido o berço e o centro intelectual do republicanismo no Brasil e onde vieram finalmente reunir-se os representantes de todas as províncias para edificar um Partido unido. Foi onde se fizeram os maiores chefes e se plantaram as sementes do republicanismo no partido monárquico. Silva Jardim na primeira de suas famosas excursões de propaganda visitou a província do Rio dando impulso ao movimento que, com a abolição da escravidão sobrevinda a treze de maio, tinha agora melhores perspectivas.

Voltando a São Paulo para buscar a família, Jardim foi recebido com verdadeira apoteose e no dia seguinte fala no velho Teatro São José. Vai a Santos, sendo recebido por uma multidão entusiasta. Foi quando um correligionário lhe disse sorrindo: "Você está ganhando muita força. É preciso dar-lhe para baixo. Você pode tornar-se perigoso". Silva Jardim entreviu num momento os obstáculos à sua carreira política, oriundos de uma desconfiança natural, mas muitas vezes injusta". Disse êle: "O Império nos havia abatido tanto, que não se acreditava quase no exaltamento do patriotismo sem um fim egoísta. Mas estava resolvido á sacrificar-me a minha idéia".

Em setembro de 1888 veio para o Rio, com a família, aqui estabelecendo-se como advogado. Dentre os chefes cariocas, só recebia com franqueza o velho Saldanha Marinho. No Rio, começou logo a agitar a propaganda em todos os sentidos. Escreve diàriamente no "O País", na "Gazeta de Notícias", no "Mequetrefe" e no "Grito do Povo". O "Jornal do Comércio", era inacessível aos republicanos.

Além de escrever em vários jornais, Silva Jardim fala em todas as ocasiões. Adquire imensa popularidade. Todos viam nêle a personificação do talento, da coragem do idealismo, em luta frontal, desassombrada, contra a monarquia. Euclides da Cunha escreveu que: "aquela miniatura de Titã tomara a frente da sociedade".

Apesar de ter-se identificado com o movimento da propaganda republicana já no fim do império e de se tornar conhecido através suas atividades na província, Jardim era considerado como importante chefe do Partido, no Rio, tornando-se o centro de um grupo de republicanos mais jovens. Opondo-se aos métodos políticos ordeiros e cautelosos dos republicanos que tinham Quintino

Bocayuva como chefe, Jardim e o seu pequeno grupo de moços faziam a campanha revolucionária dos comícios populares.

A 9 de outubro de 1888 houve outro Congresso republicano onde foi aceita pelo Partido Nacional a política adotada cautelosamente, nesse mesmo ano, pelo Partido de São Paulo.

Após o Congresso, surgiram dentro das fileiras do Partido, sérias dissensões que atingiram a uma crise em 1889. Silva Jardim, um dos representantes do Rio no Congresso, apesar de ter começado as atividades políticas apenas em 1888, tornara-se o líder reconhecido de um grupo que desejava rejeitar o republicanismo pacífico para adotar um programa direto e revolucionário. Durante muitos anos houvera dificuldades, dentro do Partido, entre os adeptos de Quintino Bocayuva, líder dos moderados, e os de Aristides Lobo, chefe dos radicais. O radicalismo de Aristides Lobo, não era de tão longo alcance quanto o de Silva Jardim; êle se interessava mais pela pureza de doutrina e de métodos. À semelhança dos outros chefes mais velhos que haviam mantido o seu domínio sobre o Partido, desde a fundação dêste, comprometera-se com a doutrina da evolução pacífica da forma republicana. Tanto Aristides Lobo como Bocayuva haviam cooperado na direção do Partido, no Rio, e ambos mantinham relações cordiais com a organização de São Paulo. Em 1888, contudo, a situação mudou. Ocorreu um rápido aumento dos membros do Partido. Êstes elementos, conservadores em idéias porém mais impetuosos do que os líderes amadurecidos, fizeram surgir a exigência de um rápido fim da monarquia. Essa exigência encontrou oposição dos elementos mais velhos que desejavam aderir aos princípios estabelecidos em 1870, duvidando que o Partido civil estivesse, em 1888, bastante forte para empreender com êxito a revolução pelas armas. Os novos membros, e alguns dos mais velhos, pareciam desejar correr êsse risco, acreditando que a massa dos brasileiros se inclinaria para a idéia republicana, se encarada com a necessária decisão. A situação complicou-se ainda mais porquê Silva Jardim e seus adeptos, apoiavam antes o republicanismo ditatorial de Augusto Comte e a escola positivista do que as idéias liberais democráticas do Manifesto de 1870. Com tudo isto, o Partido Republicano corria um grave perigo de dissolução.

A situação na capital era tensa. Saldanha Marinho, chefe do Partido Nacional, tinha uma posição indecisa e queixava-se de que a Constituição era inadequada. Pessoalmente Marinho era favorável

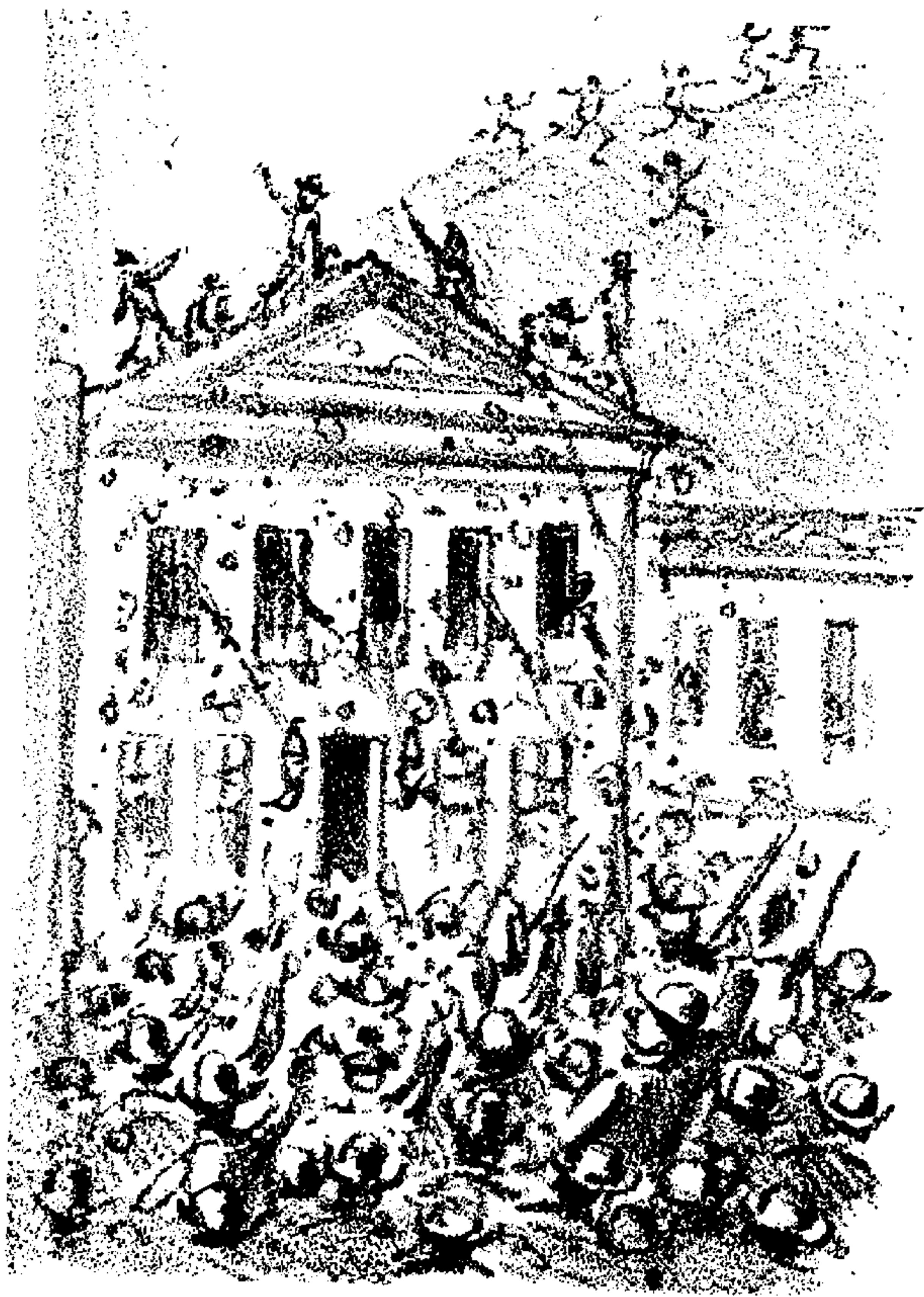
à Jardim e apoiava-o em vários dos seus atos, mas recusava comprometer-se. Por outro lado Saldanha Marinho era amigo de Quintino Bocayuva, com o qual trabalhava desde a fundação do Partido.

Em novembro de 1888, graças, em parte à Silva Jardim, os representantes republicanos nas municipalidades da província, reuniram-se no Clube Tiradentes, no Rio, e elegeram um comitê permanente para dirigir o Partido. Esse comitê era composto de duas seções : uma consultiva e uma executiva, com sede no Rio, presidida por Silva Jardim. Jardim foi ainda nomeado para outro comitê, encarregado de redigir a Constituição e preparar o Manifesto, juntamente com Portela, Ubaldino do Amaral e Cesar de Azevedo.

Em dezembro de 1888 foi desfechado outro golpe na unidade do Partido, quando os republicanos de Pernambuco declararam suas crenças positivistas e pediram o estabelecimento de uma ditadura. Anibal Falcão parte para o Rio de Janeiro, tornando-se adepto fervoroso de Silva Jardim.

O conflito entre as duas escolas de pensamento veio à público quando, a 30 de dezembro de 1888, Jardim convoca um comício na "Sociedade Francesa de Ginástica", no Rio. Visto que os discursos de Jardim eram geralmente inflamados, o Conselho Federal recusou-se a sancionar o comício. Essa recusa não era incomum pois que, alguns anos antes, Bocayuva opusera-se igualmente às reuniões organizadas por Lopes Trovão. O comício de Silva Jardim, o segundo que se realizava nêsse local, ficou célebre pelas violências dos amigos do govêrno. Estas violências foram previstas e na véspera dizia-se que Silva Jardim não sairia de lá vivo. Amigos e republicanos foram à Silva Jardim pedindo que renunciasse ao seu intento, o que foi em vão. Realizou-se a conferência na qual, mais uma vez, refuta os artigos, os discursos, as idéias de Joaquim Nabuco que, apesar de haver levantando a bandeira da Federação defende o regime monárquico.

José Leão disse de Silva Jardim : "Não encontrando na arena com quem combater, porquê compungia-lhe a alma ir degladiar-se contra os "isabelistas" que outrora foram republicanos tomou para tema de suas discussões os discursos proferidos na Câmara dos Deputados por Joaquim Nabuco e abriu uma série de conferências para responder áquela que êle julgaria a única fôrça viva que se erguia em favor da instituição agonizante da monarquia".



«Infelizmente, o anno que findou aborreceu-nos bastante em sua ultima hora, com as scenas deploraveis do dia 30 na conferencia republicana».

Jardim continuou a preocupar-se com Nabuco e a fim de aduzir prestígio à disputa dava ênfase aos méritos do inimigo a quem acreditava ter derrotado — “Não fui eu quem demonstrou a pequenês de suas idéias políticas. Não, não foi a minha palavra; foram os vossos aplausos, representando nêsse momento a nação brasileira. Eu vos represento porquê assim o quizestes!... Não continueis com os vossos apartes, que são interrupções à vossa palavra”.

Como se esperava o comício foi realizado sob ameaças por parte do govêrno, que estava decidido a conter, de qualquer maneira, a onda republicana. Um grupo, de fora, atirava projéteis contra o edifício. Durante o tiroteio Jardim continuava impassível na tribuna afrontando a ira dos que desejavam assassiná-lo: “Que venha êsse tiro! Que venha essa bala tão anunciada! Para que me dão pois apartes... Se a bala com que me ameaçaram, e que há uma hora espero, viesse nêsse momento, minha morte faria bem mais pela república do que todos os meus discursos”. A bala não veio, mas reinou a desordem. O edifício foi invadido pela “guarda negra”, composta de ex-escravos, aos quais o govêrno dizia que os republicanos queriam restaurar a escravidão. Jardim deixou-se interromper mas não intimidar, e, depois de uma hora de luta, havendo esperado com serenidade o fim da arruaça, retomou o seu discurso onde fôra interrompido.

Nessa ocasião devido á sua popularidade, já se havia fundado o “Centro Silva Jardim”, que tinha um periódico: “Metralha”.

Em consequência do ocorrido a 30 de dezembro, Jardim enviou ao Partido e à nação, a 5 de janeiro de 1889, uma carta, verdadeiro Manifesto, que foi publicado no dia seguinte, onde repudiava a política da ala conservadora republicana. Também atacava José do Patrocínio chamando-o de “traidor e judas”, pois segundo se acreditava geralmente, Patrocínio, que passara a apoiar a princesa Isabel, fôra o possível criador da “guarda negra”, como meio de reprimir o republicanismo. Nêsse mesmo mês, a coluna de Silva Jardim em “O Paiz”, foi transferida para “A Gazeta de Notícias”.

À carta de Jardim, datada de 5 de janeiro de 1889, seguiu-se a 4 de fevereiro a nomeação, pela diretoria do Partido de Pernambuco, de Anibal Falcão como delegado à Comissão Republicana Nacional, com instruções para apoiar Silva Jardim na sua pretensão para

chefiar o Partido. Os republicanos de Pernambuco apoiavam ativamente Silva Jardim como líder dos republicanos.

Em março de 1889 Aristides Lobo observou que a maioria do Partido, no Rio de Janeiro, acreditava na revolução e o próprio Silva Jardim escreveu que havia encontrado no Rio de Janeiro pelo menos cinquenta pessoas que partilhavam de suas idéias. Provavelmente êle era apoiado por uma grande porcentagem do Partido Republicano, particularmente os membros mais jovens e mais recentes, porém a maioria dos líderes não participava de seu entusiasmo na luta entre as duas idéias, vencendo o evolucionismo.

Após lançar a semente republicana nos corações paulistas e fluminenses Silva Jardim foi até Minas, que o recebeu com alternativas de desagradados e triunfos. Começou por Juiz de Fora, onde Constantino Paleta, João Ribeiro, Fonseca Hermes, Luis Detsi e João Penido, o receberam com alvoroço e arranjaram o lugar para a conferência, que foi um pouco tormentosa. Liberais e Conservadores aproveitaram a ocasião para se engalfinharem, a que Silva Jardim assistiu meio irônico, declarando por fim, entre o riso dos presentes : “Espero que a monarquia acabe de brigar para prosseguir na minha conferência”. De Juiz de Fora, Jardim foi a Guarany, Cataguases, Ponte Nova e Ubá, onde o recebeu o Dr. Camilo de Moreira Estevam, conhecido médico, que o acompanhou durante todo o resto da excursão pela Mata. De Ubá dirigiu-se a Rio Branco, Mar de Espanha e Angustura, onde monarquistas haviam convencido os libertos de que os republicanos queriam escravisá-los novamente, após matarem a princesa. Um ex-escravo atirou em Silva Jardim, errando o alvo ao ouvir esta sua intimação : “Atire ! Mate ! Para mim a morte é um acidente da vida !”

Em São José do Além Paraíba a cena se repete com mais fúria, sendo feridos vários republicanos pelos libertos. Vai a São João d’El Rey e Ouro Preto, onde as conferências correram sem incidentes de monta. Apenas durante uma delas, quando numa noite de trovoadas Silva Jardim expunha a doutrina republicana debaixo de apartes mais ou menos violentos partidos de grupos subordinados aos monarquistas, uma pedra caiu sobre o orador no momento em que estalava um trovão. Jardim disse rapidamente : “Vejam senhores como Tiradentes responde a injúria da pedrada, abafando com o trovão o gesto da tirania !” Foi uma vitória. Estava feita a propaganda na capital da província, que o ovacionou calorosamente. Ainda em Ouro

CARTA POLITICA E KILOMETRICA DO DR. SILVA JARDIM

AO PAIZ E AO PARTIDO REPUBLICANO

Yulgo de mi-
nha parte ob-
servo infinda-
bil e unipresen-
te de dirigim-
to no partido re-
publicano.

A Luta por
Terra.

indigna de
uma raça
altiva.

É mister re-
tembrar pos-
suidades.

O divorcio
entre a mon-
arquia e a
nossa socie-
dade é indubi-
tavel.

Estas
e outras do-
cenas de casti-
go ás vitimas
de que profita
o crime.

Os
diarios sobre os
nossos casti-
gões.

Occas-
ionalmente deve
caber no mes-
mo excepção
mas em que
caber no pa-
dos tempos
a fortaleza
de Paris!

Os reconhe-
cimentos de 30
de janeiro.

Anteceden-
te que alguns
dos nossos
republicanos
se fizessem
dos.

Egypto, Ma-
cedonia, etc.
Grecia e Roma.

É o
ministerio,
é a primeira
republicana,
o seu governo
marido, é a
dinastia.

Para a
salvação do
paiz, a grande
de fatalidade
de

publica tor-
na-se em
uma nova
forma eterna
e para nossa
salvação ar-
rica, a grande
de fatalidade
de

Assim seja
Assim seja.

Assim seja
Assim seja.

Os reconhe-
cimentos de 30
de janeiro.

Anteceden-
te que alguns
dos nossos
republicanos
se fizessem
dos.

Egypto, Ma-
cedonia, etc.
Grecia e Roma.

É o
ministerio,
é a primeira
republicana,
o seu governo
marido, é a
dinastia.

Para a
salvação do
paiz, a grande
de fatalidade
de

publica tor-
na-se em
uma nova
forma eterna
e para nossa
salvação ar-
rica, a grande
de fatalidade
de

Assim seja
Assim seja.

Assim seja
Assim seja.

Os reconhe-
cimentos de 30
de janeiro.

Anteceden-
te que alguns
dos nossos
republicanos
se fizessem
dos.

Egypto, Ma-
cedonia, etc.
Grecia e Roma.

É o
ministerio,
é a primeira
republicana,
o seu governo
marido, é a
dinastia.

Para a
salvação do
paiz, a grande
de fatalidade
de

publica tor-
na-se em
uma nova
forma eterna
e para nossa
salvação ar-
rica, a grande
de fatalidade
de

Assim seja
Assim seja.

Assim seja
Assim seja.

Os reconhe-
cimentos de 30
de janeiro.

Anteceden-
te que alguns
dos nossos
republicanos
se fizessem
dos.

Egypto, Ma-
cedonia, etc.
Grecia e Roma.

É o
ministerio,
é a primeira
republicana,
o seu governo
marido, é a
dinastia.

Para a
salvação do
paiz, a grande
de fatalidade
de

publica tor-
na-se em
uma nova
forma eterna
e para nossa
salvação ar-
rica, a grande
de fatalidade
de

Assim seja
Assim seja.

Assim seja
Assim seja.

Os reconhe-
cimentos de 30
de janeiro.

Anteceden-
te que alguns
dos nossos
republicanos
se fizessem
dos.

Egypto, Ma-
cedonia, etc.
Grecia e Roma.

É o
ministerio,
é a primeira
republicana,
o seu governo
marido, é a
dinastia.

Para a
salvação do
paiz, a grande
de fatalidade
de

publica tor-
na-se em
uma nova
forma eterna
e para nossa
salvação ar-
rica, a grande
de fatalidade
de

Assim seja
Assim seja.

Assim seja
Assim seja.

Os reconhe-
cimentos de 30
de janeiro.

Anteceden-
te que alguns
dos nossos
republicanos
se fizessem
dos.

Egypto, Ma-
cedonia, etc.
Grecia e Roma.

É o
ministerio,
é a primeira
republicana,
o seu governo
marido, é a
dinastia.

Para a
salvação do
paiz, a grande
de fatalidade
de

publica tor-
na-se em
uma nova
forma eterna
e para nossa
salvação ar-
rica, a grande
de fatalidade
de

Assim seja
Assim seja.

Assim seja
Assim seja.

Os reconhe-
cimentos de 30
de janeiro.

Anteceden-
te que alguns
dos nossos
republicanos
se fizessem
dos.

Egypto, Ma-
cedonia, etc.
Grecia e Roma.

É o
ministerio,
é a primeira
republicana,
o seu governo
marido, é a
dinastia.

Para a
salvação do
paiz, a grande
de fatalidade
de

publica tor-
na-se em
uma nova
forma eterna
e para nossa
salvação ar-
rica, a grande
de fatalidade
de

Assim seja
Assim seja.

Assim seja
Assim seja.

Os reconhe-
cimentos de 30
de janeiro.

Anteceden-
te que alguns
dos nossos
republicanos
se fizessem
dos.

Egypto, Ma-
cedonia, etc.
Grecia e Roma.

É o
ministerio,
é a primeira
republicana,
o seu governo
marido, é a
dinastia.

Para a
salvação do
paiz, a grande
de fatalidade
de

publica tor-
na-se em
uma nova
forma eterna
e para nossa
salvação ar-
rica, a grande
de fatalidade
de

Assim seja
Assim seja.

Assim seja
Assim seja.

Os reconhe-
cimentos de 30
de janeiro.

Anteceden-
te que alguns
dos nossos
republicanos
se fizessem
dos.

Egypto, Ma-
cedonia, etc.
Grecia e Roma.

É o
ministerio,
é a primeira
republicana,
o seu governo
marido, é a
dinastia.

Para a
salvação do
paiz, a grande
de fatalidade
de

publica tor-
na-se em
uma nova
forma eterna
e para nossa
salvação ar-
rica, a grande
de fatalidade
de

Assim seja
Assim seja.

Assim seja
Assim seja.



Saudes e fraternidade.
Rio de Janeiro, 5 de Janeiro de 1889.

A. da Silva Jardim.

O Dr. Silva Jardim e o seu manifesto do dia de Reis

Preto, em outro comício, um relâmpago cortou os céus e a multidão se assustou. Jardim diz então empolgado: “Não vos assusteis — é o espírito de Tiradentes que do alto sauda a liberdade que nasce”.

De passagem por Qeluz, Jardim deteve-se na fazenda onde Tiradentes conspirara contra Portugal e alí deixou gravada na parede, como Lopes Trovão o fizera antes, estas palavras: “Por aqui passaste, Tiradentes. Além morreste, mas por toda a parte deixaste o sentimento de liberdade. Viajante, aqui para; vive ou morre além; mas por toda a parte sê livre, isto é, sê homem e sê cidadão. 27 de abril de 1889 — Silva Jardim e outros”.

Após a excursão arriscada e vitoriosa chega ao Rio de Janeiro. O velho Saldanha Marinho ao abraçá-lo exclama: “Tú és o diabo, menino”. Dias depois é o mesmo Saldanha Marinho orador oficial no grande banquete que lhe ofereceram os republicanos e onde se viam Quintino Bocayuva, Aristides Lobo, Sampaio Ferraz, Júlio do Carmo, Barata Ribeiro e muitos outros.

Pouco depois, Saldanha Marinho, já velho, delegava os seus poderes à Quintino Bocayuva, o vice-presidente do Conselho Federal, que assumia agora a direção do Partido nêsse elevado pôsto.

Embora Bocayuva expressasse seu aprêço pelos serviços prestados, por Silva Jardim, ao Partido, e dissesse desejar renunciar à autoridade de que gozava, a situação interna do Partido não se modificou até o Congresso Republicano de maio de 1889, realizado em São Paulo. Nêle o Conselho Federal foi abolido sendo Quintino Bocayuva investido na chefia do Partido Republicano Nacional. A eleição de Bocayuva, que significava a continuação no poder dos elementos mais conservadores, foi motivo de severa crise dentro do Partido. Silva Jardim e seus adeptos recusaram-se a reconhecer Bocayuva como chefe do Partido.

Silva Jardim escreveu sôbre o Congresso que elegera Bocayuva: “Não pudemos harmonizar-nos em várias conferências que tivemos. Eu havia avançado muito e, com o apoio de todos, tinha uma mui grande responsabilidade... Não podia estar de acôrdo com a negação de uma corrente revolucionária no país. Estávamos, quando muito em transição e parecia-me inoportuno atenuar programas, formulá-los, e mesmo eleger um chefe para o Partido, embora de muito opinasse pela concentração das fôrças num órgão único. Como outros, preferia o “Status quo”. Abstíve-me de votar, mas quando foi eleito

Quintino Bocayuva, saudei-o pelo pôsto de confiança a que fôra elevado”.

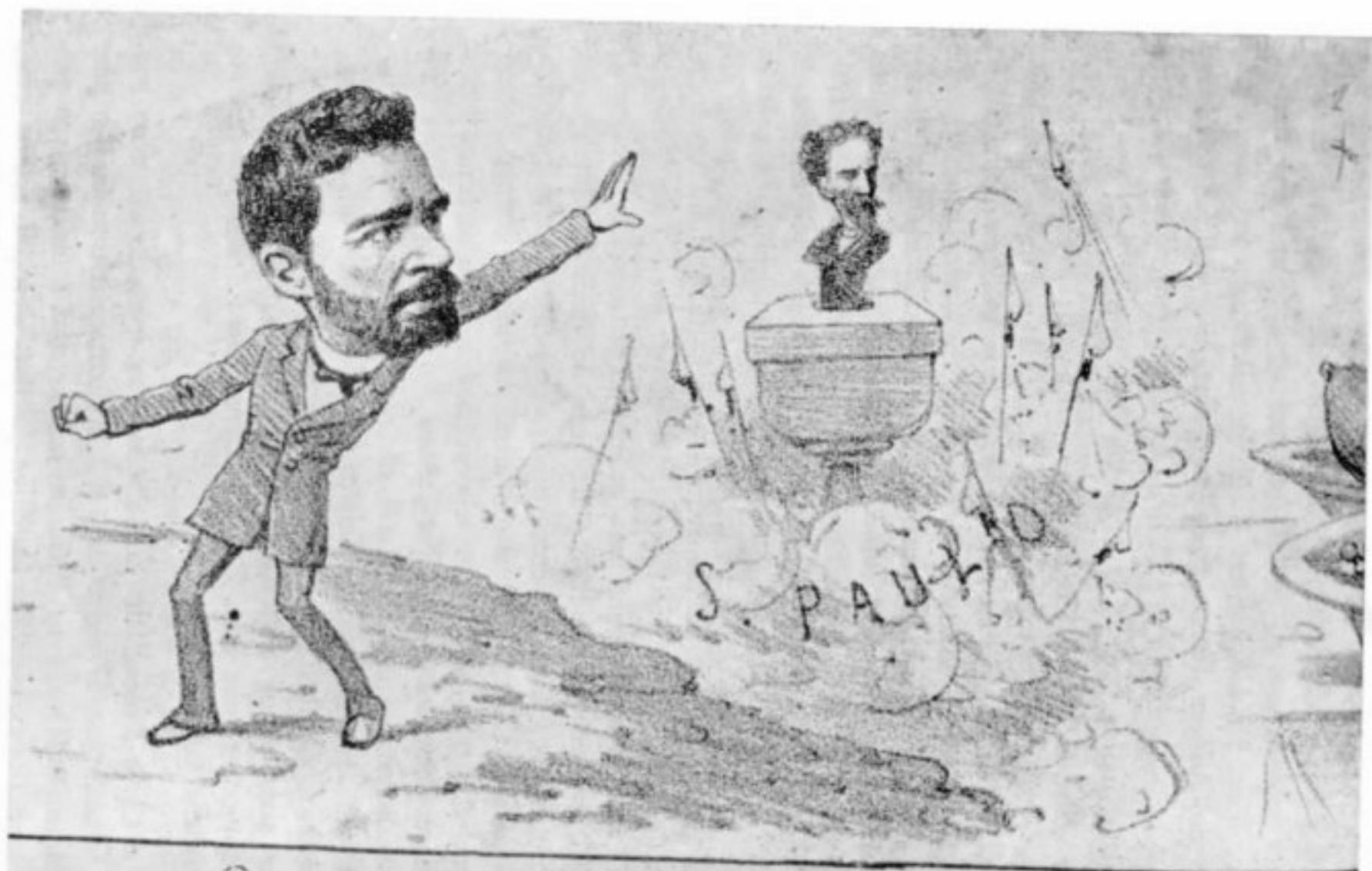
A 24 de maio Anibal Falcão, representante dos pernambucanos no Rio de Janeiro, escrevendo na colúna de Silva Jardim, em “A Gazeta de Notícias”, dizia: “O Partido Republicano de Pernambuco havia reconhecido, desde o começo do corrente ano, a chefia de Silva Jardim espontaneamente surgida e definitivamente assumida em um momento de perigosa crise”.

Silva Jardim entrou na controvérsia a 28 de maio, ao publicar um longo manifesto. Era um rompimento completo com o Partido conduzido por Bocayuva. Recusava-se francamente a reconhecer a validade da eleição de Bocayuva para a direção suprema do Partido Republicano. Bocayuva não desejaria rejeitar o princípio de evolução, nem tinha capacidade para dirigir o Partido, o qual precisava basear a sua plataforma em princípios outros que não os ideais democráticos do Manifesto de 1870. Êstes últimos estavam ultrapassados e tinham sido a causa de que se confundisse o Partido Republicano com o Liberal. Silva Jardim expressou sua solidariedade àqueles que rejeitassem quer devido ao modo de ação, quer devido aos princípios, a liderança de Quintino Bocayuva. Pedia concretamente — “uma presidência instituída pela vontade popular a princípio por aclamação, sujeita em seguida ao sufrágio universal, capaz de ser autoridade na qual se deposite uma cautelosa confiança, inteiramente responsável, punível, continuamente fiscalizada pela Assembléia Nacional, Câmara financeira e pela opinião pública, por meio de todos os seus órgãos, tornada assim o delegado representativo da pátria, síntese da liberdade”.

Excetuando-se Anibal Falcão e os pernambucanos que o acompanhavam, os seguidores de Silva Jardim o foram abandonando aos poucos. Alguns que haviam abandonado de todo Bocayuva, voltavam agora ao republicanismo ortodoxo.

Alberto Tôrres, chefe do Partido da província do Rio, retirou públicamente seu apoio a Silva Jardim e Falcão. “O Partido Republicano Brasileiro, declarou êle, era representativo, federalista e democrático; não era o que Silva Jardim imaginava”.

Jardim refutava êsses argumentos dizendo que se opunha à ditadura de um pequeno grupo de São Paulo, dominado por duas pessoas dessa província e quatro ou cinco do Rio. Quanto ao plebiscito, pen-



O que ha de novo é a furia do Sr. Silva Jardim
contra a chefia republicana de Quintino Bocayuva

sava êle, serviria apenas para dividir ainda mais o partido. A politica de Bocayuva, acrescentava, não era mais progressista que a do Partido Liberal. Observara ainda que havia seis anos o Partido estava morrendo e somente a Abolição o trouxera de novo à vida. Fizera o seu primeiro discurso, a despeito da grande timidez dos líderes republicanos e, de fato, começara o seu trabalho com a aprovação dêles. Devido à essas diferenças, Bocayuva e o Conselho executivo do Partido recusaram-se a apoiar os comícios de Silva Jardim.

Foi esta controvérsia, que o dividiu em 1889, o fato mais significativo sobre o Partido Republicano. Essa questão constituia um indício de divergências profundamente arraigadas entre os republicanos, tanto em método quanto em teoria. O Partido Nacional foi reorganizado na base de unidades provinciais autônomas, que podiam existir e existiam independentemente. A quase união agora estabelecida permitia que diferenças locais de opinião fossem discutidas em escala nacional. A nova união não mudou contudo a direção ou chefia do Partido, a despeito de haver Silva Jardim reivindicado o poder.

Nos últimos meses da monarquia, os republicanos interessaram-se particularmente em várias eleições. Depois da derrota de seus candidatos, em competição para uma cadeira na Assembléa Provincial, numa eleição para preenchimento de vaga no décimo primeiro distrito, o Partido começou a preocupar-se seriamente com as próximas eleições para a Câmara dos Deputados. Ao mesmo tempo, como indício de dissensão nas fileiras republicanas, e também como repercussão da controvérsia entre Silva Jardim e o Partido, no Rio foram escolhidos pelos grupos irregulares de republicanos, Valadares, Jardim e Lopes Trovão, como candidatos não oficiais pelo 5.º, 8.º e 15.º distritos. No primeiro escrutínio, os resultados da eleição foram geralmente satisfatórios para os republicanos. No 8.º distrito, Silva Jardim foi o segundo, com 229 votos, mas não foi eleito porquanto foi anulada a votação.

Já o Clube Republicano de Salvador, por meio do Conselho Provincial formado em fevereiro de 1889, concorrera a uma eleição para preenchimento de vaga na Baía. De acôrdo com a estimativa o candidato republicano, Antonio da Silva Jardim, alcançou apenas cinco votos, saindo vitorioso o Barão de Guaí, ministro da Marinha.

Após a propaganda de Silva Jardim em São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, circula a notícia da ida do Conde d'Eu ao norte do país. O trono, percebendo o rastilho que já ardia nas províncias do Rio, São Paulo e Minas, lembrou-se do norte para contrapor às províncias do sul. Sentindo-se a monarquia abalada, tenta um supremo esforço para reconquistar o prestígio e a autoridade que lhe escapavam cada vez mais. Parte o Conde d'Eu para uma excursão de propaganda do malogrado Terceiro Reinado, nas províncias do norte. Atribuía-se à essas províncias sentimentos monárquicos e dava-se ao Conde d'Eu a intenção de fazer na sua viagem ao norte monárquico um baluarte contra o sul republicano. Vai o Conde d'Eu, ao norte, buscar alento para a monarquia desprestigiada e enfraquecida.

Silva Jardim resolve atacar no campo inimigo — embarca para o norte em junho de 1889, no “Alagoas”, navio em que viajava o Conde d'Eu, e que mais tarde levaria para o exílio a família imperial. Quando o navio ainda estava na baía de Guanabara, logo ao se pôr em movimento, estava Jardim no tombadilho ficando ao seu lado Gastão de Orleans, Conde d'Eu, quando um pequeno bote aproximou-se do navio trazendo o Dr. Chagas Lobato, chefe republicano da província de Minas, que vinha despedir-se e apenas pôde, agitando o lenço entusiásticamente, exclamar face a face ao Conde d'Eu: “Dr. Silva Jardim, traga-nos do norte a república”.

Divulgando-se a notícia de que Jardim estava á bordo, indo ao norte em excursão de propaganda, os viajantes ficaram surpresos, inclusive os que faziam parte da comitiva do conde d'Eu que, mais realistas do que o rei, acharam a viagem do tribuno republicano no mesmo navio em que ía o conde, uma afronta intolerável à sua pessoa.

Á bordo encontravam-se também correligionários de Silva Jardim — Dr. Pinto Pessoa, lente da Faculdade de Direito do Recife, Belarmino Carneiro, ex-redator do “Paíz”, e o Dr. Costa Lage.

Durante a viagem o conde d'Eu e Silva Jardim não tiveram ensejo de trocar o mais leve cumprimento, muito embora Jardim desejasse até palestrar com êle: “De mim resolvera saudá-lo, se me saudasse, como competia pela superioridade oficial. Podia mesmo conversar com êle sôbre política e dizer-lhe amigável e imparcialmente, que via seu trono perdido. Não tive ocasião para tão salutar entendimento, porque êle evitava olhar-me e não se apresentava à mesa”.



Ficou o conde d'Eu recolhido ao seu camarote, que era o de comandante, durante os dias de viagem.

A chegada do "Alagoas" à Bahia foi tumultuosa. Os monarquistas prepararam-se convenientemente não só para receber o Conde d'Eu, como à Silva Jardim. Enquanto o conde é recebido pelo mundo oficial, Jardim é cercado por adeptos e admiradores. Uma comissão composta pelo Conselheiro Virgílio Damásio, Diocleciano Ramos e Cosme Moreira, aproximou-se do navio para receber Silva Jardim em nome do Partido Republicano de Salvador. No cais da Companhia Bahiana, grande massa humana esperava Jardim, saudando-o entusiasticamente.

O préstito que se formou, dos republicanos que haviam ido esperar Silva Jardim, foi seguido por elementos da "guarda negra", rasgando um dêles o estandarte do Clube Republicano. Ao entrarem os republicanos na Praça dos Tamarindeiros, a "guarda negra" atacou-os distribuindo cacetadas e pedradas acompanhadas de "vivas ao Partido Liberal e morras à República". Os republicanos que estavam desarmados, pois faziam apenas uma manifestação, resistiram até serem obrigados a refugiar-se em casas particulares. O "Diário do Povo", registrou o fato com as seguintes palavras: "o Dr. Silva Jardim impavidamente afrontava a ira tigrina da "guarda negra", quando alguém, vendo que podia ser vitimado o tribuno republicano, carregou-o nos braços e colocou-o numa casa particular, na qual também se refugiaram os Drs. Virgílio Damásio, Cosme Moreira, Gastão da Cunha e Diocleciano Ramos. Grande parte dos republicanos foi espancada. Não se descreve a bárbara, a selvageria sem nome dos miseráveis assalariados, atacando republicanos inermes que festejavam o grande propagandista".

No meio do tumulto que se formara pouco depois de sua chegada é Jardim interpelado por um dos assalariados — "Onde está Silva Jardim que eu o mato?". Interpretando mal o silêncio de Jardim, que o olha desdenhosamente, êste enfurecido segue seu caminho à procura daquele que o haviam encarregado de assassinar e que vinha de perder sem o saber.

Enquanto êstes acontecimentos se desenrolavam, o conde d'Eu seguia para o palácio da Vitória, de onde não mais saiu.

As seis horas do dia quinze de junho de 1889, Silva Jardim realizou a primeira conferência em Salvador, no Teatro Santa Isabel.

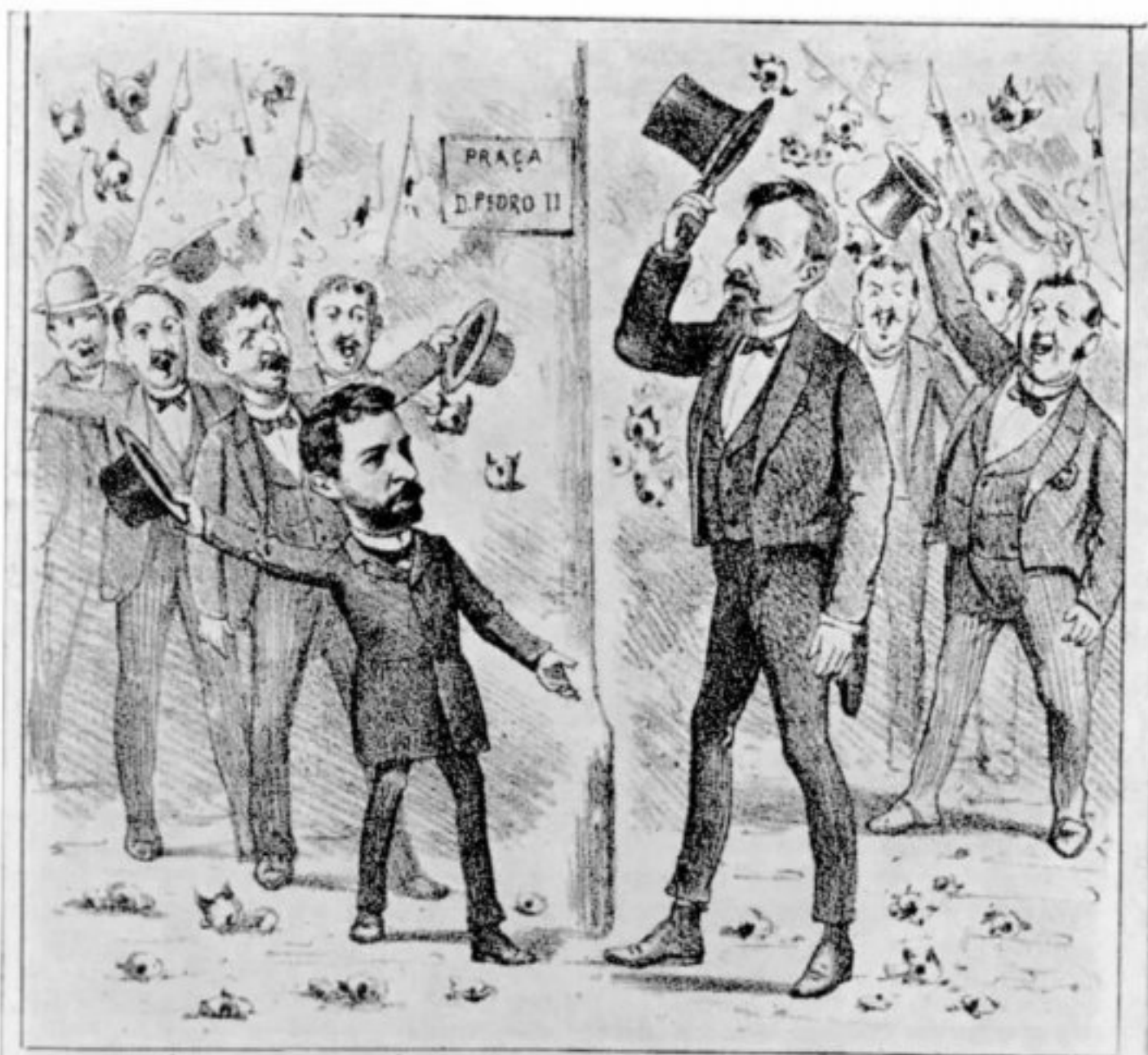
Seguindo Jardim para Pernambuco onde o Partido Republicano, dirigido por Maciel Pinheiro, é numeroso, foi recebido por êste, Martins Junior, Ribeiro de Brito, pai e filho, Albino Meira e muitos outros, de braços abertos. Lá Silva Jardim encontra José Mariano que, muito hàbilmente, ao mesmo tempo, o recebe e ao Conde d'Eu, sem melindrar monarquistas ou republicanos.

A segunda conferência de Silva Jardim em Recife foi na casa de Ribeiro de Brito, porque todos os teatros se lhe fecharam, havendo José Mariano comparecido. Os que o assistiam disseram — “Jardim, falava quatro horas a fio com uma eloqüência e loquacidade assombrosas e metal de voz retumbante, sem beber um gole de água”.

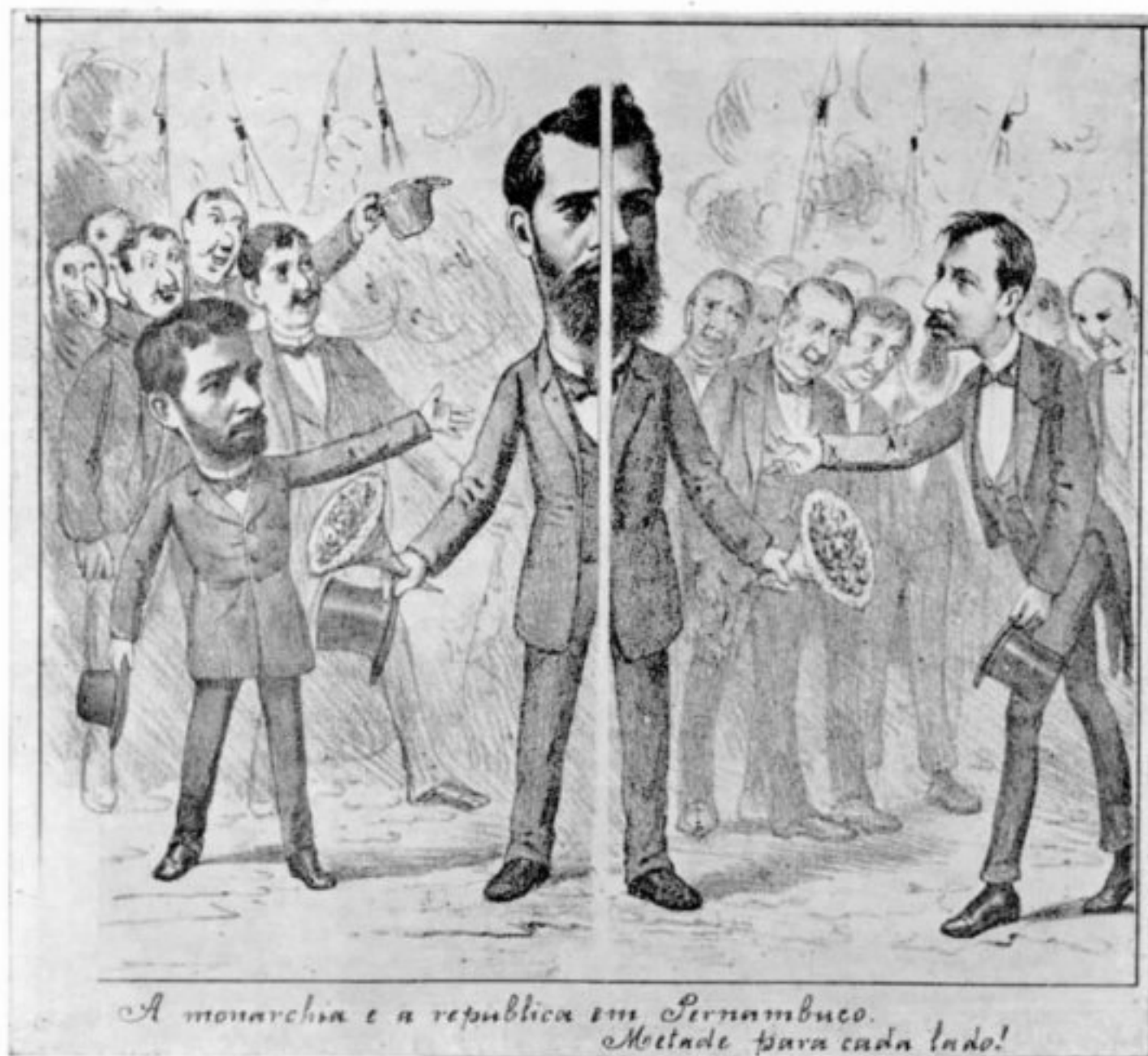
A última conferência não se pôde realizar porquanto Recife estava em polvorosa, havendo o govêrno proibido que se realizasse na Praça de Santo Antônio. Jardim insistia em realizar a conferência e dizia: “Se me deixarem falar por dois minutos dominarei a multidão”. Apesar dos riscos que corria, pois sabia que os adversários o esperavam dispostos a matá-lo, só desistiu do comício popular em praça pública, após a declaração escrita do delegado de polícia assegurando-lhe que sua presença e suas primeiras palavras seriam o sinal de uma matança que êle se confessava impotente a evitar, tal o estado de excitação em que Recife se encontrava.

Haviam-se tornado tão acirradas as lutas entre os defensores da monarquia e o propagandista da república, que cada uma das conferências de Silva Jardim representava um ato de heroismo. Mais de uma vez deveu sua vida à sua presença de espírito e inquebrantável firmeza.

A viagem do “príncipe itinerante”, em lugar de modificar, acelerou a propagação da república pelos métodos revolucionários. Enquanto o Conde d'Eu era recebido com reservas pelo povo, Jardim recebia expansões de regozijo. Só a notícia de sua viagem despertara uma fase de animação geral. O efeito produzido pela audaciosa propaganda feita por Silva Jardim através comícios, conferências ou contra-manifestações, em resposta aos discursos e as recepções oficiais promovidas pela monarquia para garantir ao seu representante uma viagem triunfal foi tal, que o Conde d'Eu fêz em Pernambuco esta declaração que ficou célebre: “No dia em que a família imperial reconhecer que o sistema monárquico houver cessado de ser aquêle que a nação desejava, ela inclinará diante da vontade do país”. Foi uma declaração imprudente porquanto confirmava de certa maneira o papel



Chegada dos Srs. Conde d'Eu e Silva Jardim a Pernambuco.
- Liberdade a todas as opiniões! Vivas a todas as crenças! Cada qual que se
manifeste como quiser, e mesmo que se encontrarem não precisam brigar.
- Isso, é que é!



ativo que lhe atribuíam nos negócios de Estado, pois não lhe era devido tomar compromissos em nome da monarquia brasileira, êle, príncipe estrangeiro, a quem sua situação obrigava a se conter no papel discreto de príncipe consorte.

Silva Jardim regressou diretamente ao Rio de Janeiro, apesar dos insistentes convites para ir ao Ceará e tocar novamente na Bahia.

A primeiro de julho de 1889 apareceu um nôvo jornal republicano, "O Correio do Povo", sob a direção de Sampaio Ferraz e Chagas Lobato, os quais, com Ubaldino do Amaral, Xavier da Silveira Junior, reverendo João Manuel, Anibal Falcão e outros, formaram o chamado "Clube dos Caboclos", sendo Silveira o presidente. Os componentes dêste grupo interessavam-se mais pelo republicanismo radical de homens como Silva Jardim do que pelo republicanismo moderado dos chefes mais velhos.

No Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas e São Paulo, partiam do Partido Conservador, sustentáculo tradicional do trono e que começava a dissolver-se em tôdas as províncias, adesões em massa para os arraiais republicanos, inclusive de prestimosos chefes. A propaganda republicana surtira efeito e o número de seguidores, da nova concepção política, tornava-se gradativamente maior.

Silva Jardim sonhava cada vez mais em preparar o Partido Republicano a tomar o poder no dia seguinte ao da queda da monarquia. Era preciso evitar que a República não fôsse a monarquia sem o imperador. Tal foi a preocupação que ditou os últimos esforços do propagandista para a constituição de um grupo de republicanos inflexíveis, ainda que conciliantes.

Antes de 15 de novembro de 1889, os republicanos haviam feito duas tentativas para encorajar o Exército a revoltar-se contra a monarquia. Parece que a primeira tentativa foi em 1887. A segunda, foi mais importante. Em 1888 Silva Jardim, que sempre advogou a revolução popular, entrou em negociações com Sena Madureira que se tornara herói da classe militar graças ao seu conflito com o Ministro da Guerra em defesa dos direitos que deviam caber aos oficiais de expressar livremente suas opiniões políticas. Sena Madureira e Silva Jardim, aos quais se reunia Anibal Falcão, de Pernambuco, combinaram que a projetada excursão de propaganda a ser realizada por Silva Jardim seria empregada, na realidade, para coletar os fundos necessários para a compra de armas. Durante a ausência de

Silva Jardim, Sena Madureira uniria os elementos republicanos do Exército. Sena Madureira não desejava uma ditadura militar, mas concordou finalmente em que seria necessária uma ditadura no momento da revolução. Segundo o plano de Silva Jardim, os ministérios da Guerra e da Marinha seriam membros dos serviços armados. Nenhum desses planos se materializou jamais. Silva Jardim adoeceu pouco depois e, enquanto convalescia no Corcovado, chegou-lhe a notícia da morte de Sena Madureira em 28 de janeiro de 1889.

O Exército era particularmente receptivo à propaganda republicana graças, em parte, às atividades do Tenente Coronel Benjamim Constant Botelho de Magalhães que, professor da Escola Militar, positivista, difundiu entre seus alunos um grande entusiasmo pela doutrina de Augusto Comte. Se o Exército era republicano e desejava cooperar, era isso devido mais à Benjamim Constant do que ao Partido Republicano.

Benjamim Constant realizou o que Silva Jardim anunciou — o advento da república pela revolução. Um foi a alma do movimento e o outro o concretizador.

Silva Jardim conhecera Benjamim Constant a 17 de janeiro de 1889, quando lhe foi apresentado pelo Dr. Teixeira de Souza. Constant disse a Jardim conhecê-lo de nome e apreciá-lo muito pelos seus serviços.

Consta que Benjamim mandou avisar Jardim a onze de novembro de que estava promovendo um movimento revolucionário, com base nas forças armadas, para implantar a república. Na noite de quatorze para quinze mandou chamá-lo e avisá-lo novamente do que havia. Mas o emissário não chegou a Silva Jardim, por razões até agora desconhecidas. Benjamim fez a conspiração que se tornou vitoriosa e incitou Deodoro, que era então a figura de maior prestígio no Exército, a comprometer-se a mudar o regime e assumir a chefia do governo, coisas que recusara a princípio.

Silva Jardim, a voz mais aplaudida e inflamada da propaganda republicana, só veio a saber do fato consumado quando Deodoro, à frente da tropa, fazia o seu passeio triunfal pela cidade.

Proclamada a República, abriu-se um dissídio entre Silva Jardim e os donos eventuais do novo regime político.

Tobias Monteiro diz que o governo provisório, ou melhor o Ministério fôra organizado com antecedência a doze de novembro, em

reunião havida na casa de Aristides Lobo, à rua Senador Vergueiro, esquina de Cruz Lima. Os que lá se encontravam patuaram que nada seria comunicado a Silva Jardim devido às suas divergências com Quintino Bocayuva, e ao ímpeto e ardor do seu temperamento.

Não tendo sido aproveitado no Ministério, esperava-se que êle fôsse nomeado governador do Estado do Rio, sua terra natal. Mas para isso foi nomeado o médico e jornalista piauiense, Francisco Portela, que lá residia há alguns anos. Pensou-se então que a sua atuação se faria sentir na Assembléia Constituinte, onde sua palavra seria ouvida, acatada, respeitada.

O Governador Portela convida Silva Jardim a fazer parte da chapa oficial de Deputados. Disse-lhe porém Jardim que só accitaria o convite se na chapa, em vez de adesistas de última hora, fossem incluídos alguns republicanos históricos de sua província que não podiam deixar de ter assento na Constituinte. Desatendido, organizou chapa de opposição. Apesar de votado no Estado do Rio, São Paulo, Minas, Bahia, Pernambuco, não foi considerado eleito. Ficou fora de tudo, com estupefação geral.

Em abril de 1890, é convidado para orador official da festa de vinte e um de abril e responde :

“Ao cidadão Balbino Furtado de Mendonça.

Estou de posse do vosso officio datado de 17 do vigente mês comunicando-me a deliberação em virtude da qual o Club, de que sois primeiro secretario, nomeou-me seu orador official na grande festa cívica a realizar-se a 21 de abril, data anniversaria da execução do grande patriota mineiro — Silva Xavier.

Respondendo, cabe-me dizer-vos que de bom grado aceito o honroso encargo de ser o vosso orador na comemoração que se prepara de valor moral mais elevado que a significação política que principalmente a caracteriza, e posso afiançar que procurarei corresponder a vossa confiança com interêsse comparável sòmente à profunda veneração que merecem os grandes tipos cuja vida consagrou-se inteiramente ao serviço da Humanidade.

Saúde e fraternidade

Correligionário muito obrigado

(assinado) Silva Jardim

Silva Jardim
Conservar, melhorando

CAPITAL FEDERAL, 18, de abril de 1890

Ao cidadão Balthazar Furtado de
Mendonça.

Estou de posse do vosso of-
ficio datado de 17 do vigente mez
comunicando-me a deliberação
em virtude da qual o Club, de que
sou 1.º Secretario, nomeou-me seu au-
tor official na grande festa civica
a realisar-se a 21 de abril, data
anniversaria da execução do grande
patriota mineiro - Silva Xavier.

Respondendo, cabe-me dizer-vos
que de bom grado aceite o honroso en-
cargo de ser o vosso orgão na commem-
oração que se prepara, de valor moral
muito elevado do que a significação po-
litica que principalmente a caracteriza;
e posso afirmar que procurarei co-
responder a vossa confiança, com inte-

sem comparavel somente á pro-
funda veneração que me merecem
e grande Typo cuja vida con-
sagrou-se inteira ao serviço da
Humanidade.

Saudes e fraternidade

Comlyombos

Alvares

Derrotado nas eleições para as quais êle próprio fizera a lei reguladora, despojado da direção efetiva da política de sua terra, banido pelo receio e inveja da alta direção da República nascente, deixa Silva Jardim o Brasil a dois de outubro de 1890, com a intenção de voltar quando a situação estivesse mais favorável.

A família opunha-se à viagem. Martim Francisco, seu cunhado, mais de uma vez, o convidara à voltar para Santos “e que ao menos deixasse com êle, repartidamente com sua mãe, os dois sobrinhos mais novos, o Danton e a Beatriz”. Debalde; apesar dos pequenos recursos de que dispunha, acedeu apenas em deixar as crianças, levando sòmente o filho mais velho — Antônio. Em novembro estava em Lisboa e, a quatorze do mesmo mês, partia para Paris, alugando um modesto apartamento à rua Villiers, 68.

Em Paris, trabalhava e estudava tranqüilamente, em companhia da espôsa e do filho, terminando a 27 de novembro um livro que alí escrevera.

Recebendo a representação do povo brasileiro, assinada por mais de três mil pessoas, na qual se lhe rogava que tornasse à Pátria, resolve fazê-lo, marcando sua volta para setembro de 1891.

Antes de partir para o Brasil, deseja conhecer a Itália e o faz, indo até o sul. Excursionando ao Vesúvio, em companhia de Joaquim Carneiro de Mendonça e do guia local, aproxima-se em demasia da cratera do vulcão e fendendo-se a terra, ali desaparece, às sete horas da tarde de primeiro de julho de 1891, o grande propagandista da República.

Chegando a infausta notícia ao Brasil, realizam-se várias manifestações de pesar. Na Câmara dos Deputados, Sampaio Ferraz e Anibal Falcão, seus antigos companheiros de lutas, rememoram comovidamente os serviços por êle prestados à causa republicana. No Senado, Quintino Bocayuva fêz-lhe justiça indiscutível.

Raymundo Corrêa escreve em carta a um amigo: “Console-nos ao menos, a certeza de que o ilustre e desditoso amigo não é daqueles, dos quais se pode dizer, quando morreu que estão mortos! Bem vivo, ao contrário, restará o seu nome na história desta querida pátria, que êle, com tão grande extremo e ardor, sabia amar e que hoje deplora essa perda irreparável”.

Patrocínio, que foi adversário de Silva Jardim após a Abolição chorou a sua morte dizendo: “Extraordinário o destino do grande brasileiro! Até para morrer se converteu em lava!”

BIBLIOGRAFIA

- BARBOSA, Ruy — “*Queda do Império*” — Diário de Notícias — Tomo I e II — 1921.
- BARROSO, Gustavo — “*Segredos e Revelações da História do Brasil*”.
- BUARQUE, Felício — “*Origens Republicanas*” — Recife.
- BRANCO, Cristino Castelo — “*Silva Jardim e o Ideal Republicano no Brasil*” — Separata do nº 75 da Revista das Academias de Letras.
- DANTAS JUNIOR, J. C. Pinto — “*A Propaganda Republicana*” — 1941.
- D'ARAUJO, Oscar — “*Un apotre de la Republique au Brésil*” — Versailles.
- DORNAS FILHO, João — “*Silva Jardim*” — Série 5.^a Brasileira — Vol. 65 — Biblioteca Pedagógica.
- FREIRE, Laudelino — “*A Arte da Pintura no Brasil*” — These avulsa in — Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Tomo Especial. Parte V — 1917.
- FREIRE, Laudelino — “*Um Século de Pintura*” — Apontamentos para a História da Pintura no Brasil — De 1816 a 1916.
- JARDIM, Antonio da Silva — “*Memórias e Viagens*” — Campanha de um Propagandista — 1887-1890 — Largo do Conde Barão — Lisboa.
- JARDIM, Antonio da Silva — “*A Gente do Mosteiro*” (No ano passado) — 1879.
- JARDIM, Antonio da Silva — “*A Pátria em Perigo*” (Bragança e Orleans) Conferência “meeting” sobre a actual situação brasileira, realizada na cidade de Santos, em a noite de 20-1-888.
- JARDIM, Antonio da Silva — “*Cartas de Silva Jardim a Clóvis Bevilâqua*” — 1936.
- JARDIM, Antonio da Silva — “*Pela República contra a Monarquia*” — Conferências Populares — 1889.
- JARDIM, Antonio da Silva — “*Salvação da Pátria*” — (Governo Republicano) — 2.^o opúsculo (suplementar). — A Revolução — 1888.
- JARDIM, Antonio da Silva — “*A Situação Republicana — Manifestos e Artigos*” — 1888.
- JARDIM, Antonio da Silva — “*Tiradentes*” — Discurso lido na sessão solene do Club Tiradentes em homenagem ao patriota martyr na noite de 21 de abril de 1890.
- JARDIM, Antonio da Silva — “*Carta Política ao País e ao Partido Republicano*” — 1889.
- LEÃO, José — “*Silva Jardim*” — Apontamentos para a biografia do ilustre propagandista — 1895.

NABUCCO, Carolina — *“A Vida de Joaquim Nabuco”*.

OTTONI, Conselheiro C. B. — *“O Advento da República no Brasil”*
— 1890.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de — *“Uma Garganta e Alguns Niqueis”*.

REIS JUNIOR, José Maria dos — *“A Arte da Pintura no Brasil”*
— 1944.

DOCUMENTOS

Manuscritos do Club Tiradentes.

Cartas de Quintino Bocayuva.

Relatório de José Basson de Miranda Osório (último chefe de polícia do Império).

JORNAIS

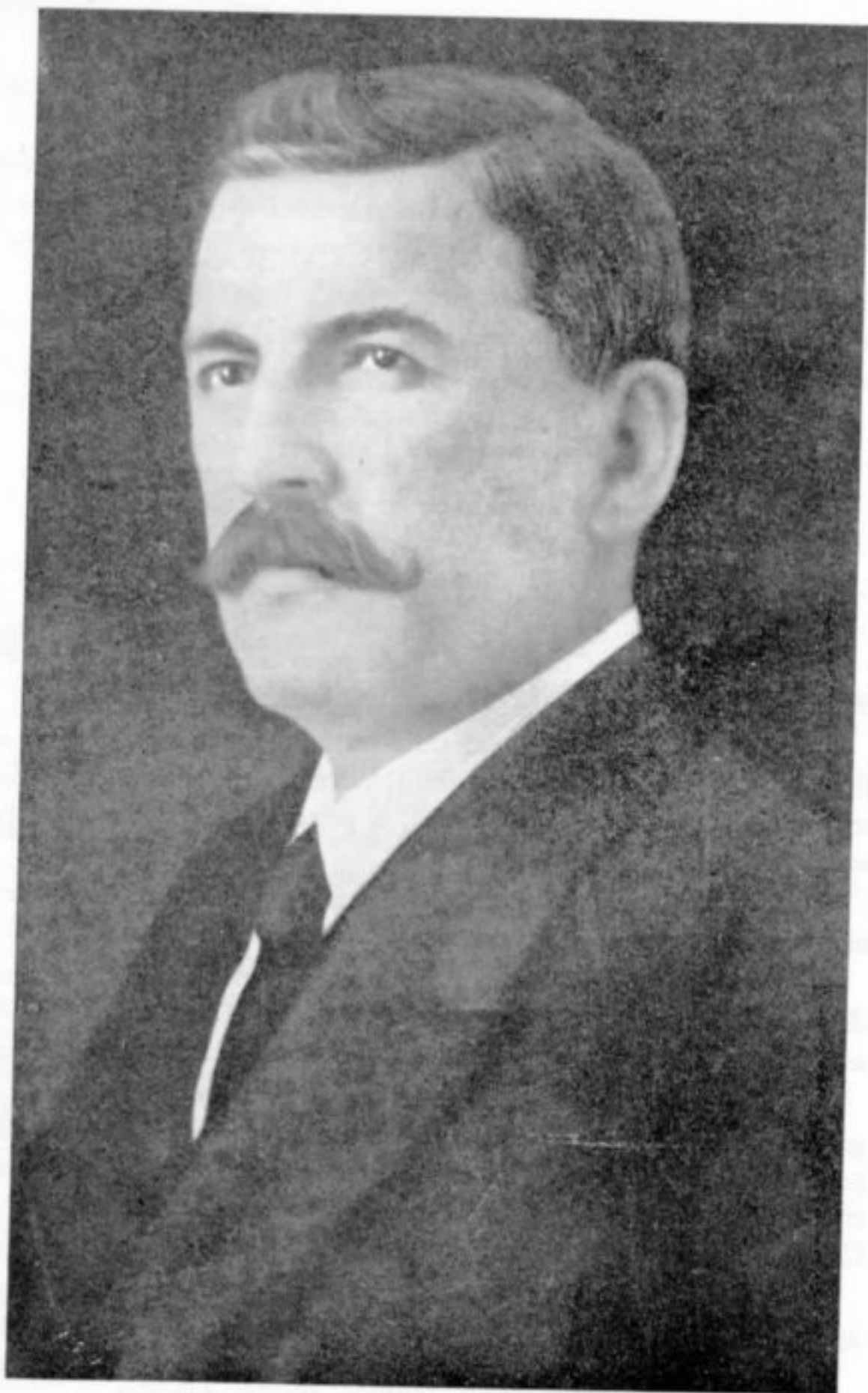
Jornal do Barsil — Dezembro de 1930 — Rio.

Jornal de Notícias — 1.º de agosto de 1891 — Bahia — Ano XII —
n.º 3.511.

REVISTAS

“Revista Ilustrada” — 1889 — Ano 14 — n.º 554.

Revista “Tiradentes” — Ano VIII — 1889.



Dr. Venceslau Brás Pereira Gomes (môço)

UM "HOMEM" E DUAS CANETAS...

GILDA MARINA DE ALMEIDA LOPES

Conservador-chefe da Seção de Pesquisas do
Museu da República

"Se és capaz de manter a tua calma quando
Todo o mundo ao redor já a perdeu e te culpa".

.....

Na madrugada de domingo, 15 de maio de 1966, faleceu o ex-presidente da República, Dr. Venceslau Brás Pereira Gomes.

Ao têrmos conhecimento dêste fato, as maravilhosas estrofes de Rudyard Kipling nos vieram, insensivelmente, ao pensamento. Elas se ajustavam, de maneira admirável, à personalidade do homem que acabava de morrer.

Os jornais publicaram-lhe a biografia, narraram-lhe os últimos momentos, descreveram-lhe os funerais.

Por algum tempo, o mineiro calado, o derradeiro representante da "República Velha" foi notícia outra vez. Tudo muito rápido, sem estardalhaço, como convinha, aliás à figura sóbria do desaparecido.

Não é nossa idéia traçar-lhe, aqui, de novo, a trajetória da grande vida, grande no valor e no tempo, pois viveu 98 anos. Não podemos, entretanto, em nome do Museu da República, deixar passar em silêncio a morte de um dos mais dignos ocupantes do Palácio do Catete.

Infelizmente, a lembrar-lhe a pessoa ilustre, o Museu possui apenas algumas fotografias, seu busto de bronze e duas canetas.

Estas são de inestimável valor histórico, marcam dois grandes momentos do govêrno profícuo do "pescador de Itajubá".

Como todo objeto de Museu, elas falam, transmitem ao público sua importante mensagem.

Nosso modesto preito ao ex-Presidente Venceslau vai ser a interpretação dessa mensagem.

Uma das canetas é de ouro com a forma de um cone extremamente alongado, terminando por uma pequena esfera.

No primeiro terço, junto à pena, a inscrição "Código Civil", separada do resto do objeto por um delicado anel de rubis. Depois deste anel, singela decoração com pequenos brilhantes. A pena, também de ouro, completa o harmonioso conjunto. A caneta mede 21 cm.

Com esta caneta, o Presidente Venceslau Brás assinou, a 1.º de janeiro de 1916, o nosso Código Civil. Foi a Lei n.º 3.071, por ele subscrita e referendada por seu Ministro da Justiça e Negócios Interiores Dr. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.

Tinha, assim, um epílogo feliz a complicada história do Código Civil, cuja elaboração durara 60 anos.

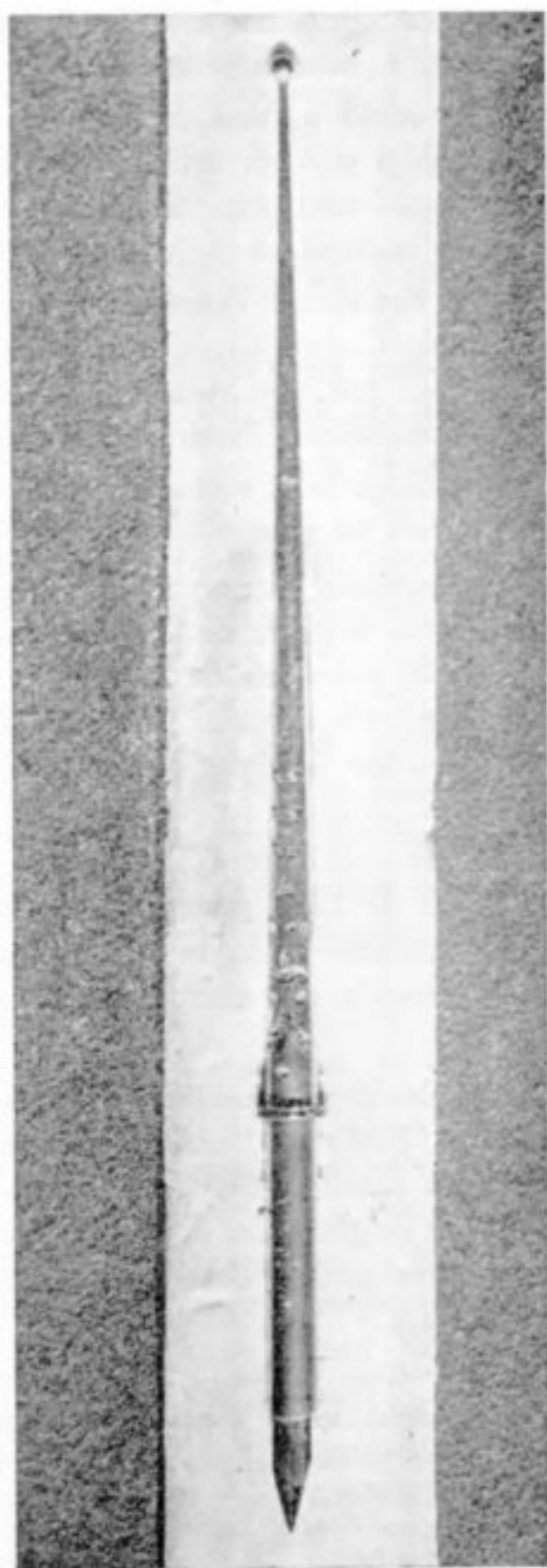
Proclamada a independência, já no ano seguinte, a Lei de 20 de outubro de 1823 mandava vigorar, no Império, as "Ordenações", leis e decretos promulgados pelos reis de Portugal, "enquanto se não organizar um novo Código". Na Constituição de 1824, no artigo 179, § 18, se expôs o compromisso de dotar quanto antes o país com os Códigos Criminal e Civil.

O primeiro foi decretado com a Lei de 16 de dezembro de 1830. A de 25 de junho de 1850 promulgou o Código Comercial. Quanto ao Civil, por largos anos ainda, se arrastaria a sua preparação. Projetos e discussões se sucederiam, exasperantemente lentos, através dos tempos.

Em 1845, o advogado, depois insigne diplomata, Francisco Inácio de Carvalho Moreira, Barão de Penedo, apresentou ao Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros a memória "Da revisão geral e codificação das leis civis e do processo, no Brasil", demonstrando que a nossa legislação, numerosíssima e desordenada, necessitava de urgente e completa reforma.

Euzébio de Queiroz, esposando as mesmas idéias lembrou que se adotasse, em vista das dificuldades, o "Digesto Português", de Correia Telles, Esta proposta foi repelida pelo Instituto da Ordem dos Advogados.

Surgiu, então, o pensamento de se efetuar como trabalho preparatório do Código Civil, a consolidação do direito privado comum, em vigor. Desta tarefa foi encarregado Teixeira de Freitas, por con-



Caneta utilizada pelo Presidente Venceslau
Brás na assinatura do Código Civil.



Caneta utilizada pelo Presidente Venceslau Brás na assinatura da declaração de guerra do Brasil à Alemanha.

trato de 15 de fevereiro de 1855. Começa nesta data a longa história do nosso Código Civil.

Teixeira de Freitas, o eminente jurisconsulto, após haver terminado a consolidação das leis civis, fôï incumbido, pelo Ministro da Justiça, Nabuco de Araújo, do preparo de um projeto de Código Civil. Isto no ano de 1859.

O projeto ou esbôço de Teixeira de Freitas não foi, entretanto, bem recebido pela comissão encarregada de examiná-lo, nem lhe deu aprêço o público do Brasil.

O jurisconsulto argentino Velez Sarsfield, em compensação, lhe aceitou o método, a doutrina e grande parte dos artigos para o Projeto do Código Civil Argentino, dando ao grande brasileiro um imenso confôrto, pelo reconhecimento imediato do seu valor.

A Teixeira de Freitas sucederam cronològicamente: Nabuco de Araújo, Felício dos Santos e Coelho Rodrigues.

O primeiro faleceu sem concluir os trabalhos.

A comissão nomeada para estudar os "Apontamentos" de Felício dos Santos e elaborar outro projeto, desfez-se com a retirada de alguns membros e com a entrada de um dêles Lafayette Rodrigues Pereira, para o Ministério de 24 de maio de 1883.

Em 1889, outra comissão foi encarregada de redigir nôvo projeto. Dela fêz parte Coelho Rodrigues. Esta comissão dissolveu-se com a queda da Monarquia.

A República resolveu voltar aos trabalhos individuais, convidando o próprio Dr. Coelho Rodrigues.

Era Ministro da Justiça, nesta época, o grande Campos Sales.

O projeto Coelho Rodrigues, concluído em 1893, não foi aceito pelo Govêrno, por lhe ser contrário o parecer da comissão encarregada de revê-lo, não obstante o seu incontestável merecimento.

Em 1898, o Ministro da Justiça do Govêrno Provisório, o mencionado Dr. Campos Sales assumiu a presidência da República.

Para a pasta da Justiça, chamou o Presidente, o paraibano Epitácio Pessoa.

Era êste uma grande inteligência devotada ao cultivo do Direito.

Epitácio Pessoa, resolvendo ultimar a elaboração do Código Civil, lembrou-se de um colega de Faculdade, o cearense Clóvis Beviláqua. Chamou-o e acometeu-lhe a pesada incumbência de preparar um nôvo

projeto aproveitando, sem prejuízo das próprias idéias, o que de melhor havia no de Coelho Rodrigues.

Clóvis, homem simples, de aspecto modesto, mas de imensa cultura jurídica, atitou-se ao trabalho e em poucos meses o concluiu.

O projeto de Clóvis porém, não chegaria facilmente a aprovação final.

Discutido na Câmara dos Deputados, presidida por José Joaquim Seabra, passou inalterado, juridicamente falando.

Seabra encarregou, ainda, um filólogo, Ernesto Carneiro Ribeiro, da revisão gramatical.

O projeto foi remetido ao Senado, sem maiores delongas, tudo indicando, que ali, também teria a mesma sorte.

Sobre êle, contudo, iria desabar fragorosamente a crítica filológica do senador Rui Barbosa. Das discussões jurídicas passaria aos tremendos embates das controvérsias gramaticais.

Novamente, longos anos decorreriam até que as paixões amainadas permitissem, ao Código Civil, emergir afinal, à luz da definitiva aprovação.

Caberia, justamente, ao presidente moderado e temporizador, ao amigo das soluções legais, ao digno Venceslau, a tarefa gloriosa de subscritar, por fim, o nosso famoso Código Civil.

Tôda esta complicada história pode ser narrada pela pequena caneta de ouro, que um filho de Venceslau Brás ofertou ao Museu da República.

A segunda caneta, procedente das coleções do Museu Histórico Nacional, mede 18 cm e está em ótimo estado de conservação. É de madeira escura, trabalhada a canivete, vasada em seu primeiro têtço. Letras recortadas, que acompanham o desenvolvimento de uma espiral, constituem a decoração do objeto, formando as palavras: Dr. Venceslau. A pena comum, não é mais a primitiva, junto a ela figura a data — 1917. A extremidade oposta à pena é muito longa e afilada. Os presidiários foram, sempre, especialistas neste tipo de trabalho.

Com esta caneta, o homem prudente e tolerante, o morigerado Presidente Venceslau assinou a declaração de guerra do Brasil aos Impérios Centrais, ou melhor à Alemanha, no dia 25 de outubro de 1917.



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

O Presidente da República:

Resolve nomear o Sr. Nilo Peçanha para
o cargo de ministro de Estado das Relações
Exteriores.

Rio de Janeiro, em 5 de maio de mil
e novecentos e dezete, 96. da Independência e
49. da República.

Henrique Pez P. J. J.
Carlos assimilando a assinatura do Sr. Pez P. J. J.

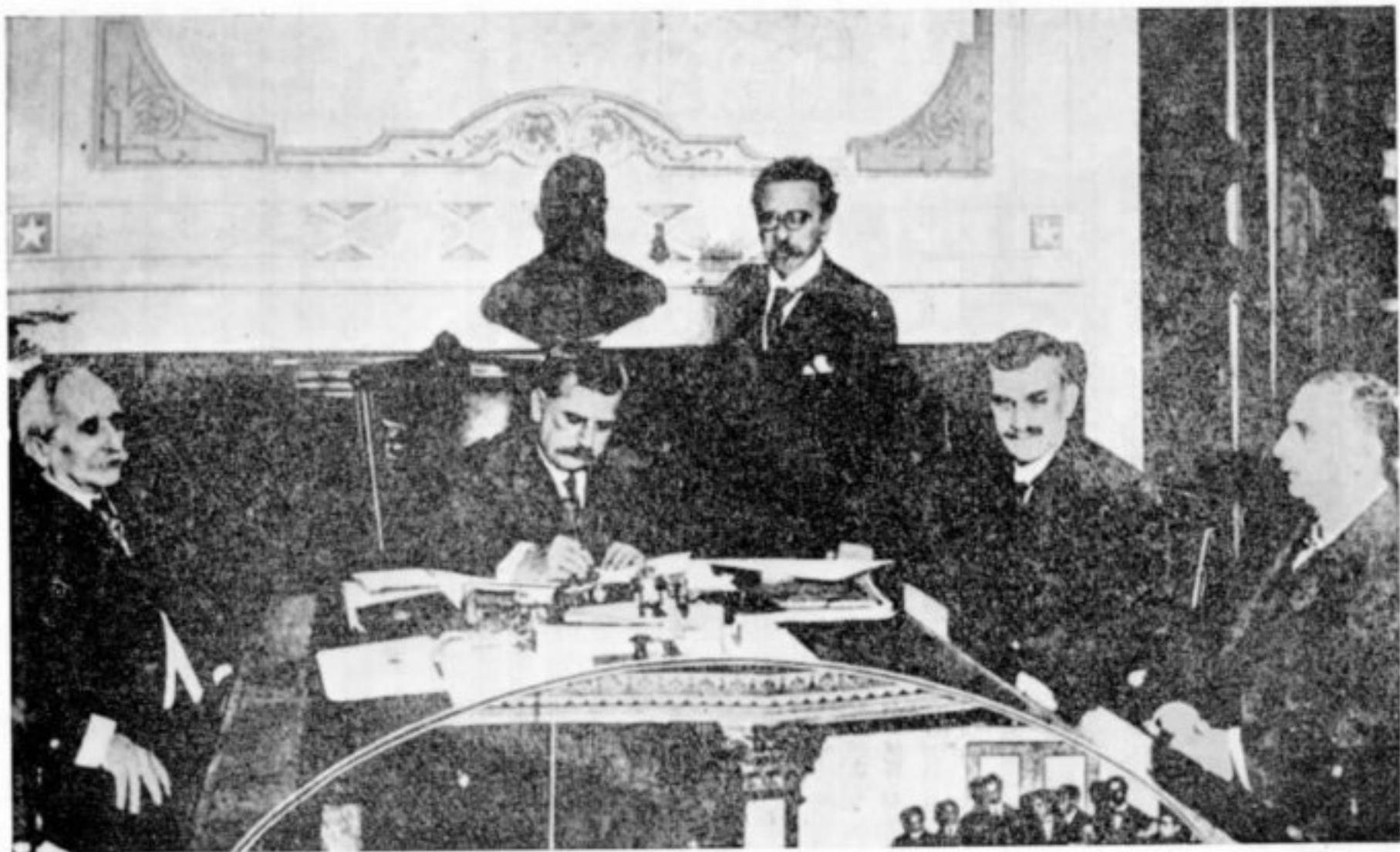
Secretaria de Estado de Justiça e Negócios Exteriores
Registada a 9.ª de maio respectiva

1.ª seção da Secretaria do Interior.

em 7 de maio de 1917

Augusto César Lobo
3.ª off.ª

Nomeação do Dr. Nilo Peçanha para o cargo de Ministro das
Relações Exteriores



O Presidente Venceslau, assinando a declaração de guerra do Brasil à Alemanha. Na fotografia figuram, ainda, Nilo Peçanha, Urbano Santos, Delfim Moreira e Artur Bernardes.

O mineiro tranqüilo, que pacificara Mato Grosso, decidira o famoso caso do Contestado, abortara a insurreição dos sargentos, fôra levado, afinal, àquela histórica decisão, premido pela inexorável fôrça das circunstâncias.

O desenrolar dos acontecimentos obrigara um homem de paz a participar de uma luta.

Seu govêrno nascera, por assim dizer, sob o signo de Marte, pois a Grande Guerra acompanhar-lhe-ia os passos, do início ao fim do quadriênio.

Era o Presidente da República, bem como seu Ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, um partidário sincero da absoluta neutralidade.

A Alemanha, entretanto, transformara os portos nacionais em verdadeiras bases de reabastecimento dos seus navios. Além disso, a campanha submarina, por ela encetada, iria antigir em cheio o nosso incipiente comércio com o exterior.

O clamor popular em prol dos aliados crescia cada vez mais.

Os brasileiros sentimentais, eternos apaixonados da França e da causa dos oprimidos execraram os novos "hunos", invasores da pequena Bélgica.

Olavo Bilac, Coelho Neto e Miguel Calmon, líderes da Liga da Defesa Nacional, criada por Pedro Lessa em 1916, abalavam o povo com seus ásperos discursos de ataque aos alemães.

Em Buenos Aires, Rui Barbosa, representante do Brasil nas solenidades comemorativas do centenário na Convenção de Tucumã, (9-7-1916) bradou aos céus, no auge da cólera cívica, censurando a neutralidade americana.

"Neutralidade não quer dizer impassibilidade: quer dizer imparcialidade; e não há imparcialidade entre o direito e a injustiça".

Este discurso surpreendeu o govêrno e repercutiu no estrangeiro como definição do Brasil. Os jornais franceses anunciaram ... "L'entrée de l'Amérique dans la guerre!" Não era exato ainda, Lauro Müller adverte Rui e depois pede demissão do cargo. O íntegro Ministro, por sua origem germânica, era impiedosamente acusado de simpatizar com a Alemanha.

Para substituir Lauro Müller, Wenceslau Brás foi buscar no Palácio do Ingá um dos mais hábeis homens públicos do Brasil, o campista Nilo Peçanha.

O nôvo chanceler, a figura mais popular da Nação, saberia conduzir com extraordinária habilidade o destino da nossa política externa.

No dia 5 de fevereiro de 1917, a Embaixada dos Estados Unidos comunica ao Govêrno Brasileiro a ruptura entre Washington e Berlim. Rompera-se a neutralidade continental.

Em maio de 1917, os alemães torpedearam o navio brasileiro Tijuca e logo após o Paraná.

Cresce dia a dia, a campanha pela extinção da neutralidade (éramos neutros desde 1839). Aboliram-na, por fim.

Dois outros navios brasileiros, porém, seriam afundados, o Lapa e o Macau, antes que o Govêrno brasileiro declarasse o estado de guerra com a Alemanha.

A declaração se positivou, afinal, no dia 25 de outubro de 1917.

A velha caneta de madeira e uma fotografia narram, no Museu da República, tôda a importância dêsse momento histórico.

O Brasil enviou à Europa uma Divisão Naval em Operações de Guerra, constituída por dois cruzadores, quatro contra-torpedeiros e dois navios auxiliares, em princípios de 1918.

Além dessa pequena fôrça naval um corpo de aviadores e uma Missão Médica seguiram, também, para o teatro da luta.

Nos últimos meses do ano, a terrível epidemia da gripe "espanhola", assolou o Brasil, ceifando a vida de milhares de pessoas.

O Presidente Wenceslau e sua Senhora, que até então vivera em relativa obscuridade, desenvolveram confortadora e humanitária assistência às vítimas da terrível moléstia.

Quatro dias antes de entregar o Govêrno a seu sucessor o grande mineiro viu, enfim, ser assinado o tratado de armistício entre a França e a Alemanha.

Terminava a Grande Guerra e a vida pública de um Presidente da República.

Não nos podemos furtar a um paralelo entre os governos de Prudente de Moraes e Wenceslau Brás. Como o digno paulista, que conseguiu dominar a influência de Francisco Glicério, Wenceslau enfrentou e venceu o imenso poderio de Pinheiro Machado.

Aliás, o assassinato do grande gaúcho, no dia 8 de setembro de 1915, amargurou-o profundamente. Esta tragédia com suas reper-

cussões pode equiparar-se a morte do Marechal Bittencourt no Governo de Prudente de Moraes. Êste teve Canudos, Wenceslau teria o Contestado, completando as curiosas semelhanças entre os períodos dos dois ilustres brasileiros.

Wenceslau Brás encontrou, no bom senso próprio e no seu pendor para a concórdia e a temporização, as melhores diretrizes do seu Governo.

Terminado êste, retirou-se da política e viveu calma e discretamente em sua terra natal, por longos anos, ainda.

Debalde, tentaram faze-lo voltar, tornara-se imune às tentações do poder e da glória.

O velho pescador da Itajubá foi, sempre, antes de tudo, um "homem".

.....

"Se és capaz de, entre a plebe, não te corromperes,
E, entre Reis, não perder a naturalidade,
E de amigos, quer bons, quer maus, te defenderes;
Se a todos podes ser de alguma utilidade;
E se és capaz de dar, segundo por segundo,
Ao minuto fatal todo o valor e brilho,
Tua é a Terra com tudo o que existe no mundo,
E — o que ainda é muito mais — és um Homem, meu filho!"

BIBLIOGRAFIA

ALVES DE SOUZA, Raul — *História Política dos Governos da República.*

BELLO, José Maria — *História da República.*

CALMON, Pedro — *História do Brasil* — século XX — Ed. José Olímpio.

CAVALCANTI, Pedro — *A Presidência Wenceslau Brás.*

TINOCO, Brígido — *A vida de Nilo Peçanha.*

Jornal do Brasil de 17/5/66.

RUDYARD KIPLING — "If" na tradução de Guilherme de Almeida.



Último retrato do Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira
(Das coleções do M. H. N.)

O TESTAMENTO DO CONSELHEIRO JOÃO ALFREDO CORRÊA DE OLIVEIRA

MARIA LAURA RIBEIRO

Conservador do Museu Histórico Nacional

João Alfredo Corrêa de Oliveira, figura ímpar no cenário político e social brasileiro, deixou-nos, entre os numerosos ensinamentos de uma vida tôda dedicada a tão nobres causas, um grande exemplo de amor à verdade e à justiça. Êle, que, em grande parte de sua vida, recebeu glórias, triunfos e notoriedade, chega ao derradeiro período da existência com o espírito abalado pelos desgostos e sofrimentos, como atestam suas próprias palavras em carta dirigida ao seu filho Pedro Corrêa, em 9 de julho de 1895 :

“Tenho vivas saudades do nosso Pernambuco. Nunca da’hi parto sem ter o coração apertado. Sinto falta de tudo, quando deixo a terra onde me orgulho de ter nascido. T’odo o meu desejo é ir viver para um retiro. A vida aqui torna-se-me cada vez mais triste. São tantos e tão grandes os desgostos para o meu espirito descrente das coisas d’este mundo e desejoso de paz e tranquilidade.” (1)

Como político muito se destacou pela sua perspicácia e clari-vidência quando ministro do Império dando soluções práticas e oportunas às grandes causas que marcaram época na nossa história. Homem de grande saber, inteligência e nobreza de espírito, teve, em tôda a sua brilhante carreira devotada aos mais altos interêsses da

(1) Transcrito da Conferencia realizada no salão da Biblioteca Nacional, em 19 de junho de 1919, pelo Dr. Esmeraldino Bandeira, em homenagem ao conselheiro João Alfredo.

pátria, grande atuação na campanha parlamentar da lei de 28 de setembro, denominada "do ventre livre", no ano de 1871.

Em 7 de março dêsse mesmo ano, o visconde do Rio Branco organizava o gabinete conservador em substituição ao do marquês de S. Vicente. Neste gabinete que se estendeu até 24 de junho de 1875, exerceu João Alfredo, como ministro do Império, relevante papel na campanha pela libertação do elemento servil brasileiro.

Com apenas 36 anos de idade lançou-se em rijas batalhas, dentro e fora do Parlamento, como verdadeiro líder do movimento que alcançou memorável vitória a 28 de setembro de 1871, cujo projeto é convertido na lei n.º 2040, sancionada pela Princesa Imperial Regente com a referenda de Theodoro Machado, ministro da Agricultura. Essa lei, embora com o complemento de outras no mesmo sentido, não satisfizes a opinião geral do povo. Dessa maneira, continuou a intensa propaganda em tórno de abolição imediata.

Depois da queda, em 1875, do gabinete de 7 de março de 1871, as idéias abolicionistas se debatiam com maior ou menor entusiasmo nos ministérios que se sucederam.

No ano de 1884, num encontro com o imperador D. Pedro II, João Alfredo afirmou com veemência os propósitos do partido conservador, de levar a bom térmo o movimento em prol da reforma libertadora dos escravos, ficando para isso assentado a formação de um nôvo gabinete sob à presidencia do Barão de Cotegipe, João Mauricio Wanderley e do qual iriam fazer parte o Conselheiro e Paulino de Souza. Tendo caído o gabinete liberal presidido por José Antônio Saraiva (6/5/1885), subia o nôvo gabinete formado por Cotegipe, porém sem o nome de Paulino de Souza, sendo nomeado o conselheiro Francisco Belisário Soares de Souza a pedido daquêle, para a pasta da Fazenda. Por êsse fato, recusou-se João Alfredo a fazer parte do nôvo ministério apesar dos constantes convites de Cotegipe, accitando a nomeação de Presidente da Província de S. Paulo a 30 de agôsto.

Em março de 1888, tendo João Alfredo recebido da Princesa Isabel (2) a incumbência de organizar e presidir o ministério cha-

(2) A Princesa não pediu a Cotegipe, presidente do Conselho demissionário, que indicasse seu substituto, o que era de praxe. João Alfredo foi convidado por ela mesma, que em carta aos seus pais dizia: "Fui eu quem indicou João Alfredo", dizendo mais que lhe havia dado "tôda a liberdade para que pudesse organizar o Gabinete como fôsse necessário." (Arquivo Imperial)

mado “libertador” (35.º de 10/3/1888, conservador), empreendeu e realizou neste, a tão propalada reforma. Ocupando a pasta da Fazenda, foram seus companheiros de chapa : na pasta da Marinha, o senador Luiz Antonio Vieira da Silva; na Guerra, Tomás José Coelho de Almeida e na dos Estrangeiros, Antônio da Silva Prado; nas pastas da Justiça, do Império e da Agricultura os deputados Antônio Ferreira Viana, José Fernandes da Costa Pereira Júnior e Rodrigo Augusto da Silva, respectivamente.

As palavras do Conselheiro proferidas na Camara dos Deputados, em 7 de maio, eram firmes e objetivas : “Amanhã será apresentada a proposta do Poder Executivo para que se converta em lei a extinção imediata e incondicional da escravidão no Brasil. Direi somente que o Ministério se tiver o apoio do Parlamento hà de esforçar-se quanto fôr possível para que êsse programa se converta em realidade, e sobretudo para que se efetue quanto antes a reforma do elemento servil, que é a aspiração nacional e que o Gabinete tem empenho em fazer tão perfeita quanto a opinião pública a indica e quer.”

No dia 8 de maio, o ministro da Agricultura, bacharel Rodrigo Augusto da Silva comparecendo à sessão da Camara, leu :

Art. 1.º — É declarada extinta a escravidão no Brasil.

Art. 2.º — Ficam revogadas as disposições em contrário — Palácio do Rio de Janeiro, em 8 de maio de 1888 — Rodrigo A. da Silva.

Foi depois designada uma comissão de cinco membros, atendendo a um requerimento de Joaquim Nabuco, apresentado à tribuna para dar parecer sôbre a proposta do Poder Executivo que extingue o elemento servil. A referida comissão era composta, além do autor do requerimento, dos senhores Afonso Celso Júnior, Gonçalves Ferreira, Duarte de Azevedo e João Alfredo Corrêa de Oliveira. Com o voto favorável da comissão, foi o projeto finalmente aprovado no dia 10 por 83 votos contra 9. Na sessão de 13 de maio entrou em 3.ª discussão a proposta do Govêrno, convertida em projeto de lei pela Câmara dos Deputados, declarando extinta a escravidão no Brasil. O Senado resolveu afirmativamente.

No mesmo dia 13, no Paço da Cidade foi o projeto convertido na lei n.º 3.353 com a assinatura da Princesa Regente D. Isabel, completando assim, a obra começada com a repressão do tráfico e prosseguindo com a liberdade dos filhos de mães escravas.

Houve delírio do povo que comemorou em festas públicas de dez dias, a publicação da citada lei enaltecendo a nação brasileira. Grandes homenagens receberam os seus colaboradores parlamentares e extra-parlamentares. A Confederação Abolicionista conduziu em público uma coroa cívica para João Alfredo e a Câmara Municipal do Rio de Janeiro lhe enviou outra mais rica ainda, associando-se ao entusiasmo geral da multidão que gritava o seu nome com reconhecimento e admiração. Ficou assim, o nome do Conselheiro João Alfredo gravado para sempre na história de todos os povos porque simboliza a libertação de toda uma raça.

Ainda com relação à campanha libertadora, é interessante registrar um trecho da carta em que o Conselheiro Antônio Prado se dirige ao próprio chefe do Gabinete de 10 de março, João Alfredo Corrêa de Oliveira, poucos dias depois de organizado o seu Gabinete. Dizia êle :

“Congratulo-me com V. Excia, pelo excelente acolhimento que tem tido o Ministério. Bem se vê que temos homem no leme. Cada vêz me firmo mais na ideia da emancipação imediata, que deve ser a nossa bandeira” — (Helio Vianna em — Estudos de História Imperial).

O signatário havia sido ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do gabinete anterior, presidido pelo Barão de Cotegipe.

Com a queda do Ministério de 6 de junho de 1889, retirou-se João Alfredo do poder e da vida política; até a sua morte, ocorrida em 6 de março de 1919, ocupou apenas o cargo de Presidente do Banco do Brasil, de 4/11/1911 a 27/11/1914, no govêrno do Marechal Hermes da Fonseca.

Fazemos agora um ligeiro retrospecto dos primeiros anos de sua vida e as grandes obras que realizou.

Teve o Conselheiro João Alfredo, como primeiro educador em casa de seus pais, o padre Pedro da Silva Brandão. Em Olinda, matriculou-se, em março de 1852, como aluno da Academia de Ciências Jurídicas e Sociais, denominada mais tarde Faculdade de Direito de Recife. Em 1856, bacharelou-se e dois anos depois tomou o título de Doutor. Em 21 de fevereiro de 1857 casou-se com sua prima Maria Eugênia da Cunha Rego Barros, filha do Barão e da Baronesa

de Goyanna, ricos proprietários agrícolas. Do seu casamento nasceram onze filhos.

Em Recife, exerceu João Alfredo os cargos de promotor público e juiz municipal. Ainda como aluno do 4.º ano de Direito, em 1855, foi eleito deputado à Assembléia Provincial de Pernambuco. Nessa ocasião foi seu diploma anulado por não possuir maioria legal. Foi novamente eleito deputado provincial em 1858 e reeleito em 1876, quando foi escolhido para presidir a mesma Assembléia. Deputado geral de 1861 a 1862 e de 1869 a 1877. Em 20 de outubro de 1869 foi nomeado Presidente do Pará e em 29 de setembro de 1870, ministro do Império no Gabinete do Marquês de S. Vicente (José Antônio Pimenta Bueno), tendo nessa ocasião ocupado interinamente a pasta da Agricultura desde novembro de 1870 a março de 1871.

No novo Ministério do Visconde do Rio Branco, continuou a exercer a pasta do Império onde permaneceu até a dissolução de todo o Gabinete em 25 de julho de 1875. Foi também nesse Ministério que o bibliotecário e grande pesquisador Benjamin Franklin de Ramiz Galvão, fôra incumbido, em missão no estrangeiro, de estudar a organização das bibliotecas européias. O Relatório de extrema importância para a história da Biblioteca Nacional, foi apresentada ao Ministro do Império, João Alfredo, em 1874 em ofício de 30 de maio.

No ano seguinte foi nomeado Diretor da Faculdade de Direito de Recife tendo ocupado este cargo até 1889. Em 4 de janeiro de 1877, foi escolhido para senador do Império por carta imperial.

Como ministro do Império devem-se-lhe reformas utilíssimas na instrução pública, entre elas a criação da Escola de Ouro Preto que teve a sua frente o sábio francês Henri Gorceix. Também a Escola Politécnica que por decreto n.º 5.600 de 25 de abril de 1874 se transformou na antiga Escola Central; o Instituto Profissional João Alfredo; as escolas da praça Duque de Caxias na rua da Harmonia, atualmente José Bonifácio; a Escola Normal a que passou o Instituto Profissional Feminino. Mandou fazer os melhoramentos da antiga Escola de Medicina, do antigo Liceu de Artes e Ofícios e também deu início à construção do prédio do Instituto Benjamin Constant, abrigo e educandário de cegos.

No setor da higiene providenciou a internação dos imigrantes em lugares que os preservassem da febre amarela que então grassava.

Quanto à cidade do Rio de Janeiro, coube ao Conselheiro João Alfredo a ventura de tornar uma realidade, a notável obra de embe-

lezamento e ajardinamento do Campo de Sant'Ana (depois Campo da Aclamação) levado a efeito por Augusto Francisco Glaziou, cidadão francês, horticultor e arquiteto de parques e jardins. Para isso, obteve o Conselheiro todo o apóio do Imperador Pedro II, que quando presente à solenidade da inauguração do mesmo jardim, em 7 de setembro de 1880, assim se referiu à grande obra, em conversa com o ministro do Império, Barão Homem de Melo: "Deve-se a João Alfredo; a êle devemos agradecer e foi preciso ter muita perseverança; êle a teve e venceu". (3)

Concernente a êsse grande empreendimento e acentuando-se as dificuldades financeiras da Municipalidade, assim dizia João Alfredo em Relatório referente ao ano de 1872:

"Por vêzes tem tentado a Ilustríssima Câmara Municipal, mas nunca lhe foi, nem lhe é possível levar a efeito o ajardinamento do Campo da Aclamação, por não lhe permitirem os seus recursos ocorrer a tôdas as despesas para isso necessárias. O plantio de árvores e ajardinamento da grande praça que se denomina Campo da Aclamação situada no centro da cidade, é um dos importantes melhoramentos que esta reclama. Sendo uma e certamente a mais ponderosa das vantagens que hão de resultar de tal melhoramento, a benéfica influência que êle deve exercer sôbre a saúde pública, especialmente com relação à parte da cidade onde a população se acha mais aglomerada, determinou-lhe o govêrno dar-lhe impulso. Neste intuito aprovado o plano que apresentou Augusto Francisco Maria Glaziou, diretor do Jardim Botânico do Passcio Público, salvas as modificações que se reconheceram convenientes, resolvi dar princípio à execução de obras por meio de empreitadas parciais e conforme os meios de que puder dispor o Ministério do Império, auxiliado pelo da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Espero que a Ilustríssima Câmara Municipal, que também aprovou o plano, concorra com algumas quantias, quando a permitir seu estado financeiro." (Relatório citado pag. 2).

Tendo sido orçadas as obras de ajardinamento em Rs. 1.694:409\$200, a 2 de janeiro de 1873 e lavrado o respectivo contrato com o arquiteto paisagista Glaziou, logo no mês seguinte ini-

(3) O Parque da Praça da República, antigo da Aclamação. Noronha Santos. In Rev. do Serv. do Patromonio Histórico e Artístico Nacional n.º 8.

ciou-se a execução de aplainamento e ajardinagem do terreno. Em seu relatório do ano de 1874, declarava o Conselheiro João Alfredo a respeito do Campo da Aclamação :

“Têm prosseguido os trabalhos que por deficiência de meios da Ilustríssima Câmara Municipal resolvi realizar em melhoramentos dessa praça, como declarei no meu último relatório”. (Relatório citado p. 102).

No ano seguinte assim declarou o Ministro do Império :

“Têm prosseguimento com atividade os trabalhos começados nesta vasta praça. Acha-se concluído o parapeito de cantaria que contorna e cuja extensão é de 711 braças e estão prontos e em grande parte colocados sobre eles os gradis de ferro que devem fechar o jardim. Tendo findado em 24 de abril o contrato, pelo qual o Governo cedera a uma empresa o gôzo do teatro que existe no terreno onde estão efetuando os trabalhos, será êle brevemente demolido para se principiar com maior desenvolvimento a plantação e o ajardinamento da mesma praça. Para êsse fim criou-se num terreno concedido pela mordomia da Casa Imperial, um viveiro de plantas indígenas, cujo número excede a 25.000, sendo em grande parte de árvores de madeira de lei e arbustos interessantes principalmente por suas aplicações industriais e medicinais. Todos os trabalhos e obras realizadas, incluindo o laboratório sòlidamente construído, têm importado em Rs. 305:691\$064”.

Não podemos deixar de lembrar nesta oportunidade, os memoráveis acontecimentos que tiveram lugar no antigo Campo de Sant'Ana. Para solenizar a aclamação de D. João VI como rei, realizada em fevereiro de 1818 na Praça 15 de Novembro, efetuaram-se belas festividades no Campo de Sant'Ana ao qual compareceu grande massa popular. A data escolhida para êsses festejos foi a de 12 de outubro, aniversário natalício do príncipe D. Pedro e o local, por ser o mais vasto logradouro da cidade.

A aclamação de D. Pedro I como Imperador Constitucional do Brasil em 1822, também foi realizada no antigo Campo de Sant'Ana com grande pompa e em meio a efusivas manifestações populares.

A 22 de outubro do mesmo ano determinava D. Pedro ao Senado da Câmara, a mudança do nome de Campo de Sant'Ana para Campo da Aclamação, “como prova de aprêço ao fato histórico de

7 de setembro e para perpetuar por um modo público a lembrança do lugar em que recebeu D. Pedro dos seus fiéis súditos tão agradáveis provas de respeito e afeição”.

A proclamação da República como último acontecimento de essencial importância realizado naquele logradouro, mais uma vez mudou-lhe o nome para Praça da República.

Deve-se também ao Conselheiro João Alfredo a nomeação de uma comissão composta dos engenheiros Pereira Passos, Moraes Jardim e Marcelino Ramos, com a finalidade de fazer um estudo completo sobre um plano de melhoramentos e embelezamento da cidade. Estudo esse que serviu de base aos trabalhos realizados 30 anos depois por Pereira Passos quando prefeito do antigo Distrito Federal.

No sentor das artes, foi João Alfredo quem incumbira ao artista Pedro Américo da execução de uma grande tela representando a “Batalha dos Gurarapes”. Já se encontrava o artista na Europa para dar desempenho ao seu contrato, quando escreve ao Ministro comunicando-lhe que resolvera substituir o feito da campanha holandesa por um episódio da guerra do Paraguai — a “Batalha do Avaí”. Diante desse fato, o ministro João Alfredo interessado em ver imortalizado um dos primeiros feitos de nossa nacionalidade, recorre a Vítor Meirelles que aceita a incumbência e após seis anos de trabalho cuidadoso, conclui a tela em 1877. Pedro Américo, depois de vinte e seis meses de tarefa contínua sobre estudos preparatórios, termina o quadro a “Batalha do Avaí” a 1.º de março de 1877 e o expõe em Florença nesse mesmo ano, na presença de D. Pedro II, que ali se encontrava.

Já em 1888, organizou João Alfredo o Ministério libertador, ocupando a pasta da Fazenda, Ministério este a que nos referimos em outra parte deste trabalho.

Em 1885, aceitou o cargo de Presidente de S. Paulo, com posse em 19 de outubro. Por decreto de 4 de dezembro de 1886 era escolhido para Conselheiro de Estado ordinário e para Presidente do Conselho de Ministros em 10 de março de 1888. (4)

Era membro honorário da Academia, hoje Escola Nacional de Belas Artes; Presidente do Diretório do Liceu de Artes e Ofícios e

(4) Em 1847, foi criado o cargo de Presidente do Conselho pelo Decreto n.º 523 de 20 de julho desse ano.

sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem Coroa de Ferro da Itália; da Ordem da Águia Branca da Rússia e da Leopoldo da Áustria. Era cavalheiro da Ordem de Cristo do Brasil e Grã-Cruz da Ordem de Pio IX.

O testamento do Conselheiro João Alfredo, uma peça de alto valor, em cujas palavras se reflete tóda a magnitude de seu saber e tóda a beleza de sua alma, tendo já sido publicado em folheto (poucos exemplares) logo depois de sua morte por seu genro Joaquim Egas, foi-nos apresentado por especial gentileza de D. Helena Repsold Corrêa de Oliveira, bisneta do Conselheiro. Esse testamento, escrito em 1895, embora tendo sido revogado, possui o mérito de uma autobiografia e representa um grande exemplo “de dedicação desinteressada e de devotado amor à causa do Brasil” de acôrdo com as próprias palavras do Dr. Joaquim Egas. Como uma singela homenagem ao emérito brasileiro que foi o Conselheiro João Alfredo, passamos em seguida a reproduzir o seu testamento, com a beleza de seus conceitos e o valor de seus ensinamentos em tóda uma seqüência de grandes realizações dedicadas à pátria.

“Em nome de Deus e sob a fé christã, que professo com os dogmas, preceitos e rito da Igreja Catholica, este é o meu testamento.

Sou filho legitimo de Manoel Corrêa de Oliveira Andrade e de Joanna Bezerra de Andrade, pernambucanos, agricultores e proprietarios do engenho “Uruaé” e de metade das terras do antigo morgado de Mariuna, comarca de Goyana.

Nasci em 12 de Dezembro de 1835 no engenho S. João de Itamaracá, propriedade e residencia de meus avós maternos, para onde minha mãe tinha ido na proximidade de dar-me à luz, e fui baptizado na capella do mesmo engenho, a 16 de Janeiro do anno seguinte, com licença do parochio da freguezia de N. S. do Rosário de Goyana, na qual está lançado o assentamento do meu baptismo.

Casei-me no regimen commum, em 21 de Fevereiro de 1857, com minha prima Maria Eugenia da Cunha Rego Barros, nascida a 25 de Dezembro de 1840, filha legitima do Barão e da Baroneza de Goyana, grandes proprietários, visinhos de meus pais, ligados pelo parentesco de primos consanguineos entre os maridos e de irmãs germanas entre as mulheres, e sempre bons amigos, mutuamente dedicados, cujas relações por ultimo mais estreitaram com tres casamentos de filhos.

O meu consorcio deu-me onze filhos, dos quaes tive o infortunio de perder dous em menoridade e tres ainda na infancia. Os seis que vivem, e instituo meus herdeiros, são : Alfredo, Pedro Francisco e João Baptista Corrêa de Oliveira; Mariá da Conceição, casada com o Dr. Antonio Sampaio Pires Ferreira; Maria de Nazareth, casada com o Dr. Joaquim Egas Moniz Barreto de Aragão, e Maria Eugenia, solteira.

Entrei muito cedo na vida publica, tomando por modelos os Brasileiros de grande exemplo, pobres e desinteressados, que concentravam todos os seus esforços na paixão de bem servir a patria. Não os igualei, é certo, na grandeza das acções, porque isso não dependia só de minha vontade; mas, com os olhos em Deus e a mão na consciencia, posso affirmar que tive a mesma abnegação.

Administrei a fortuna publica com zelo e felicidade.

Inspirado por idéas de progresso, animei-me a reformas e obras custosas, sem *deficit*, antes com saldos importantes e excepcionais nos orçamentos que tive de executar; e, por minha parte, no tocante à economia particular, das grandes posições a que cheguei, as mais altas do Império, desci com o meu pequeno patrimonio diminuido, apesar da regta e modestia com que sempre vivi.

Para despesas de decente representação na Presidencia do Pará, em 1869 a 1870, e no meu longo ministério de 1870 a 1875, assim como para a viagem que, perigosamente enfermo, fiz à Europa em 1879, a conselho dos medicos, ou antes, por imposição a que resisti até perder a esperanza de outro remedio, vi-me obrigado a recorrer aos creditos que espontaneamente me abriu o Commendador Albino José da Silva, antigo e bom amigo da minha familia em Pernambuco, e tambem, por mais de uma vez, aos francos e reiterados offercimentos do Conde de Mesquita, um amigo novo que eu tinha feito aqui, de cuja benevolencia, sempre igual e delicadamente obsequiosa, conservo a mais grata recordação.

Dessas dividas que fui amortizando fóra do Governo lentamente, conforme as condições do emprestimo, eu ainda restava parte ao primeiro daquelles amigos na occasião em que aceitei incumbencia de organizar o gabinete de 10 de Março de 1888.

Então — novo disequilibrio, mais um debito, e dessa vez com outro amigo, o Barão de Itacurussá, genro do Conde, com o qual eu

tinha fechado a conta corrente do sogro, quando, este falleceu e aberto nova a juros reciprocos de 6% ao anno.

Constam de papeis que reuni as transações a que me refiro, o seu principio e o seu fim.

Da conta corrente do Barão vê-se que no ultimo semestre de 1887 havia um pequeno saldo a meu favor, e dahi em diante, em vez de saldo, debito crescente, que chegou a ser de Rs. 9:993\$385 em Junho de 1889, isto é, em menos de quinze mezes de ministério.

Além disso, eu tinha de pagar diversas contas de fornecimento, que, segundo o uso do commercio, se liquidavam semestralmente.

Taes eram as minhas finanças particulares quando deixei o poder. Direi agora como achei e como ficaram as do Estado.

Encarregando-me, pela primeira vez, da administração financeira, que recusára em outro ministerio, tive a boa sorte de chegar a resultados que não esperava de todos os meus esforços e menos das minhas habilitações.

O orçamento geral do Imperio, que me coube executar, tinha sido votado com *deficit* superior a vinte e um mil contos, e trazia larga autorização para operações de credito.

À vista disto e na previsão de difficuldades que poderiam seguir-se à reforma que eu projectava, pouco depois realizada com a lei de 13 de Maio, aproveitei a primeira occasião favoravel para negociar directamente, em somma menor que a autorizada, um emprestimo externo, que foi considerado o melhor de todos.

Mas, afinal não precisei delle para pagar a avultada divida fluctuante, a cuja consolidação era em grande parte destinado, e as despesas extraordinarias que me foram legadas; nem para novas despesas que as circumstancias tornaram indispensaveis, como socorros publicos onde houve fome e epidemia, e os primeiros auxilios dados à lavoura por intermedio de bancos antigos e respeitaveis, aos quaes o Governo forneceu sem juros metade do capital, que elles tinham de emprestar, por sua conta e risco, aos agricultores, a 6% ao anno, mediante hypotheca e penhor agricola, ou simplesmente a credito pessoal.

Passou, portanto, ao exercicio de 1889 o producto do dito emprestimo, augmentado com as sobras da receita de 1888, como demonstrou o segundo Ministro da Fazenda da Republica, no seu relatório, e assim ficou o Thesouro Nacional fartamente provido de

meios para todos as necessidades daquelle anno, sem recorrer a expedientes de antecipação de renda, como não recorreu emquanto fui Ministro, e sem precisar entrar no mercado de cambio, porque tive a cautela de conservar em Londres ouro bastante para occorrer aos pagamentos que se fazem fóra do paiz.

Entretanto, nenhum ramo de serviço publico foi prejudicado por mal entendida economia; pelo contrario tiveram grande impulso, entre outros, a immigração européa, a viação, o transporte rapido, cujas tarifas foram modificadas a bem da agricultura, a hygiene, o amparo e educação dos meninos desvalidos.

No tempo em que, segundo receios que alguns em boa fé experimentavam e triste vaticinios dos contrariados, deviam dar-se grandes perturbações de todas as especies, principalmente economicas e financeiras, o Imperio manteve-se em paz.

Abolida a escravidão, começou tranquilamente o trabalho livre; multiplicaram-se os immigrants; se, no primeiro momento, a produção agricola teve abalos e depressões locais, tornou-se logo manifesta a sua tendencia para se desenvolver; cresceram as rendas publicas; expandio-se o commercio; o cambio, antes oscillante no ponto que se declarava ser o mais alto possivel, e a que se teve a idéa de reduzir a taxa legal, não só subio ao par mas foi além, sem artificio ou intervenção de qualquer natureza; affluio para os nossos mercados ouro estrangeiro, a maior parte em moeda ingleza; esse ouro circulava com differença para menos do papel do Estado, então acima do nosso padrão monetario, e convergia para o Thesouro Nacional porque ninguem queria recebê-lo pelo valor legal; tive necessidade de restabelecer e declarar obrigatorio o curso da libra esterlina, conforme a lei de 1846; a Casa da Moeda, longos annos limitada à moagem de cobre e nickel, cunhava ouro e prata em quantidade que requereu a admissão de maior numero de operarios; enfim, o credito do Brasil se elevou à maior altura e tornou faceis grandes operações, como a conversão da divida externa, de que eu tinha começado a tratar e que o meu successor realizou.

Todos os factos indicados podem ter sido só provenientes de circumstancias felizes que se reunissem e cooperassem em favor da minha administração.

O que é certo é que o Brasil realizou entre festas nacionais uma grande reforma social e humanitaria, applaudida em todo o mundo ci-

vilisado, e que à outra grande nação americana custára uma terrível guerra civil e achou-se em condições excepcionalmente prosperas.

Tanto me basta, a mim que sempre tive no espirito e no coração a idéa e o amor do bem publico.

Volto às minhas dividas para dizer como foram pagas. Primariamente vendi nove apolices geraes, como consta da conta corrente do Barão de Itacurussá, no segundo semestre de 1889, e declaro que o fiz contra a vontade desse amigo, que mais uma vez me franqueava a sua bolsa.

Veio em seguida a revolução militar de 15 de novembro, que me privou dos treze contos annuaes de Senador do Imperio e Conselheiro de Estado, e, destruido deste modo o meu plano das demais amortizações por meio da renda, tornou-se necessário que eu dispuzesse de outros bens. Não suppunha, porem, que a sorte ia cahir sobre o melhor e mais rendoso, isto é, sobre o que herdei de meu sogro, no Engenho Novo de Santo Antonio de Goyana, que eu amava por saudosas memorias de familia, e também estimava pelas recordações historicas, porque nelle viveu e foi sepultado André Vidal de Negreiros, um dos heróes da Guerra de Pernambuco contra os Hollandezes. O consenhor da parte maior que a minha resolvera alienar-a offerecendo-me preferencia em condições que as minhas circunstancias não permitiam e que eram aceitas por um pretendente de grandes meios.

Assim, não partio de mim provocação ou motivo de qualquer especie para essa alienação que me doeu profundamente. Do dinheiro que dahi me veio reservei o estrictamente necessario para as minhas despesas de alguns mezes, pois ficava de repente, sem renda para manter-me; tirei a quantia precisa para comprar a parte que um de meus cunhados herdára na casa da Magdalena, tornando-me deste modo seu unico proprietario, e com o mais reduzi muito o meu debito, accitando então pelo resto quatro lettras a 12, 24, 36 e 48 mezes de prazo, ou, em outros termos, obrigando-me á final solução em quatro prestações annuaes.

Entregava-me depois disso a trabalhos em que pudesse ganhar o pão da velhice e pagar o que ainda devia, sem desfalcar mais uma vez as minhas heranças, quando me appareceu um negocio, para o qual, ou outro que mais me conviesse, a directoria do Banco do Brasil e principalmente o Presidente Conselheiro Dantas, um amigo novo no

máo tempo, me offereceu credito que eu hesitava em aceitar na minha idade e estado de saude, temendo deixar talvez maiores complicações a minha familia.

Refiro-me à compra da fazenda de Pirajú, em Ribeirão Preto, que afinal adquiri e comecei a laborar mediante um emprestimo sob hypotheca da mesma fazenda, negocio feliz para cujo traspasso tive immediatamente diversas propostas vantajosas, por se ter elevado rapida e extraordinariamente o preço das terras em São Paulo, e de que, em poucos mezes, aceitando a ultima proposta, tirei bom lucro, com o qual não só pude antecipar os quatro pagamentos a que estava obrigado e desempenhar-me inteiramente, mas ainda ficar com rendimentos suficientes para a simplicidade e parcimonia da minha vida.

Provêm, pois, os poucos bens que deixo, desse lucro e do trabalho de honrados agricultores, meu pae e meu sogro. O que não tem estas origens é uma baixela de prata com que fui mimoseado em 1875 por grupo de comprovincianos, a cuja frente figurou um homem de veneranda memoria, espelho de honra e patriotismo, o meu prezadissimo amigo Visconde de Camaragibe; são outros objectos de mais valor estimativo que intrinseco, os quaes constituem, por assim dizer, o museu comemorativo de minha carreira publica, como albuns, medalhas com diversas inscrições, pennas, escrivaninhas; a estatueta de ouro que me mandou o partido conservador de Pernambuco depois da lei de 13 de Maio e a corôa offerecida pela Illma. Camara Municipal do Rio de Janeiro com a mesma significação. Nenhuma dessas offertas deixou de ser publicada na ocasião em que foi feita, com declaração do motivo e da pessoa, corporação ou classe que a fez. Com as explicações que acabo de dar, assignalo a meus filhos o exemplo que lhes deixo de toda a minha vida. Convencido de que nas relações humanas e sociais a patria é credora privilegiada da actividade do bom e verdadeiro cidadão, não me arrependo do tempo e esforços que consagrei ao serviço publico, apesar de ter experimentado o amargor da difamação ao tempo de uma longa carreira em que tanto abneguei os bens da fortuna quanto prezei os da honra, e de ter visto em acto continuo approximarem-se de minha familia as angustias da necessidade, quando já me faltavam as forças para reorganizar a existencia, de repente transtornada.

Males maiores, gravissimos e extremos, supportaria eu sem queixar-me, e até sem uma palavra de defesa, sentindo-me, pelo contrario, feliz e glorificado si por talentos, virtudes e feitos pudesse comparar

o proprio infortunio com a sorte comum dos grandes homens, benefeitores e luminares da humanidade, ou ao menos com o abandono, o descredito e o odio de que inestimaveis serviços e provado desinteresse patriotico não salvaram conspicuos estadistas de diversas nações, mais tarde vingados pela consciencia universal no juizo da historia.

Não tendo, porem, celebridade que me prometta menção e reparação historica, darci aqui aos herdeiros do meu nome succinta idéa da injustiça que soffri por parte de adversarios, que, ora entre si, uns contra os outros, ora reunidos em opposição a benemeritos brasileiros, meus correligionarios e predecessores na governação do Estado, já tinham empregado a mesma arma das increpações diffamantes, perigosas para as instituições e offensivas do decoro nacional.

Fui presidente do Pará e de São Paulo, provincias ricas, de rapido desenvolvimento, onde o ardor das empresas constituidas e projectadas, com grandes interesses em jogo e collisão, de dia em dia solicitava favores do Governo; fiz parte seguidamente, durante quasi cinco annos, dos gabinetes S. Vicente e Rio Branco, como ministro effectivo do Imperio e mais de uma vez interino da Agricultura; iniciei e realizei então muitos melhoramentos, e nunca se levantou qualquer murmurio contra a severidade da minha administração, que, sendo operosa, pôde afinal revelar-se uma das mais economicas.

No decurso de treze annos entre os meus dous primeiros Ministérios e o ultimo, de que fui organizador, governassem os meus correligionarios ou os meus adversarios, sempre se me attribuiu influencia politica, e ninguem entretanto suspeitou-me de utilizar a minha posição de Senador e Conselheiro do Estado, ou o prestigio que me davam referencias feitas a mim como futuro Presidente do Conselho, para auferir a minima vantagem pecuniaria ou beneficiar illicitamente parentes e amigos nem se me accusou de me ter associado a pretensões dependentes dos poderes publicos; nem se me notou nenhuma dessas praticas a que se deu odiosamente o nome de advocacia administrativa, e pelas quaes por interposta pessoa seria facil a um homem em minha situação obter lucros directos ou indirectos do patronato que concedesse. Todos sabiam que eu vivia exclusivamente da minha pequena renda particular e dos cargos publicos que exercia. Grande e profunda foi, portanto, a minha surpresa quando no gabinete que presidia vi enguer-se imenso clamor contra mim a proposito de actos, que não eram illegaes, nem lesivos à Fazenda Publica, livremente praticados por Ministros como os Conselheiros Antonio Prado

e Rodrigo Silva, ou por Presidentes de Provincia como o Conselheiro Gonçalves Ferreira, de cuja probidade e independencia não duvidavam os proprios adversarios que, com logica especial, violentamente me erguiam pelo que elles fizeram, sem outra razão mais, — eis aqui toda a minha culpa — que a de não me ter arrogado o arbitrio de suspender ao sogro de um de meus filhos, commerciante de antiga e honrada firma, o seu direito, já d'antes exercido, de contractar, sem auxilio nem favor de minha parte, serviços publicos em condições communs e mediante concorrência aberta para todos dentro e fora do paiz; arbitrio que de mais a mais envolveria a indelicada exorbitancia de tornar eu extensiva a administradores insuspeitos e maiores de toda excepção uma incompatibilidade moral que elles não reconheciam e que em rigor só para a minha pessoa se poderia deduzir d'aquella afinidade.

Pude então bem avaliar as torturas por que passaram antes de mim illustres chefes politicos e homens de governo a quem depois se fez justiça, vendo discutida em plena Camara a sua integridade moral.

Soffrendo por minha vez essa tortura, vendo-me atacado no que acreditava ter posto fóra da contingencia de qualquer duvida, a isenção da minha conducta no governo, confesso que as resalvas da minha probidade pessoal com que se preludiavam os ataques ao Presidente do Conselho, longe de os attenuarem, ainda mais pungentes os tornavam, para mim que fôra educado na escola de que entre a improbidade e a indelicadeza de motivos não ha differença para o homem publico.

Por mais que examine o meu procedimento, só explico a violencia das accusações por tres causas que se juntaram contra mim depois da lei de 13 de Maio: a ansiedade em que estavam os meus adversarios de subir ao poder; a dissidencia conservadora irreconciliavel desde a primeira lei de 28 de setembro, e appetites soffregos agrupados ao lado e em nome do interesse dos proprietarios de escravos, que, aliás, devo-lhes esta justiça, foram em grande parte cooperadores generosos da abolição e em geral se mostraram pacíficos e resignados.

Taes foram com effeito os adversarios ostensivos que me deram batalha, dispostos a todos os meios, agitando todas as paixões, e até procurando auxilios de guerra em elementos de maior alcance, que constituíam sério perigo publico, ainda facil de ser conjurado, si, em

vez de alianças híbridas e dos ataques apaixonados com que se impelliam um ao outro para o abysmo, os partidos constitucionaes houvessem tido a fé, o bom senso e a prudência de moderar o seu antagonismo, estabelecendo accordo de vistas, e de acção sobre pontos de interesse commum e vital, como lealmente desejei.

Fallo da propaganda republicana, habil em aproveitar quaisquer circumstancias que enfraquecessem o regimem politico e da antiga questão militar, que muitas vezes se tinha ostentado ameaçadora e temerosa e que, embora sopitada na occasião, conservava os seus focos de secreta conspiração, à espreita do primeiro ensejo de descuido e fraqueza ou de provocação que irritasse as classes armadas.

Em crises semelhantes, nesse estado de desordem moral, em que se obscurecia até o instincto, sempre vivo e perspicaz, da propria conservação, não admira, comprehende-se facilmente, que quem governa esteja exposto a ver levantar-se contra si uma dessas ondas furiosas e expontaneas de odios e calumnias que prejudicam o prestigio da autoridade e podem momentaneamente levar tudo de vencida.

Percebi claramente a situação. Embora me sentisse capaz de resistir, eu via por um lado que a opposição se obstinava em tirar-me a força moral e impedir a collaboração legislativa prompta e leal como as circumstancias requeriam; por outro lado, achando-se enfermo o Chefe do Estado, era para recear que se desse a successão ao throno no meio de discordias e odiosidade, talvez durante a campanha eleitoral, se eu aceitasse o apello à nação, que reiteradamente me era offerecido.

Tudo bem ponderado, eu preferia a organização de outro ministério, mas ministério de paz, que reunisse o maior numero de adhesões e aproveitasse as treguas dos partidos a que competia a defeza das instituições para tomar prudente e habilmente todas as cautelas necessárias.

Assim o propuz e não pude conseguir. Quanto mais eu instava pela minha exoneração, mais o Imperador insistia em recusar-a.

Travada a luta desigual e desproporcionada que desta sorte se tornou inevitavel, fui vencido pelo concurso de meios imprevistos, contra cujo emprego eu era capaz de apostar a cabeça, e que ainda hoje me parecem um máo sonho.

Tinha felizmente para me confortar o affecto da esposa e dos filhos, a doce intimidade de alguns amigos fieis, a sympatia de hon-

rados cavalheiros que não tinham cercado a minha prosperidade e sobretudo a paz d'alma, da alma christã que confia na verdade, se resigna aos revezes e perdôa as offensas.

Foi este o asylo a que me recolhi em Junho de 1889.

Nelle me conservo desde então com a unidade de meu character, com o mesmo amor da patria, inutil e constrangidamente inactivo nas tristes peripécias que se seguiram, mas tão vivo na desgraça como nos meus dias felizes de esperança, victoria e ovação; posso dizer mais vivo, inquieto e profundamente atribulado diante das calamidades que affligem o Brasil.

Neste ponto hei de acabar como tenho vivido, considerando-me obrigado a dar a vida pelo grande e esplendido paiz onde nasci e onde morrerei, suplicando a Deus que minha patria querida e sagrada, a terra de Santa Cruz, illuminada pelo cruceiro celeste, confirmando-se na fé dos antepassados, que souberam conquistal-a para a civilização e constituil-a nação livre, unida, prospera, forte e estimada, caminhe tranquillamente para os altos destinos a que está fadada por sua natural opulencia e seja perante o mundo um exemplo de organização estavel e solida, sustentada e animada por todas as virtudes particulares patrioticas e humanitarias.

Eis a lição que mais recommendo aos meus descendentes.

Quanto à situação particular de minha familia, declaro que nunca ambicionei riquezas nem lamento a sua falta; contentei-me com o necessario e só me preocupou a independencia que pude manter inteira perante os meus proprios credores, pessoas honradas, com quem tratei em condições licitas e dignas, tendo o cuidado de não ultrapassar os meios de que podia dispôr para resgatar-me e zelando a minha solvabilidade como um dever de honra.

A minha aspiração com referencia ao futuro dos filhos era educal-os e viver até vel-os independentes.

Os homens teriam vasto campo aberto a sua actividade em um paiz onde facilmente prospéra quem trabalha e economiza, e no caso de minha morte prematura, seriam o natural apoio da mãe e das irmãs que ainda não estivessem casadas.

Confesso, porém, que, quando cheguei às portas da morte, em 1878, muito me atormentou o pensamento triste de deixar os sete

filhos menores, que então tinha, com o unico amparo de minha mulher, capaz de todos os esforços para substituir-me, mas a lutar com as difficuldades da pobreza.

Hoje, graças a Deus, cinco já vivem honradamente do seu trabalho e eu posso morrer mais tranquillo a respeito da sorte da esposa e da unica filha solteira, às quaes, aliás, não há de caber em partilhas o sufficiente para commoda e farta subsistencia.

Eu podia indicar o accôrdo de todos para que as duas tenham depois de minha morte o gozo da casa e da pequena renda que deixo; mas prefiro confiar, como plenamente confio, na expontaneidade de filhos e discipulos de um grande coração, o de sua mãe.

Esposa fiel, dedicada e meiga, alma pura, toda de amor e perdão, ella sempre me deu com sua constante bondade incentivo para o bem e muitas vezes a mais efficaz correcção de minhas faltas; mãe extrema, soube repartir cuidados, providencias e carinhos maternas com filhos alheios — parentes e extrannhos —, acolhidos, mantidos e educados no seio de nossa numerosa familia; amparou meninos desvalidos collocando-os em internatos de ensino; casou orphãs; fêz milagres de divisão do pouco que havia na casa e até impoz-se privações para dar aos pobres.

Espero que este exemplo fructificará, e que meus filhos saberão offerecer as primicias não só aquella que tão boa semente lhes lançou na alma e a quem devem o culto do mais sagrado dos affectos humanos, mas tambem a sua irmã em estado de carcer de protecção e para a qual são meus naturaes representantes em todos os deveres de pai.

Considerando, entretanto, que as vicissitudes desta vida podem inutilizar a melhor vontade e que a minha filha Maria Eugenia tocou a maior parte da adversidade, visto que não só lhe faltaram gozos e distrações que as irmãs tiveram, mas até me vi obrigado (dolorosa necessidade!) a privar-a antes de tempo da companhia de sua querida professôra, deixo-lhe a minha terça, se ainda estiver solteira quando eu fallecer, e, portanto em posição inferior a de todos os irmãos.

No caso contrario, isto é, se eu tiver a fortuna de casal-a, quero que minha mulher usufrua a mesma terça, passando esta, depois da morte della, às nossas tres filhas, em pleno dominio e em partes iguaes, e transmittindo-se cada uma das tres partes, do mesmo modo,

aos filhos da legataria que fallecer antes, e, em falta delles, às outras legatarias.

Confio que minha familia conservará em commum para memoria minha os objectos que me foram offertados como recordação e reconhecimento dos serviços publicos.

Dos que tenho para meu uso deixo como lembranças pessoas a meus filhos e genros: os livros e moveis do gabinete de estudo a Alfredo; o relógio e cadeia, a Pedro; o anel, a Baptista; o alfinete de gravata, ao Dr. Pires Ferreira; a bengala de castão de ouro, ao Dr. Joaquim Egas.

Dos outros como a Biblia, livros de oração, quadros religiosos, a bolsa de prata que foi de meu pai, diversas lapizeiras, a penna com que escrevo, carteiras e cofres, minhas filhas, minhas nóras e minha sobrinha e afilhada Joanna Christina Monteiro de Barros, tirarão para si o que mais lhes agradar.

Os demais minha mulher distribuirá com os nossos netos, com meus irmãos e com amigos a quem seja cara alguma cousa que me tenha pertencido.

Dentre os ultimos, seja especialmente contemplado o Dr. Joaquim Nabuco.

De proposito não designo a lembrança para a escolha, feita por toda a minha familia, signifique tambem os seus proprios sentimentos de amizade e gratidão por amor de mim, ao meu leal e desinteressado alliado na libertação dos escravos, um dos amigos mais generosos que encontrei na adversidade, o que primeiro me consolou no infortunio politico, o mais assiduo no meu retiro e de mais a mais intelligencia, coração e character que honram o Brasil e de que com justo motivo nos gloriamos todos os Pernambucanos.

Recommendo aos meus herdeiros que façam todo o possivel para que a minha casa da Magdalena não passe a extranhos. Muito estimorei que, conservando-a, nella possam orar por mim, em torno de sua mãe, ao menos uma vez cada ano, no dia 12 de Dezembro diante da imagem de N. S. da Piedade, padroeira da casa de meus pais. É êste o suffragio que lhes peço; os outros deixo à sua deliberação e aos seus sentimentos piedosos.

Quero ser sepultado sem pompas funebres, o mais simplesmente que seja possivel no cemiterio de Santo Amaro do Recife, no tumulo de meu pai, onde já estão os ossos de meus cinco filhos fallecidos

em diversos logares, ou que para lá sejam transportados em tempo proprio os meus restos mortaes, se eu fallecer fóra de Pernambuco e a minha sepultura tiver, por isso de ser aberta em outra parte.

Prohibo expressamente que o meu corpo seja embalsamado.

Nomeio por meus testamenteiros em primeiro lugar minha mulher e depois meus filhos e genros, aquelles na ordem de idade, estes na de casamento.

De cada um delles ou de todos conjunctamente espero a fiel execução de minha última vontade, expressa neste testamento, que dictei a meu amigo Balduino Coelho e que termino pedindo a benção de Deus para todos de minha familia e fazendo votos para que, unidos em perfeita paz e solidariedade, sejam sempre virtuosos bem-fazejos do proximo e dedicados à patria.

João Alfredo Corrêa de Oliveira

Rio de Janeiro, 1 de Fevereiro de 1895.

* * *

Junto ao testamento acima foram encontradas as seguintes palavras também escritas pelo finado.

ULTIMAS PALAVRAS

“Morro pobre e endividado, mas não insolvente; com o resto de immoveis herdados, o mobiliario mediocre e alguns objectos de prata e ouro, que possúo, podem ser escrupulosamente solvidas todas as minhas obrigações; o que fio dos sentimentos honrados da minha familia e, especialmente, recommendo à piedade para commigo da devotada esposa e dos bons filhos.

* * *

Entre os papéis deixandos pelo Conselheiro João Alfredo encontrou-se ainda, dois dias depois de sua morte, a seguinte nota por êle escrita :

“Tenho pressentimento de morte proxima e na minha idade é natural que ella não tarde. Temo-a por meus pccados, mas já sem apego ao mundo, suspiro pela boa hora em que Deus, com a misericordia que humildemente imploro, me chame para o repouso eterno. A minha preocupação, todo o meu pezar, ao partir desta vida, é que a minha mulher faltem os meios de decente subsistencia.

O meu testamento, feito em 1895, explica a situação angustiosa em que fiquei quando perdi, com a revolução de 15 de novembro, cargos e proventos vitalicios; explica tambem como me libertei de dividas e necessidades.

Do dinheiro que então ganhei, parte foi-se em despesas necessárias para o casamento de filhas, e parte desapareceu na depreciação de diversos titulos. O peor foi que a molestia dos olhos e a escassez de vista, ao cabo de longo tratamento, me impediram de continuar o trabalho a que resolutamente me déra.

Meus filhos, a quem só pude dar educação, de meu conselho, — eu os queria arredados de qualquer carreira publica — fizeram-se agricultores, labutaram corajosamente e viviam folgados; agora, com a crise da lavoura, mal pódem com os encargos de suas familias.

Minha filha, a unica que me resta de quatro que foram, vive parcamente do emprego do marido. Ella foi a que mais soffreu com a minha desfortuna e Deus sabe quanto me dóe não ter recursos para acudir às deficiencias do seu casal, aliás feliz pelos sentimentos que o animam e, sobretudo, porque é resignado.

Si, com os socorros de minha santa religião, eu morrer em graça, dclla me aproveitarei para pedir a Deus, no céo, que olhe para a minha familia cá na terra.

Tambem pedirei fervorosamente pela patria, que sempre amei e servi com verdadeira abnegação.”

* * *

O Arquivo do Museu Histórico Nacional possui um album de veludo verde com elevada mensagem dirigida pela Sociedade Italiana em Montevidéu ao Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira. A capa tem os seguintes dizeres :

LE SOCIETÀ ITALIANE IN MONTEVIDEO 1888

No interior, em pergaminho, o seguinte :

A.S.E.

Il Consigliere di Stato e Senatore della Provincia di Pernambuco Correia de Oliveira Dottore Giov: Alfredo.

Eccellenza

La savia legge promulgata sotto gli auspicii di S. A. la Reggente Donna Isabella, dal Governo Imperiale presieduto dall' E. U. ha profondamente commosso ogni abitante della Repubblica D.dell Uruguay.

Le Associazione Italiane residenti nella capitale unendosi al l'entusiasmo del Popolo Brasiliano in questa solenne conferma dell' umana dignità, con la presente attestano l'unanime loro voto di applauso e de felicitazione.

Con ossequio

Montevideo

Maggio 1888 (4)

Seguem-se 17 assinaturas representativas de Associações e Clubs da colônia italiana. (Foto n.º 1)

(4) Tradução: A.S.E. Ao Conselheiro de Estado e Senador da Provincia de Pernambuco Correia de Oliveira Doutor João Alfredo. Excelência. A sábia lei promulgada sob os auspícios de S. A. e Regente Dona Izabel, do Governo Imperial em presença dos E.U. comoveu profundamente o povo da Republica do Uruguai. A Colônia Italiana residente na capital unindo-se ao entusiasmo do povo brasileiro, nesta solene assinatura de humana dignidade, com a presente atestam unânime seu voto de aplauso e felicitação.

Com obséquio

Montevideo

Maio 1888

O Museu Histórico Nacional tem o seu acervo enriquecido com alguns objetos que pertenceram a êsse notável brasileiro. Entre outras peças podemos citar :

- Album com capa de veludo azul tendo ao centro, em relêvo, um obelisco em ouro com incrustações de brilhantes; oferecido ao Conselheiro pela Colônia portuguesa de Pernambuco. Estojo de madeira. (Foto n.º 2)
- Salva em metal dourado com aplicações em prata cinzelada. Formato elíptico. (Foto n.º 3)
- Espadim com guarnições de metal e madreperola. Lâmina de aço. (Foto n.º 4)
- Estatueta com a figura do Conselheiro, base de ágata, incrustada de prata, ouro e brilhantes, diamantes, safiras, rubis e esmeraldas; oferta do Partido Conservador de Pernambuco — 13-5-1888. (Foto n.º 5)
- Album com capa de veludo grená com guarnições de prata e placa de ouro no centro; oferecido pelos empregados da Alfândega de Pernambuco — Março de 1888. (Foto n.º 6)
- Caneta de ouro, feitiço de pena de ave; oferecida pelos alunos do Liceu de Artes e Ofícios, por ocasião da assinatura do Decreto 4.701 de 25-2-1871. (Foto n.º 8)
- Caneta de ouro, feitiço de pena de ave, com folhagens gravadas, safiras, rubis e meias pérolas. (Foto n.º 9)
- Coroa de louros, de ouro; oferecida pelos abolicionistas cariocas ao Conselheiro, quando chefe do Gabinete de 10-3-1888 na ocasião da promulgação da Lei Áurea. (Foto n.º 10)
- Caneta de ouro coberta de brilhantes e esmeraldas; oferecida pelos amigos de Recife — 1874. (Foto n.º 7)

BIBLIOGRAFIA

- A. TAVARES DE LYRA — *A presidência e os presidentes do Conselho de Ministros.*
- NORONHA SANTOS — *O Parque da Praça da Aclamação: Revista do Serv. do Patr. Hist. e Art. Nac. n.º 8.*
- HÉLIO VIANA — *Notável Documento da História Política do Império: Anuário do Museu Imperial. 1950.*
- MOREIRA DE AZEVEDO — *O Rio de Janeiro. 1877.*

- Jardim da Praça da República — Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro* — VIEIRA FAZENDA: Rev. do Inst. Hist. — tomo 86.
- FERREIRA DA ROSA — *Rio de Janeiro — Notícia Histórica e Descritiva da Capital do Brasil*. 1922.
- ROCHA POMBO (José Francisco da) — *História do Brasil*. 1905.
- VEIGA CABRAL (Mário da) — *História do Brasil*. 1959.
- DIAS DA SILVA JUNIOR — *O Conselheiro João Alfredo*.
- MANOEL ALFREDO — *João Alfredo*.
- JOAQUIM EGAS — *João Alfredo um grande exemplo*.
- ADOLFO MORALES DE LOS RIOS FILHO — *O Rio de Janeiro Imperial*.
- RIO BRANCO (Barão do) — *Efemérides Brasileiras*. 1918.
- SACRAMENTO BLAKE (Augusto Vitorino Alves) — *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. 1895.
- SANTOS SILVA (T. dos) — *História do Brasil*. 1923.
- VIVALDO COARACY — *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*.
- HÉLIO VIANNA — *Estudos de História Imperial*.
- HEITOR LYRA — *História da queda do Império* — 2 vols.
- JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES — *A pesquisa histórica no Brasil*.



A. S. E.

Il Consigliere di Stato e Senatore della
 Provincia di Pernambuco Correia de
 Oliveira Dottore Gio: Alfredo
 Eccellenza.

La sanna legge promulgata sotto gli
 auspicii di S. A. la Reggente Donna
 Isabella, dal Governo Imperiale pre-
 sieduto dall' E. U. ha profondamen-
 te commosso ogni abitante della
 Repubblica U. dell' Uruguay.

Le Associazioni Italiane resi-
 denti nella capitale unendosi al-
 l'entusiasmo del Popolo Brasiliano
 in questa solenne conferma dell'uma-
 na dignità, con la presente allesta-
 no l'unanime loro voto di applauso e
 di felicitazione.

Con ossequio.

Montevideo
 Maggio 1888

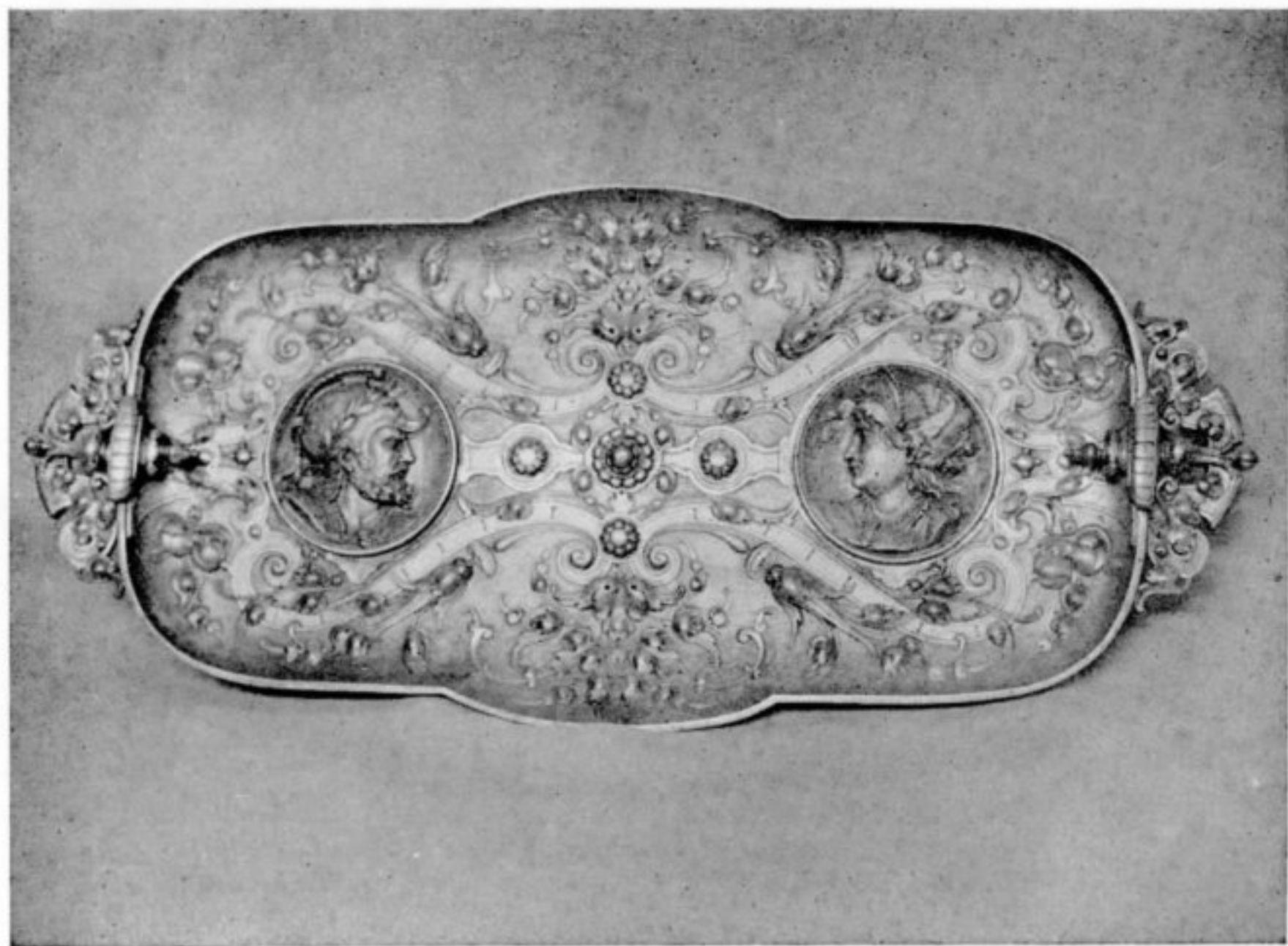
Montevideo
 gli Operai
 Società Italiana
 nelle S. G. 1888

Edilio Giuseppe
 ...
 ...
 ...

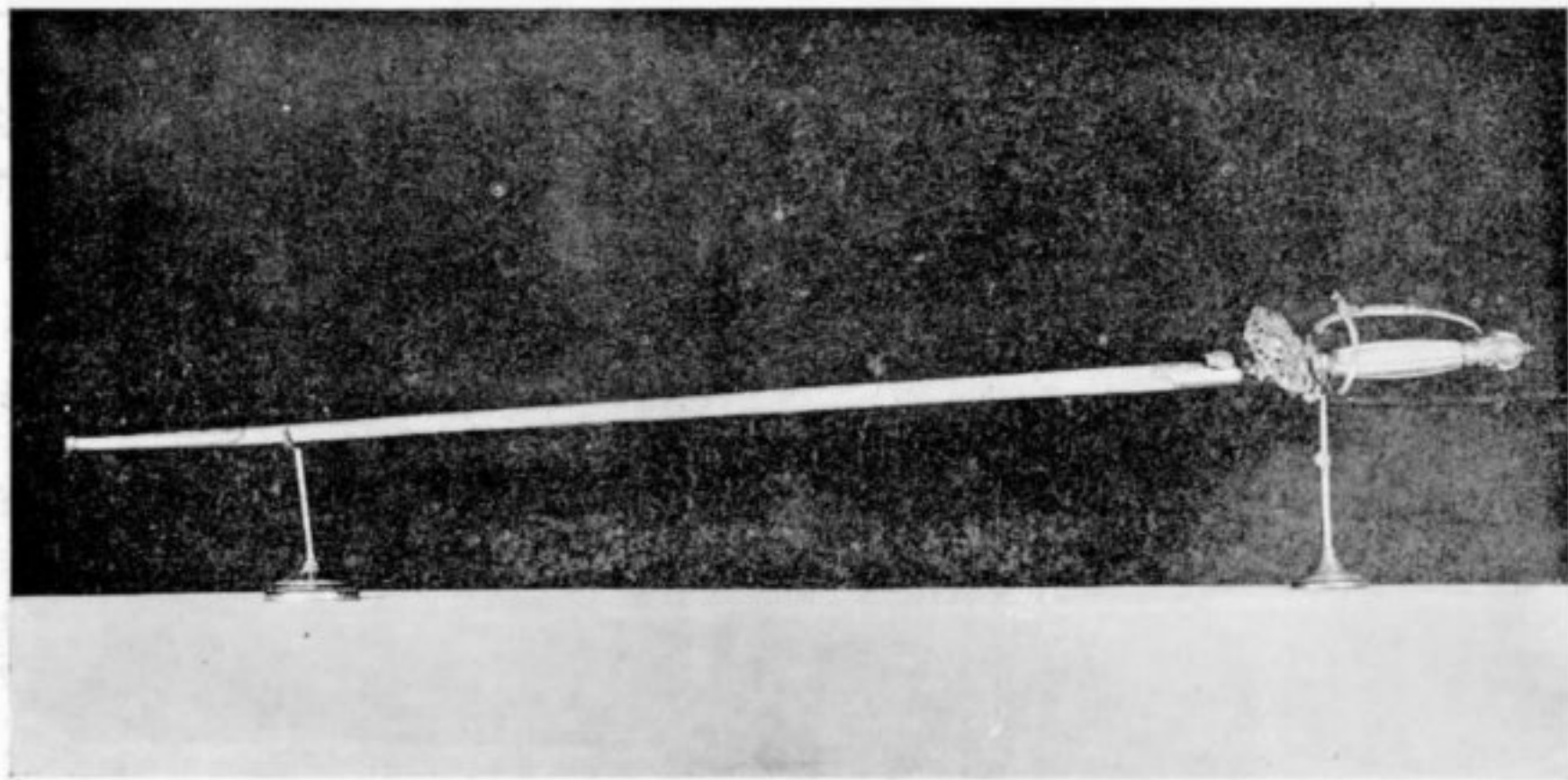
Fot. n° 1 — Mensagem dirigida ao Conselheiro João Alfredo pela
 Associação Italiana residente em Montevideu. Maio, 1888.



Fot. nº 2 — Álbum com capa de veludo azul, tendo ao centro, em relêvo, um obelisco em ouro com incrustações de brilhantes.



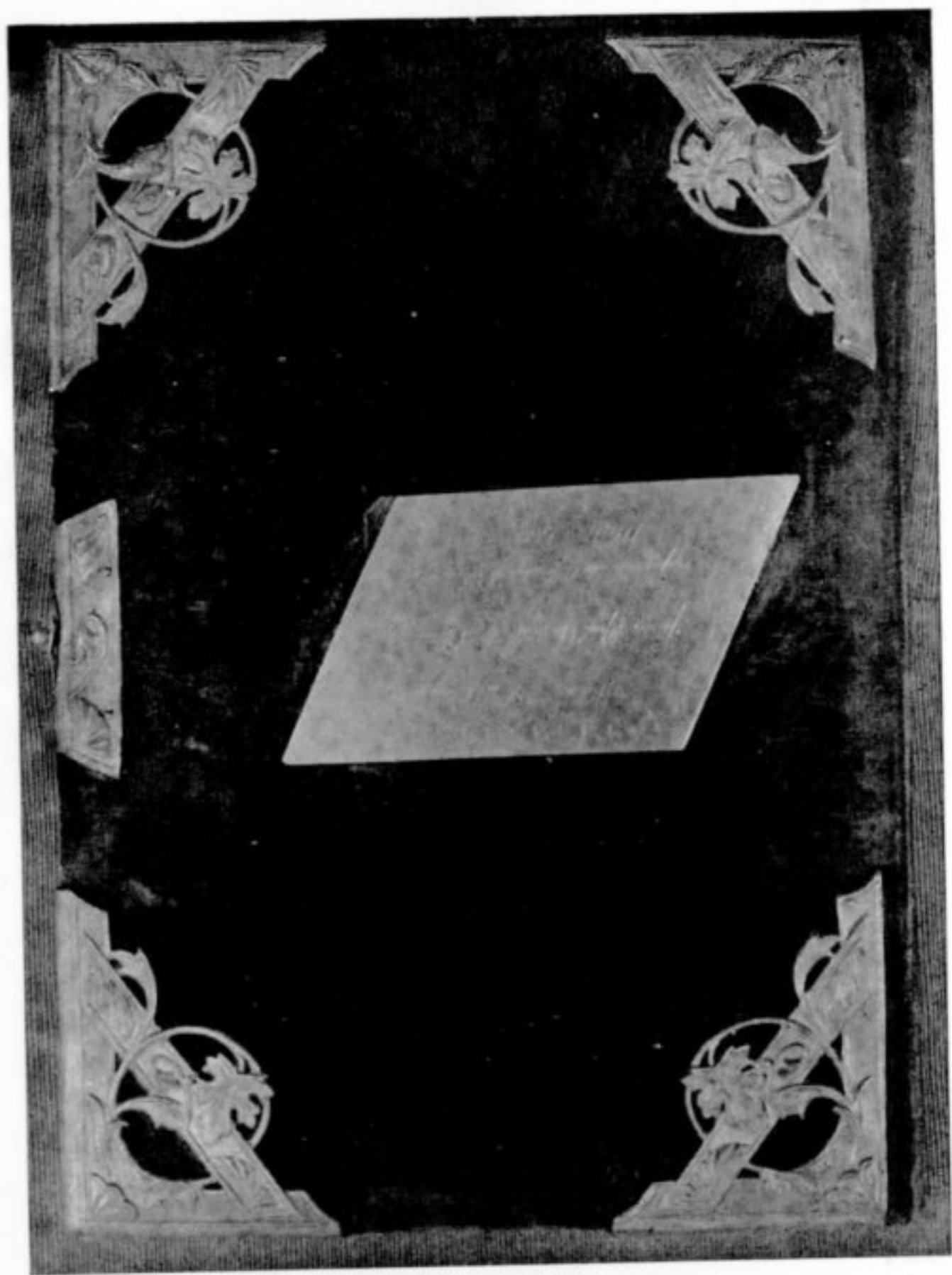
Fot. nº 3 — Salva em metal dourado com aplicações em prata cinzelada



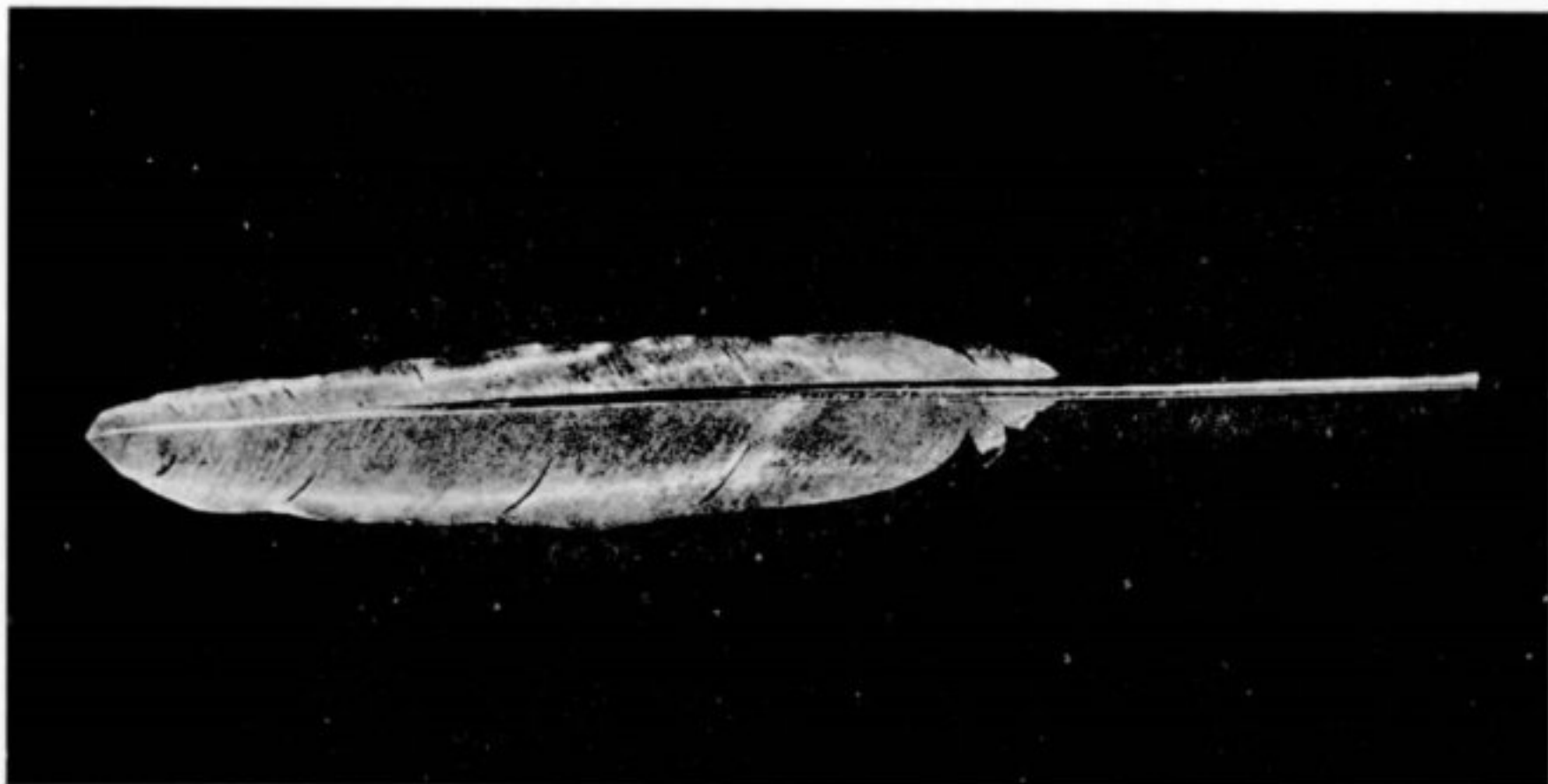
Fot. nº 4 — Espadim com guarnições de metal e madre pérola. Lâmina de aço.



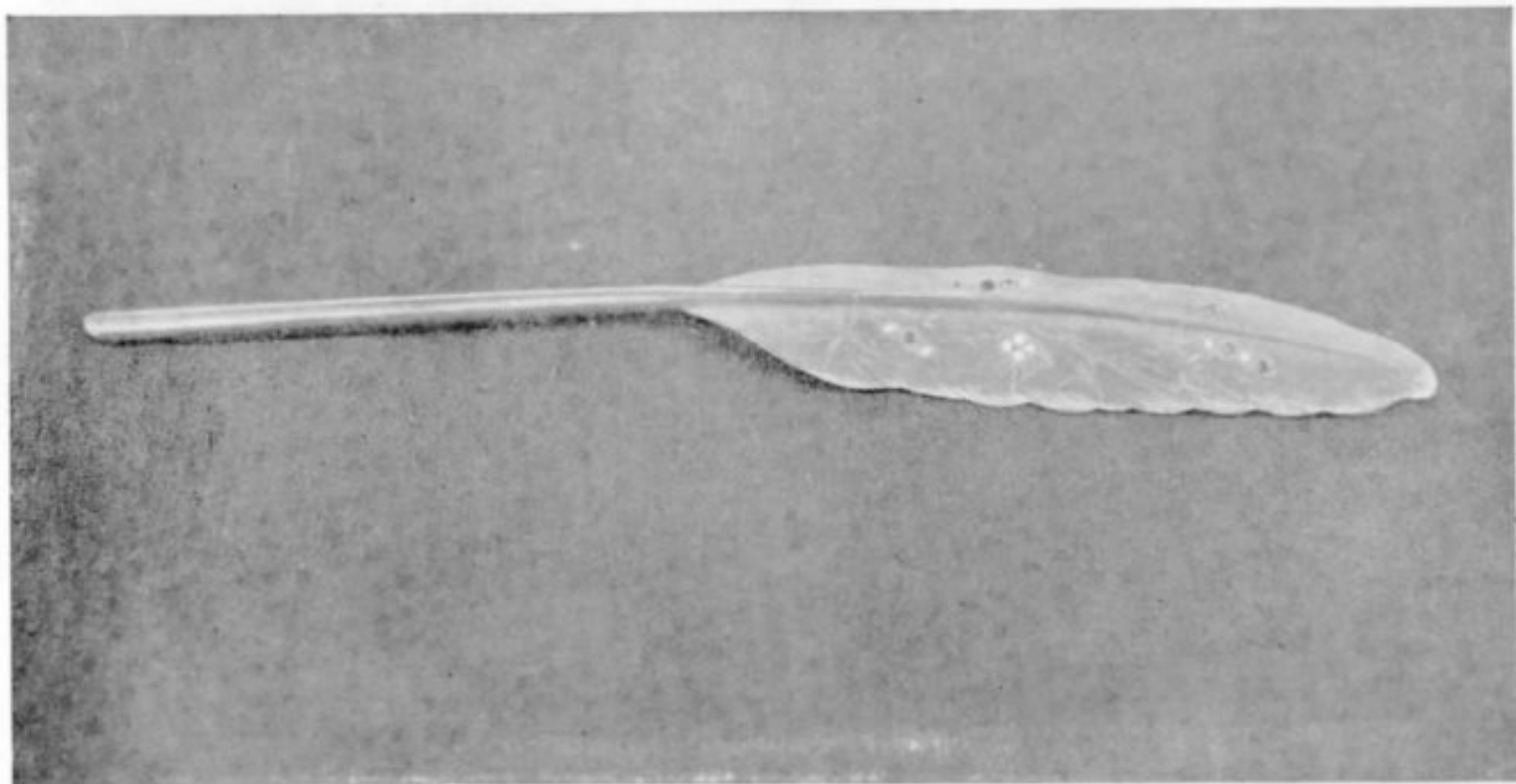
(Fot. nº 5) Estatueta com a figura do Conselheiro. Base de ágata, incrustada de prata, ouro, brilhantes, diamantes, safiras, rubis e esmeraldas.



Fot. nº 6 — Álbum com capa de veludo grená com guarnições de prata e placa de ouro no centro.



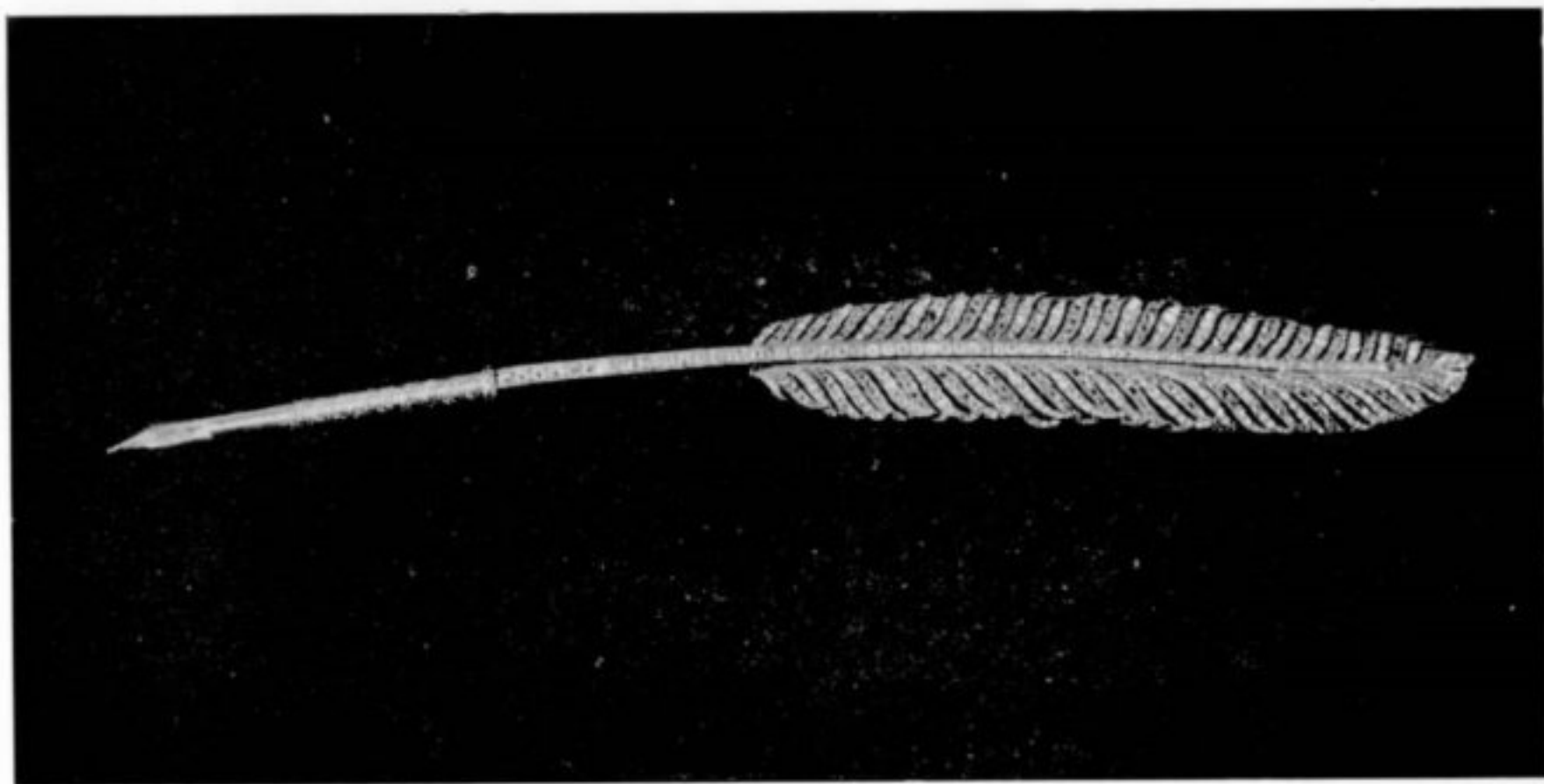
(Fot. nº 8) Caneta de ouro, oferecida ao Conselheiro pelos alunos do Liceu de Artes e Ofícios, por ocasião da assinatura do dec. 4.701 de 25-2-1871.



(Fot. nº 9) Caneta de ouro com folhagem, gravada safiras, rubis e meias pérolas.



(Foto nº 10) Coroa de louros, de ouro, oferecida pelos abolicionistas cariocas, ao Correlheiro, quando chefe do Gabinete de 10-3-1888.



(Fot. nº 7) Careta de ouro coberta de brilhantes e esmeraldas.

Diversos funcionários do Museu Histórico Nacional têm sido contemplados, nestes últimos anos, com bolsas de estudo na Europa.

Reais benefícios resultam para as nossas instituições culturais do aperfeiçoamento de seu pessoal técnico nos centros adiantados do Velho Mundo.

Pareceu-nos oportuno publicar no presente volume o relatório apresentado pela Srta. Maria Elisa Carrazzoni que estagiou em vários museus da França no período de novembro de 1965 a outubro de 1966.

Ocupante do cargo de Técnico de Educação procurou a referida bolsista dedicar sua maior atenção aos problemas relacionados com a função educativa dos museus.

A leitura dêste trabalho será de marcada utilidade para todos que se interessam pelos aspectos dinâmicos das entidades de cultura e, em particular, para os futuros bolsistas pela visão antecipada que colherão de um programa completo de estágio.

Herculano Gomes Mathias

Chefe da Divisão de Documentação e Divulgação

ESTÁGIO DE MUSEOLOGIA NA FRANÇA

Maria Elisa Carrazzoni

do Museu Histórico Nacional

Contemplada com uma bolsa de estudos pelo Serviço de Cooperação Técnica da Embaixada da França, embarquei para aquele país no dia 7-11-1965, seguindo o programa de estágio que passo a relatar :

- 8-11-65 a 1- 1-66 — Pré-estágio na Aliança Francesa e na Sorbonne (Curso de Civilização Francesa);
- 1- 1-66 a 25- 5-66 — Curso de Museologia na Escola do Louvre; Estágio no Serviço Educativo do Museu do Louvre; visita a vários museus parisienses;
- 1- 6-66 a 1- 7-66 — Viagens e visitas a museus da província;
- 1- 7-66 a 30- 7-66 — Curso de Férias na Escola do Louvre sobre os temas: “Histoire de L’Art Français du Moyen Age” e “Histoire de la Peinture Française depuis le romantisme”;
- 1- 8-66 a 1- 9-66 — Visitas a museus, bibliotecas etc.
- 1-10-66 a 20-10-66 — Redação do Relatório final.

Visitas :

Abadia de Royaumont	Musée Jacquemart André
Museu de Cluny	Musée Carnavalet
Fontainebleau	Musée de l'Histoire de France
Versailles	Musée d'Art Moderne
Chartres	Pontoise
Soissons	Musée de l'Armée
Laon	Musée de l'Homme
Malmaison	Centre Museographique
St. Germain en Lay	(UNESCO)
St. Denis	Musée du Jeu de Pomme

Beaune

Visita ao Hospício, remarcável construção do século XV, onde tive ocasião de ver o célebre retábulo de Van der Weiden, "le dernier Jugement".

Lyon

Hotel de Gudagne (Musée Historique) — Catedral de St. Jean — Biblioteca — Museu de Artes Decorativas — Museu do Tecido — Museu de Belas Artes;

Rennes

Museu de Belas Artes;

Mont St. Michel

A Abadia e os Museus;

Nantes

A Catedral e os Museus;

Lisieux — Honfleur — Deauville — Trouville

La route du débarquement (II Guerra Mundial);

Baveux

A Catedral, o Museu e a célebre tapeçaria da Rainha Mathilde
Castelos do *Val de Loire*;

Reims

Bayeux

Exposições :

A mais belas gravuras do Mundo Ocidental;

Talleyrand

Os tesouros do Museu de Bagdad
A Expressão Artística Auxiliar do Ensino (Museu Pedagógico);
Madame de Stael et l'Europe (Biblioteca Nacional de Paris);
Balzac et son éditeur (Biblioteca Nacional de Paris);
La Collection Jean Walter (Orangerie);
L'Art Nègre;
Vermeer de Delft
O Museu na Fábrica;

Nas férias no Natal (1965), Páscoa, e outras oportunidades, com a permissão da "Association pour l'Organization des Stages en France (ASTEF)", visitei alguns países da Europa, onde pude constatar os progressos no campo da museologia. Êsses países foram a Itália, Bélgica, Holanda, Suíça, Alemanha, Inglaterra, Espanha e Portugal.

I

Diplomada em Museologia pelo Museu Histórico Nacional, comecei a trabalhar naquela instituição cultural onde, após quatro anos, fui nomeada Chefe da Seção de História Literária. Interessada porém pela atividade educativa dos museus atraía-me tudo quanto se relacionasse ao assunto. Tendo sido informada por uma bibliotecária ex-bolsista, da existência dos estágios da Cooperação Técnica, recebi dela as melhores referências sobre a assistência que o Governo francês dá aos estudantes estrangeiros, fato que pude verificar pessoalmente durante todo o desenrolar do meu estágio.

Não tomei conhecimento prévio do programa para mim estabelecido pela *Association pour l'Organisation des Stages en France* (ASTEF) mas achei ideal a liberdade e a mobilidade do mesmo, as viagens, o contato com os conservadores e diretores de museus.

Tive ocasião de assistir ao Congresso Nacional dos Conservadores de Museus, em Lyon, e foi proveitoso para mim vê-los reunidos falando de suas experiências profissionais, dos seus problemas e das soluções encontradas para resolvê-los.

Mas foi a concretização de um sonho assistir as visitas-conferência para as crianças, organizadas pelo Serviço Educativo dos Museus Nacionais, no Museu do Louvre. Ver o maior e mais rico museu do mundo, o mais difícil de ser visitado (justamente pelo tamanho e riqueza) transformado, devido a um trabalho bem organizado e de excelente nível técnico, no paraíso dos escolares, ver a arte imortal recebendo a geração do futuro, foi emoção das mais fortes que

sentí. E dos meus olhos não sairá a lembrança da multidão infantil enchendo com o colorido da suas roupas e a alegria das suas vozes as imensas salas de escultura grega, mármore pálido súbitamente animados por essa explosão de vida e cor.

No Museu do Louvre

No Serviço de Relações Exteriores do Museu do Louvre, a Conservadora Chefe do Serviço, Madame Guynet Péchadre, encarregada de dirigir os meus estudos, deu-me não só uma acolhida calorosa mas também o apoio inestimável do seu conhecimento e experiência dos problemas museológicos.

Sintetizando a função de conservador de museus, para esclarecer certas dúvidas que eu tinha, Madame Guynet Péchadre disse :

“— Existem dois tipos de conservador: o que fechado no laboratório pesquisa o passado e aquêle que, encarregado de transmitir a mensagem histórica ou artística ao público, deve fazê-lo da maneira mais atraente e mais clara possível. Os dois, cada um no seu campo, são indispensáveis ao museu. Tôda informação transmitida ao público deve ter por base uma pesquisa séria”.

Assim, no decorrer de várias entrevistas com minha diretora de estudos aquiri uma idéa precisa dos problemas com que se debatem os museus da França, museus que vem realmente cumprindo sua missão cultural e educativa, num perfeito desenvolvimento técnico e científico relacionado com os progressos da nossa era espacial. Os técnicos franceses estão talvez longe da perfeição mas não medem esforços para atingi-la e procuram aperfeiçoar-se quotidianamente, mantendo contato permanente com colegas de outros países aos quais não dispensam elogios e reconhecem, em alguns casos, condições de superioridade.

II

Idéia geral da organização e do funcionamento do Museu do Louvre

As coleções do Museu do Louvre foram grupadas em seis (6) departamentos de conservação, três para as antiguidades e três para a Idade Média, a Renascença e os Tempos Modernos. São êles :

- 1 — o Departamento de Antiguidades Orientais, que grupa cerca de 80.000 peças, oriundas do Próximo e do Médio Oriente;

- 2 — o Departamento de Antiguidades Egípcias (35.000 peças);
- 3 — o Departamento de Antiguidades Gregas e Romanas (35.000 peças);
- 4 — o Departamento de Escultura (Idade Média e Tempos Modernos);
- 5 — o Departamento de Objetos de Arte (12.000 peças);
- 6 — o Departamento de Pintura, Desenho e Calcografia.

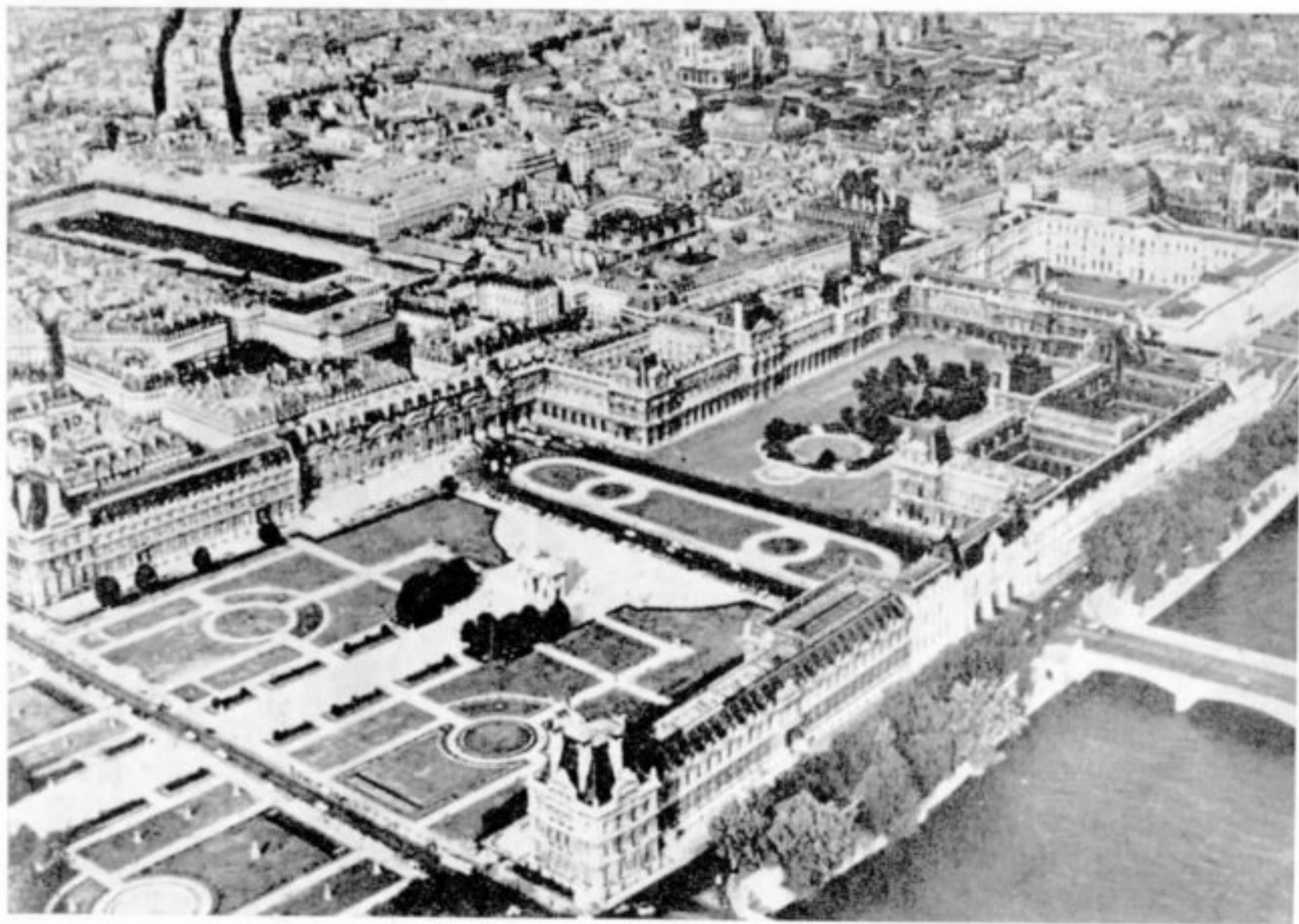
Uma Seção de Antiguidades Cristãs foi constituída sob autoridade de um Governador especializado no assunto.

Do ponto de vista científico, o Louvre se subdivide em seis (6) unidades correspondendo as mesmas aos seis departamentos de conservação. Cada uma delas é dirigida por um conservador em chefe. Cada conservador em chefe é assistido por um número variável de conservadores e assistentes, recrutados por título ou concurso e responsáveis pelas coleções. O quadro do pessoal científico tem por tarefa desenvolver, estudar, classificar, apresentar e inventariar as coleções.

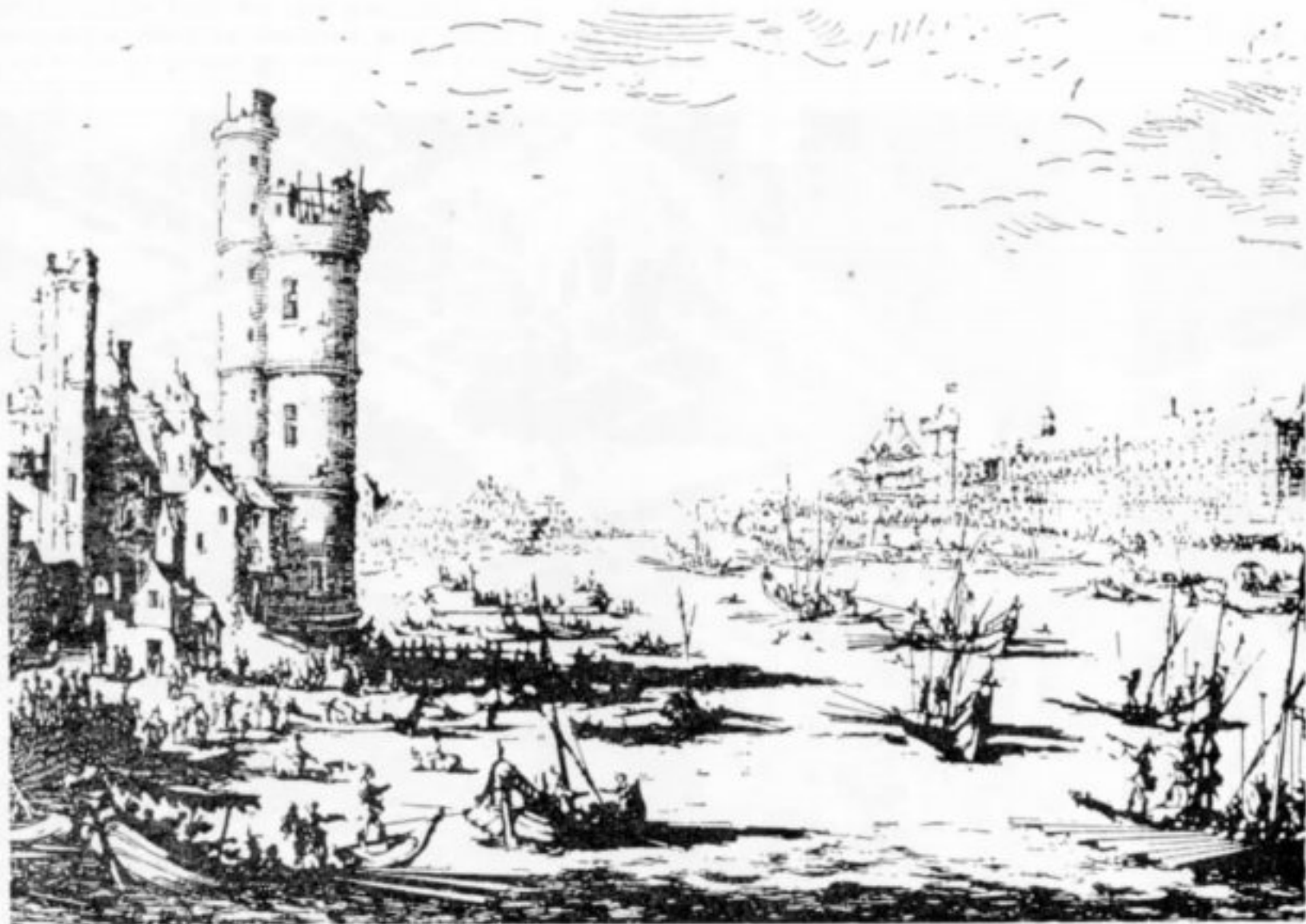
O Louvre faz parte da "Reunion des Musées Nationaux", organização dotada de personalidade civil e de autonomia financeira, o que lhe permite, graças à sua caixa autônoma, a capitalização dos seus recursos e a efetivação de uma compra importante quando se apresenta a ocasião. Ao lado da renda do seu capital, a "Reunião dos Museus Nacionais" dispõe de fundos que lhe proporcionam a venda de reproduções, as moldagens, catálogos, obras e gravuras da calcografia do Louvre.

Um comitê composto de conservadores de museus, sob a presidência do Diretor dos Museus de França, reúne-se cada mês no Louvre e examina tôdas as propostas de compras, as doações e legados que lhe são feitos. As propostas são em seguida submetidas ao *Conselho Artístico da Reunião dos Museus Nacionais*, composto de sábios, artistas, críticos e grandes amadores de arte.

Para permitir a aquisição de obras de arte a um preço relativamente baixo, uma lei de 1921 assegura, nas vendas públicas, um direito de opção aos museus; dentro do mesmo espírito, uma lei de 1941 permite, no quadro do contrôle de exportação das obras de arte, e a retenção daquelas julgadas essenciais, pelo preço declarado pelo exportador.



Vista aérea do Museu do Louvre. Os jardins, reformados por André Malraux, receberam estátuas de Rodin distribuídas entre os canteiros bem cuidados sob as quais está prevista a construção de um parque de estacionamento para uso dos funcionários e dos visitantes do Museu



O Louvre, que aparece acima (à direita) numa água-forte de Jacques Callot (1592-1635), teve sua origem no castelo fortificado que Filipe Augusto construiu em 1204. Apesar de sete séculos e meio de obras e das influências as mais diversas que presidiram à sua edificação, o Louvre é um exemplo perfeito de unidade, harmonia, equilíbrio e encanto. Os conservadores lutam com o problema de apresentar modernamente as coleções sem afetar nenhum detalhe da arquitetura do velho palácio. E conseguem fazer com que até as crianças o amem e estudem através das obras de arte que seus muros históricos abrigam.

A Sociedade dos Amigos do Louvre (20.000 membros) permitiu a entrada de algumas obras de importância capital, desde a sua fundação em 1897.

Observações relativas ao que foi exposto acima

A criação de um organismo autônomo como a "Reunião dos Museus Nacionais" seria um meio de solucionar o problema de verbas insuficientes com o qual se debatem os museus brasileiros.

A venda de "tickets" de entrada, de cartas postais e reproduções seria uma maneira interessante de proporcionar alguns recursos à caixa tão reduzida de nossos museus. A venda de reproduções de algumas obras importantes da escultura, por exemplo, a série de profetas do Aleijadinho, as cabeças de santos de Frei Agostinho da Piedade (Museu de Arte Sacra da Bahia), etc., seriam meios seguros de aumentar ao mesmo tempo os recursos financeiros, o interêsse e admiração do público pela obra dos nossos artistas.

A ajuda da imprensa é de inestimável valor para os museus e cada um deveria ter uma seção especializada em manter contato com os jornais, o rádio e a televisão.

A formação de sociedades de amigos dos museus é extremamente útil e algumas experiências deram bons resultados (Museu de Arte Moderna e Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro).

III

No Serviço Educativo dos Museus da França

Recebida amavelmente pela Sra. Germaine O' Cart, Conservadora Chefe do Serviço, tive à minha disposição para estudos a extensa documentação que me levou a compreender o funcionamento e ação realmente positiva do S.E.

Depois de estudar a documentação mencionada, cheguei às seguintes conclusões :

— o Serviço Educativo, criado em 1949, tem por missão :

- 1 — organizar, de acôrdo com os diferentes graus de ensino, o programa de visitas e conferências destinadas ao público escolar;

- 2 — organizar, no quadro da cultura popular, diversas atividades adaptadas às necessidades particulares de grupos post e pre-escolares;
- 3 — de uma maneira geral, o Serviço Educativo deve esforçar-se, por meio de exposições, publicações de caráter didático, conferências de iniciação artística, para oferecer ao grande público, tanto infantil como adulto, trabalhadores ou estudantes, o meio de aumentar seus conhecimentos e desenvolver sua sensibilidade estética.

Formação de conferencistas

O primeiro cuidado do Serviço Educativo foi constituir um grupo de conferencistas capaz de se adaptar ao público mais variado. Recrutados entre os antigos alunos da Escola do Louvre, do Instituto de Arte e Arqueologia, da Escola Nacional de Belas Artes, etc., os candidatos seguem um estágio de formação dirigido por membros do quadro técnico e instrutores da Educação Popular. No final do estágio o grupo é submetido a um exame presidido pelos Conservadores. Os candidatos recebidos são nomeados por portaria ministerial pelo período de um (1) ano, com direito à renovação do prazo, sob o título de "Chargés des Conférences des Musées Nationaux". A remuneração dos encarregados de conferências está assegurada pelas pessoas que fazem uso dos seus serviços.

As visitas-conferência do Serviço Educativo dos Museus (Resumo fornecido pela sra. Germaine O'Cart)

As visitas-conferência, organizadas pelo S.E., dividem-se em duas categorias :

- a) visitas destinadas ao público escolar e universitário (professôres e alunos);
- b) visitas organizadas para grupos culturais, termo aqui empregado no sentido mais amplo possível.

Essas visitas são realizadas em todos os museus nacionais da região parisiense e, de acôrdo com uma decisão da diretoria do S.E., a gratuidade da entrada nesses museus é concedida aos alunos para os quais as mesmas são organizadas.

DIRECTION DES MUSÉES DE FRANCE

SERVICE ÉDUCATIF

BULLETIN D'INSCRIPTION AUX VISITES COMMENTÉES SCOLAIRES

Nom :

Prénom :

Adresse :

Téléphone :

Établissement :

Classe :

Je désire être inscrit aux visites commentées scolaires

dans la série (1)

- I - L'ORIENT ET LA GRÈCE
- II - ROME ET LE MOYEN-ÂGE
- III - L'ART DU XIV^e AU XVII^e SIÈCLE
- IV - LA RENAISSANCE, LE XVII^e SIÈCLE ET LE XVIII^e SIÈCLE
- V - L'ART DE 1789 A 1848
- VI - L'ART DE 1848 A 1914
- VII - LES GRANDS COURANTS DE CIVILISATION

le

ou le (2)

lundi après-midi	mercredi après-midi	jeudi matin	jeudi après-midi	samedi après-midi
---------------------	------------------------	----------------	---------------------	----------------------

Participation aux frais - 8 F (à remettre en espèces à votre correspondant ou au Service Éducatif; les chèques ne sont pas acceptés pour les inscriptions individuelles).

(1) Rayer les mentions inutiles.

(2) Indiquer deux jours possibles et rayer les autres mentions.

(3) Il ne sera pas donné suite aux demandes d'inscription non signées.

Signature des Parents (3)

Ficha de inscrição usada no Serviço Educativo do Museu do Louvre. Além do nome do aluno e da escola, exige-se a assinatura dos pais.

Visitas escolares e universitárias

Para os alunos :

Preocupados em adaptar os programas aos diferentes graus de ensino e também as possibilidades materiais (horário, créditos etc.) de que dispõe cada um dêles, foram previstas organizações diferentes segundo se tratasse de alunos dos liceus e colégios, estabelecimentos técnicos, estudantes de faculdades ou de grandes escolas.

Alunos dos liceus clássicos e modernos (ensino secundário)

Sete (7) séries de visitas-conferência, adaptadas aos programas escolares desde o 6.º ano (correspondente ao nosso 5.º ano ou admissão) as classes finais, funcionam cada ano, de novembro a abril. Os alunos que desejam participar dessas visitas devem inscrever-se antecipadamente para uma série completa e assistir às quatro ou cinco sessões que a mesma comporta.

Cada grupo, que consta cêrca de 25 a 30 alunos, é dirigido durante o ano sempre pela mesma conferencista designada por sua competência e conhecimento especial: assim fica estabelecido entre a conferencista e os jovens alunos um clima favorável, um esquema *curiosidade + liberdade de perguntar + desejo de informar* que torna a visita particularmente viva. Ao final de cada sessão, um dever facultativo, sob a forma de questionário, e é distribuído aos alunos e as melhores respostas recebem um prêmio no final do ano (em geral os prêmios são livros de Arte ou de História, ricamente ilustrados). Do ponto de vista financeiro os alunos participam com a modesta soma de cinco (5) francos por ano (dois mil e setecentos cruzeiros). Recolhido o total à Reunião dos Museus Nacionais, o mesmo serve para remuneração dos conferencistas e cobertura das despesas feitas com a organização: impressão de programas, compra dos prêmios etc.). O número de alunos inscritos para o ano escolar 1963-1964 foi de 7.700 para os quais foram organizadas cêrca de 960 visitas.

Além das sessões regulares, inúmeras visitas são organizadas durante o ano a fim de atender a pedidos especiais de professôres e sôbre temas escolhidos por êles. Essas são visitas destinadas a uma

classe inteira acompanhada do professor interessado. No mesmo ano (63-64) foram organizadas 445 visitas, totalizando 11.126 alunos.

Correspondentes do Serviço Educativo nos liceus de Paris e da Região Parisiense :

Uma ligação regular e particularmente eficaz entre liceus e museus é assegurada graças a uma equipe de *correspondentes*.

Designados pelo diretor do liceu ou escola entre os professôres, os correspondentes (não remunerados) participam na elaboração dos programas, recolhem inscrições de alunos, difundem junto aos seus colegas a documentação posta à disposição dêles pelo Serviço Educativo, etc. . . . Numa palavra, êles despertam e mantêm vivo dentro das suas escolas um interêsse constante pelos museus. No momento atual, cêrca de 80% dos estabelecimentos escolares da região parisiense dispõe de um correspondente.

Alunos de colégios de ensino geral

As visitas funcionam graças à presença de três instrutores possuindo uma séria cultura artística, postos à disposição do Serviço Educativo pela Diretoria do Ensino para dirigir os alunos.

A exemplo do que se faz para os alunos dos liceus, uma série de visitas, destinadas a ilustrar os programas escolares, é organizada cada ano. Mas, enquanto os liceanos se inscrevem individualmente, por iniciativa própria, e vão ao museu fora do horário das aulas, os alunos dos colégios de ensino geral o fazem por classe inteira e acompanhados de seus professôres: os horários relativamente móveis de que dispõe êstes permite a inclusão das visitas nas horas de aula e as mesmas são fixadas desde o princípio do ano. Por outro lado, a presença dos professôres e os contatos estabelecidos entre os mesmos e os conferencistas resultam num ensinamento perfeitamente adaptado ao nível das crianças e vem completar os exercícios escolares. Essas sessões, que são igualmente abertas aos alunos das classes primárias finais, são inteiramente gratuitas. O sucesso obtido, que não cessa de crescer de ano para ano, tornou necessário destacar novos instrutores.

G U I D E	Musée du Louvre	Musée du Louvre	Musée du Louvre	Musée du Louvre	A B C D E F G H J K	
	Les grands peintres de la Renaissance, I - Italie.	Les grands peintres de la Renaissance, II - France et Pays du Nord.	La sculpture française du XVI ^e au XVIII ^e siècle.	La peinture sous les règnes de Louis XIII et de Louis XIV.		
	jeudi 4 novembre	jeudi 9 décembre	jeudi 20 janvier	jeudi 24 février		
	jeudi 18 novembre	jeudi 16 décembre	jeudi 27 janvier	jeudi 3 mars		
	jeudi 25 novembre	jeudi 6 janvier	jeudi 3 février	jeudi 10 mars		
	jeudi 2 décembre	jeudi 13 janvier	jeudi 10 février	jeudi 17 mars		
	lundi 22 novembre	lundi 20 décembre	lundi 31 janvier	lundi 20 février		
	mercredi 24 novembre	mercredi 5 janvier	mercredi 2 février	mercredi 9 mars		
	samedi 6 novembre	samedi 4 décembre	samedi 13 janvier	samedi 12 février		
	samedi 13 novembre	samedi 11 décembre	samedi 22 janvier	samedi 26 février		
	samedi 20 novembre	samedi 18 décembre	samedi 29 janvier	samedi 5 mars		
	samedi 27 novembre	samedi 8 janvier	samedi 5 février	samedi 12 mars		
	<small>Musées du Musée du Louvre, Service d'Informations (Paris, France) à l'adresse indiquée sur le verso.</small>	<small>Musées du Musée du Louvre, Service d'Informations (Paris, France) à l'adresse indiquée sur le verso.</small>	<small>Musées du Musée du Louvre, Service d'Informations (Paris, France) à l'adresse indiquée sur le verso.</small>	<small>Musées du Musée du Louvre, Service d'Informations (Paris, France) à l'adresse indiquée sur le verso.</small>		

MINISTÈRE D'ÉTAT AFFAIRES CULTURELLES DIRECTOR DES MUSEES DE FRANCE visites commentées <i>organisées à l'intention des élèves des lycées avec l'appui du Ministère de l'Éducation Nationale</i> V. l'Art de 1789 à 1848 1965-1966	MINISTÈRE D'ÉTAT AFFAIRES CULTURELLES DIRECTOR DES MUSEES DE FRANCE visites commentées <i>organisées à l'intention des élèves des lycées avec l'appui du Ministère de l'Éducation Nationale</i> VII. les grands courants de civilisation 1965-1966	MINISTÈRE D'ÉTAT AFFAIRES CULTURELLES DIRECTOR DES MUSEES DE FRANCE visites commentées <i>organisées à l'intention des élèves des lycées avec l'appui du Ministère de l'Éducation Nationale</i> VI. l'Art de 1848 à 1911 1965-1966
--	---	---

O material empregado no Serviço Educativo do Museu do Louvre é atraente, de primeira qualidade e sempre ilustrado. Na foto acima vemos alguns programas de visitas escolares impressos em papel «couchê» indicando o tema, data e local onde são realizadas.

Alunos do Ensino Técnico

(Escolas profissionais e centros de aprendizagem)

Sem insistir sobre as numerosas visitas destinadas aos alunos dos estabelecimentos técnicos, que se diferenciam pouco daquelas previstas para os alunos dos liceus e colégios clássicos e modernos, vou assinalar particularmente o esforço feito em favor dos jovens aprendizes, de comum acordo com as grandes federações profissionais.

Pelo que sei não existe — salvo talvez nos países do Este — outras organizações no gênero. A experiência tem atingido por enquanto um número ínfimo de indivíduos em comparação à massa de jovens trabalhadores mas os resultados obtidos provam que esse número aumentará bastante no futuro. De uma maneira geral, o ensino técnico beneficiou o total de 16.800 alunos durante o período de 1963-64.

Ensino Superior

Trata-se aqui de um público difícil de ser atraído e para o qual grandes esforços restam ainda a fazer. De um modo geral, os estudantes estrangeiros se mostram mais acessíveis e mais interessados que os franceses. (Chamo a atenção para o fato de que os dados em que me baseei para este trabalho me foram fornecidos pela Sra. Germaine O'Cart, Chefe do Serviço Educativo dos Museus Nacionais).

Uma dezena de organizações tais como o Curso de Civilização Francesa da Sorbonne, a Recepção aos Estudantes Estrangeiros, o Bureau dos Estudantes de Ultra-Mar, o Instituto Britânico, a Universidade de Pôrto Rico etc., pedem a organização de ciclos regulares de visitas das quais participa um público estável e atento.

Em se tratando dos franceses, circulares enviadas aos professores de faculdades e aos diretores das grandes escolas, ecoaram debilmente e esforços tentados diretamente junto aos estudantes por professores da Sorbonne, deram resultados medíocres. Apesar de tudo, duas tentativas merecem ser assinaladas aqui para exemplificar o que foi dito acima :

A pedido dos diretores do Instituto de Estudos Latinos, um ciclo de visitas-conferência aos departamentos arqueológicos do Louvre foi organizada em 63-64. O programa tinha sido estabelecido com a

cooperação de um professor-assistente que se encarregou de fazer uma ativa propaganda junto aos alunos e recolher as inscrições. Sobre um total de 1.000 estudantes a que foram destinadas as sessões, só 50 se inscreveram em 63 e 70 em 1964.

Outra tentativa interessante e que merece ser divulgada foi iniciativa de um professor de História Moderna. Depois de ter organizado no Museu um programa de visitas para ilustrar seu curso, êle decidiu que as mesmas fariam parte dos trabalhos a serem feitos pelos alunos, mas, ainda assim, as inscrições foram em número diminuto.

A que se deve atribuir o pouco entusiasmo dos estudantes de nível superior? Segundo os estudiosos do assunto, há duas causas: de um lado, a organização atual dos museus franceses, de outro a concepção dos estudos universitários. O problema está sendo examinado novamente e os técnicos franceses têm esperança de ver aumentado em breve o número de jovens universitários visitando e estudando nos museus.

Visitas organizadas para professores

Sob o título de “enseignement par les oeuvres d’art”, ciclos de conferências são organizados cada ano, às quintas-feiras pela manhã, feriado escolar, para atender a professores e instrutores.

Destinadas a dar elementos de informação que os permita guiar seus próprios alunos nas salas de exposição, essas sessões tem por objetivo não só responder à curiosidade estética dos assistentes mas também evidenciar diante deles os recursos que oferecem os museus ao ensino de diversas disciplinas. As visitas metódicas às coleções permanente são completadas pelas exposições temporárias. Instituído em 1950, com o apoio da Direção do Ensino Secundário, o *Enseño através das obras de arte* acolheu um número bastante expressivo de professores. Infelizmente o novo horário do curso secundário, que inclui aulas quinta-feira pela manhã, obrigou a maioria dos professores a renunciar a essas visitas e por enquanto ainda não foi encontrada uma solução para o problema, dado o fato de que os museus fecham suas portas justamente à hora em que os professores estão livres.

Visitas destinadas aos grupos culturais

O Serviço Educativo se preocupa igualmente em desenvolver a cultura artística nos meios populares. Para isso mantém ligação com inúmeros organismos públicos e privados (associações culturais, serviços sociais etc.) Com a intenção de atender a êsses grupos organiza-se visitas isoladas ou verdadeiros ciclos de visitas completadas por conferências e projeções.

As visitas comentadas e as conferências são adaptadas ao nível intelectual ou à formação profissional dos ouvintes. Qualquer que seja o tema êle é sempre tratado menos do ponto de vista *História da Arte* do que do ponto de vista *História da Civilização*, as obras de arte sendo estudadas não só por si mesmas mas como testemunhas de sua época.

Visitas guiadas

Terminando esta exposição sôbre as visitas organizadas pelo Serviço Educativo mencionarei as *visitas-guiadas* que têm lugar diariamente no Museu do Louvre e no Museu de Versailles, em francês e outras linguas estrangeiras. Estas sessões são destinadas especialmente ao visitante de passagem aos quais deve ser dada uma idéia geral sôbre as coleções. São dirigidas pelos conferencistas dos Muscus Nacionais com a colaboração dos assistentes e dos encarregados de missão (*chargés de mission*) dos Serviços de Conservação.

Observações

Tive ocasião de seguir algumas visitas organizadas pelo Serviço Educativo no Museu de Louvre. Durante uma dessas visitas, chamou minha atenção o preparo e habilidade da conferencista. Ao guiar crianças cuja idade variava entre 8 e 10 anos através das salas de escultura grega, soube captar a atenção do seu auditório infantil dando-lhes as informações necessárias sem causar-lhe o menor tédio ou fadiga, numa linguagem acessível, despertando-lhes a imaginação e fazendo com que se sentissem à vontade naquele mundo até então desconhecido para êles. Os alunos respondiam com vivacidade às questões ao mesmo tempo que faziam também inúmeras perguntas.

Assisti também às visitas organizadas para os jovens aprendizes, trabalho que implica numa série de dificuldades. Os jovens aprendizes, de idade variável entre 14 e 16 anos, mostravam-se bastante inquietos e não foi fácil para a conferencista prender-lhes a atenção. A maneira de falar a esse público de formação diferente dos liceanos era mais simples ainda e o tema analisado através do seu aspecto técnico já que eram trabalhadores de fábricas de automóveis (setor de pintura), ou aprendizes de construção etc. Em relação aos quadros, por exemplo, as questões versavam sobre a composição química das tintas, análise de cores etc; ou então os diversos métodos de construção usados na antiguidade, a evolução desses métodos, tipo do material usado, resistência às intempéries. Chamo aqui a atenção para o fato de que o Sindicato dos Jovens Trabalhadores inclui no seu programa aulas sobre as Antigas Civilizações e a sra. Germaine O'Cart, em colaboração com outros ilustres professores preparou para essas aulas um excelente manual com texto explicativo, mapas e testes especiais, material didático perfeitamente adaptado ao nível dos alunos.

Sei que no Brasil ainda não podemos realizar trabalho semelhante, dado ao elevado índice de analfabetismo da nossa massa trabalhadora, mas fiz questão de assinalar esse esforço dos técnicos de educação e conservadores franceses que, com largueza de espírito são capazes de levar a cabo uma tarefa que sabem dar resultado num futuro não muito próximo. Na realidade estão pondo em prática a tese de que a arte não é privilégio de uma minoria mas complemento indispensável à vida de todos, a obra de arte não mais sendo destinada ao prazer de alguns afortunados mas patrimônio de uma coletividade.

Conclusão

As resoluções formuladas pelo estágio de estudos da UNESCO sobre "le rôle des musées dans l'éducation" (Brooklyn, N. Y. 1952) compreende os pontos seguintes :

"Cada país deveria estabelecer seus programas educacionais e suas atividades museográficas em função das necessidades da sua população. A integração das atividades educativas particulares aos museus nos programas dos estabelecimentos de ensino aumentaria o prestígio, elevaria o nível e melhoraria os métodos pedagógicos tanto dos museus como dos estabelecimentos em questão. Os membros do corpo docente de todos os níveis de ensino deviam conhecer melhor os

recursos e os serviços que lhes oferecem os museus. Insistimos vivamente para que todos os programas de formação pedagógica compreendam cursos sobre a utilização dos museus e das técnicas museográficas.”

Com exceção do Museu Nacional, que possui um setor educativo há vários anos, nenhuma outra iniciativa no domínio do ensino através dos museus foi efetuada oficialmente no Brasil. De um modo geral nossos museus são instituições passivas, alguns inteiramente ultrapassados, desconhecidos e, no entanto, guardando, dentro dos seus muros uma riqueza histórica e artística que, bem explorada, daria recursos pedagógicos de valor inestimável.

Depois do meu estágio no Setor Educativo dos Museus de França, acredito que temos um grande trabalho a realizar e o exemplo francês poderá ajudar-nos muito desde que saibamos adaptar suas soluções aos nossos problemas.

Esse trabalho poderia começar, com o apóio do Ministério da Educação e Cultura, pela formação de uma comissão composta por técnicos de educação, conservadores de museus e professores de nível secundário. A referida comissão, na qual seria interessante contar com a colaboração de técnicos estrangeiros, deveria ter como objetivo :

- 1 — fazer um levantamento do acervo dos museus brasileiros;
- 2 — verificar o estado de conservação desse acervo e as condições de apresentação em que se encontra;
- 3 — estudar a aplicação desse acervo em relação aos programas de ensino;
- 4 — dar aos museus diretrizes para a organização das visitas escolares;
- 5 — estudar a formação do pessoal encarregado dessas visitas;
- 6 — estudar a possibilidade de fazer um programa para os professores (v. “l’enseignement par l’oeuvre d’art”) ajudando-os a utilizar os museus como recursos pedagógicos.

Partindo de uma experiência regional efetuada, por exemplo, no Rio de Janeiro, cidade que possui cerca de 30 museus, o trabalho poderia mais tarde ampliar-se e estender-se a outros Estados.

NA ESCOLA DO LOUVRE

Dentro do meu programa de estágio assistí as aulas do Curso de Muscologia da Escola do Louvre assim como as do Curso de Férias da referida Escola que teve por temas a *História da Pintura Francesa a partir do Romantismo* e a *História da Arte Francesa na Idade Média*.

No Curso de Museologia fiquei a par das diversas técnicas da fabricação de objetos, móveis, técnicas de pintura e gravura e também, ponto que foi devidamente sublinhado pelo Prof. Germain Bazin, da importância da climatologia para a conservação das coleções museológicas. As mais diversas técnicas de iluminação foram estudadas com detalhe. Ao lado disso, uma análise clara e objetiva dos problemas administrativos dos museus foi dada por M. Jean Chatelain, Diretor dos Museus da França.

Formação de Conservadores

Aproveitei a oportunidade para saber quais são as diferenças fundamentais na formação de conservadores brasileiros e franceses. Como resultado das minhas observações cheguei às seguintes conclusões :

— Embora a Escola de Muscologia do Museu Histórico do Rio de Janeiro tenha tomado como modelo a Escola do Louvre, atualmente está bem afastada desta última.

O Ensino na Escola do Louvre compreende :

- 1.º — Cursos Orgânicos versando sobre as grandes disciplinas dos departamentos dos museus nacionais;
- 2.º — Um Curso de História Geral da Arte (duração : três anos);
- 3.º — Um Curso de Museologia.

O Curso de História Geral da Arte é ministrado num ciclo de três anos e o ensino de museologia compreende :

Ujuzê - Maison de la Culture, Le Havre FRANCE.

La flexibilité de la lumière

La flexibilité des surfaces
des volumes

flexibilité totale

liberté de présentation

exposition en plein air

le maximum de
lumière

La qualité de la lumière offerte
avant qu'elle ne pénètre les espaces
non abondance
éléments essentiels du climat
de l'espace de la vie.

est filtrée par un parasol horizontal en Aluminium



la façade des fenêtres
à lamelles ou films
des verres vitreux
permettant la
régulation de
dosage de
lumière

le plafond suspendu à un système métallique mobile
des éléments transmissifs de lumière

le Musée - espace central

des locaux techniques
des locaux réservés à l'usage de
la bibliothèque
des locaux réservés à l'usage de
la bibliothèque

locaux importants

flexibilité de l'agencement

accès de
l'extérieur

des locaux techniques
des collections d'étude

des Créateurs prendront possession de ce lieu pour eux. pour servir leurs Actes
Ils leur donnent la Vie pour la joie des hommes dans la Culture. H.

O Museu-Casa da Cultura do Havre, é um organismo vivo, cumprindo as múltiplas funções a que foi destinado. As características fundamentais da sua construção aparecem detalhadamente no «croquis»: flexibilidade da luz e das superfícies, liberdade de apresentação já que o espaço é contínuo e as paredes móveis. Inaugurado em 1962, por André Malraux, Ministro da Cultura, é sem dúvida um dos mais modernos museus da Europa.

a) um curso consagrado à história e aos princípios gerais da organização e da apresentação dos museus e das coleções particulares na França e outros países;

b) um curso sobre administração, arrumação, funcionamento e valorização dos museus;

c) conferências técnicas confiadas a especialistas.

Os alunos seguem o curso de História Geral da Arte e também um ou vários dos cursos orgânicos de sua livre escolha. Assim, ao lado da formação básica que lhes dá a História da Arte começam a especializar-se em assuntos de sua preferência. Só poderão seguir o Curso de Museologia se forem aprovados nos cursos de História Geral da Arte e no cursos orgânicos. No Brasil temos dois anos de História da Arte ao mesmo tempo em que o aluno deve estudar tôdas as outras matérias o que lhe dá um bom conhecimento geral mas pouco aprofundado e nenhuma especialização.

Felizmente alguns professôres e técnicos interessados no problema apresentaram projetos de reforma dos Cursos de Museus por ocasião do último Congresso Nacional de Museologia, no Rio de Janeiro, em 1965. Esperemos que êsses projetos se transformem em realidade pois necessitamos técnicos capazes de conservar e defender nosso inestimável patrimônio histórico e artístico. Pessoalmente acho o trabalho dos conservadores brasileiros quase heróico e sua formação profissional completada por um esfôrço autodidata nas condições as mais difíceis possíveis.

Uma estreita cooperação no domínio da museologia, entre técnicos franceses e brasileiros seria de grande interêsse : para nós significaria alargar nossos conhecimentos vendo pessoalmente todo o patrimônio histórico e artistico do qual herdamos grande parte; para os franceses seria a possibilidade de ter contato com uma civilização ainda jovem, conhecer de perto o passado e o presente de um país nôvo, enorme campo de estudos sob muitos aspectos desconhecido. Seria interessante para o Curso de Museus ter sempre um professor convidado que viesse dar cursos intensivos e pronunciar conferências. Outra sugestão : a possibilidade de dar bôlsas aos primeiros alunos qualificados no Curso de Museus do MHN. Do ponto de vista ajuda material, o envio de catálogos e publicações especializadas seria de grande utilidade. Facilidade para a compra de "slides", indispensáveis para os cursos e conferências, seria outra medida acertada. Os

livros de arte de ano para ano tornam-se mais caros o que dificulta a atualização das bibliotecas dos museus. O Setor Cultural do Itamarati poderia estudar uma fórmula a fim de facilitar a aquisição desse material?

Para finalizar, sinto-me feliz de ter vivido um ano neste país, agradeço-lhes todo apoio que recebi e estarei pronta a encontrar museólogos e outras personalidades ligadas ao meu campo de estudos, quando estiverem em visita ao Brasil. Também será um imenso prazer fazer parte da Associação dos Antigos Estagiários, através da qual espero não perder contato com a vibrante atmosfera cultural francesa.

Paris, outubro de 1966.

“UM SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO DIDÁTICA PARA O CURSO DE MUSEUS”

GERARDO DE CARVALHO

Prof. do Curso de Museus

TRABALHO APRESENTADO AO
II CONGRESSO NACIONAL DE MUSEUS
SÃO PAULO, 1959

O constante manuseio das fichas bibliográficas levou-nos à idéia de adaptar o catálogo-dicionário, essa verdadeira espinha dorsal da biblioteca, às funções de um prestimoso auxiliar de ensino que, embora “mudo”, na correta acepção da palavra, poderá prestar, em nosso modesto entender, um grande serviço ao professor que bem souber organizá-lo e aos alunos que porventura venham a consultá-lo. É bem possível que não tenhamos sido os primeiros a ter essa idéia e mesmo a executá-la porém confessamos com a melhor e maior sinceridade que jamais nos caiu sob os olhos coisa semelhante ou parecida. Ao mesmo tempo que não recusaremos admitir a possibilidade de que alguém antes de nós possa ter desenvolvido êste sistema de documentação, aplicando-o ao ensino, não aceitaremos também que seja posta em dúvida a sinceridade da nossa afirmação.

Ao imaginar a adaptação da técnica do catálogo-dicionário aos trabalhos didáticos, tivemos em mira não só aliviar o trabalho do professor na qualidade de responsável pela orientação do estudante permitindo-lhe maior número de horas disponíveis para suas pesquisas, como também a constituição de um elemento orientador, permanentemente presente à escola ou faculdade, capaz de esclarecer rapidamente dúvidas não só dos alunos como também de outras pessoas interessadas em atividades extra-curriculares.

Partiu a nossa idéia do problema de têmos que organizar a coleção de diapositivos (“slides”) que se formou quando foi ado-

tado em nosso Curso de Museus êsse sistema de projeção luminosa, em substituição ao epidiascópio que tanto “torturava” os nossos livros, deformando-os, enrugando-os e rompendo muitas vezes as suas costuras com grave prejuizo das encadernações.

Antes de estudarmos a organização do nosso fichário, entretanto, passaremos em revista os elementos que intervêm efetivamente na elaboração do arquivo de diapositivos do Curso de Museus e a seqüência daquilo que, de maneira ideal, deve ocorrer na feitura dos diapositivos. Os elementos que intervêm na elaboração dos diapositivos são :

- A. Os professores do Curso
- B. A secretária do Curso
- C. O fotógrafo especializado.

A seqüência ideal deverá ser a seguinte :

1.º — O professor de uma cadeira qualquer seleciona a documentação de interesse para o Curso de Museus a ser reproduzida (estampa, fotografia, desenho, mapa ou objeto); relaciona essa documentação, em duas vias, e entrega o referido material à secretária do Curso. Dessa relação deverão constar todas as indicações indispensáveis à perfeita caracterização do material, referências bibliográficas (título da obra, nome do autor, n.º da página, ou da estampa, etc.) para facilitar o serviço da secretária e do fotógrafo, evitando-se assim consultas desnecessárias. Uma via da relação acompanhará o material e a outra ficará em poder do professor para contrôle futuro.

2.º — A secretaria do Curso verificará se as reproduções solicitadas já não foram feitas anteriormente, a pedido de outro professor. Em caso afirmativo bastará solicitar ao gabinete fotográfico uma cópia da reprodução já existente, evitando-se duplicidade. No caso negativo o material a ser reproduzido, acompanhado da relação, será entregue ao fotógrafo.

3.º — O fotógrafo fará inicialmente os clichês negativos, grupados em geral num filme comum de 35 mms. que contém em média 36 quadros e, em seguida, preparará os clichês positivos que serão montados em “slides” de matéria plástica cuja cor variará conforme a cadeira do Curso a que pertencer o trabalho. Fará também uma cópia direta do negativo em papel brilhante e, isto pôsto, devolverá

os originais, a relação e o material negativo e positivo devidamente confeccionado à secretária do Curso.

4.º — A secretaria do Curso arquivará o filme negativo em latas próprias à prova de umidade, rotulando-as convenientemente; numerará os "slides" de maneira adequada e segura e os colocará juntamente com as cópias diretas à disposição do professor interessado.

5.º — O professor da cadeira agrupará os diapositivos, de preferência por assunto, de conformidade com os pontos do programa, dispondo-os em gavetas ou caixas apropriadas entregues à guarda da secretária do Curso.

6.º — O professor organizará, em seguida, a ficha correspondente a cada diapositivo feito, colando no canto superior direito da mesma a cópia em papel brilhante fornecida pelo gabinete fotográfico.

Essa é a seqüência normal que idealizamos para a realização do serviço; caso haja um perfeito entrosamento dos elementos que nele intervêm os resultados serão indiscutivelmente vantajosos. Ao tempo em que foi organizado o fichário da cadeira de Etnografia ao nosso cargo, como ainda não existisse no gabinete fotográfico material adequado, as cópias em papel brilhante foram feitas em laboratório particular.

Para elaboração da nossa ficha utilizamo-nos de uma série de apontamentos tomados do estudo de fichas empregadas para vários fins por algumas das instituições com que temos mantido contato e também visitado nestes últimos anos. Constam da referida ficha, de maneira geral, os seguintes dados relativos à documentação reproduzida em diapositivo;

- a) denominação do assunto reproduzido e sua proveniência.
- b) pequeno comentário sôbre o mesmo em relação à matéria do programa da cadeira.
- c) referência bibliográfica ou origem da documentação.
- d) indicações indispensáveis à identificação do diapositivo e do filme negativo.

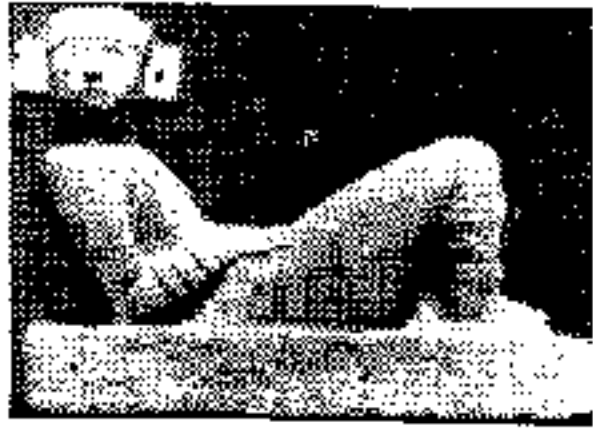
Foi utilizado nesse fichário o tamanho 3×5 ", evidentemente o mais econômico entre os padronizados. Acreditamos entretanto que a adoção de fichas um pouco maiores (4×6 ") possa trazer a vantagem de permitir comentário mais extenso; nas fichas 3×5 " é frequente que o mesmo se estenda ao reverso da ficha. Se fôr adotado o sistema de arquivo cujas fichas ficam presas pela base a uma haste

	a)
Espaço reservado à
colagem da repro-
dução do disposi-	b)
tivo em papel bri-
lhante.

d)	c)
.....
.....

metálica aparafusada à gaveta, será conveniente então o emprêgo da ficha 4 × 6" já que nesse sistema não será possível utilizar o reverso da ficha. O sistema de fichas presas é de grande vantagem porquê impede o deslocamento das mesmas por manuseio imprudente e dificulta também a sua subtração da gaveta.

Com referência à cadeira de Etnografia apresentamos a seguir alguns exemplos de preenchimento das fichas.

	Maya — Escultura...	México.
		
ET 461		Apesar da simplicidade das linhas apresenta notável senso de proporcionalidade.
10/6	M. SOTO-HALL, Los Mayas.	
F. neg. 20	Estampa XXXII,	
n.º 31	Labor, Barcelona, 1937.	

Malaia — Mulher...

Filipinas.



ET 317

F. neg.
n.º

Segundo Montandon, êsses malaaios das Filipinas, receberam em grande proporção sangue chinês e ainda se cruzaram com negritos e europeus. Por essa razão o seu tipo não é uniforme. Pertencem ao grupo a que Quatrefages denominou proto-malaaios.

R. VERNEAU — L'Homme — Races et Coutumes — pg. 248.
Latousse, Paris, 1931.

Libambo

Alagoas.



ET 2103

F. neg.
n.º

Instrumento de suplício que se rebitava ao pescoço do escravo para impedir que fugisse. O termo libambo vem de "lubambo" que em quimbundo significa corrente, informa o A.

Arthur Ramos — A Aculturação Negra no Brasil, pg. 78 fig. 5. Cia. Edit. Nac., São Paulo 1942. Brasiliana, vol. 224.

A utilidade de um fichário dessa natureza poderá parecer reduzida mas, na verdade, êle permite :

— ao professor — a) manter o contrôle dos diapositivos existentes na sua cadeira; b) fazer a comparação dos mesmos com as novas aquisições, selecionando, substituindo e completando o disponível; c) beneficiar-se do trabalho dos outros professôres em assun-

tos correlatos, aproveitando-se das pesquisas já feitas e solicitando reproduções dos diapositivos existentes noutras matérias que lhe venham a interessar; d) escolha rápida e fácil dos diapositivos a serem projetados em cada aula, selecionando-os de acôrdo com os assuntos ventilados.

— ao aluno — a) revisão, após a aula, dos ensinamentos ministrados pelo professor, permitindo completar apontamentos, fazer comparações com maior vagar e colhêr dados bibliográficos; b) travar conhecimento com o material projetado em uma determinada aula, no caso de ter deixado de comparecer à mesma; c) ter uma noção de conjunto do material referente a cada ponto, facilitando a organização de trabalhos de estágio, relatórios, etc., quando solicitados pelo professor.

— à secretária do Curso — fazer o contrôle dos pedidos de novos diapositivos pelos diversos professôres, evitando sobreccarregar o gabinete fotográfico com a confecção de diapositivos em duplicata (negativos).

— aos demais funcionários do Museu, conferencistas e ao público em geral, facilitando o acesso às fontes de informação, a ilustração de palestras realizadas no Museu e a melhoria dos conhecimentos especializados.

Assím foram elaborados pacientemente não só a coleção de diapositivos da cadeira de Etnografia como também o fichário relativo à mesma. No momento atual conta a coleção com 1.124 diapositivos sendo que 559 deles são relativos à parte geral do programa; 247 relacionados com o estudo do ameríndio; 261 referentes ao negro, ao branco e à mestiçagem e 57 pertinentes ao folclore brasileiro. Para a numeração dos diapositivos usamos experimentalmente séries de mil etiquetas com o prefixo ET, compreendendo :

- de 1 a 1.000 — diapositivos relativos à parte geral do programa.
- de 1.001 a 2.000 — diapositivos relativos ao ameríndio.
- de 2.001 a 3.000 — diapositivos referentes ao negro, ao branco e à mestiçagem.
- de 3.001 a 4.000 — dispositivos relativos ao folclore brasileiro.

O fichário-índice da referida coleção foi organizado segundo os pontos do programa e contém as seguintes fichas-guias :

PARTE GERAL

- 1 — (Não contém ainda diapositivos em face da matéria sôbre a qual versa. Futuramente serão reproduzidos retratos dos maiores vultos da Antropologia).
- 2 — *A Terra* — (diapositivos quanto às principais hipóteses acêrca da sua formação, períodos geológicos etc.).
- 3 — *Os fósseis* — exemplares de espécies mais ou menos características de cada era e períodos geológicos.
- 4 — *Anatomia comparada*
Antropologia física
- 5 — *Os tipos mais remotos*
Homem de Neanderthal
Homo sapiens fossil
A indústria do homem fossil
- 6 — *O homem pré-histórico*
Período mesolítico
Período neolítico
Período do bronze
Período do ferro
- 7 — (Não foram confeccionados diapositivos para êste ponto).
- 8 — *As raças humanas*
O "stock" branco
O "stock" amarelo
O "stock" negro
Raças de classificação duvidosa
Antropologia cultural
Habitação
Vestuário e ornamentação
Armas
Técnicas
Culto e magia
Funébria

- 9 — *Povoamento da América*
 Os restos antigos (segundo
 Grupos recentes o
 Canoeiros mesolíticos esquema
 Braquióides neolíticos de
 Altas culturas americanas Canals Frau)
- 10 — *México e Yucatan*
 Mayas
 Aztecas
 Toltecas
 Zapotecas
 Totonacas, etc.
América Central
Colômbia e Equador
Peru
 Cerâmica peruana
 Cuzco
 Machu-Picchu
Bolívia
 Tiahuanaco

PARTE ESPECIAL

- 11 — (Não foram confeccionados dispositivos para este ponto).
- 12 — *O ameríndio*
 Tipos físicos
- 13 — *O ameríndio*
 Habitação
 Vestuário e ornamentação
 Armas
 Vida econômica
 Cestaria
 Cerâmica
 Caça e pesca
 Embarcações

- 14 — *O ameríndio*
Instrumentos de música
Jogos
- 15 — *O ameríndio*
Ritos em geral
Máscaras
Funébria
- 16 — *O negro*
Negros africanos e oceânicos
Culturas negras na África
- 17 — *O negro*
Tráfico de escravos
Tipos africanos no Brasil
Costumes negros no Brasil
O trabalho escravo — Instrumentos de suplício
- 18 — *O negro*
Objetos de culto
Instrumentos de música
Cerimonial
Aculturação
Sincretismos
Sobrevivências
- 19 — *O branco*
Tipos raciais
Mestiçagem
- 20 — *Tipos regionais*
- 21 — *Folclore brasileiro.*

Terminada a primeira parte do nosso trabalho pensamos organizar um sistema de referências bibliográficas para a cadeira de Etnografia com o intuito de facilitar aos alunos a consulta aos autores mencionados em aula. Lançando mão de um trabalho realizado em

setembro de 1955, procedemos a sua atualização e cuidamos de reduzi-lo também à forma de fichário, empregando o tipo de ficha abaixo, também em formato 3 × 5" e que contém as seguintes indicações :

- a) nome do autor
- b) título e sub-títulos da obra
- c) edição
- d) número de volumes
- e) imprensa (local, editor e data)
- f) indicação das bibliotecas onde poderá ser consultada, caso não exista na biblioteca do Museu Histórico Nacional
- g) observações quanto ao título das traduções (no reverso da ficha).

Ainda no reverso será possível incluir, com um pouco mais de trabalho, os títulos dos capítulos da obra fichada ou as suas principais divisões, caso aquéles sejam demasiadamente longos ou não tragam esclarecimentos de interesse imediato.

A disposição dos elementos nessa ficha é a seguinte :

Anverso e reverso :

a)		
	b)	
f)	c)	d)
.....		
.....	e)	
.....		
.....		
.....		

g)

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Para facilitar a referência às Bibliotecas mais importantes desta Capital empregamos as seguintes abreviaturas :

- B N — Biblioteca Nacional.
- B M H — Biblioteca do Museu Histórico Nacional.
- B M E — Biblioteca do Ministério da Educação e Cultura.
- B M A — Biblioteca do Ministério da Agricultura (Serviço de Informação Agrícola).
- B P M — Biblioteca do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério da Agricultura.
- B G B — Biblioteca do Estado da Guanabara.
- B M N — Biblioteca do Museu Nacional.
- B M I — Biblioteca do Museu do Índio.

Estando prontas as fichas relativas à biblioteca, será iniciado em breve o trabalho de verificação das obras nas bibliotecas, empregando-se o código acima.

* * *

Até aqui relatamos o que na realidade foi feito; daqui por diante esplanaremos o que estamos fazendo e o que pretendemos terminar, com o tempo e o material de que dispusermos.

A terceira parte de nosso trabalho consiste em fichar de maneira sistemática os assuntos de cada ponto do programa e em cada ficha assinalar de maneira bem resumida, após brevíssimo comentário, os autores que trataram do assunto, "mandando ver", para usar a expressão consagrada, no fichário das obras consultadas, maiores esclarecimentos sôbre cada um dêsses assuntos.

Assim, tomando por base, inicialmente, o enunciado dos 21 pontos do programa de Etnografia, foram abertos, num terceiro fichário, os títulos constantes do enunciado de cada ponto bem como dos assuntos correlatos de maior importância, embora não constantes do dito enunciado.

Êsses assuntos serão separados por guias cujas projeções receberam números de 1 a 21 (total dos pontos do programa da cadeira de Etnografia). Na parte superior de cada ficha consta não sòmente o assunto a que se refere como também o número do ponto a que pertence, facilitando assim a sua recondução ao fichário. Do corpo da ficha constarão o nome dos autores que tratam do assunto, o título da obra e a indicação do capítulo ou página respectiva.

O modêlo em estudo é o seguinte :

(assunto)	(ponto)
.....	
.....	
.....	
.....	
.....	
.....	
.....	
.....	
.....	

O preenchimento dessa ficha não trará evidentemente maiores dificuldades e o seu número poderá crescer de acôrdo com as necessidades e a conveniência do trabalho. É possível que a algumas

pessoas experimentadas essa seção do fichário pareça desnecessária, porém devemos levar em conta que êle se destina principalmente aos alunos que se iniciam na ciência museológica. Por certo êle lhes facilitará o estudo e a pesquisa para os trabalhos de classe e, ao menos, despertará nesses alunos o interêsse pela matéria e incentivará o hábito de fichar os assuntos de maneira eficiente e proveitosa.

A possibilidade de serem reunidas numa única série as três, ou pelo menos duas dessas seções será oportunamente estudada. Seriam postos, então, em ordem alfabética os elementos de documentação, os assuntos e os autores consultados. Caso isso venha a ser conseguido de maneira a funcionar com eficiência teremos então realmente um verdadeiro catálogo-dicionário dos assuntos da cadeira de Etnografia. No entanto, não convém esquecer que esta disposição ocasionará sem dúvida o abandono da ordenção dos assuntos por ponto e tirará talvez a feição didática que de início imprimimos à tarefa. De bom grado aceitaremos a crítica e a colaboração dos colegas que nos quiserem auxiliar.

Ao terminar, cabe-nos agradecer aqui o apoio recebido da Coordenadora do Curso de Museus, professôra Nair de Moraes Carvalho, a colaboração prestimosa da Secretária do mesmo, Sra. Maria José de Souza que vem procurando dotá-lo com o melhor material possível e a boa vontade do Fotógrafo do Museu, Sr. João Rocha, que realizou grande parte do trabalho fotográfico aqui mencionado.

Rio de Janeiro, dezembro de 1959.

ALGUNS EXEMPLOS DE PREENCHIMENTO DAS FICHAS

BIARD, Augusto François

Deux années au Brésil

B. N.

B. M. H. Paris, Hachette, & Cie., 1862.

B. M. E.

B. D. F. Trad. portuguesa

São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1945

Brasiliana, vol. 244.

BOGGIANI, Guido

Os Caduveo

B. N. Com prefácio e um estudo histórico e
B. M. H. etnográfico de G. A. Colini.

B. M. E.

B. M. N. Tradução de Amadeu Amaral Junior

B. M. I. Revisão, introdução e notas de Herbert
Baldus.

São Paulo, Livr. Martins, Ed. 1945

Biblioteca Histórica Brasileira, vol. XIV

HERSKOVITS, Melville J.

El Hombre y sus Obras.
La Ciencia de la Antropologia Cultural.

B. N.

B. M. C.

B. M. I.

México, Fondo de Cultura Economica,
1952.

Amplitude da ciência antropológica

1.º

Arthur Ramos — Introdução à antrop. bras. V. I pg. 6

Kroeber — Antropologia general, pg. 9

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

As áreas culturais na América

10.º

A. L. Kroeber — Antropologia general, pg. 344

W. Krickeberg — Etnologia de América ,

M. J. Herskovits — El Hombre y sus obras, pg. 205

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Candomblês e outras manifestações religiosas

18.º

Arthur Ramos — O Negro Brasileiro, pg. 51 e seg.

Edison Carneiro — Candomblês da Bahia, pg. 35

Gonçalves Fernandes — Xangôs do Nordeste, pg. 48

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

UM POUCO DE POESIA...

Antônio Pimentel Winz

Conservador do M.H.N.

Pelo Decreto n.º 47.883 de 3 de março de 1960 foi incluído na estrutura do Museu Histórico Nacional a Divisão de História Artística e Literária.

O Decreto n.º 109 de 3 de novembro de 1961 que aprovou o seu Regimento no art. 12, ao precisar as atribuições desta recém-criada Divisão, recomendava nas alíneas I e II respectivamente o seguinte :

— “receber, classificar, colecionar, catalogar, expor e conservar os objetos adquiridos, doados ou transferidos, ligados, direta ou indiretamente à história artística e literária do Brasil;

— *realizar pesquisas sobre assuntos de história artística e literária, relacionados com a finalidade do Museu Histórico Nacional.*”

Dentro deste espírito é que apresentamos algumas singelas manifestações poéticas coligidas num caderno de manuscritos pertencentes à nossa família.

No século passado e princípios do atual, era muito comum a existência de tais cadernos e livros.

Gilberto Freire quando elaborou o seu precioso documentário histórico sociológico — “*Casa Grande e Senzala*” — ao estudar a vida íntima dos ocupantes dos sobrados, socorreu-se desses preciosos subsídios.

Existem alguns testemunhos daquelas épocas :

“*Livros de assentos*” dos senhores de engenho contendo notícias sobre os nascimentos e obituários da família e dos parentes, casamentos, viagens, epidemias e os mais diversos assuntos de caráter geral e particular.

Encontram-se em nosso poder alguns de vários parentes do ramo bahiano e pernambucano.

“*Recolhedores de fatos*” — verdadeiros pasquins da época, cadernos manuscritos narrando minudentemente casos muito íntimos na maioria das vezes deprimentes, que em certas ocasiões serviam para desmoralizar braços e nomes respeitáveis. Preconceitos de côr, remotos antepassados escravos ou minas, ancestrais que aqui aportaram como degredados, etc. era a tônica dêstes depoimentos.

“*Cadernos de receitas*” — não só de remédios caseiros, pois os sobrados e casas grandes possuíam boticas completas dos mais variados usos, mas também de guisados, doces, bôlos, etc.

“*Livros de recortes de jornais*” com notícias interessantíssimas sôbre os mais diversos assuntos: política, militares, escravidão, vultos notáveis e até poesias.

Possuímos diversos, coligidos pelo meu avô os quais remontam ao império e às primeiras décadas do século atual.

“*Cadernos de poesias*” — geralmente muitas compilações de autores de nomeada da época ou anteriores e as produções dos parentes e amigos que dedilhavam as suas liras.

Êstes e outros elementos constituem um precioso repositório da vida brasileira de antanho, principalmente no que se refere às suas perspectivas íntimas, sociais e religiosas.

O tema do breve ensaio refere-se a algumas singelas produções poéticas sem nenhuma pretensão literária ou estilística servindo apenas como uma pequena contribuição para o acervo da nôvel Divisão do M.H.N.

A poesia, cujo étimo grego significa criação, supõe no artista a intenção de produzir o belo, porém nem tudo que é belo é poético.

Para produzirmos poesia necessitamos experimentar determinadas emoções, tais como: a tristeza, a gratidão, a saudade, o bem-estar, a paz, etc. que provêm da natureza ou do nosso eu e sentimos com pureza e impressões simples.

A poesia não pode ser encontrada em coisas complexas, violentas ou impuras. Os seus elementos estão intimamente jungidos ao linguajar popular e ao seu folclore.

Joaquim Ribeiro no seu esplêndido trabalho — *Estética da Língua Portuguesa* — (1) nos esclarece estas formulações :

(1) Ribeiro, Joaquim — *Estética da Língua Portuguesa* — 2.^a edição — Obras Completas de Joaquim Ribeiro — 1964 — pág. 175.

“A extraordinária fôrça da linguagem popular oferece tôdas as gamas da criação verbal e revela impulsos tais que fizeram Emerson, numa feliz observação, afirmar que a linguagem era “Poesia fossilizada”.

Todos os processos que podem ser apontados como recursos estilísticos dêste ou daquele autor, existem, por certo, na linguagem popular, ainda sob a forma rústica como pedras preciosas antes de serem lapidadas.

Realmente, o artista do verbo faz às vêzes de ourives. E é, nesse mister de lapidação, que impõe a sua marca pessoal, o ferrete de sua capacidade artística, o cunho de sua originalidade.

A matéria prima êle vai buscar no falar do povo, que é a fonte originária de tôda literatura.”

Nota: Foi respeitada a ortografia original dos manuscritos.

— A primeira poesia é uma ode sagrada ou hino à Virgem Maria, cujos atributos são celebrados através as letras do alfabeto. Os versos de oito sílabas sôltas, foram feitos no Colégio São Vicente de Paulo na rua Santa Amélia em fins do século passado, atualmente Casa Mãe das Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo.

A B C

Diz o *a* Ave Maria
Diz o *b* Bondosa e Bella
Diz o *c* Cheia de Graças
Diz o *d* Divina Estrella
Diz o *e* Esperança Nossa
Diz o *f* Fonte de Amor
Diz o *g* Genio do Bem
Diz o *h* Honesta Flôr
Diz o *i* Iman Divino
Dis o *j* Joia Mimosa
Diz o *k* Korão Sagrado
Diz o *l* Luz bem Formosa
Diz o *m* Mãi dos Mortaes
Diz o *n* Nuvem Divina
Diz o *o* Oraí por nós
Diz o *p* Por Vossos Filhos

Diz o q Querida Virgem
 Diz o r Remedeia o Mal
 Diz o s Soccorrei-nos Sempre
 Diz o t Todo Mortal
 Diz o u Unico Brilho
 Diz o v Vestal Fecundo
 Diz o z Zelai o Mundo

— Segue-se uma canção sul-rio-grandense muito em voga naquela mesma época no Colégio São Vicente de Paulo.

É uma poesia bucólica ou pastoril, um idílio no qual são cantados os encantos e as belezas das cenas campestres e os sentimentos plácidos que suscitam na alma.

Os versos são em geral de oito sílabas, rimando o segundo com o quinto. Compreende oito períodos de estrofes em quintilhas.

A CAMPONEZA

Eu tenho Mamãe eu tenho
 Saudades que não têm fim
 Do tempo qu'eu era pobre
 Mamãe
 Qu'eu não me vestia assim

—
 Saltando por sobre as flores
 Na beira dos riachinhos
 Brincava com os malmequeres
 Mamãe
 Cortando-os em pedacinhos

—
 Eu choro Mamãe eu fujo
 Das danças d'esta cidade
 Nas salas não vejo nunca
 Mamãe
 Dos campos a liberdade

—
 A rosa lá da campina
 Quando o dia vem nascendo

Brilha mais que as sedas
Mamã
Que o Zannotte está vendendo

Qu'importa dizer a folha
Que o Zannotte está na ponta
Outro qualquer na bagagem
Mamã
É cousa que não faz conta

De dia se ostenta o sol
E os vastos espaços corre
Quando tenho jóias muitas
Mamã
A luz de meus olhos morte

Só tenho prazer na vida
Nas flôres do meu jardim
De noite contando estrellas
Mamã
Sonhando com Scraphins

Voltemos Mamã voltemos
Aos nossos mimosos lares
Lá onde a virtude impera
Mamã
Como os Santos nos altares

— Um exemplo de poesia dramática no estilo de Edgar Allan Poe nos é dado por Torquato Junior (2). Trata-se de uma composição em que demonstra um estado de alma atormentado de dúvidas, eivado de pensamentos mórbidos e fantásticos.

São versos de métrica variável, na maioria dodecassílabos, com rimas cruzadas. Compreende nove períodos de estrofes em quartetos.

(2) Torquato Júnior, filho do deputado Torquato Rosa Moreira e D. Helena Moreira, faleceu em consequência da gripe espanhola em 1919 com pouco mais de vinte anos.

A FAIXA PRETA

Preso a esguia cintura de uma dama
Fidalga pelo gesto e pelo porte
Senhora que no olhar conduz a chamma
Que aquece e gela, leva a vida e a morte;

Negra, da côr das noites sem fulgôres,
Nem as luzes brilhantes do Cruzeiro,
Sinistra como espectros voadôres
Que apavoram na estrada o caminheiro;

Eu vi a faixa de velludo e ao vel-a
Segui-a inconsciente, escravizado,
Como um louco que segue a luz da estrella
Na vertigem de um mystico noivado.

Eu não sei explicar que extranha cousa
Ligava a minha vida aquelle panno,
Como um morto que está ligado a louza
E o sonhador as magicas do arcano;

Não consigo saber que atróz destino
Arrastava-me, assim, cégo, sem norte,
Suicida infeliz que o desatino
Léva aos abysmos gélidos da morte.

Nasceram-me illusões mais que ditosas,
Vestidas de phantasticas roupagens,
Tiveram a duração curta das rosas,
A curtissima vida das miragens.

Foram-se todas prezas ao velludo
Que as fizera nascer mas que as levava,
Deixando-me na alma um dobre agudo,
— Saudade da visão que se affastava...

E eu vejo-a sempre negra, em cada canto
Onde pousam meus olhos macerados,
Quero fugir e sinto no entretanto
Meus pés ao sólo, rígidos, pregados.

Sinistra aparição que me tortura,
Esta faixa a ondular como uma trança
De uma dama suspensa na cintura
A mortalha ideal de uma esperança.

Torquato Junior

— Interessante e sugestivo é o soneto de um amigo da família Dr. Péricles, manuscrito a lápis que resolvemos intitular — O Livro do Destino.

Versos de métrica variável. Magne (3) escreve o seguinte sobre este tipo de poesia: “Admite várias composições. A mais usada entre os antigos e ainda preferida pelos modernos, é a seguinte: dois períodos; um de oito versos, outro de seis; o primeiro subdividido em dois de quatro versos, chamados *quartetos*; o segundo, em dois de três, chamados *tercetos*; os quartetos com duas rimas, os tercetos com outras duas; das duas rimas dos quartetos, uma nos versos 1.º, 4.º, 5.º e 8.º; a outra nos versos 2.º, 3.º, 6.º e 7.º; das duas rimas dos tercetos, uma nos versos 9.º, 11.º e 13.º e a outra nos versos 10.º, 12.º e 14.º A tradição quer que o último verso do soneto seja sempre uma *chave de ouro*, encerrando a essência do pensamento geral da composição, “*si le venin du scorpion est dans sa queue, le mérite du sonnet est dans son dernier vers*”, escreveu Teófilo Gautier”.

O LIVRO DO DESTINO

Tudo é vão, tudo é futil, tudo incerto
E assim, nada a vaidade justifica;
Tanto póde a fortuna estar bem perto,
Como as penas fataes que Deus applica.

Jamais ao homem franqueado, aberto
O livro do Destino, nada indica

(3) Magne, A — *Principios Elementares de Literatura* — págs. 235 e 236.

Um seguro porvir; anda pois certo
Quem de orgulho a ventura não complica.

A vida tem um fim... ignorado
Perpetuamente mas por Deus dictado
Cegos seguimos a attingil-o um dia

E assim, talvez passagem transitoria,
Póde a ventura ahi ser illusoria
E a desgraça — futura regalia.

O SONETO DE ARVERS

Rara é a pessoa que desconhece o soneto que immortalizou o seu autor: Felix Alexis Arvers.

Presentemente é conhecidíssimo e muito divulgado em todo o mundo, principalmente nos países de língua latina. Em França existe, segundo um artigo de Maria Eugenia Celso uma sociedade dos *Amigos do Soneto de Arvers*, cuja finalidade é recolher tudo que seja publicado ou tenha relação com êle.

Inúmeras traduções, paródias e respostas encontram-se em todos os países dos diversos continentes. O livro de Melo Nóbrega (4) apresenta 32 traduções em língua portugueza. O autor considera o seu trabalho incompleto, pois Alberto Faria em 1918 já calculara em mais de uma centena.

Escritores brasileiros de nomeada, poetas, críticos, etc. nos legaram inúmeras traduções.

Oferecemos aqui mais uma, recolhida num manuscrito inédito da lavra do então Major Bias Gomes Pimentel, em Santiago do Chile no ano de 1925 quando exercia o cargo de adido militar da missão diplomática brasileira em cuja frente se encontrava o embaixador Gurgel do Amaral.

Eis a versão original, com absoluto respeito à ortografia e à pontuação :

(4) Nóbrega, Melo — *O Soneto de Arvers* — 1957 — 2.^a edição.

SONNET

Mon âme a son secret, ma vie a son mystère
Un amour éternel en un moment conçu;
Le mal est sans espoir, aussi j'ai dû le taire,
et celle qui l'a fait n'en a jamais rien su.

Helàs! j'aurai passé près d'elle inaperçu
Toujours à ses côtés et toujours solitaire;
et j'aurai jusqu'au bout fait mon tems sur la terre,
n'osant rien demander, et n'ayant rien reçu.

Pour elle quoique Dieu l'ait faite bonne et tendre
Elle ira son chemin, distraite, et sans entendre
Ce murmure d'amour élevé sur ses pas;

à l'austère devoir pieusement fidèle,
elle dira, lisant ces vers tout remplis d'elle,
"Quelle est donc cette femme?" et ne comprendra pas.

TRADUÇÃO

Tenho n'alma um segredo e um misterio na vida;
É um eterno amôr que em um momento nasceu,
O mal calei porque é uma esperança perdida,
E essa que o causou jamais o conheceu.

Ai de mim! que por ela passei despercebido,
Ao seu lado sempre e entretanto sósinho,
E chegarei na terra ao fim do meu caminho,
Nada tendo pedido e nada recebido.

Embora Deus tão terno coração lhe desse,
Ela irá por diante sem ouvir, apoz ella
Um murmurio de amôr que semelha uma preçe.

Ao dever austéro fiel, certo dirá
Lendo estes meus versos todos cheios d'ela :
"Que mulher será esta ?" E não compreenderá.

(trad.) de Bias

Santiago — Chile, 1925.

METODOLOGIA DE PESQUISA

A DISPERSÃO DE DOCUMENTOS REFERENTES A UM MESMO ASSUNTO

Antonio Pimentel Winz

Conservador do M.H.N.

É um fato corriqueiro para todos aquêles que se dedicam às pesquisas nos nossos arquivos e bibliotecas, encontrarem os elementos que procuram dispersos nas mais variadas Seções dêstes estabelecimentos.

Muitas vêzes não podemos nos ater aos fichários indicadores dos assuntos contidos nos documentos; somos obrigados a consultá-los integralmente, pois um único manuscrito contém assuntos os mais diversos. Como exemplo temos o caso da *Correspondência dos Vice-Reis para a Côrte*. É constituída por inúmeras cartas dos diferentes titulares que governaram o Estado do Brasil, tratando dos mais variados acontecimentos referentes à sua administração. São abordados entre outros, trabalhos de edificação e reconstrução de prédios, obras de defesa da Capitania, carência dos gêneros de primeira necessidade, pagamentos de soldos e outras dívidas, pendências com autoridades, etc., enfim assuntos os mais diversificados contidos num único documento.

Esta pletora de informações era necessária, principalmente se levarmos em conta o tempo gasto por uma viagem nos séculos XVII e XVIII, da colônia do Brasil até a Metrópole, cujos navios tinham que contar com bons ventos que lhes proporcionariam uma derrota tranqüila de quase um mês até o seu destino.

Daí quase sempre ser impossível que os fichários contenham tôdas as indicações a respeito de cada um dêsses manuscritos. Não há outra alternativa, senão consultarmos integralmente o seu contexto.

Outras vêzes encontramos no documento citações alusivas a mapas ou plantas referentes a um dos temas tratados no mesmo.

Dizemos apenas citações, pois os nossos governantes daquelas épocas não se preocupavam em dizer que tal representação gráfica, planta ou desenho pertencia a êste ou aquêle tópico inserido no documento datado desta ou daquela época.

Não havia a meticulosidade beneditina que usamos atualmente, com a preocupação de indicar aos leitores as origens dos documentos, a localização nos diversos arquivos, a estante onde se acham e finalmente o código pelo qual pode ser encontrado.

Achamos ser isto uma honestidade e uma obrigação de todos aquêles que se dedicam aos trabalhos de pesquisa, seja ela histórica, artística ou científica, deixando que os especialistas, os estudiosos ou os que por mera curiosidade, consultem tais trabalhos, bem informados sôbre as fontes que foram utilizadas.

Com ilustração, citamos o seguinte trecho da missiva do Conde de Cunha dirigida a D. José I no dia 26 de Fevereiro de 1767, sôbre a reedificação da Casa do Trem de Artilharia: “Que fica reduzida à melhor forma a casa do trem de artilharia, onde nada havia e só desordem não faltava, e na primeira ocasião ajuntara às suas contas uma planta daquela reedificação, e que agora não fazia por não ter ao pé de si quem com limpeza lha copiasse” (os grifos são nossos).

Essa planta nunca foi por nós encontrada; talvez não tenha sido elaborada, ou se existe, esteja em alguma repartição histórica de Portugal.

— Como corolário dessas digressões que já vão um pouco longe, vamos apresentar uma situação ocorrida quando de uma pesquisa por nós realizada.

Por ocasião de coligir dados para o trabalho *História da Casa do Trem*, solicitamos ao diretor do Arquivo Histórico Ultramarino, que nos enviasse umas informações sôbre certas dúvidas a respeito de alguns pontos obscuros surgidos no decorrer das pesquisas.

O Dr. Joaquim Alberto Iria Junior, com a gentileza e solicitude que lhe é peculiar, enviou-nos um microfilme do documento em questão, existente naquele arquivo. Após a revelação do mesmo, depara-

mos com a Carta do Conde de Cunha datada do Rio de Janeiro, 5 de Setembro de 1764. Apenso a êste documento, uma planta com a legenda: "Demonstração do Arcenal, que mandou fazer nesta Cidade de Rio de Janeiro, o Ilustrissimo e Excelentissimo Conde de Cunha, do Concelho de Sua Magestade, e do de Guerra, Tenente General de seos Exercitos e General da Artilhari do Reino, Capitão General de Mar e terra, e vice Rey de todo o Estado do Brazil". Figs. 1, 2, e 3.

Tratava-se da planta referente ao Arsenal de Marinha, naquela época conhecido como Ribeira das Naus e que tinha sido construído por aquêle titular em 1764.

Aqui no Rio de Janeiro, esta planta idêntica à de Portugal se encontra na Mapoteca da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, catalogada sob o número — 1264 F 51900 (Catálogo das Cartas Históricas — Imprensa Militar MCMLIII pg. 202).

A Carta-ofício que deveria acompanhá-la, encontra-se no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, arrolada no Códice I-I-29 — *Correspondência dos Vice-Reis para a Côrte.*

mostra na planta junta, não se necessita De haver aquelles
aportados, e arruinados armazens, e V. E. a vista de Setembro de 1764.
p.º e ambos os crimes no anno de 1736.

Resolvendo q. seja vendidoem se todas estas Casas q. São abo-
da de Agua, e em m.º bom sitio p.º se negociantes se servirem
dellas p.º Armazens, não fallarão porcos q. as comprarem por m.º bom
preço, e m.º bastante q. p.º se fizerem hums novos quartes p.º se
três Dignos, e outros p.º Equadras de Cavalos, situados todos jun-
tos no Campo de S. Dom.º q. pedem ser q.º e bem regulados, e
em um côrrego, e q. seja esta obra amellor, e mais magnifica
desta C.º q. se acausar de executar se porcos de q. S.º de 1764.
De acausar de responder fazer, pelo methodo q. sua d.º de 1764.
p.º e p.º de 1764. e da conta na sua Real presença, e m.º
com abito de p.º se se em m.º m.º me permittir responder se
p.º compratica em m.º projeto, ou se deve reparar os vellos quartes
de S.º de 1764, como se bem declarar em q.º e accommodação de m.º
de m.º, e a elle agora anão porcos, e por este motivo sem de pa-
dos regular.

D.º de 1764. m.º de 5.º de Setembro de 1764

Francis Xavier
de Mendonça Curtao.

Conde de Curia

Fig. 2 — Carta do Conde de Curia de 5 de Setembro de 1764 —
2ª Parte — (Cópia: João Oliveira Rocha)

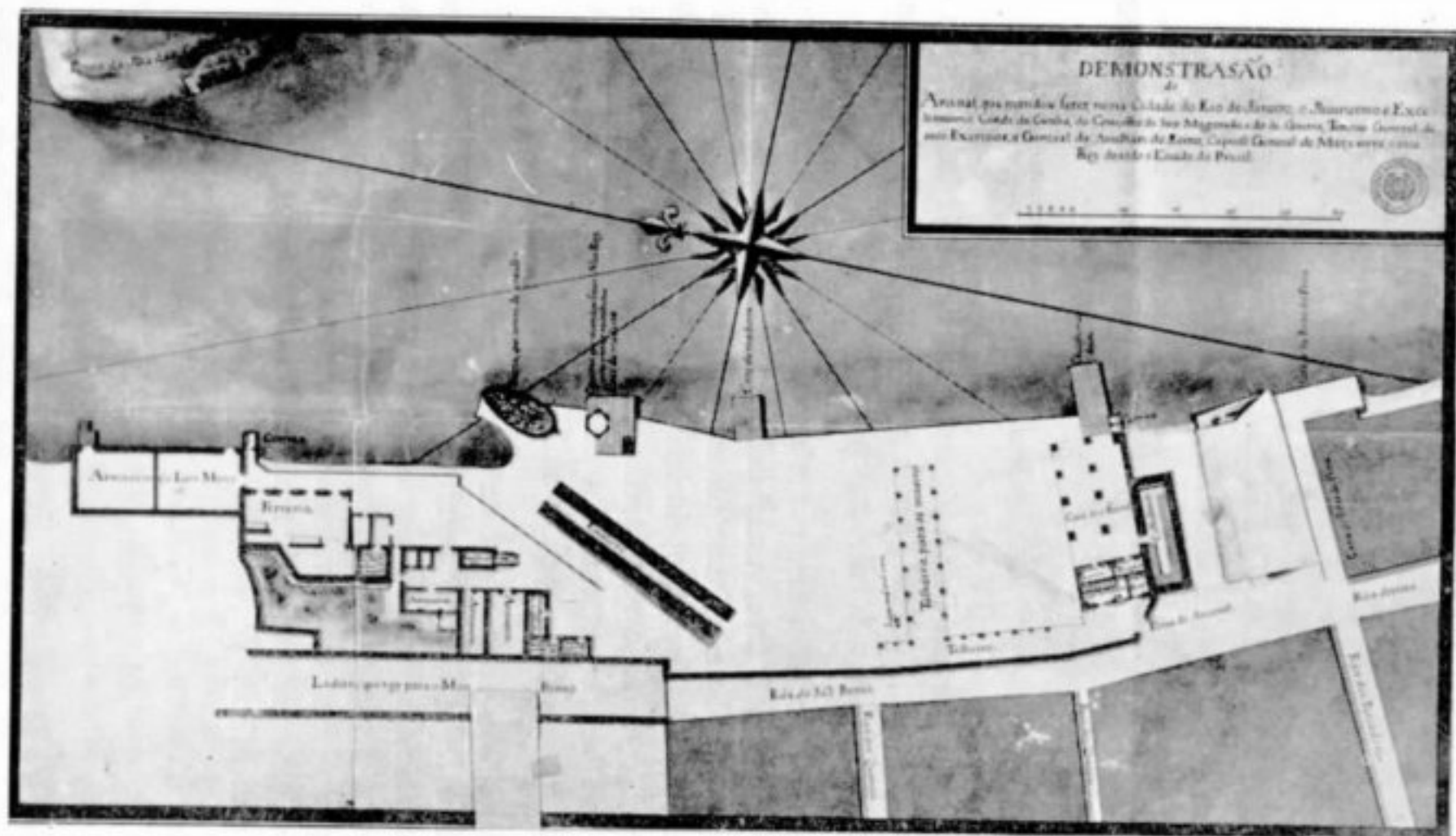


Fig. 3 — Planta do Arsenal de Marinha mandado construir pelo Conde da Cunha em 1764 — (Cópia: João Oliveira Rocha)

PÁTIO EPITÁCIO PESSOA : LIÇÃO DE NOSSA HISTÓRIA AO VIVO

MARFA BARBOSA VIANNA

Conservador Nível 20

O Pátio Epitácio Pessoa é um dos locais mais interessantes do Museu Histórico Nacional, sendo muito procurado pelos visitantes de tôdas as idades e condições sociais.

Denominado às vêzes, por visitantes menos informados, de pátio dos canhões, é uma vasta vitrine ao ar livre, uma lição ao vivo de História do Brasil. Quase tôdas as fases de nossa História ali estão representadas, havendo, inclusive, objetos pitorescos. Um dêles é um canhão, fundido nêste prédio quando era Arsenal de Guerra da Côrte, que tem a característica de ser quadrado. Trata-se de uma experiência, certamente, porém muito curiosa.

Os canhões formam a nota dominante do Pátio. O visitante poderá admirar canhões desenterrados, cobertos pela venerável ferrugem dos séculos; canhões de fortalezas coloniais, como um grande, de bronze, século dezessete, com as quinas portuguesas; uma colubrina portuguesa; canhões tomados pelos nossos dos franceses e um obuzeiro paraguaio, além de muitas outras peças de grande valor histórico e artístico.

Destacaremos “El Cristiano”, canhão feito, segundo consta, do bronze de todos os sinos das igrejas de Assunção, troféu do tempo da guerra do Paraguai.

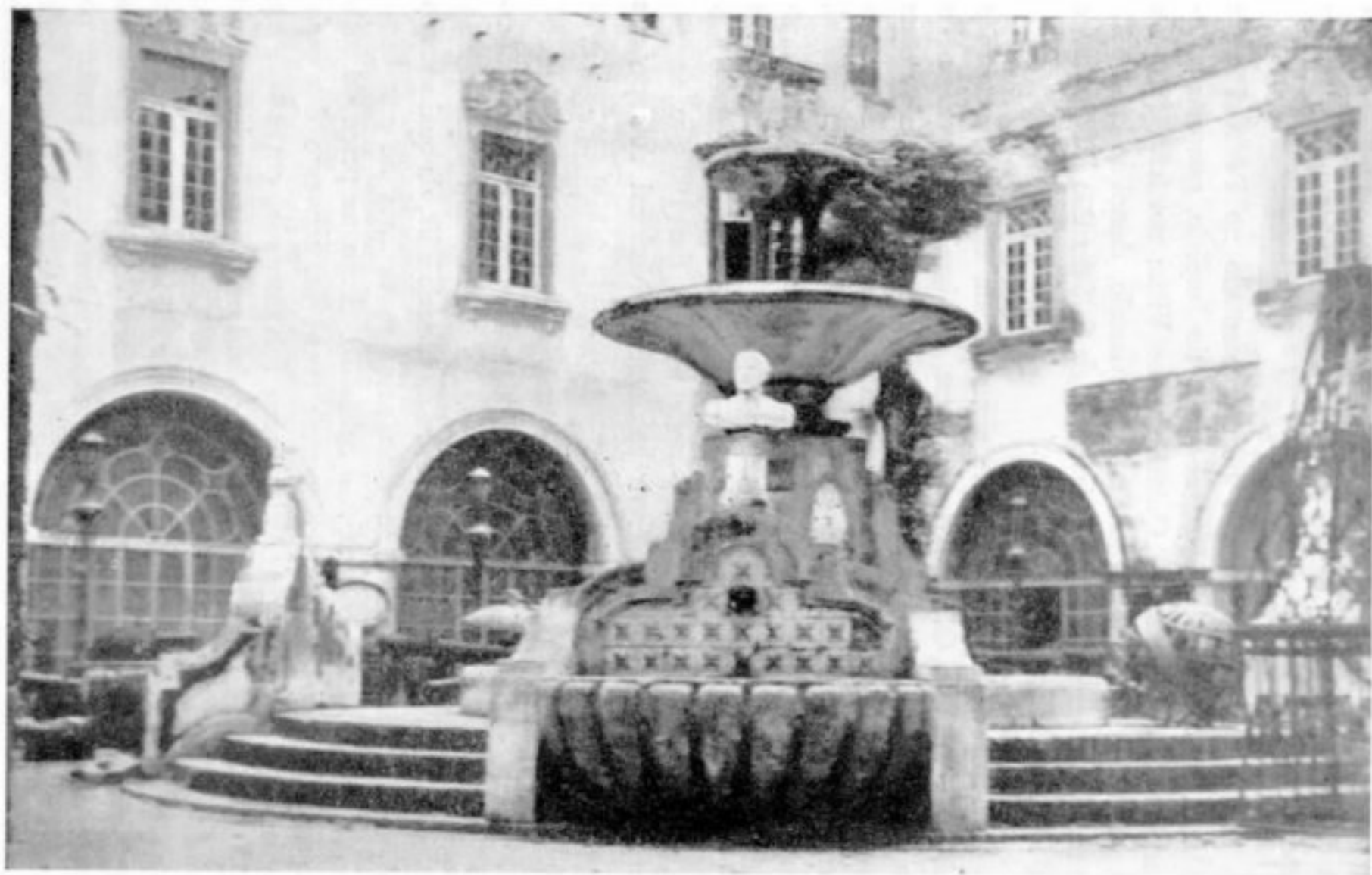
Há, igualmente, uma das primeiras minas submarinas empregadas pela marinha brasileira na guerra contra Solano Lopez e o espigão

de um de nossos navios de guerra, a fragata "Amazonas", além de chapas metálicas de vasos de guerra, muitas com amolgaduras feitas por balas de canhão. E, a propósito destas, o Pátio apresenta uma série de balas e obuzes do mesmo período, mostrando ao visitante a causa e o efeito dos projéteis no costado dos navios que eram de madeira, chapeados de metal.

O Rio Antigo está muito bem apresentado no Pátio. Pode-se vêr uma caixa do Correio com as armas do Império, que estava colocada nas proximidades da Quinta da Boa Vista; um friso de pedra do portão do antigo forte do Morro do Castelo, demolido em 1922; a pedra que encimava a porta da igreja de S. Sebastião do Castelo e um frontão da Igreja dos Jesuitas.

A Igreja de S. Sebastião teve a sua origem em 1565, quando o padre Gonçalo de Oliveira fundou uma casa-igreja de evocação de São Sebastião no Rio. A ermida era de palha e os tamoios a vararam diversas vêzes com suas flexas. Quando a cidade foi mudada para o Castelo, o povo reedificou a igrejinha, de taipa, no morro central, pois o Santo era o Patrono da Cidade. Ofereceram o prédio aos jesuitas. O Visitador Inácio de Azevedo tomou posse d'ele em agosto de 1567. Martim de Sá instituiu o culto de Nossa Senhora da Cabeça, mediante doação perpétua, neste templo. Em 1928, o capitão Romeu Gomes Barbosa ofereceu ao Arquivo Nacional dois pedaços de azulejos coloniais, afirmando terem pertencido a esta igreja. Hoje, figuram no Pátio.

O Colégio e Igreja dos Jesuitas, da qual temos um frontão expôsto, ficavam na parte oriental do morro. Começaram a ser edificadoss em 1567. À direita, havia a ladeira da Misericórdia, da qual só resta um pedaço, melancòlicamente visto pelos transeuntes da rua Santa Luzia. Voltando à Igreja de São Sebastião, ficava na praça do mesmo nome, sendo que o templo, mais tarde, foi convento dos capuchinhos. O Observatório Astronômico foi montado, em 1847, em dependências do Colégio. O altar-mór da Igreja dos Jesuitas e três portais, de pedra liós, foram levados para o Colégio Santo Inácio, na rua São Clemente. Relatamos tais fatos para ilustrarmos o valor desta exposição ao ar livre, talvez única na América do Sul, pela sua beleza e originalidade. Muitos dos objetos expostos nos fazem pensar no passado. Temos, por exemplo, azulejos do palacete da marquesa de Santos. A casa, hoje reformada e transformada em Museu, situa-se



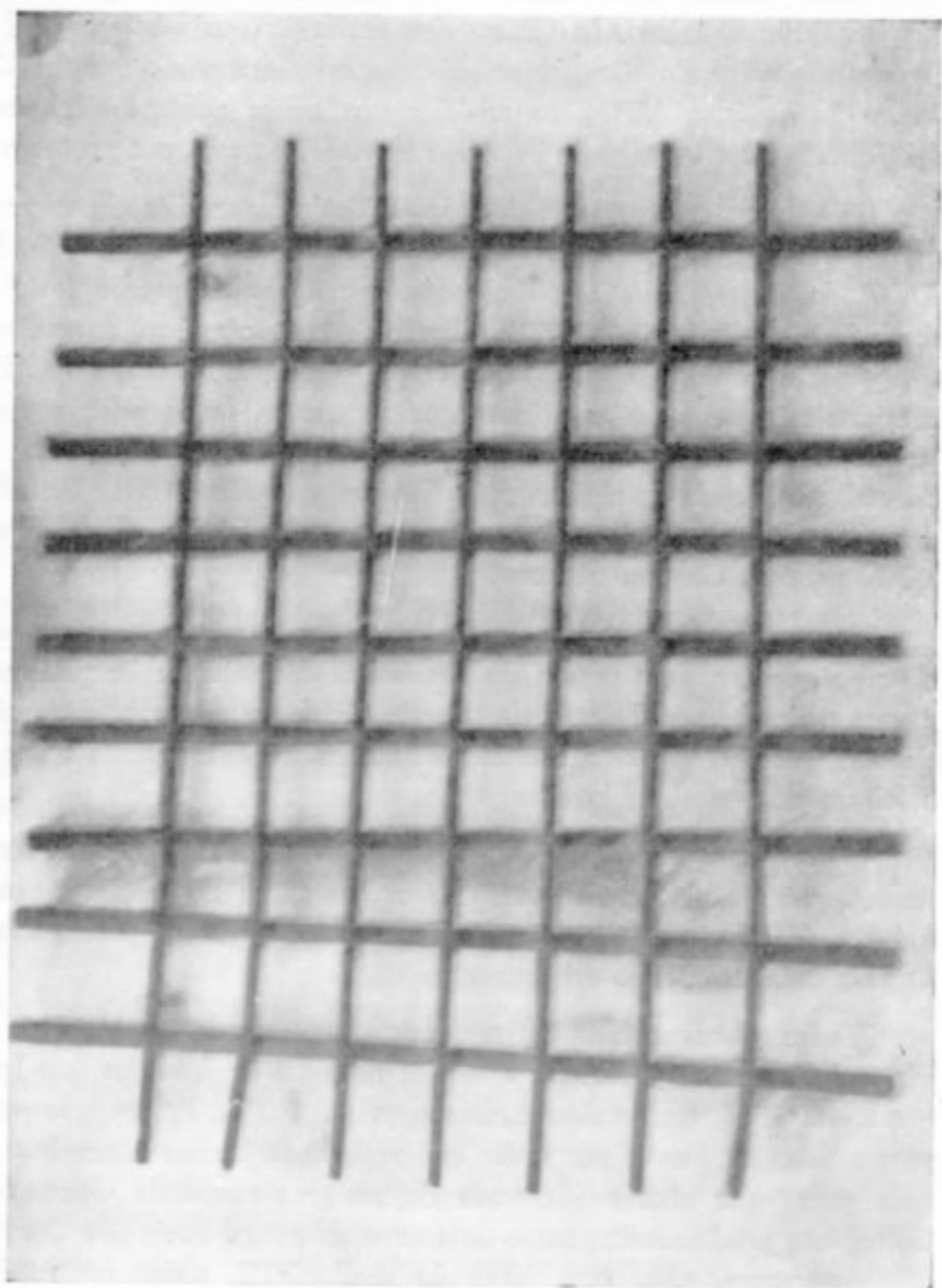
Vista do Pátio Epitácio Pessoa e sua fonte do Século XIX.



Pedra com a conhecida marca da Companhia de Jesus, em pedra liós. Encimava a porta principal da Igreja dos Jesuítas no Morro do Castelo. Veio para o M.H.N. em 1922, quando foi demolido o Morro.



Cartela barrôca em pedra liós, quinas portuguesas. Ornamentava a porta* principal do Convento de Nossa Senhora da Ajuda.



Grades do cárcere de Tiradentes na Cadeia Velha

na Avenida Pedro II, antigamente Rua Nova do Imperador. Edifício em estilo Império, planejado por Pedro Alexandre Cavroé, que veio para o Rio de Janeiro a fim de conhecer a vida artística da Côrte. As salas foram decoradas por Francisco Pedro do Amaral, pintor de reconhecido mérito e os trabalhos de estuque executados por Marc Ferrez. Dona Domitila de Castro deu festas às quais comparecia a melhor sociedade do Rio, interessada nas boas graças da favorita de Pedro I. Aqui no MHN, os azulejos nos fazem portanto imaginar episódios ligados à época do Primeiro Reinado, no espaço e no tempo.

Tiradentes está representado no Pátio pelas grades do cárcere em que esteve prêso na Cadeia Velha. Esta, construída no século XVII, foi reconstruída no século seguinte. O velho prédio foi Assembléia Constituinte em 1823, dissolvida em novembro do mesmo ano pelo Imperador, que mandou cercar o casarão pelas tropas. Ficou irritadíssimo com as críticas que lhe foram feitas pelos constituintes. Demolido o monumento histórico, hoje ergue-se no local a Assembléia Estadual, antigamente Câmara dos Deputados. Quando demolida a Cadeia Velha, as grades em questão foram recolhidas ao MHN pelo dr. Gustavo Barroso.

Dentre as curiosidades do Pátio, destacaríamos uma águia de chumbo que ornava o portão do Arsenal de Marinha de Pernambuco e uma pedra brasonada retirada quando foi demolido vetusto casarão de uma rua do centro da cidade. Estão sendo feitas pesquisas para a leitura dos referidos brasões.

O Convento da Ajuda, derrubado quando foi construída a Avenida Central, hoje Rio Branco, está representado no Pátio por um bellissimo baixo relêvo em pedra liós, com as quinas portuguesas. Ornava uma das portas do convento.

Várias placas comemorativas, tais como aquela que recorda a visita do imperador Pedro II à fábrica de ferro de Ipanema, em Ipanema, em 1886, um escudo encimado pela coroa de França que estava no Paço da Boa Vista, assim como algumas lápides mortuárias e uma pedra que ornava a entrada do antigo Arsenal de Guerra da Côrte, êste prédio, fazem parte do acêrvo do antigo Pátio das Coroas.

Ao centro, vê-se uma fonte do século XIX, tendo quatro bacias em formato de concha e ao alto, respectivamente, os bustos de D. Maria II, D. Pedro IV, D. Fernando e D. Pedro V, de cerâmica portuguesa.

Os primeiros trilhos de fabricação nacional, feitos em Monlevade, o sino do navio-transporte "Isabel", o portão ornamental do solar da família Calmon, na Bahia, a placa da rua do Cano, atual Sete de Setembro. Numa informação complementar, esclarecemos que tal denominação foi devida a ter passado por aquele logradouro o cano que abastecia o chafariz do Largo do Carmo, futuramente do Paço. Esta placa, colocada no Pátio, é mais um pedaço do Rio Antigo que nos faz viajar pelo passado, lembrando a cidade de antanho.

A Sé da Bahia, construída em 1553, remodelada em 1613 a 1616 e demolida em 1933, está representada na exposição do Pátio, assim como o célebre episódio das laranjas da Sabina. Está prêso numa das paredes um braço de lampeão no qual os estudantes, com o ardor próprio da juventude, enforcaram públicamente seu desafeto, em efígie, como se diria em linguagem moderna.

Local de grande beleza e tranquilidade, o Pátio Epitácio Pessoa, assim chamado em homenagem ao Presidente criador do Museu Histórico, é uma lição ao vivo de História do Brasil e do Rio Antigo em especial. Muito procurado pelos visitantes, sempre é alvo da curiosidade de todos que desejam apreciar canhões das mais diversas épocas, balas, placas de fortalezas coloniais com inscrições interessantíssimas e muitas outras peças que podem resistir às intempéries. O local é característico, único, deve ser preservado, tendo sido tomadas providências para sua conservação e trato, de importância primordial para os estudiosos e povo em geral.

A PERSONALIDADE MARCANTE DE JOSÉ DE ALENCAR

CLÓVIS BORNAY,

Chefe da Divisão de História Artística e Literária.

M. H. N.

A Direção do Museu Histórico Nacional, no incansável afã de elevar o nível cultural desta Casa, achou por bem organizar, a sala de literatura, batizada com o nome glorioso de José de Alencar.

Evidentemente, o criador do Guarani é o pai da literatura propriamente dita brasileira.

Nascido em Mecejana (Ceará) no sítio Alagadiço Novo, em 1.º de maio de 1892, sendo filho do Senador José Martiniano de Alencar, a maior clarividência política do Ceará em todos os tempos, e de Ana Josefina de Alencar.

Sendo neto pelo lado paterno da heroína Bárbara de Alencar, a revolucionária dos movimentos de 1817, portanto, a primeira heroína cronologicamente na nossa Pátria. Pelo lado materno era neto de Leonel Pereira de Alencar; Juiz de Jardins, o primeiro brasileiro a hastear a bandeira republicana no Brasil.

Trouxe, como se vê, do berço, José de Alencar nobres e rebeldes qualidades atávicas.

Aos nove anos de idade saiu com sua família do Ceará, para o ambiente da Côrte, onde seu pai ia exercer o mandato de Senador. Entretanto, a Terra do Sol teve uma força telúrica tão grande no espírito do menino, que mais tarde êle traduziria áquela ambiência e o modo de viver daquela gente em páginas primorosas nos seus romances.

Como êle afirma, tôdas as noites lia os romances da época para sua mãe e sua tia Florinda. Vem daí a sua vocação de escritor.

No Rio fêz todos os cursos preparatórios, diplomando-se em Direito pela Faculdade de São Paulo em 1850, tendo cursado o 4.º ano em Olinda.

Depois de formado exerceu com real brilhantismo a advocacia, sendo, aliás, a sua primordial profissão. Foi deputado pelo Ceará em várias legislaturas, entre as quais, de 1861 a 1863, 1869 a 1872, 1872 a 1875 e 1876 a 1877.

É mister mencionar que de 1868 a 1870 foi Ministro da Justiça. Foi também de 1859 a 1860 professor de Direito Mercantil.

Temos que ressaltar que somente depois de 4 anos de formado foi que surgiu como escritor, mas com toda a sua preclara e bela exuberância.

Colaborou nos ensaios literários, de São Paulo, em 1846, no Correio Mercantil, escrevendo artigos sobre a Reforma Hipotecária, e foletins, na afamada seção "Ao Correr da Pena".

A sua tendência para o jornalismo é incontestável. Por isso, ocupou a direção do Diário do Rio. Nessa ocasião escreveu dois trabalhos notáveis: Biografias do Marquês de Paraná e do célebre estadista patricio Euzébio de Queiroz. Ainda no Diário do Rio publicou "As Cartas de Ig" e uma crítica sobre a Confederação dos Tamoios, de Gonçalves de Magalhães.

As Cartas de Ig eram represões severíssimas e análises atiladas que conquistaram grande projeção no cenário mental do país.

Sem receio de contestações, com o romance Guarani deu início ao indianismo pátrio.

Teve que manter polemicas ardorosas com os literatos da época, principalmente com os conhecidos irmãos Castilhos. Era a sua literatura uma inovação, uma forte reação nativista, contra as ideias clássicas dos portugueses. Desejava José de Alencar novas formas, de cunho assentadamente nacionalista. Conseguiu realmente o seu objetivo: os seus livros resistem ao tempo e as idades.

Ainda há pouco, a renomada escritora Raquel de Queiroz, colateral do romancista, contava uma história bem interessante de um programa de auditório: O locutor perguntava aos ouvintes quem era uma cigana de olhos obliquos na literatura brasileira. Ninguém conseguiu acertar a popular figura de Capitu, imortalizada por Machado de Assis. Logo depois o locutor perguntava para o mesmo auditório



Retrato José de Alencar — Fortaleza

rio : quem é a Virgem dos lábios de mel?. A casa quase veio abaixo e o público respondia : IRACEMA !!

Não pode haver maior consagração do que essa para um escritor falecido em 1877.

Alencar faleceu no Rio em 12 de dezembro de 1877, vítima de pertinaz moléstia. Como se verifica morreu aos 52 anos, com toda a pujança do seu espírito privilegiado.

A bagagem literária do escritor é imensa e variada. Aliás, a diversidade da temática de Alencar é uma prova da riqueza de sua imaginação e da versatilidade do seu talento.

Em toda a sua obra há o sêlo da genialidade. Abrangem o romance, o jornalismo, o teatro, artigos políticos, trabalhos de jurisprudência e outros ramos da cultura, todavia, em todos imprimia um cunho pessoalíssimo.

Iracema, poema em prosa, exerce tal facinação no espírito dos leitores, que, o saudoso Presidente Washington Luiz quando governava os destinos da Nação, visitando o Ceará, fêz questão cerrada de conhecer a Lagôa de Mecejana, onde tomava banho a bela Tabajara.

Por morte de seu pai, o tradicional político cearense Senador Alencar, o romancista do Guarani, candidatou-se a Senador.

Conquistou galhardamente o primeiro lugar, cabia, então, ao Imperador escolher na lista tríplice o seu candidato. José de Alencar foi preterido. Não se conformou. O protesto foi veemente. O Imperador D. Pedro respondeu-lhe : que êle era muito jovem para exercer tão alta investidura.

Desabuzadamente o escritor retrucou : "Mas se fosse por mocidade VV. MM. não teria assumido às redeas do Poder aos 15 anos de idade".

Vem daí a hostilidade de José de Alencar com o Monarca. Atacou o Imperador com as armas de sua poderosa inteligência.

Quando morreu o romancista, ao ter notícias do transpase, D. Pedro afirmou : Moço de grande talento, mas muito malcriado".

Os antecedentes hereditários do romancista concorrem decisivamente para rebeldia de suas atitudes. Era um homem retraído, orgulhoso e tinha consciência do seu valôr próprio.

Ao ingressar na Câmara não tinha treino oratório. Era um orador neófito. Mas a golpes de esforços e graças a sua inteligência

excepcional tornou-se um dos maiores oradores parlamentares de seu tempo.

Entretanto, a sedução do romancista era imensa. Exerceu influência sôbre quasi todos os literatos da época.

Machado de Assis, o grande Machado, lembrando a personalidade marcante de Alencar escreveu estes períodos lapidares: "Quando entrei na adolescência, fulgiam os raios daquele grande engenho: vi-os depois em tanta cópia e com tal esplendor, que já eram um sol quando entrei na mocidade. Gonçalves Dias e os homens de seu tempo estavam feitos; Alvares de Azevedo, cujo livro era bôa nova dos poetas, falcera antes de ter revelado ao mundo. Todos êles influíram profundamente no ânimo juvenil, que apenas balbuciava alguma cousa; mais a ação crescente de Alencar dominava as outras. A sensação que recebi no primeiro encontro pessoal com êle, foi extraordinária; creio ainda agora que não lhe disse nada, contentando-me de fitá-lo com os olhos assombrados do menino Oleine ao vêr passar Napoleão. A fascinação não diminuiu com o trato do homem e do do artista".

José de Alencar fêz o curso primário no Colégio de Instrução Elementar, dirigido pelo professor Januário Mateus Ferreira. Desde aí revelou a precocidade de sua inteligência. Tornou-se o melhor aluno da turma.

O lente Januário, tão enérgico como mestre escola da época, fêz-se cordial e fraterno com o discípulo.

A camaradagem que saltou aos olhos de todos, era multivada pelo fulgor do espírito de José de Alencar. Êle proprio lembra, numa página de ternura e de reminiscência, a sua passagem pelo colégio e a figura austera e paradoxalmente delicada do professor Januário.

O jornalismo foi sempre uma predileção de Alencar.

Haja visto que Araripe Junior, o mais autorizado critico brasileiro e o maior intérprete de Alencar, seu primo, na biografia que escreveu do romancista acentua: "Ser chefe de uma empresa, dirigida ao seu sabôr, exercitar suas faculdades em todos os gêneros possíveis, comover as massas com artigos artisticamente manejados, eis um sonho que constantemente o embevecia".

José de Alencar era casado com D.^a Georgeana Cockrane, filha do Dr. Tomaz Cockrane. O casamento se efetuou no Rio de Janeiro,



Retrato José de Alencar — M.H.N.

em 20 de junho de 1864. Por uma coincidência extraordinária, D.^a Georgeana era neta do célebre Almirante Cockrane que concedeu anistia ao Senador Alencar, a D.^a Bárbara e os outros revoltosos cearences que estavam presos nos cárceres da Bahia.

Durante o período da Abolição, as mais expresivas figuras brasileiras tomaram a parte ativa na campanha abolicionista.

José de Alencar, entretanto, combateu a campanha redentora. Não que fosse contrário a libertação do negro. O que desejava era socializar primeiramente o homem para depois libertá-lo. Queria educar o povo numa linda tarefa pedagógica para depois oferecer os efeitos desta nobre tarefa.

Os ardorosos abolicionistas não se conformavam com a atitude do melhor escritor de seu tempo.

Os insultos pequeninos procuravam ferir a sensibilidade de Alencar. Os seus inimigos, tão sordidos, quizeram taxa-lo de excravocrata.

Êle, então, do alto do seu pedestal, na Câmara dos Deputados proferiu arrebatador discurso, definindo a sua posição e pondo por terra os seus adversários.

Transcrevemos a oração de Alencar para maior elucidação do tema em tela :

“Senhores, combatendo a idéia da emancipação direta perante o Parlamento, devo repelir uma pecha que os mais intolerantes promotores da propaganda costumam lançar sôbre aquêles que, como eu, têm levantado a voz para protestar energicamente contra a prudência e precipitação com que se iniciou essa reforma.

Chamam-nos de escravocratas, de retrogrados, de espíritos tacaños e ferrenhos, que não recebem os influxos da civilização. Procuram assim atemorizar-nos com odiosidade que de ordinário suscitam as idéias condenadas, os sentimentos egoísticos.

Entretanto, Senhores, nesta luta que infelizmente se travou no Paíz, a civilização, o cristianismo, o culto da liberdade, a verdadeira filantropia estão ao nosso lado. Combatem por nossa causa.

São êles que nos inspiram esta calma e firmeza de convicção, que não se assusta com ameaças do poder; e não se irrita com as injustiças de seus imprudentes amigos.

Vós, os propagandistas, os emancipadores a todo transe, não passais de emissários da revolução, de apóstolos da anarquia. Os re-

trogradados sois vós, que pretendeis recuar o progresso do paíz, ferindo-o no coração, matando-o a sua primeira indústria, a lavoura.

E senão, comparemos, vêde o que vós quereis, vêde o que queremos nós.

Vós quereis a emancipação como uma vã ostentação. Sacrificais os interêsses máximos da pátria a veleidade de gloria. Entendeis que libertar é unicamente subtrair ao cativo, e não vós lembrais de que a liberdade concedida a essas massas brutas é um don funesto, é o fogo sagrado entregue ao ímpeto, ao arrojo de um novo selvagem Prometheu !!

Nós queremos a redenção dos nossos irmãos, como queria o Cristo. Não basta para nós dizer à criatura, tolhida em sua inteligência, abatida em sua consciência: — “Tu és livre; percorre os campos como uma besta ferra”...

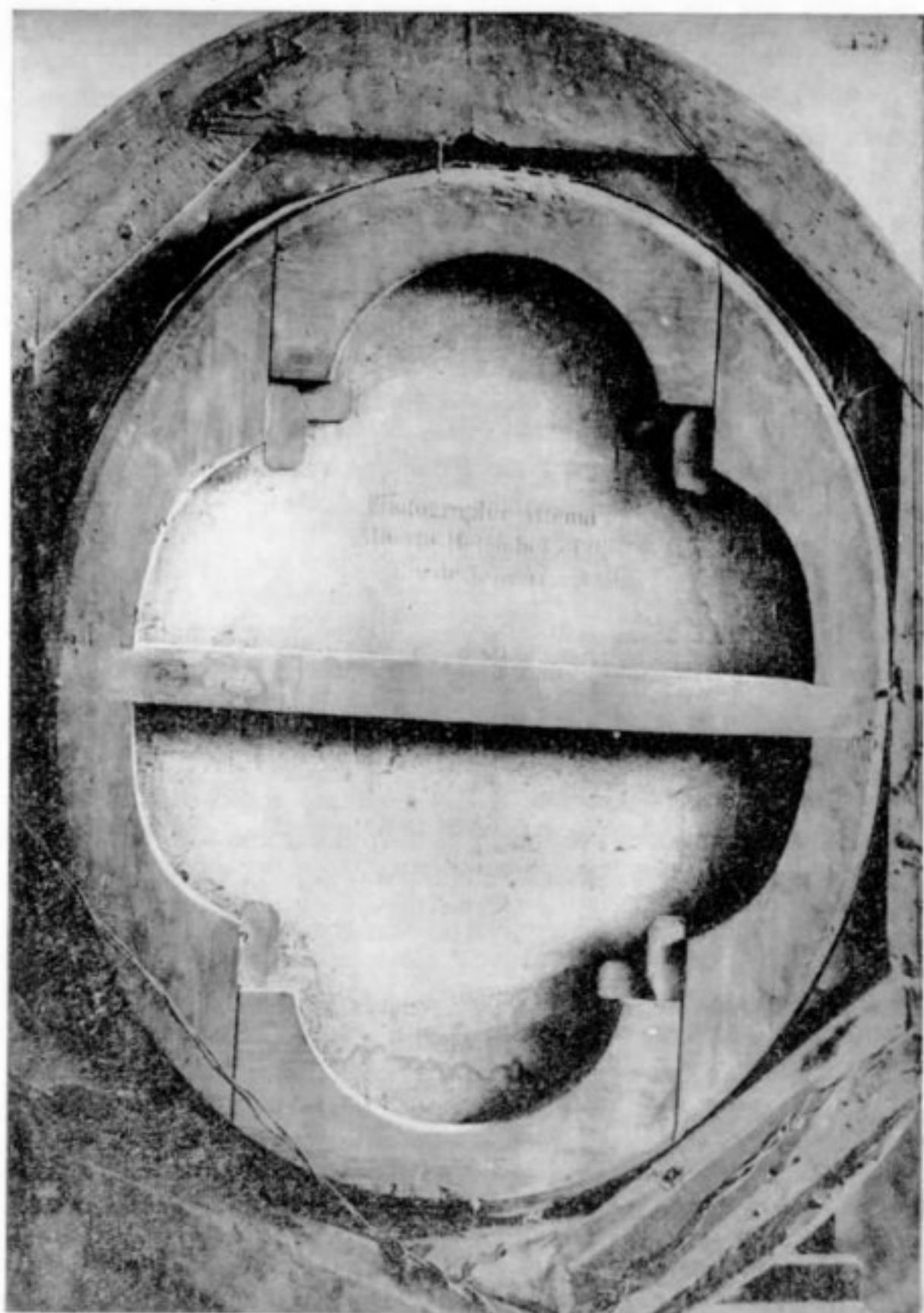
Não, Senhores, é preciso esclarecer a inteligência embotada, elevar a consciência humilhada, para um dia, no momento de conceder-lhe a liberdade, possamos dizer: — “Vós sois homens, sois cidadãos. Nós vos remimos não só do cativo, como da ignorância, do vício, da miséria, da animalidade em que jazieis!”

Eis o que nós queremos. É a redenção do corpo e da alma; é a reabilitação da criatura racional; é a liberdade como símbolo da civilização, e não como facho de exterminio.

Queremos fazer homens livres, membros úteis da sociedade, cidadãos inteligentes, e não hordas selvagens atiradas derepente no seio de um povo culto”. Depois da palavra oracular de José de Alencar nada temos a acrescentar. A lucidez do seu pensamento, a elevação de suas idéias, tão exuberantemente manifestada nesse discurso memorável, expressa toda grandeza de sua alma.

Sòmente um homem de sólida cultura e forte convicção patriótica como de Alencar podia refletir de maneira tão sabia e tão sensata.

Mas, realmente, o que immortaliza o glorioso filho do Ceará, são os seus livros, José de Alencar foi um artista, criando um estilo. Sua bagagem literária é vasta e multiforme. Além das obras de ficção, abrangem vários setores do beletismo, tais como: o “gaucho”, onde êle retrata toda a alma e toda ambiência do Rio Grande do Sul; a “guerra dos mascates” de fundo nitidamente histórico, onde



Anverso do quadro de José de Alencar — Destacando-se o carimbo de Alberto Henschel & C^o — Rio de Janeiro. Fotografia alemã, Henschel — Alberto & C^o. Fotógrafo e pintor alemão. Autor do álbum contendo fotografias diversas do Rio de Janeiro — 1876 Bahia — Largo do Teatro, 57 — Rio — Rio de Janeiro — Rua dos Ourives, 40 — 1871 — Pernambuco — Largo da Matriz de S^o Ant^o, 2 — 1867 e Rua Barão da Vitória, 52

vemos a imparcialidade do escritor, mesmo numa obra romanesca; os "Sertanejos" onde Alencar traduz fielmente o aspecto rústico e bravio do rurícola.

Notabilizou-se, sobretudo, o romancista pelas suas idéias nativistas. Queria um Brasil livre de moldes estrangeiros. Amava a sua terra e tinha horror as imitações. Sentia o nosso povo, compreendia a nossa maneira de viver, procurando fielmente traduzir nos seus trabalhos todo panorama brasileiro. Sendo altamente combatido não se deixou vencer pelos inimigos. Continuou a sua tarefa de retratar o índio patricio, exaltando às suas qualidades, descrevendo o seu meio semi-selvagem e dignificando a clássica fidelidade dos incolas.

Iracema se tornou o símbolo de amor e de beleza; Peri tipifica a lealdade e o sacrifício.

Assim, são as figuras de Alencar; tocadas daquela centelha divina de bravura.

Estoicas na dedicação, incomparáveis nas lutas, inimitáveis na adversidade as personagens lendárias de Alencar estão, irrecorrivelmente, incorporadas ao nosso patrimonio cultural.

O escritor no último período da vida, começou a escrever com pseudonimo de "Senior". Ora, como podia ficar senil um homem que estava em plena maturidade, em toda pujança de sua celebração? Esse pseudonimo não passa de uma leve e sutil ironia do escritor.

José de Alencar temeu não passar a posteridade, mas a robustez de sua obra resiste ao tempo e as idades. Se há escritor "vivo" no Brasil, este é Alencar, repetem-se continuamente às edições de suas obras, apesar do gosto e transformações de estilo. Seus livros continuam a seduzir milhares de leitores.

Os pósteros guardam carinhosamente a figura excepcional de José de Alencar, pois êle foi, indiscutivelmente, o maior escritor de seu tempo.

Não teve só o privilégio de ser o criador do romance nacional, o precursor do indianismo, foi, sobretudo, o mais insigne ficcionista brasileiro.

Se os coêvos aclamavam entusiasticamente o seu nome, a posteridade consagra e cultua a sua inconfundível personalidade.

ROMANCES

- O GUARANI (Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1857; 5.^a edição, Rio de Janeiro. Garnier, 1887; 7.^a edição, Garnier, 1893-1894; 9.^a edição, Garnier, 1923);
- CINCO MINUTOS. VIUVINHA. (Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1869; 7.^a edição, Rio de Janeiro. Garnier, 1924);
- LUCÍOLA (1862; 7.^a edição, Rio de Janeiro. Garnier 1899);
- DIVA (1864; 7.^a edição, Rio de Janeiro. Garnier, 1921);
- IRACEMA (Rio de Janeiro. Tipografia Viana, 1865; 8.^a edição, Rio de Janeiro. Garnier, 1925);
- AS MINAS DE PRATA — (1865); novas edições, 1877, 1896 etc. Garnier, 192);
- O GAÚCHO (Rio de Janeiro. Garnier, 1879; 3.^a edição, Garnier, 1903);
- A PATA DA GAZELA — (Rio de Janeiro. Garnier, 1870);
- O TRONCO DO IPÊ — (1871);
- SONHOS DE OURO — (1872; 3.^a edição, Rio de Janeiro. Garnier, 1920);
- ALFARRÁBIOS — (1873);
- A GUERRA DOS MASCATES — (1873; 2.^a edição, Garnier, 1896);
- UBIRAJARA — 1874; 4.^a edição, Rio de Janeiro. Garnier 1926);
- SENHORA — (1875; 4.^a edição, Rio de Janeiro. Garnier, 1926);
- O SERTANEJO — (1876; 3.^a edição, Rio de Janeiro. Garnier, 1895);
- ENCARNAÇÃO — (1877; 2.^a edição, Rio de Janeiro, 1908).
- O DEMÔNIO FAMILIAR (drama) (1858; 3.^a edição, 1903);
- MÃE (drama) (1859; 4.^a edição, 1897);
- O JESUÍTA (drama) (1875; 3.^a edição, 1907);
- OS FILHOS DE TUPÁ (poema) (public. in: Revista da Academia Brasileira de Letras, n.º 2, outubro de 1910).
- O GARATUJA (1899).

EDIÇÕES

- 1) Edições da Cia. Melhoramentos (São Paulo):
 - O GUARANI (1940);
 - VIUVINHA (1940);
 - SENHORA (1940);
 - O GAÚCHO (1940);
 - O TRONCO DO IPÊ (1940);
 - O SERTANEJO (1940);
 - IRACEMA (1940);

UBIRAJARA (1940);
AS MINAS DE PRATA (1941);
SONHOS DE OURO (1941);
ENCARNAÇÃO (1941), etc.

- 2) OBRAS DE FICÇÃO. Rio de Janeiro. José Olímpio. 1951. 16 vols. (vols. I-II: O GUARANI; vol. III: CINCO MINUTOS, VIUVINHA, A PATA DA GAZELA, ENCARNAÇÃO; vol. IV: LUCÍOLA, DIVA; vols. V-VII: AS MINAS DE PRATA; vol. VIII: IRACEMA, UBIRAJARA; vol. IX: O GAÚCHO; vol. X: O TRONCO DO IPÊ; vol. XI: SONHOS D'OURO; vol. XII: TIL; vol. XIII: ALFARRABIOS; vol. XIV: A GUERRA DOS MASCATES; vol. XV: SENHORA; vol. XVI: O SERTANEJO).
- 3) IRACEMA, editada por Gladstone Chaves de Melo. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1948.
- 4) OBRA COMPLETA. 4 vols. Rio de Janeiro. José Aguilar. 1958/1960.

BIBLIOGRAFIA

- 1) MACHADO DE ASSIS: *Critica teatral*. Edição Jackson. 1936. Vol. XXX. (A mãe, de José de Alencar, pp. 158-168; O teatro de José de Alencar, pp. 238-255). (O primeiro desses estudos é de 1860; o outro, de 1866).
- 2) MACHADO DE ASSIS: *Critica literária*. Edição Jackson. 1936. Vol. XXIX. (Iracema, pp. 74-86). (Escrito em 1866; Machado de Assis foi dos maiores admiradores de Alencar).
- 3) MANOEL PINHEIRO CHAGAS: *Novos ensaios criticos*. Pôrto. Viúva Moré. 1867. (José d'Alencar, pp. 212-224).
- 4) JOSÉ INÁCIO GOMES FERREIRA DE MENEZES: *José de Alencar — Iracema*. (In: Arquivo Literário, São Paulo, III/16, setembro de 1867, pp. 227-233).
- 5) FRANKLIN TAVORA: *Literatura brasileira*. Cartas a Cincinnati, estudos críticos de Semprônio sobre o Gaúcho e Iracema. Recife. J. W. de Medeiros. 1872. 330 pp. (Ataque rancoroso contra Alencar).
- 6) IRIEMA (Pseudônimo de Apolinário Pôrto Alegre): *José de Alencar*. (In: Parthenon Literário Pôrto Alegre. 2.^a série. II/9, setembro de 1873, pp. 371-377; II/10, outubro de 1873, pp. 422-426; II/11, novembro de 1873, pp. 480-484; II/12, dezembro de 1873, pp. 520-524; III/2, fevereiro de 1874, pp. 629-636). (De um discípulo de Alencar; o estudo não parece terminado).
- 7) ANTÔNIO HENRIQUES LEAL: *Locubrações*. São Luis do Maranhão. Magalhães & Cia. 1874. (Questão filológica a propósito da 2.^a edição de Iracema, pp. 235-246).

- 8) RAMALHO ORTIGÃO: *Farpas*, III 1877. (Obras completas: *Farpas*. vol. III. Lisboa. Livraria Clássica. 1943, pp. 198-199).
- 9) RAIMUNDO ANTÔNIO DA ROCHA LIMA: *Crtica e literatura*. São Luis do Maranhão. Cristino Campos. 1878. (Senhora, pp. 79-97). (Estudo festejado como primeiro exemplo de critica científica no Brasil; o valor do trabalho não corresponde a essa fama).
- 10) C. J. (JOAQUIM DE PAULA SOUZA): *Manual de literatura ou estudos sôbre a literatura* Santos. Diário de Santos. 1878. (Alencar, pp. 48-183). (Ataca o verbalismo de Alencar).
- 11) BRANDÃO PINHEIRO: *Estudos literários e biográficos*. Rio de Janeiro. Imprensa Industrial. 1882. (Alencar, pp. 63-72).
- 12) TRISTÃO DE ARARIPE JÚNIOR: *José de Alencar*. 1882. (2.^a edição. Rio de Janeiro. Fauchon & Cia. 1894. 204 pp.). (Talvez o melhor estudo que até hoje se escreveu sôbre Alencar).
- 13) CAPRISTANO DE ABREU: *José de Alencar*. (In: Revista do Instituto do Ceará, XXVIII, 1914, pp. 312-313). (Escrito em 1883; vale como elogio da parte de um temperamento diferente).
- 14) ISABEL BURTON: *Prefácio da tradução inglêsa de Iracema*. London. Bickerle & Son. 1886, pp. III-IV.
- 15) JOSÉ VERÍSSIMO: *Estudos brasileiros*. Vol. II. Rio de Janeiro. Laemmert. 1894. (Alencar, pp. 153-164).
- 16) ADOLFO CAMINHA: *Cartas literárias*. Rio de Janeiro. Aldina. 1895. (O indianismo, pp. 177-184).
- 17) LOPES TROVÃO: *José de Alencar, o romancista*. Rio de Janeiro. Quaresma. 1897. 28 pp.
- 18) JOSÉ VERÍSSIMO: *Estudos de literatura brasileira*. 3.^a série. Rio de Janeiro. Garnier. 1903. (José de Alencar e o Jesuíta, pp. 135-162).
- 19) SILVIO ROMERO e JOÃO RIBEIRO: *Compêndio de história da literatura brasileira*. 2.^a edição. Rio de Janeiro. Francisco Alves. 1909, pp. 271-287.
- 20) JOSÉ VERÍSSIMO: *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro. Francisco Alves. 1916, pp. 270-283, 382-383.
- 21) BENEDITO COSTA: *Le roman au Brésil*. Paris. Garnier. 1918. (Macedo et José de Alencar; Le Guarany et La Moreninha, pp. 35-82).
- 22) ARTUR MOTA: *José de Alencar*. Rio de Janeiro, Briguiet. 1921. 307 pp. (Boa biografia; insuficiente como crítica).
- 23) MARIO DE ALENCAR: *José de Alencar*. São Paulo. Monteiro Lobato. 1922. 318 pp. (Com boa bibliografia).
- 24) ALFREDO GOMES: *História literária*. (In: Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil, comemoração do 1.^o Centenário de Independência. Vol. II, t. II. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1922, pp. 4101-4120). (Estudo detalhado; coloca Alencar evidentemente muito acima de Machado de Assis).

- 25) RONALD DE CARVALHO: *Espelho de Ariel*. Rio de Janeiro. Anuário do Brasil. 1922. (José de Alencar, pp. 251-256). (Estudo muito eloqüente).
- 26) ÁLVARO GUERRA: *José de Alencar*. São Paulo. Melhoramentos. 1923. 56 pp.
- 27) MÚCIO LEÃO: *Ensaio contemporâneo*. Rio de Janeiro. Coelho Branco. 1925. (O idealismo no romance, pp. 67-78).
- 28) OSWALDO ORICO: *A vida de José de Alencar*. São Paulo. Companhia Editôra Nacional. 1929. 215 pp.
- 29) FERNANDO OSÓRIO: *Alencar e o gênio da raça*. Pelotas. s. e. 1929. 27 pp.
- 30) RENATO ALMEIDA: *Revisão de valores. José de Alencar*. (In: Movimento Brasileiro, I/3, março de 1929).
- 31) AFRÂNIO PEIXOTO: *Alencar*. (In: Revista da Academia Brasileira de Letras, n.º 89, maio de 1929, pp. 5-24).
- 32) GUSTAVO BARROSO: *José de Alencar*. (In: Revista da Academia Brasileira de Letras, n.º 89, maio de 1929, pp. 86-107).
- 33) JOÃO RIBEIRO: *Crítica. Clássicos e românticos brasileiros*. Rio de Janeiro. Academia Brasileira de Letras. 1952. (José de Alencar e a linguagem diferencial do Brasil, pp. 144-150). (Escrito em 1929).
- 34) TRISTÃO DE ATAÍDE: *Estudos*. 4.ª série. Rio de Janeiro. Centro D. Vital. 1930. (Alencar crítico, pp. 153-164).
- 35) AUGUSTO DE LIMA: *José de Alencar*. (In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, CVI, 1930, pp. 250-264).
- 36) AMÉRICO VALÉRIO: *José de Alencar*. Rio de Janeiro, Aurora. 1931. 107 pp.
- 37) AGRIPINO GRIECO: *Vivos e mortos*. 1931. (2.ª edição. Rio de Janeiro. José Olímpio. 1947, Alencar, pp. 117-122). (Alencar é uma das grandes admirações do anti-machadiano Agripino Grieco).
- 38) AGRIPINO GRIECO: *Evolução da prosa brasileira*. 1933. (2.ª edição. Rio de Janeiro. José Olímpio. 1947, pp. 38-49).
- 39) JOÃO RIBEIRO: *As Minas de Prata*. (In: Revista Souza Cruz, XVIII, 193, janeiro de 1933). (Transcrito In: *Crítica. Clássicos e românticos brasileiros*. Rio de Janeiro. Academia Brasileira de Letras. 1952, pp. 140-144).
- 40) ARTUR MOTA: *José de Alencar*. (In: Revista da Academia Brasileira de Letras, n.º 146, fevereiro de 1934, pp. 131-182). (Estudo biobibliográfico, deficiente).
- 41) RONALD DE CARVALHO: *Pequena história da literatura brasileira*. 5.ª edição. Rio de Janeiro. Briguiet. 1935, pp. 252-257.
- 42) OLÍVIO MONTENEGRO: *O romance brasileiro*. Rio de Janeiro. José Olímpio. 1938, pp. 36-47). (Penetrante estudo psicológico).

- 43) FILGUEIRAS LIMA: *A literatura cearense na formação do sentimento nacional*. (In: *Cadernos da Hora Presente*, n.º 9, julho-agosto de 1940, pp. 36-52).
- 44) D. DRIVER: *The Indian in Brazilian Literature*. New York. Instituto de Españas, 1942. 190 pp.
- 45) O. CARNEIRO GIFFONI: *Estética e cultura*. São Paulo. Continental, 1944. pp. 31-36.
- 46) BEZERRA DE FREITAS: *Forma e expressão no romance brasileiro*. Rio de Janeiro. Pongetti, 1947, pp. 112-117.
- 47) MARIA LUÍSA DE LA CASA: *La sombra de Cooper sobre el americanismo de Alencar*. New York. Hispanic Institute. 15 pp.
- 48) CÂNDIDO JUCÁ FILHO: *Uma obra clássica brasileira, "Iracema" de José de Alencar*, Vocabulário, morfologia, sintaxe e fraseologia. Rio de Janeiro, e. e. 1940. 100 pp.
- 49) JOSÉ OITICICA: *José de Alencar e o romance histórico*. (In: *Studia*. Rio de Janeiro. I/1, dezembro de 1950, pp. 39-66).
- 50) BRITO BROCA: *Introdução biográfica*. (In: Edição José Olímpio, 1951. Vol. I, pp. 19-39).
- 51) JOSÉ LINS DO RÊGO: *José de Alencar e a língua portuguesa*. (In: Edição José Olímpio, 1951. Vol. III, pp. 11-14).
- 52) LUIZ DA CÂMARA CASCUDO: *O folclore na obra de José de Alencar*. (In: Edição José Olímpio, 1951. Vol. IV, pp. 11-18).
- 53) WILSON LOUZADA: *Alencar e as Minas de Prata*. (In: Edição José Olímpio, 1951. Vol. pp. 11-18).
- 54) PEDRO CALMON: *A verdade das Minas de Prata*. (In: Edição José Olímpio, 1951. Vol. V, pp. 19-25).
- 55) GILBERTO FREYRE: *José de Alencar, renovador das letras e crítico social*. (In: Edição José Olímpio, 1951. Vol. X, pp. 11-32).
- 56) NELSON WERNECK SODRÉ: *Posição de José de Alencar*. (In: Edição José Olímpio, 1951. Vol. XI, pp. 11-25).
- 57) OSMAR PIMENTEL: *Um inventor de mundo novo*. (In: Edição José Olímpio, 1951. Vol. XII, pp. 11-14).
- 58) MARIO CASASANTA: *Alencar, um formador de brasileiro*. (In: Edição José Olímpio, 1951. Vol. XIII, pp. 11-22).
- 59) GLADSTONE CHAVES DE MELO: *Alencar e a língua brasileira*. (In: Edição José Olímpio, 1951. Vol. X, pp. 11-88). (Importante estudo de crítica filológica).
- 60) RENATO DE MENDONÇA: *O ramo de oliveira*. Pôrto. Lello, 1951. (Regionalismo e universalismo na literatura brasileira, p p.99-130).
- 61) PEDRO DANTAS (pseudo de Prudente de Moraes Neto): *Observações sobre José de Alencar*. (In: *O romance brasileiro*. Coordenação de Aurélio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro. O Cruzeiro, 1952, pp. 75-84).

- 62) AUGUSTO MEYER: *De um leitor de romances. Alencar*. (In: O romance brasileiro. Coordenação de Aurélio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro. O Cruzeiro. 1952, pp. 85-90).
- 63) JOSÉ ADERALDO CASTELO: *A Polêmica. Sobre a "Confederação dos Tamoios"*. São Paulo. Faculdade de Filosofia. 1953. 159 pp.
- 64) MARIA LUÍSA DE LA CASA: *Appraisal of Alencar*. (In: Revista Ibérica, University of Utah, I, 1953, pp. 7-12).
- 65) ABELARDO F. MONTENEGRO: *O romance cearense. Fortaleza. Tip. Royal. 1953. (José de Alencar, pp. 51-59).*
- 66) GILBERTO FREYRE: *Reinterpretação de José de Alencar*. Rio de Janeiro. Ministério da Educação. 1955. 39 pp.
- 67) MÚCIO LEÃO: *José de Alencar. Ensaio biobibliográfico*. Rio de Janeiro. Academia Brasileira de Letras. 1955.
- 68) HERON DE ALENCAR: *José de Alencar e a ficção romântica*. (In: A Literatura no Brasil, edit. por Afrânio Coutinho. Vol. I, t. 2. Rio de Janeiro. Editorial Sul Americana. 1956. pp. 837-948). (Sobre Alencar: pp. 862-887, trabalho algo apologético, mas de grande mérito).
- 69) JOSUÉ MONTELLO: *Estampas literárias*. Rio de Janeiro. Organizações Simões. 1956. (Uma influência de Balzac: José de Alencar, pp. 135-153).
- 70) BRITO BROCA: *Machad doe Assis a Política e outros estudos*. Rio de Janeiro. Organizações Simões. 1957. (Imaginação e Realidade, pp. 163-167).
- 71) EUGÊNIO GOMES: *Aspectos do romance brasileiro*. Bahia. Progresso. 1958. (Alencar, pp. 9-51).
- 72) ANTÔNIO CÂNDIDO: *Formação da literatura brasileira*. São Paulo. Martins. 1959. Vol. II, pp. 220-233.
- 73) OTTO MARIA CARPEAUX: *Pequena Bibliografia Critica da Literatura Brasileira*. Editôra Letras e Artes. 3.^a edição. 1964.